

MÍDIA, TRÁFICO E VIOLÊNCIA – Do comércio à imagem

Jairo da Costa Santiago

**Tese apresentada ao Programa
de Pós-Graduação da Escola de
Comunicação da Universidade
Federal do Rio de Janeiro,
como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor;**

**Orientadora: Prof^o.Dr^o.:
Raquel Paiva de Araújo
Soares**

**RIO DE JANEIRO
2004**

UNIVERSIDADE FERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

Jairo da Costa Santiago

Mídia tráfico e violência do comércio à imagem

Tese de doutorado.

ORIENTADORA:

Profª- Raquel Paiva de Araujo Soares - Doutora

Prof. Muniz Sodré de Araújo Cabral- Doutor

Prof. Roberto dos Santos Bartholo Jr.- Ph.D

Prof..José dos Santos Rodrigues. Doutor.

Prof. Mohammed Elhajji - Doutor

Rio de Janeiro,RJ, Brasil.

Janeiro de 2004

Sumário

Ficha catalográfica	4
Resumo.....	5
Abstracts	6
Agradecimentos	7
Uma homenagem.	9
Epígrafe	10
Introdução.....	11
1 -Discursos sobre a violência – Das falas à narrativa.....	20
1.1. Mídia – teoria e discurso sobre a violência	27
1.2. Mídia - percepções sobre violência e segurança pública	37
2 - Tráfico de drogas – uma discussão midiática.....	45
2.1.Traficantes – senhores do varejo.....	45
2.1.2.Tráfico de drogas – Mercado e território de uma estranha mercadoria .	47
2.1.3. Siglas – um mundo de confronto e comércio.....	52
2.1.4.Violência muda de tom, e a mídia não percebe.....	63
2.1.5. Favela, mídia e representação- território como videogame	65
2.1.6. Política, mídia e a idéia de (in)segurança pública.....	68
2.1.7.Uma polícia para a mídia ver - comprimindo a mola	84
2.2. Mídia:Tráfico e guerra civil – mito ou realidade.....	94
2.3.Estado ou poder paralelo - subversão ou conservação?	102
2.3.1.Robin Hood –de Sherwood à favela.....	105
2.3.2.Tráfico – expansão ou retração?.....	111
2.4. A Mídia e a lógica do encarceramento	116
2.4.1. A grande família extensa sob ameaça.....	122
2.4.2.Tráfico ou traficante – o sentido do combate na mídia.....	127
2.4.3 O riso do Beira-Mar – a implicância da mídia.....	130
2.5.Crime organizado, sim ou não, eis a questão.....	140
3 - Os ataques do tráfico- uma percepção midiática.....	146
3.1.O 11 de setembro–o nosso ataque às torres gêmeas.....	147
3.1.1.O primeiro dia-o confronto	147
3.1.1.2A invasão – um novo Carandiru?.....	148
3.1.2.O segundo dia – o fim do motim.....	153
3.2.O ataque de 30 de setembro - A guerra sem fim.....	164
3.2.1.Uma continuação do 11 de setembro.....	165
3.2.2. Mídia, tráfico e apropriação política.....	171
3.3.O ataque de outubro – símbolos feridos na mídia.....	174
3.4 .-ataque de fevereiro – operação carnaval.....	193
3.4.1. Primeiro dia – a imagem da guerra.....	193
3.4.2.O segundo Dia – onde estão as autoridades?	200
3.4.3.O terceiro dia- Operação Beira- Mar	202
3.4.4.A cidade rachada – asfalto versus favela	204
3.4.5.Cidade sob ataque - considerações finais.....	207
Conclusão	212
Referências Bibliográficas	217

FICHA CATALOGRÁFICA

Santiago, Jairo da Costa

Mídia, tráfico e violência: Do comércio à imagem/Jairo da Costa Santiago. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO.1999.

1 páginas, il.

Tese(doutorado)

Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004

1. Mídia 2. Tráfico de drogas - Rio de Janeiro
3. Violência 4. segurança pública
5. Favela 6. Tese (Doutorado- UFRJ/ECO. 1. Título)

RESUMO

SANTIAGO, Jairo da Costa. *Mídia, Tráfico e Violência – Do comércio à imagem*. Orientadora – Raquel Paiva de Araújo Soares. Rio de Janeiro. UFRJ/ECO, 2004. fls. Tese de doutoramento

Mídia, tráfico de drogas e violência: Do comércio à imagem

O tráfico de drogas no Rio de Janeiro tem implicações profundas na vida cotidiana daqueles que vivem nessa cidade. Como atividade comercial singular, em razão da tipicidade de sua mercadoria, implica em formas diferenciadas de relacionamento do homem com o território, tanto da favela, como da não-favela. Nos moldes de uma sociedade regida pela mídia, os atores sociais têm suas condutas, ritmos e formas de se relacionamento profundamente alterados pelo imperativo da imagem. A estética se torna um novo valor em sociedade e a esfera política é profundamente ancorada por esse novo valor. Demarca-se uma nova forma de existência do homem, um novo bios onde a mídia implica em um novo ordenamento das formas de se sentir, pensar e perceber o mundo. Do homem como técnica, constrói-se o homem como imagem e a essa como uma mediação humana. O jornalismo impresso, na figura do O GLOBO, atua no centro da discussão sobre a violência urbana oriunda do tráfico de drogas, produzindo discursos, falas e sínteses. Nesse sentido, atua na direção de unificar as formas de entendimento, refletindo a narrativa da classe dominante a respeito do tema, configurando-se como um novo espaço de difusão de hegemonia.

ABSTRACTS

SANTIAGO, Jairo da Costa. Media, drug traffic and violence: From trade to image

Councilour - Raquel Paiva de Araújo Soares. Rio de Janeiro. UFRJ/ECO, 2004. Doutored thesis

Media, drug traffic and violence: From trade to image

The drug traffic in Rio de Janeiro has deep implications in the daily life of those who live in that city. As singular commercial activity, in reason of the type of merchandise, picks in differentiated forms of the man's relationship on the territory, as in the slum as in no-slum. In the molds of a society governed by the media, the social actors have their conducts, rhythms and relationship forms deeply altered by the imperative of the image. The aesthetics becomes a new value in society and the political environment is deeply supported by that new value. A new form of the man's existence, a new bios is demarcated where the media implicates in a new order of ways of feeling, to think and to realize the world. From man as technique, man is built as a image and that as a human mediation. The newspaper, as illustrated in O GLOBO, acts in the center of the discussion on the urban violence originating from of the drug traffic, producing speeches, talks and syntheses. In that sense, it acts in the direction of unifying the understanding forms, reflecting the narrative of the dominant class regarding the theme, being configured as a new space of hegemony diffusion.

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos se dirigem a essa instituição, a Escola de Comunicação- UFRJ, na figura dos professores, funcionários e colegas-alunos, que no decurso desses anos me amparou, me ensinou e me protegeu, me dando um nome e uma nova forma de me relacionar com o mundo..

Agradeço à minha orientadora, a Professora Raquel Paiva pelo carinho, cuidado e amparo sempre certo e seguro, sem o qual, dificilmente chegaria no ponto que cheguei. Agradeço, particularmente, ao Professor Muniz Sodré, Oba de Xangô, pelas conversas e trocas sobre o trabalho, pelas dicas e principalmente pela paciência em ter me ouvido; pelos “causos” e histórias de mundo. O silêncio edifica o mundo, eu sei, mas suas palavras falarão através de mim pela eternidade. Espero ser digno sempre, de sua amizade e de seu carinho. Axé.

Aos membros da banca, pela discussão séria e produtiva, além do zelo profissional.

Ao Professor José Argolo pela entrevista concedia e a paciência.

Aos meus pais, pela paciência. E que paciência!. Obrigado.

Parece que toda tese encerra um grande pedido de desculpas. As ausências, o humor difícil, o desaparecimento, a quebra de diversos compromissos. Por isso, penso em você, Cirlei, minha princesa morena, desculpe, principalmente, por esse ano tão difícil. Sem você, não sei como seria. Obrigado.

À amiga Bianca pelo apoio e incentivo, pela sugestão em relação à banca. Valeu.

Ao meu grande amigo Junior, pela ajuda na correção dos erros, pela leitura do texto, pelas idéias, pelos toques, e principalmente pela alegria e bom-humor constante. Cada vez mais me convenço, que a palha não atrapalha. Obrigado por ter me dado bem mais que mereço. Espero logo retribuir.

Meu caro amigo fundamental, José Rodrigues, pelo acompanhamento seguro e preciso desde o mestrado, pela crítica dura sem perder o carinho, pela leitura do texto, pelas sugestões, realmente, sem você meu amigo, não sei se seria possível chegar até aqui.. Espero estar sempre à altura de sua amizade.

Aos amigos Cristiano e Alessandra, pelo fato de serem meus amigos, pelo apoio incondicional e pelo voto de confiança.

Não poderia esquecer de mencionar a ajuda prestimosa e paciente do meu novo amigo, João Gomes, o mestre das imagens, um menino na beira do rio. Seu apoio nessa

reta foi imprescindível.

Aos meus amigos e compadres, pelos incêndios apagados nas horas mais difíceis. E eu só peço coisas difíceis.

A Conceição pela ajuda certa na hora mais incerta

Finalmente, agradeço àqueles que de alguma forma contribuíram ao longo desse percurso e que eu por uma falha de memória, esqueci de mencionar.

UMA HOMENAGEM

Aos amigos-guerreiros que
encontrei nessa casa tão
conturbada e fascinante. Sergio
Miranda, morto covardemente
nessa guerra insana que abate
justos e injustos, minha saudade;
Josaphat Barbosa, um pai,
lamento que tenha partido tão
cedo; Eunilson, amigo certo,
mesmo na hora mais incerta;
Fernandes, um intelectual
inconformado; Julio César
Gimenez, um amigo professor e
Carlos Luciano, certas coisas
somente acontecem com você.
Por onde andarás?

EPÍGRAFE

Nada se edifica sobre a pedra
Tudo sobre a areia
Mas nosso dever é edificar
Como se fora pedra a areia

(Borges, Evangelho Apócrifo, 41)

INTRODUÇÃO

Parte-se aqui da idéia que existem várias formas da violência ser percebida, e que mídia funciona no sentido de unificar essas percepções em torno de uma narrativa única e hegemônica, tributária de um paradigma ocidental, racionalista, tecnocêntrico e positivista a reboque do mercado globalizado. A seleção, a apresentação e o encaminhamento das matérias obedecem a esse imperativo de atender aos interesses econômicos de uma elite, de falar para ela e de seus problemas. Portanto, entre as diversas falas que se predispõem a discutir a questão da violência, há uma narrativa de forte apelo midiático, que se apresenta como uma tentativa de síntese dessas diversas falas na cena contemporânea, um efeito especular. Todavia, por mais sintética que essa narrativa se apresente, é cada vez mais difícil refletir sobre esse estado fragmentário de coisas. Como ter uma narrativa ordenada daquilo que se apresenta tão disperso, principalmente quando se faz parte desse todo?

Tradicionalmente, pelo menos nos últimos dez anos, a questão da violência urbana é tratada pela mídia escrita da seguinte maneira: Os jornais ditos populares(O DIA, O POVO, EXTRA etc) são responsáveis em colocar nas suas primeiras páginas os crimes dos mais diversos, envolvendo todo tipo de pessoa e lugar, em outras palavras, a violência banal e corriqueira. Uma mídia como O Globo, no entanto, objetivamente tem se preocupado com o chamado crime de repercussão, aquele envolvendo pessoas dos extratos médios e altos sociedade brasileira, principalmente os casos de homicídio¹. Assim sendo, a violência que acontece nas áreas suburbanas da cidade e Baixada Fluminense interessam secundariamente ao jornal.

Seguindo essa lógica, há muitos anos que a violência deixou de ser um tema prioritário da primeira página do O Globo ou mesmo em sua parte interna. A violência urbana cotidiana parece ter se tornado um tema de menor relevância, haja vista inclusive o fim da editoria policial, passando a violência a ser tratada em uma seção denominada de RIO, onde são alocados diversos assuntos referentes ao Rio de Janeiro. Assim, embora a violência grasse há anos nas periféricas da cidade do Rio de Janeiro e no Grande RIO, essas áreas foram consideradas pouco importantes pelo O GLOBO, haja

¹ Conforme o Professor José Argolo da Escola de Comunicação – UFRJ, o jornal o Globo desde a década de setenta sempre privilegiou, os fatos que pudessem ser explorados espetacularmente por um maior número de dias(duplos homicídios, chacinas etc.) e/ou que envolvesse pessoas de classe média alta.As notícias envolvendo pobres e áreas periféricas, via de regra, eram registradas(publicadas) se pudessem de alguma maneira atender aos princípios acima mencionados

vista que entre 1999 e 2003, menos de 0.3% das primeiras páginas do jornal em questão registrou a violência na Baixada Fluminense, e quando o fez, foi no contexto de ataques ocorridos em várias partes da cidade como nos promovidos pelos traficantes em outubro de 2002. Nesse momento, toda a cidade sofreu com os ataques e a Baixada Fluminense continuou a sendo tratada marginalmente. Nesse sentido, também poder servir como exemplo, o ataque promovido por traficantes em fevereiro de 2003. A primeira página do O Globo do dia 25 de fevereiro, retratou o acontecimento como uma guerra sob o título **SEGUNDA-FEIRA SEM LEI**. A matéria trouxe três fotos ocupando em torno de cinquenta por cento da primeira página, todas mostrando a Zona Sul, entretanto, a maior foto das três, não foi a de um ônibus incendiado e sim de uma vidraça perfurada na Avenida Vieira Souto em Ipanema. A primeira página do O Dia nessa mesma data, mostrou incidentes em várias partes da cidade, focando principalmente a Zona Norte, profundamente atingida pela violência dos traficantes. Na primeira página ainda da edição do O Globo mostrou-se um mapa com vários ícones (em forma de pequenas fogueiras) apontando as várias partes da cidade e arredores que foram atingidos pela ação dos traficantes. Somente nesse mapa a Baixada Fluminense é mencionada, assim como a Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, ou seja, apenas como uma relação estatística, uma espécie de levantamento dos danos causados pelos traficantes.

Assim sendo, considerando que um veículo fala para um determinado público ou clientes, ou seja, para uma determinada faixa de mercado, é compreensível que o Globo foque em suas primeiras páginas temas que interessem a esse público, no entanto, considera-se aqui, que além do imperativo do mercado, embora em consonância com ele, o jornal em questão traduz uma narrativa hegemônica que é marcante na forma de encaminhar a questão da violência. Impõe-se uma forma de se olhar a violência.

Assim, se estabelece a hipótese central de nossa pesquisa: A mídia em questão recolocou em pauta a questão da violência, principalmente em suas primeiras páginas, quando essa começou a atingir áreas nobres da cidade como a Zona Sul e o Centro. Por extensão, as áreas periféricas continuam a ser consideradas e tratadas como áreas de importância secundária, não figurando nas primeiras páginas, preferencialmente destinadas aos eventos que envolvem Zona Sul e Centro. Pode-se acrescentar nessa direção, o seguinte dado geográfico: A Zona Sul figurou na primeira página em mais de setenta por cento dos registros de violência urbana registrados nos últimos cinco anos(1999-2003), e principalmente nos dois últimos. O Globo privilegiou a violência ocorrida na Zona Sul e Central da cidade e nas favelas mais próximas do Centro como

Complexo da Maré, Complexo do Alemão(essa principalmente a partir do caso da morte de Tim Lopes, o que corrobora a hipótese central) e Morro da Mineira. As outras mais de seiscentas favelas da cidade do Rio de Janeiro praticamente não figuraram como violentas na primeira página do O Globo. Uma segunda parte da hipótese central, implica em demonstrar que O Globo ao dar visibilidade à violência urbana oriunda do tráfico na cidade, sofreu uma mudança qualitativa de perfil ainda que setorial. Assim ao registrar a violência em questão, o veículo se rendeu ao imperativo do espetáculo, equiparando-se ao noticiário popular. O que poderá ser constatado no transcorrer do capítulo 04, quando serão analisados quatro grandes ataques do tráfico ocorridos na cidade entre setembro de 2002 e fevereiro de 2003.

Um jovem policial, com mais ou menos 23 anos de idade, se defronta com o crime e de alguma forma recusa-se a aceitar as percepções mais imediatas dessa realidade, que se traduzem na idéia de que essa está relacionada com a perda de poder da Polícia diante dos marginais, logo, por consequência, o crime deve ser entendido nos limites de uma sociedade que precisa ser disciplinada, que há a necessidade de uma lei mais dura e uma polícia mais eficiente.

Embora o conceito de eficiência possa divergir de pessoa para pessoa, o que realmente conta é o fato de que a questão da violência está associada a um entendimento de que tudo se resolve se a polícia for melhor, pois assim a mesma será colocada sob controle. Essa percepção parece ir de encontro com duas das questões mais importantes e cruciais do início desse novo milênio: O que fazer com as massas miseráveis que crescem em todo o planeta e como conter a violência que assola todas as partes do mundo. A violência parece ter ganhado maior visibilidade nos limites de uma sociedade regida pela mídia. Essa com seu enorme poder de dar visibilidade ao acontecimento parece ter tirado a violência do anonimato. Não se sabe ao certo se a mídia apenas tornou visível aquilo que já se dava como um dado concreto, ou se sua capacidade de tornar visível de alguma forma contribuiu na ampliação dessa violência, ou quem sabe, os dois fenômenos estão acontecendo. Um policial da Baixada Fluminense confidenciou que no tempo que grupos de extermínios ganhavam as manchetes dos jornais, ditos populares, os integrantes dos referidos grupos ligavam para os jornais e disputavam qual crime pareceria com maior destaque na primeira página, o que de certa forma contribuiu para o aumento dos homicídios. Mas é possível se pensar também numa influência mais sutil e sofisticada da mídia sobre os corações e as mentes das pessoas no mundo contemporâneo. Onde a violência pode ser vista como uma linguagem, um discurso,

uma forma de ganhar visibilidade nos limites de uma sociedade que produz tantos invisíveis. Pensando-se assim, a mesma deixa de ser apenas barbárie para ser vista como um instrumento de pessoas que lutam por existência concreta e real. Isso não quer dizer que se apóie a violência por ser ela um instrumento ou uma linguagem, mas deve-se procurar pensá-la fora de uma lógica de entendimento da mesma somente como barbárie.

Os investimentos no campo da segurança pública vêm crescendo ano a ano, e mais policiais são contratados e colocados nas ruas, entretanto nada se resolve. A discussão sobre segurança pública se multiplica, se constrói um campo do saber e proliferam falas a respeito de temática tão fascinante. Universidades, ONGs, órgãos governamentais, instituições públicas e privadas, gente comum produzem falas a respeito da violência urbana que assola o terceiro milênio.

Essas falas se manifestam nos mais diversos canais: jornais, rádio, televisão, publicações científicas, livros, entretanto, interessa como objeto, pensar como essas falas se apresentam no espaço de uma mídia escrita, no caso, o jornal O GLOBO, considerando que esse veículo não dedicou grande atenção a questão da violência oriunda do tráfico de drogas nos últimos anos, ultimamente essa situação vem se alterando, pois páginas inteiras estão sendo dedicadas ao tema, sendo esse movimento uma das questões que se tentará responder no decurso desse trabalho.

O que mudou desde os artigos da Sandra Cavalcante na década de setenta, quando na ocasião, a mesma alertava sobre a questão da segurança na cidade?

Francamente, as coisas não podem continuar como estão. Ninguém está suportando mais. Os limites já foram todos ultrapassados e a nossa paciência esgotada. Cada dia, a cidade fica mais truculenta. Mais feroz. Mais estúpida e insensata.(...)Abre a porta do apartamento? Instala um microfone?E se for o porteiro? E se atrás dele entram os bandidos? E se, no elevador, o outro saca a arma?(...) Chefes de quadrilhas perigosíssimas que conseguem dirigir e comandar tudo de dentro das grades(...)Não, não me refiro aos que estão empilhando cadáveres na calada da noite, cometendo homicídios abomináveis nesta guerra infundável de quadrilhas de traficantes(...)(CAVALCANTE,2002,122, 133, 134)

Como se percebe questões hoje bastante discutidas encontram-se há mais de vinte anos nos noticiários das páginas policiais: roubos a residência, poder dos traficantes, guerra de traficantes etc. Será que realmente pode se falar em um Rio de Janeiro como *um recanto idílico, cantado mundo afora por suas belezas e o bom*

humor de seu povo(Filho e Filho,2003,15) em contraposição a um Rio de Janeiro diferente tomado pela guerra de traficantes, principalmente a partir de 1983(idem,15). Qual Rio de Janeiro é verdadeiro, se o primeiro, por que O GLOBO não se interessou pelo tema, se o segundo, teria Sandra Cavalcante mentido ou exagerado?

Não é intenção discutir, prioritariamente, a natureza da violência ou de suas causas, mas sim, as narrativas que são produzidas sobre ela, e principalmente como essas narrativas se articulam no espaço midiático.

Assim, como aponta Muniz Sodré a mídia: *Vive do discurso que faz sobre sua própria simulação das outras realidades. Não se trata de discurso sobre representações de substâncias históricas, mas de discurso sobre discurso*(2003,309). Portanto se procurará aqui pensar como se articulam os discursos ou falas sobre a violência oriunda do tráfico na cidade do Rio de Janeiro, buscando-se não transformar o presente trabalho em um trabalho sobre o tráfico de drogas ou a violência em si. Interessa discutir como a mídia pensa e faz pensar a respeito dos temas em questão, assim como, o que a faz pensar dessa ou daquela maneira.

Essas falas ou discursos refletem o longo processo histórico brasileiro, no qual as elites sempre procuraram através de diversos mecanismos, inclusive a violência sistemática, apartar do centro de poder as classes subalternas. Assim, a mídia funciona como um mecanismo de atualização tecnicista dessas falas conservadoras no sentido de convencer a sociedade em como um todo de uma determinada visão de mundo.

Para se pensar a construção dessas falas na mídia, assim como a fala da própria mídia, procurou-se partir de um recorte espaço temporal. A pesquisa se centrará entre os anos de 1999 e 2003 na cidade do Rio de Janeiro. O período foi escolhido por coincidir com o Governo Anthony Garotinho, que teve como carro-chefe de sua campanha para governador a questão da segurança pública, embora não se pretenda discutir a política de segurança em questão. O ano de 2003, embora não fizesse parte do governo de Anthony Garotinho foi mantido pelo fato que nesse ano que ocorreu o grande ataque de fevereiro, quando a cidade do Rio de Janeiro foi sacudida por traficantes sob o comando de Fernadinho Beira Mar. O referido ataque foi considerado aqui como organicamente ligado a ataques anteriores, ocorridos nos meses de setembro e outubro de 2002, todos analisados nesse trabalho. A escolha da cidade do Rio de Janeiro se deu pelo fato de que ela foi epicentro dos grandes ataques promovidos entre 11 de setembro de 2002 e final de fevereiro de 2003, sendo a cidade considerada uma espécie de capital da violência.

Assim, procurando-se pensar os mecanismos de seleção da mídia em questão, ou

seja, como a mesma encaminha, seleciona, apresenta, produz sínteses e entendimentos sobre a violência urbana oriunda do tráfico de drogas, estabeleceu-se como ponto de partida a análise das primeiras páginas do O GLOBO no período em questão, buscando-se discutir: como a violência foi noticiada, que tamanho ocupou na primeira página, que região foi privilegiada, quais não foram, como os títulos foram escritos, como as imagens foram expostas. No caso específico dos ataques de setembro, outubro e fevereiro procurou-se pensar o desdobramento das matérias das primeiras páginas nas páginas internas, buscando-se refletir sobre as sínteses produzidas pelo jornal a respeito dos ataques em questão. Considerou-se que é na primeira página do jornal que se encontra o sentido primeiro do que se pretende dizer, que se identifica para quem o veículo serve como interlocutor, o que se diz, para quem se diz e como se diz. Na primeira página o mundo como fragmento ganha sentido.

O mundo parece explodir diante de nossos olhos, os fragmentos soltam do tecido do real. O homem tenta fazer uma colagem, pode-se afirmar em vão, porque o real por sua própria dinâmica não pode ser recomposto e sim apreendido de forma imprecisa. A complexidade do fragmento, em muitos casos, pode causar a impressão de que o real não existe, ou que ele também é fragmentário, caótico, na verdade não o é, o real é dinâmico e apreensível em suas leis mais profundas.

O fragmento é a violência urbana oriunda do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, assim sendo, se procurará percorrer o longo caminho entre o real e sua dinâmica até a manifestação do fragmento, considerando que é impossível entender o fragmento sem entender a dinâmica contraditória do real. Esse é o caminho, esse é o pressuposto do trabalho. Nosso método e metodologia.

Considerando ainda a afirmação que método não significa de jeito nenhum metodologia(...) As metodologias são guias a priori que programam as pesquisas, enquanto que o método derivado do nosso percurso será uma ajuda à estratégica, a qual compreenderá utilmente, certo, segmentos programados, isto é, metodologias, mas comportará necessariamente descoberta e inovação(MORIN, 1999, p.35)

É bem verdade que em muitos casos, as faces do fragmento se tornam obscuras e pela falta de elementos o conhecimento se torna impreciso. Entretanto não será prioridade desse trabalho, não diz respeito ao tráfico ficar disputando com a mídia a verdade sobre um determinado acontecimento em particular, pois o que de fato se busca é o porquê do fato e qual a razão da mídia interpretá-lo dessa ou daquela maneira.

Finalmente em que condições históricas o acontecimento ganha sentido. Como exemplo, pode-se citar a morte do traficante Orlando Jogador pelo traficante Uê, não interessa de fato disputar os motivos que levaram tal fato a ocorrer, mas sim pensar o porquê da mídia privilegiar o olhar sobre os traficantes como personagens individuais e não o tráfico como uma estrutura. Interessa o porquê do olhar e não uma possível verdade produzida pelo olhar.

Assim, talvez nunca se saiba o que de fato levou Fernandinho Beira-Mar a trucidar traficantes inimigos no dia 30 de setembro de 2002, mesmo que ele um dia revele uma versão misteriosa ou secreta, muito comum na prática jornalística, talvez nunca se saiba também o motivo desse ou daquele ataque dos traficantes, ou até mesmo não se saiba como se organiza o mundo da favela, mas se pode entender que todos os fenômenos descritos possuem a mesma dinâmica e podem ser pensados a partir de suas analogias internas e se remetem ao mesmo real-histórico.

Logo, o enfoque pretendido aqui é aquele que considera o homem e suas relações de troca, o homem enquanto ser social e coletivo e sua predisposição ao acúmulo de riqueza, *logo um dos aspectos essenciais do capital é o de que ele tem ser acumulado, independentemente das preferências subjetivas ou das convicções religiosas dos capitalistas tomados individualmente*(BOTTOMORE,1988, p.01).

O capital em sua dinâmica precisa se expandir independente da vontade individual do capitalista, logo isso se torna uma lei indefectível do capitalismo, destarte *a pressão sobre os capitalistas particulares se processa por meio do mecanismo da concorrência. Como o capital é valor que se expande a si mesmo, seu valor deve, pelo menos, ser preservado. Por força da concorrência, a mera preservação do capital é impossível sem que ele mesmo tempo se expanda*(BOTTOMORE,1988, p.01).

Assim serão palavras chaves em nosso caminho: acumulação, capital, burguesia, concorrência, mercado, mas elas sozinhas, não dão conta do que se pretende investigar, que é a relação entre o olhar da mídia, na figura de um prestigioso jornal do Rio de Janeiro, no caso O GLOBO, e a questão da violência do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Assim se faz necessário pensar além da estrutura onde se funda o discurso da mídia, pensar a própria mídia e a sociedade gerada por ela. Nesse sentido servirá como principal eixo teórico a obra do Professor Muniz Sodré.

Dentro de sua perspectiva teórica, a mídia é considerada como uma nova forma de vida, ou seja, um novo *bios*. O autor defende o pressuposto teórico que a mídia deve ser entendida como algo para além de um simples dispositivo técnico, não se trata

apenas de jornal, tv, internet e rádio e meios afins, mas também de uma nova forma de vida, que implica necessariamente formas de sentir e pensar, ou seja um novo relacionamento estético. Assim a mídia contemporânea implica em vida. O autor explica, que, a mídia como um *bios* pode ser enxergada nas metáforas existentes dos filmes e ficções literárias, principalmente da sociedade norte-americana, onde filmes como o Show de Truman constituem forte exemplo do *bios* midiático. Tal como no mito da caverna de Platão, Truman vive em uma cidade-cenário desde a sua infância pensando que o mundo que estava à sua volta era verdadeiro. A grande diferença entre a caverna de Platão ou a cidade de Truman e o *bios* midiático contemporâneo é que nesse último não existe nada para além, a mídia ocupa todos os espaços, o homem construiu esse cenário e não estabeleceu seus limites.

É nessa ordem objetivista-tecnológica que nos sugere a hipótese atual de outra forma de vida, o bios midiático ou virtual(resultante de nova tecnologia das relações sociais)capaz de funcionar até certo ponto com uma lógica própria, auto-referente(tautológica)sobre um “território” feito de pura informação, que acena para a esfera pública com a variedade dos repertórios culturais. Essa forma vem persistido nas últimas décadas como um “parque”tecnológico integrado e adequados aos regimes de visibilidade pública e de representação do capital em sua fase globalista(SODRÉ,2003:310)

A mídia caminha na direção de tudo homogeneizar, tudo pasteurizar, possibilitando assim uma única forma de sentir e pensar. O *bios* midiático implica em uma nova estética marcada pela promessa de visibilidade como forma de existência, entretanto, em contrapartida, nega esse registro de visibilidade à grande maioria da sociedade. Gerando nesse ponto sua profunda contradição.

Assim a mídia embora filosoficamente se apresente como um espaço democrático de reparação de injustiças e de defesa dos interesses gerais da sociedade, um espaço devotado ao novo e a vanguarda, como um avatar da modernidade e daquilo que é moderno, ela na verdade funciona como um espaço de manutenção do *status quo* de uma elite econômica e política. Que enquanto instância discursiva, solidifica uma forma de pensar e fazer pensar, que permanece há séculos no imaginário político da sociedade brasileira, que se traduz na ideologia modernização conservadora, forma de pensar da grande família extensa.

O presente trabalho se dividirá em três capítulos, a primeiro versará sobre os conceitos de fala ou discurso e narrativa, a relação entre os mesmos, buscando identificar o papel da mídia como espaço de enunciação discursiva, assim como

produtora de discurso. Nesta parte se buscará identificar as falas que se tornam presentes na mídia e seus interesses, assim como o interesse da própria mídia. Em um segundo capítulo, se procurará pensar algumas categorias mais gerais como favela, tráfico, traficante e algumas mais restritas como guerra civil, crime organizado, estado paralelo. Busca-se assim demonstrar como a mídia se remete a essas categorias, que tipo de entendimentos ou sínteses produz, procurando-se uma análise crítica desses entendimentos. Em um terceiro capítulo se procurará analisar quatro grandes ataques dos traficantes ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, procurando discutir a interpretação da mídia sobre os eventos.

Ainda sobre a condução da pesquisa em curso, é cabível esclarecer que foram utilizados relatos de informantes de algumas favelas, policiais, e profissionais em geral de forma que se pudesse acrescentar informações e conhecimentos adicionais, embora fundamentais, entretanto os mesmos informantes não foram identificados por questão de segurança.

1 - DISCURSOS SOBRE A VIOLÊNCIA – DAS FALAS À NARRATIVA

Pretende-se nesse capítulo a partir de uma incursão nos conceitos de fala ou discurso e narrativa, entender como a mídia produz diversos entendimentos sobre a violência urbana oriunda do tráfico de drogas no Rio de Janeiro.

Não é a proposta principal deste trabalho, priorizar a discussão a respeito da violência e sua dinâmica, embora algumas incursões em torno do fenômeno se façam necessárias.

Interessa pensar como a mídia, na figura de um jornal de grande circulação como O Globo, atua no centro dessa discussão. A mídia, ora referenciada, surge como mais um instrumento institucional e político que serve de espaço para encaminhamento de propostas de entendimento sobre essa temática, procura assim funcionar como um fiscal insuspeito das políticas de segurança pública, mostrando como a violência progride e como reagem as forças de segurança.

Parte-se, então, do pressuposto que a mídia funciona como espaço atravessado por diversas falas ou discursos, que emprestam sentido ao mundo, sendo assim um espaço de enunciação discursiva.

As corporações de mídia e entretenimento exercem um duplo papel estratégico na contemporaneidade. O primeiro diz respeito à sua condição peculiar de agentes operacionais da globalização, do ponto de vista da enunciação discursiva. Não apenas legitimam o ideário global, como também o transformam no discurso social hegemônico, propagando visões de mundo e modos de vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas(MORAES,2003, p.187)

Torna-se necessário, no entanto, definir discurso ou fala como sendo *o” uso da linguagem como forma de prática social e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais”(FAIRCLOUGH,2001,p.90)*, o que remete ao sentido que se pretende dar aqui ao termo, ou seja, uma idéia de que a fala traduz o coletivo, o processo como um todo e não uma fala individual.

Isto implica *“ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de*

representação”(idem, p.91). Enfim uma relação de poder².

O autor ainda aponta para uma relação dialética entre o discurso e estrutura social.

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhes são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado(idem,p.91)

Portanto, pretende-se pensar para além do discurso como uma prática de significação, buscando-se identificar os mecanismos inerentes à sua construção. Assim sendo a idéia é discutir a relação entre o discurso propriamente dito e a um segundo conceito, o da narrativa. Embora ambos possam parecer sinônimos ou equivalentes, no entendimento aqui desenvolvido não são.

Mohammed ElHajji ao fazer uma incursão sobre o conceito de globalização ajuda no objetivo de definir o que se busca aqui pensar como narrativa:

O conceito de globalização parece, portanto, como uma narrativa ocidental auto-referente, ao mesmo tempo agente e objeto de enunciação; onde as referências cronológicas européias de desenvolvimento tecnológico e de complexificação social são projetadas sobre o resto do mundo, num esquema darwinista e etnocentrista. Trata-se na verdade, de um discurso ideológico, parte integrante da metanarrativa hegemônica ocidental(...)(2001,p.112)

Não se pretende aqui entrar na discussão proposta pelo autor sobre globalização, mas tentar apreender o sentido de narrativa desenvolvido pelo mesmo. Segundo o autor a globalização é uma narrativa produzida no seio da sociedade capitalista, por outras palavras, pode ser pensada como uma interpretação. Todavia, a sociedade regida pelo capital produz a partir de sua dinâmica, outras possibilidades narrativas, ou seja, outras interpretações, explicações ou formas de entendimento sobre o mundo. Logo, a mídia figura como uma dessas narrativas como bem aponta Walter Benjamin:

Por outro lado verificamos que, com o domínio da burguesia que, na ascensão do capitalismo, vai ter na imprensa como um dos seus instrumentos mais importantes, surge uma forma de comunicação(...)(1992:33)

² A palavra poder inscreve-se na possibilidade de controle do coletivo, na possibilidade de controle da instância decisória em sociedade, donde significa também os sentidos de querer e fazer(SODRÉ, 1996.p.58).

Entretanto o autor aponta para o fato de que essa forma de comunicação implica na crise da narrativa clássica: Verifica-se que essa forma de comunicação não é menos estranha à narrativa do que o romance, mas ameaça-a muito mais. Ela conduzirá o próprio romance a uma crise. Esta nova forma de comunicação é a informação (idem, 1992:33).

Assim sendo a base da narrativa midiática é a informação que implica em uma relação de proximidade, de intimidade: *Actualmente(sic), se prefere escutar a informação que está próximo, ao relato que vem de longe (ibidem, 1992:33)*

Portanto, a mídia embora se aventure a falar de tudo, mesmo que vicariamente, e sobre todos os lugares, preferencialmente ela narra a respeito do que se avizinha às pessoas, do que a está próximo, do que as pessoas fazem parte e comungam.

Destarte, pode-se pensar a idéia de narrativa como algo além de uma interpretação sobre o mundo, pois sendo produzida pela sociedade capitalista, a narrativa tende a se confundir com ela. Todavia é preciso definir que existe uma relação de subordinação entre a fala (ou discurso) e narrativa. Pois o primeiro termo indelevelmente se subordina ao segundo.

Desta maneira, pode-se distinguir na narrativa midiática diversas percepções e formas de se pensar e sentir a violência, falas que se encontram disseminadas nas páginas do jornal como que desconectadas e sem qualquer interesse maior, do que simplesmente comentar esse ou aquele aspecto do fenômeno ou fato violento em si sem um compromisso efetivo com o conceito. A mídia se propõe objetivamente imparcial.

Assim “*uma característica do jornalismo – de um modo geral enunciada como uma de suas mais importantes qualidades – é a sua decantada” objetividade*”(COIMBRA, 2001, p.68). Essa busca pela objetividade se torna um filtro poderoso no sentido de enquadrar as falas que se produzem no interior do espaço midiático do jornal. A própria idéia de objetividade se remete aos “*cânones do pensamento positivista*”(idem, p.68) que procura apreender a natureza como um ordenamento lógico de acontecimentos naturais (COSTA APUD COIMBRA, p.68, 2001). O que remete à idéia de informação conforme Walter Benjamin já demonstrou: *A informação precisa ser plausível (1992:33)*

Uma distinção importante para se poder pensar mídia enquanto narrativa é que essa(a mídia) tanto pode ser entendida como fala(ou discurso), quanto narrativa, por outras palavras, tanto poder ser uma fala individualizada como pode representar uma forma de se explicar ou entender o mundo.

Há no espaço do jornal em referência, a presença das mais diversas falas ou discursos, desde o simples leitor que escreve comentando, criticando, elogiando determinada situação ou matéria, até os representantes das instâncias privadas e governamentais, civis e militares (Polícia, Judiciário, Igreja, ONG, Universidade etc) que formam aquilo que se costuma pensar como opinião pública³.

Pode-se se partir do pressuposto que essas falas são produzidas fora do espaço midiático do jornal, e que nele seriam apresentadas ou ganhariam visibilidade. Esse entendimento somente é possível se se considera a mídia apenas como um dispositivo técnico, apartado da sociedade. mas, se ao contrário, ela for considerada como um espaço de produção de sentidos, indo mais além, se for pensada como um novo bios⁴, ou seja, uma nova consciência ou forma de fazer sentir e pensar, uma relação espaço-temporal e estética de primeira grandeza. Assim, pode-se pensar, que a mídia muito além de possibilitar a visibilidade que as falas necessitam à sua própria existência, traduz a si própria como uma fala que se remete à relações de classe específicas.

As relações sociais(políticas e ideológicas). Como se sabe, não podem ser pensadas fora de sua condição de práticas de classes situadas em oposições. Por sua vez os meios de informação de massa(os media)constituem em seu conjunto um aparelho que realiza ideologicamente o poder de Estado. Essa realização é sempre contraditória, uma vez que no interior do aparelho podem chocar-se forças políticas conservadoras e transformadoras ou correntes ideológicas retrógradas e inovadoras(...)Em qualquer dos casos, porém, o aparelho informativo se articula ideologicamente com a classe que controla o Estado e se investe de sua estrutura, isto é, assume a forma geral do poder de Estado(SODRÉ,1984,p.21)

As falas emergem do interior da narrativa hegemônica produzida de acordo com a lógica dos interesses capitalistas, destarte, consideram-se as falas ou discursos, partes integrantes dessa narrativa e essa como uma relação mais abrangente que supõe a fala ou discurso. Cabe ressaltar, outrossim, que as relações entre fala e narrativa nem sempre se apresentam claramente à consciência dos sujeitos.

Assim, pode-se considerar, que a maioria das falas que se apresentam na mídia se constituem como partes de uma narrativa maior que é a narrativa do capital, ou seja, a narrativa da Burguesia capitalista. Dentre as diversas possibilidades narrativas, aqui interessa pensar a mídia, que enquanto narrativa pode ser considerada também como um

³ Entendendo-se essa como produto do encontro entre um fantasma político tradicional-levar “o povo” a falar nos regimes em que, supostamente, ele é fonte de legitimidade do poder – e uma tecnologia social moderna:a sondagem(Champagne,1998p.44)

⁴ Conforme Sodré.M.2002,p.25.

espaço estético-cognitivo no qual as falas reproduzem as relações de sentido engendradas pela narrativa hegemônica.

Em razão da hegemonia dessa narrativa, principalmente a partir da segunda metade do século XX, devido também ao seu alto grau de convencimento e persuasão, que lhe é inerente, é que temos a admissão de diversas falas, aparentemente divergentes, mas que compartilham de uma convergência narrativa nas formas de se sentir e pensar o mundo. Por isso, no limite, as falas devido ao imperativo hegemônico que as pressupõe, não se constituem como antagônicas, revolucionárias, ou verdadeiramente transformadoras, mas se auto referenciam, se auto-justificam pelo pertencimento à uma narrativa comum, a do capital. O antagonismo entre as falas é somente aparente.

Assim, partindo dessas premissas, se pretende objetivamente pensar como essas diversas falas se articulam no espaço midiático, do jornal em tela, produzindo entendimentos sobre a violência urbana oriunda do tráfico e por extensão a questão da segurança pública.

No cenário contemporâneo, quando se fala desses temas, diversos atores sociais e políticos se digladiam causando a impressão de que existe de fato um alto grau de divergência de opiniões⁵, quando de fato, essas falas, partindo em tese, de pontos de vista diferentes constituem uma visão comum marcada por um entendimento técnico-burocrático de mundo. Essa percepção busca o encaminhamento de soluções para questões relacionadas à violência, ao tráfico e à segurança pública através de mudanças de caráter técnico, seja por via de um aprimoramento qualitativo dos mecanismos e dos meios de segurança, fala comum nos setores intelectualizados⁶, seja por mudança de caráter quantitativo⁷, fala comum nos setores governamentais e classe média em geral

No limite, embora essas falas pareçam divergir umas das outras, tal não ocorre na prática, pois elas são engendradas por mecanismos socialmente construídos e partilhados por uma classe dominante, por consequência o modo de pensar de uma classe dominante, é a forma como pensam outras classes.

Como resultado dessa grande comunhão narrativa, há o entendimento de que o crime, a violência, a marginalidade, no conjunto, constituem-se como anomalias individuais. Nega-se a possibilidade de entendimento de que a violência possa resultar

⁵ Essas opiniões serão discutidas no capítulo 03.

⁶ Incluem-se nesse caso principalmente os pesquisadores da área de Segurança Pública e violência, tais como Inácio Cano, Luis Eduardo Soares

⁷ o termo quantitativo deve ser entendido como uma referência à organização do policiamento ostensivo, formas de policiamento e armamentos utilizados no combate à violência

como uma síntese de relações sociais desiguais.

Percebe-se então a hegemonia de um padrão civilizacional que se impõe na forma de se interpretar o mundo. Assim, quando se pensa a questão da segurança pública verifica-se que o debate parece rico e cheio de opções, havendo uma enorme circularidade de falas, o que leva à percepção aparente de uma riqueza da discussão. No entanto, persiste uma tendência ao entendimento único e à esterilidade da narrativa.

Apesar de tudo, não se desconsidera também o papel dos sujeitos na construção das diversas subjetividades, mas pode-se pensar que a ação desses também se subordina às determinações do real histórico que se conjuga na direção da saciedade dos interesses e necessidades das classes hegemônicas.

Na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações e produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das duas forças produtivas materiais (Marx, 1977, p.301).

Assim sendo, o homem enquanto produtor de subjetividades encontra-se submetido às relações engendradas no real-histórico, no qual são erguidos os pilares das formas de se sentir e pensar o mundo.

A consciência dos atores sociais é mais um produto dessas relações profundas da sociedade capitalista, logo está submetida a esse real-histórico, donde a dificuldade desses de interpretarem o que lhes está acontecendo à volta e apelarem para soluções que apenas dão conta do fenômeno: *Não é consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência (Marx, 1977, 301).*

Retomando a dicotomia fala/narrativa é cabível pensar a primeira como o discurso individual, o que cada ator social manifesta como opinião, e narrativa a forma como o capital se organiza enquanto gerenciamento de mundo. As falas se produzem a partir de um entendimento encaminhado pelo real-histórico, assim sendo, questões relacionadas à segurança pública, tráfico e violência, são tratadas a partir de um entendimento dos fenômenos em si, e não pela análise das relações mais profundas e íntimas que constituem a totalidade do real. Logo, é a partir do entendimento das relações profundas que se constroem à base da sociedade brasileira, que se pretende pensar como a mídia elabora seu próprio discurso, suas formas de entendimento, elaboração de juízos e abordagem a respeito das questões relacionadas ao tráfico de

drogas, violência urbana e a segurança pública.

Considerando-se por pressuposto que as falas presentes na mídia constituem-se e ganham sentido no campo objetivo e simbólico da narrativa da classe dominante, se faz necessário entender o engendramento dessas falas, ou seja, como se processa a convergência dessas à narrativa da classe dominante.

Partindo-se do pressuposto que a classe dominante age sempre no sentido de garantir um conjunto de privilégios para seus pares, torna-se imperioso a essa que dê curso a um processo constante e regular de naturalização de um *status* meritório. Em outras palavras, a classe dominante considerando, que enquanto classe não é monolítica, tem que convencer o restante da sociedade, assim como as frações que a compõem, que ela é merecedora desses privilégios.

Um dos pilares desse processo de convencimento e auto-convencimento encontra-se expresso na ideologia⁸ da modernização conservadora difundida pela classe dominante. Entretanto, em uma sociedade tão complexa como a contemporânea, a ideologia da classe dominante tem que se apropriar de mecanismos cada vez mais sofisticados para manter sua hegemonia sobre o restante da sociedade. Joseph Buttigieg(2003) ao analisar o conceito de hegemonia de Gramsci oferece um pequeno quadro desse processo desencadeado pela classe dominante burguesa:

A civilização burguesa moderna, na visão de Gramsci, se perpetua através de operações de hegemonia - isto é, através das atividades e iniciativas de uma ampla rede de organizações culturais, movimentos políticos e instituições educacionais que difundem sua concepção do mundo e seus valores capilarmente pela sociedade. Mas-deve-se logo acrescentar- Gramsci não compreende as operações hegemônicas como unidirecionais; elas não consistem somente em transmissão e disseminação de idéias e opiniões dos grupos dominantes para os estratos subordinados. A atividade cultural, no sentido mais amplo do termo, também estimula novas idéias nos setores privilegiados da sociedade, permite-lhes enfrentar novos problemas e permanecerem sintonizados com as demandas e aspirações de todos os setores da sociedade, em poucas palavras, ela reforça a capacidade dos grupos dominantes para olhar além do próprio interesse corporativo e estreito e, portanto ampliar sua ação e influência sobre o resto da sociedade, A hegemonia, tal como Gramsci a concebe, é uma relação educacional(BUTTIGIEG,2003,p.46).

Torna-se importante destacar que o caráter educacional da hegemonia em Gramsci, não deve ser entendido e remetido somente à uma rede escolar de qualquer natureza. O sentido educacional encontra-se contemporaneamente deslocado dessa para as

⁸ pensando-se ideologia como “ estados de consciência ligados à ação política ” (LÖWY,2000,p.11)

instituições midiáticas que assumem gradativamente um forte sentido pedagógico em sociedade. No entanto, esse sentido pedagógico não se encontra adstrito somente à função informativa pela qual a mídia se caracteriza classicamente, mas pelo seu caráter estético-cognitivo, por sua capacidade de adaptar a ideologia da classe dominante, de atualizá-la, de torná-la digerível por toda sociedade. Em outras palavras, a mídia deve ser destacada por sua funcionalidade ao difundir a ideologia dominante e assim torná-la compartilhável por toda a sociedade. Logo, *o” discurso atua nos níveis micro e macro, assim como nos registros da interação e da cognição. A mídia funciona no nível macro como um gênero discursivo capaz de catalisar expressões políticas e institucionais”(...)(Van Dijk apud Sodré, 1999,p.243)*

Dessa maneira, a ideologia da modernização conservadora se engendrou no século XIX e hoje se mantém sempre nova e atualizada, pois, através dela são incorporadas dinamicamente às demandas da sociedade como um todo, sem comprometer os interesses econômicos e políticos do núcleo da classe dominante.

Aparentemente o espaço midiático do jornal é marcado por uma diversidade de falas, que se expressam ora de forma amistosa, ora de forma antagonica. Entretanto, interessa identificar de que forma se processa essa espécie de espírito comum que norteia essas falas.

1.1. Mídia – teoria e discurso sobre a violência

Pode-se inicialmente, identificar a fala da própria mídia, ou seja, do próprio jornal, representada diretamente pelos editoriais e implicitamente pela forma como as matérias são escolhidas, priorizadas, redigidas, encaminhadas e selecionadas no cotidiano do jornal. Dentro ainda desse fala, temos os articulistas que escrevem regularmente no jornal e que embora formalmente, se apresentem como independentes em suas opiniões, procuram não ferir o interesse mais óbvio do jornal.

Dentro do sistema midiático (jornais, radiodifusão, editoras, agências de publicidade, etc), constituem-se hoje pequenas elites intelectuais, a que pode se chamar de “logotécnicas”, isto é, especializada na neo-retórica elaboradora do discurso público. Tais elites - editorialistas, articulistas, editores, colunistas, âncoras de tevê, criadores publicitários, artistas, jornalistas especiais- funcionam como filtro e síntese de variadas formas de ação e cognição presentes nas elites econômicas, políticas e culturais coexistentes num contexto social(SODRÉ, 1999,p. 244)

A fala do jornal em si, não deve ser entendida de forma monolítica, pois embora

a mesma expresse o interesse econômico-financeiro do dono do jornal ou do grupo que detém esse controle, e, assim sendo, é regida por uma racionalidade empresarial, esse interesse empresarial também é atravessado por outras demandas, tais como, o interesse político, as amizades do próprio dono do jornal, a subjetividade do editor e dos jornalistas que operam as matérias e a opinião do leitor (que em muitos casos, escapa à previsibilidade do empresariado). Não se pode crer, que a fala do jornal tudo possa e prescindir de diversos interesses que se articulam em sociedade. É óbvio, que essas perspectivas de segunda ordem, não podem, ou não devem comprometer a lucratividade da empresa, o que de certa forma, aponta para o limite desses interesses menores.

Dentro então dessa perspectiva, deve-se pensar o papel do editor como uma instância controladora do que deve ser publicado, é o selecionador de fragmentos de uma realidade cotidiana que se apresenta, é o fiscal direto do trabalho do jornalista e, destarte, torna-se fundamental na preservação do interesse empresarial, mas, nem por isso, deve ser pensado como um ente sem contradições ou interesses, assim também, a partir de sua subjetividade, pode contrariar, embora de forma tímida, os interesses do dono do jornal.

Não se pode, no entanto, pensar a construção da fala da mídia sem pensar o papel do jornalista, e, nesse caso então deve se considerar, algumas variáveis importantes que influem diretamente na construção de sua fala e por consequência na fala do jornal como um todo. A primeira variável a ser considerada, é que o jornalista ao escrever, o faz sob o crivo do editor, o que, formalmente, tolhe sua liberdade, pois esse, como já foi dito, é aquele cuja função é de representar e garantir que os interesses do dono do jornal estão sendo atendidos. Entretanto, seu controle não é absoluto e algumas matérias podem escapar a sua fiscalização. O que implica dizer que o jornalista em várias ocasiões, de forma criativa, dribla o controle do editor. No entanto, a divergência entre a opinião do jornalista e a do editor, nem sempre é tão radical no que diz respeito ao entendimento profundo que se produz sobre os fatos, ou seja, a respeito da essência que perpassa os acontecimentos. Via de regra a divergência se produz em nome de superficialidades. Tal possibilidade se dá principalmente pelo fato que tanto o editor quanto o jornalista compartilham uma mesma visão de mundo, normalmente, pelo fato de que ambos são geralmente oriundos de setores médios da sociedade.

A segunda variável é que o jornalista quando faz uma matéria o faz, de um determinado lugar, ou seja, sua fala é determinada por uma subjetividade socialmente construída. O fato dos jornalistas pertencerem, em sua maioria, a uma classe média,

mesmo que a origem de alguns seja eventualmente de extratos socialmente inferiores, implica em uma determinada ideologia, em geral, conservadora

Essa ideologia, por sua vez, é determinante no processo de leitura do real que é feito pelo jornalista. Interpretar o real, é emprestar sentido a ele a partir das coisas que fazem sentido para o observador. Entretanto, esse empréstimo de sentido, se faz a partir da saciedade de nossas necessidades mais diretas, imperceptíveis, objetivas ou não.

A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente pensante que examina a realidade especulativamente, porém, a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce a sua atividade prática no trato com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais (KOSIK, 1995, p.13)

No entanto, o homem não controla plenamente a sua relação com o real, considerando que sua interpretação se faça sempre de forma incompleta. Da mesma forma que o homem tenta capturar o real, é capturado por ele.

Portanto a realidade não se apresenta aos homens, à primeira vista, sob o aspecto de um objeto que cumpre intuir, analisar e compreender teoricamente, cujo pólo oposto e complementar seja justamente o abstrato sujeito cognoscente, que existe fora do mundo e apartado do mundo; apresenta-se como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade. No trato prático-utilitário com as coisas em que a realidade se revela como mundo dos meios, fins, instrumentos, exigências e esforços para satisfazer a estas coisas e elabora todo um sistema correlativo de noções que capta e fixa o aspecto fenomênico da realidade (idem, p.13)

Assim, é a partir dessa relação entre o jornalista e o real-histórico, que se funda seu entendimento, seu juízo prático e operativo, estabelecendo uma interpretação do que é possível ser interpretado. Em outras palavras, a interpretação do jornalista se processa a partir de uma grade de interpretação já dada pelos mecanismos de hegemonia da classe dominante. *‘Interpreta-se sempre uma interpretação já dada’ (SODRE, 2002, p.8).*

Uma terceira variável encontra-se na realidade concreta do jornalista que precisa do salário para sobreviver, o que de alguma forma influencia na forma como produz suas matérias. Muniz Sodré ao ser perguntado sobre a possibilidade que a imprensa seja um instrumento dos anunciantes, do poder econômico, respondeu:

É inevitável, a menos que repensemos a identidade dos jornalistas. O problema

*é que os jornalistas estão interessados em assegurar seus salários e seus empregos. Isso é muito normal. Não creio que seja uma questão de boa vontade, mas de boa consciência*⁹(SODRÉ, 2003,p.187)

Objetivamente interessa pensar, que tipo de leitura a mídia constrói da violência urbana decorrente do tráfico no Rio de Janeiro, a partir de qual paradigma parte, de que quadro teórico se remete, que avanços e limites está sujeita. Pensando concretamente como o jornalista se move diante de realidades tão concretas como favela, traficante, tráfico, violência e suas origens e soluções, marginalidade etc.

Não se pode perder de vista que o jornalista compartilha os temores do mundo em que vive e também sonha com soluções milagrosas, podendo incorrer em muitos casos em análises superficiais. Muitas vezes, usa de seu instrumento de trabalho, dos artigos e matérias que produz, como uma possibilidade de dar voz aos vitimados pela violência, entre os quais se inclui, tentando interpretar tudo isso que acontece na cidade do Rio de Janeiro a partir da sua forma de ver o mundo.

Roberto da Matta em um artigo datado da década de oitenta e alterado no início da década de noventa, procura fazer um inventário dos discursos sobre a violência, no que ele chama de leituras sobre a violência. Sua análise parte do pressuposto que existem duas leituras a respeito do tema, uma primeira que ele chama de leitura teórica ou erudita que comporta duas divisões, a leitura erudita de direita e a leitura erudita de esquerda. Da Matta então, ilustra o que seria uma leitura teórica ou erudita propriamente dita:

fala-se da violência em tom de denúncia, em discurso no qual nada é poupado. Se não fosse exagero, dir-se-ia que nosso discurso erudito é um falar que, sobre ser escandaloso, é também violento. Em geral essa fala se caracteriza por uma totalização radical do sistema, de sorte que tende a confundir a violência com a própria estrutura da sociedade(DA MATTA,1994,p.178)

O autor diz que essa leitura quando de direita, só entende como solução para a violência o aumento do contingente policial: *“é necessário mais polícias(e policiais) para liquidar a violência”*(DA MATTA,1994,p.178). Todavia quando é considerada de esquerda trata a questão da violência pela lógica do poder. *“Liga-se então violência, poder e sociedade de consumo para, em seguida, falar do capitalismo, autoritarismo e desmando governamental”*(DA MATTA,1994,p.178). O autor, no entanto, não menciona que para esse tipo de vertente a violência policial é objeto central da discussão, por isso

⁹ Entrevista concedida a Aziz Filho e Francisco Alves Filho, para o livro Paraíso Armado

deve ser combatida. As camadas pobres do asfalto e da favela, consideradas como massas indisciplinadas e causadoras da violência pela leitura erudita de direita, são vitimizadas pela violência policial(idem,p.178).

O autor ainda aponta que nesse tipo de discurso fala-se também do “*poder como ele fosse absoluto, vigilante, coeso e sempre vitorioso – como se ele tivesse apenas um eixo organizatório e sempre manifestasse concretamente, como realidade autônoma*” (DA MATTA,1994,p.178)

A outra leitura apontada pelo autor é a chamada de discurso popular ou do senso comum e se caracterizaria como

uma narrativa baseada na experiência diária. Nela, a violência não surge apenas como um fenômeno histórico ligado a certas instituições sociais e regimes políticos, mas sobretudo como mecanismo social indesejável: uma ação espontânea, reparadora e direta que rompe os espaços e as barreiras dos costumes, as normas legais, e invade de qualquer maneira o espaço moral do adversário.(DA MATTA,1994,p.180)

Essa vertente segundo Da Matta estaria mais relacionada à violência enquanto confronto físico cotidiano, “*uma ação na qual a força corporal surge como instrumento básico de violação da integridade do outro*”(DA MATTA,1994,p.181)

Assim sendo, a primeira consideração que se pode tecer sobre o modelo de interpretação proposto por Da Matta é a sua relativa atualidade quando se refere ao conteúdo da leitura erudita de direita, entretanto, pode se propor uma releitura atualizadora de outra parte de sua teoria dualista, destacando em primeiro lugar, que hoje se tornou bastante difícil identificar as fronteiras entre as vertentes que compõem a visão erudita indicada pelo autor. As linhas demarcatórias sob o ponto de vista do conteúdo, encontram-se pouco claras. Uma visão sobre a violência que contemple soluções de força e “policialescas” ainda persiste, mas existe uma percepção paralela que embora possa ser identificada como de esquerda mantém o disfarçado apelo à solução de cunho policial. Essa percepção que estaria fora do modelo de Da Matta, se remete a uma visão modernizadora de polícia e traz em seu bojo um forte apelo a um paradigma jurídico de defesa dos direitos humanos¹⁰.

Pode-se considerar que tal vertente não se distingue, em essência, da vertente

¹⁰ Entre os representantes dessa vertente temos pensadores como Luís Eduardo Soares, Julita Lengrube, Inácio Canno, Jaqueli Muniz etc. Entretanto o pensamento desses autores somente será discutido no contexto objetivo da pesquisa, ou seja, na medida em que forem identificados no corpo da mídia pesquisada. Não se pretende aqui discutir a produção intelectual dos mesmos em separado.

que apela diretamente às armas, e, paradoxalmente, seu discurso serve também para justificar o apelo oficial para compra de armas e novos equipamentos, insistindo na necessidade de maior treinamento da tropa que permita o uso racional dessas armas. Ambas vertentes estão presentes nas páginas da mídia, ora nas falas de agentes das instâncias governamentais, ora pela voz de uma intelectualidade civil¹¹.

Essa vertente que poderia ser classificada de liberal-democrática de caráter tecnicista, se sustenta na dramaticidade de um discurso que procura lançar a culpa pela violência, nesse ou aquele ator social, variando via de regra, entre a Polícia e os governantes. Há também, o apelo ao paradigma da ineficiência e do desinteresse político em fazer acontecer, o que justifica o forte tecnicismo dessa vertente.

O problema dessa percepção de violência encontra-se no fato de que a análise se prende ao aspecto fenomênico, exterior e superficial, negando assim pensar a totalidade da questão

que compreende a realidade nas suas íntimas leis e revela, sob a superfície e a causalidade dos fenômenos, as conexões internas, necessárias, coloca-se em antítese à posição do empirismo, que considera as manifestações fenomenais e causais, não chegando a atingir a compreensão dos processos evolutivos da realidade (Kosik, 1995, p.41)

Sob o traje do reconhecimento da diferença, as medidas e soluções nessa vertente, se impõem de cima para baixo, negando qualquer possibilidade de reconhecimento, em nome de uma racionalidade técnica, da participação política dos atores envolvidos na questão, por exemplo, os policiais. Tal se justifica pelo fato de que estes são vistos como truculentos, ineficientes, corruptos e arcaicos.

Nesse ponto, essa vertente coincide com a visão erudita de esquerda descrita por Da Matta, na qual, o que mais importa é a violência policial contra as comunidades carentes que são profundamente infantilizadas. Reconhece-se nessa vertente a mudança de status das vítimas que se dirigem às delegacias em busca de algum serviço, pois essas passam a ser vistas como clientes e consumidores de serviços oferecidos pelo poder público. Esse, no entanto, deve ser submetido ao crivo de uma visão privatista e empresarial, no que diz respeito a oferta de serviços que devem ser esteticamente sofisticados e eficientes.¹²

¹¹ Conforme nota anterior.

¹² O projeto da Delegacia Legal caminha nessa direção ao propor uma gama de bons serviços a todo tipo de cliente, uma espécie de democratização de serviços, além de atender ao imperativo da sociedade contemporânea de

Sobre as possibilidades de leituras sobre a violência urbana há o trabalho de Elizabeth Rondelli que pensa a leitura sobre a violência a partir de cinco matrizes discursivas, sendo que a primeira pensada pela autora, é a própria mídia

e seu modo próprio de falar e de representar a violência, espetacularizando-a a partir de uma lógica da visibilidade, do sensacionalismo, do fascínio e da banalização. Neste processo, a mídia, além de enquadrar a violência segundo os seus requisitos e de acordo com as suas necessidades de rotina produtiva, oferece-a à visão, ao conhecimento e ao julgamento de outros sujeitos sociais. Assim, a mídia tem papel importante em relação a esta produção de sentidos exercida sobre a violência, pois ao oferecê-la à exibição pública, convoca os demais atores sociais a se pronunciarem e a estabelecerem seus juízos de valor sobre ela e a construir uma opinião coletiva, um certo consenso social que pode levar a manifestações sociais e políticas (RONDELLI, 1997, p.12)

O problema dessa percepção de mídia como matriz discursiva é entendê-la como um espaço de produção de sentidos monolítico e que pode determinar as vontades em sociedade sem que haja qualquer contradição, ou seja, a mídia tudo pode como insinua a autora:

Assim, há inicialmente dois sentidos imediatos construídos a partir das imagens da violência. Aquele que lhe é dado pelo atores praticantes, nela diretamente envolvidos, e um segundo, dado pela mídia, quando o fenômeno passa a ser por ela reportado para um público mais amplo. É a partir desta ressonância pública adquirida com a cobertura da mídia que são alimentados os discursos e as práticas de outros atores situados no amplo espectro social (RONDELLI, 1997, p.12)

A mídia de fato é uma instância de produção de consenso em sociedade, entretanto, vê-la de forma monolítica, nega a possibilidade de enxergar a contradição pela qual a mesma é atravessada, por uma rede de dignificados exteriores à sua ambiência. Assim, ao mesmo tempo, que produz consenso, a mídia reflete o consenso que é produzido em outras esferas da sociedade sob a força de coesão da hegemonia burguesa.

Assim, a mídia deve ser entendida como mais uma esfera de reposição de hegemonia. Sendo, por consequência, um espaço subordinado ao interesse da burguesia, e não um espaço independente e acima da sociedade, ditando e determinando à mesma, o que deve ser pensado e sentido. Uma segunda matriz, discursiva apontada por

Rondelli é aquela que privilegia uma caráter mais *sociologizante da violência*(RONDELLI, 1997, p.12)pela qual, segundo a autora, os discursos se bifurcam:

de um lado surgem aqueles voltados para as políticas assistenciais ou de bem-estar, que visam identificar as condições da gênese dos comportamentos violentos, bem como suas ocorrências()de outro lado estão os discursos direcionados para as políticas de segurança, que buscam justificativas para legitimar a criminalização, a coibição e a punição da prática de atos violentos(RONDELLI, 1997, p.12)

Uma terceira matriz discursiva, identificada pela autora, como empresarial, é aquela *que se relaciona com a anterior mas com peculiaridades próprias*(RONDELLI, 1997, p.12) Essa matriz se relaciona à modernização econômica e a tentativa de *se minimizar a exclusão social*(RONDELLI, 1997, p.12) e, por extensão a violência. Nessa matriz, segundo a autora, tem-se uma percepção orientada por uma visão de cidade, que por sua vez se relaciona com uma percepção de consumo. Conter a violência então seria potencializar a capacidade de investimentos empresariais na cidade. Nesse caso, se faz necessário reorientar o sentido das políticas públicas adequando-as ao mercado. O que é bom para o mercado, se supõe que seja bom para a cidade e para os seus moradores.

A autora utiliza para exemplificar a atuação dessa matriz discursiva, um episódio ocorrido no Morro Santa Marta, em Botafogo, no qual um cineasta americano de nome Spike Lee veio ao Rio para fazer um vídeo-clip, o que causou um choque entre as autoridades municipais, estaduais e federais e a equipe de Spike Lee, pois esse teria trabalhado no morro sob a proteção dos traficantes, com quem negociou diretamente, causando um enorme constrangimento e danos à imagem da cidade do Rio de Janeiro, pois ficou patente, segundo essa matriz, a ausência de autoridade.

A autora, no entanto, não aponta o limite dessa visão quando identifica como atividade comercial, somente a atividade lícita e regular, negando esse *status* ao tráfico. Além do mais, apesar dos investimentos e do crescimento da atividade empresarial de alguns setores, o nível de emprego não aumenta, pelo contrário o desemprego cresce, o que torna frágil essa relação entre investimentos e emprego. Além de tudo isso, é importante identificar que a violência da cidade pode atrapalhar alguns setores da atividade comercial burguesa, mas não atinge a todos, pois o fluxo de capitais, como um movimento indiferente e amoral, se desloca em direção a outros setores em busca da própria sobrevivência. Assim sendo, pode-se afirmar que

O capital tende a ocupar todos espaços que possam lhe proporcionar lucros. E as leis do mercado vão dominando a sociedade inteira:

todos os valores humanos autênticos vão sendo destruídos pelo dinheiro, tudo vira mercadoria, tudo pode ser comercializado, todas as coisas podem ser vendidas ou compradas por um determinado preço(KONDER,2003.p.34)

Embora possa se desconfiar da expressão “valores humanos autênticos” a citação do autor é incisiva para exemplificar esse deslocamento de capitais. Nesse sentido, temos o crescimento do setor de segurança privada, já que esse setor cresce proporcionalmente ao incremento da violência urbana. Destarte, pode-se ser categórico em afirmar que a violência não é ruim para todos os setores do capital.

Uma quarta matriz identificada pela autora encontra

nas manifestações da violência formas de explicitação das injustiças sociais – de classe, de etnia, de gênero etc –e que clamam pela igualdade e pelo reconhecimento social e político das diferenças, com o objetivo de edificar e/ou reforçar a cidadania e democracia(RONDELLI, 1997, p.12)

Assim, para Rondelli, essa quarta matriz teria por eixo a valorização da diferença e dos sujeitos enquanto agentes sociais solidários e ativos.

Os sujeitos que emergem na Caminhada da Paz, por exemplo, são típicos desta fonte discursiva que além de se fundarem na esperança de um porvir, anunciam-se como sujeitos ativos, afirmativos de sua construção(RONDELLI, 1997, p.12)

Finalmente, na quinta matriz identificada pela autora, haveria a idéia de associação da violência com a falência institucional do Estado, com o fim das utopias e o caso das ideologias

Ao contrário da matriz anterior, paira aqui a percepção de um mundo de implacável trajetória, onde estão cada vez mais estancadas as possibilidades das relações sociais solidárias, da superação dos preconceitos e da expressão das diferenças(RONDELLI, 1997, p.12)

Para a autora, segundo se depreende, essa matriz discursiva é embalada pela desilusão que marca e marcou o fim do milênio, onde a desmobilização e a descrença se tornam os limites da ação humana

A violência, e mais, o aumento da criminalidade violenta mesmo em países ricos, aparece, para esta construção discursiva, como elemento natural deste final de milênio, regido por intolerâncias, pela existência de desigualdades perenes e lutas de poder insolúveis- cuja superação a vista não alcança., e, como a principal fonte dos conflitos irresolutos que se expressam de modo errático, irracional, violento (RONDELLI, 1997, p.12)

Essa visão se relacionaria com novas formas de se ver o mundo hodierno, ou seja, através de um conceitual hoje chamado de pós-moderno. Por essa percepção o mundo estaria entrando em uma nova fase histórico-cultural chamada de pós-modernidade.

A análise das matrizes discursivas propostas por Rondelli, ou as propostas por DaMatta, podem conduzir a idéia de que as falas ou discursos traduzem e materializam formas de se pensar e entender o mundo. Assim, no limite, traduzem interesses particulares e coletivos, conscientes e inconscientes, fundamentalmente de classe. Pode-se concordar com Rondelli nesse sentido, quando afirma:

Em todas estas cinco matrizes discursivas, a violência e suas imagens tornam-se fontes de significações culturais, pretextos para sustentar visões de mundo e práticas sociais, traduzindo a força da produção de sentidos, a vitalidade dos discursos que, ao induzirem tais práticas, ganham materialidade. Assim, engendram ações, aliciam e/ou constroem sujeitos, implementam e legitimam políticas(RONDELLI, 1997, p.12)

Todavia pode-se discordar, quando a autora resume a disputa por uma hegemonia discursiva como fruto apenas de uma disputa política, considerando-se aqui que o plano político também já é uma subordinação a um conjunto mais complexo de relações econômicas. A visão da autora implicaria na idéia de que a prática política é uma ação livre de sujeitos pensantes, marcados ou não por interesses diversos. Pode-se acreditar que o sujeito não é livre, pois, é determinado até em sua ação política, por relações profundas e íntimas de caráter econômico, ou seja, subordinadas à lógica do capital. O sujeito é livre dentro de um espaço de não-liberdade, pois está sobredeterminado socialmente pela idéia de saciedade de suas necessidades individuais e de classe. Não se acredita aqui, no entanto, que os sujeitos sejam meros marionetes, alienados de qualquer possibilidade subjetiva, mas sim, que suas ações se submetem a engrenagem da sociedade em que estão inseridos.

Rondelli defende ainda, que a violência que mais incomoda e convoca ações reativas é aquela mostrada, tornada visível através das imagens que a mídia tem o poder de produzir. *A violência que não se vê, não comove e não reclama, necessariamente ações sobre ela*(RONDELLI, 1997, p.156)

Que a mídia tem esse dom de capitalizar ações sobre a violência, não é necessariamente uma novidade. Pode-se pensar, no entanto, que a mídia não faz que essa ou aquela violência incomode mais que outra, e sim conecta atores sociais que em diversas partes do planeta ou da cidade como o Rio de Janeiro sofrem com a violência.

No caso específico do Rio de Janeiro, o nível sócio-econômico das pessoas conectadas pela mídia, se alterou. A violência que até a década de 1990, encontrava-se distante, ganhou espaços antes inimagináveis. A mídia sempre mostrou cenas de violência pelo mundo, assim como, sempre registrou a violência local, no entanto, essa violência parecia distante e por isso os atores sociais nem sempre se conectavam ou se colocavam de forma reativa. Os que sofriam com a violência estavam invisíveis e ignorados.

Poderia se afirmar ainda, que os atores que se conectavam pelo nexo da violência, em outras palavras, eram vitimados cotidianamente nos rincões de pobreza e desamparo, estavam nos trens lotados, nos coletivos e nas favelas, ou seja, sem nenhuma capacidade de se fazerem vistos ou ouvidos.

Mídias com o formato do O Globo ou do Jornal do Brasil não se interessavam por essas pessoas e nem por suas histórias¹³. No entanto, nestes últimos cinco anos, à essas pessoas juntaram-se outros atores sociais não tão invisíveis ou passíveis de serem ignorados. Hoje, os atores sociais atingidos pela violência são outros, estão nas universidades, na Zona Sul, nas grandes empresas, nas ruas importantes da cidade, figuras de classe média e alta da nossa sociedade. Então, desta maneira, ocorre a mobilização de mídias como O Globo que passaram a servir de instrumento para os relatos de violência urbana, até então desinteressantes. Falas ou discursos começaram a ser produzidos intensamente sobre esse universo violento da cidade.

1.2. Mídia - percepções sobre violência e segurança pública

Há muitas décadas que se fala de violência na Baixada Fluminense, Belford Roxo, município da Baixada Fluminense. No entanto, somente se ouvia falar pelos jornais com formatos apelativos, parecia outro mundo. Se a violência em si, é um tema de relevância social, porque razão então, ela não se constituía em interesse para O Globo? Não se está afirmando, *a priori*, que a violência não aumentou, mas é interessante que se note que a população cresceu em termos absolutos, e certamente os índices de criminalidade tendem a aumentar acompanhando essa curva de crescimento. A própria organização espacial do Rio de Janeiro, onde a favela entrecorta indistintamente os bairros, contribui para a dramaticidade da violência

Fazendo um corte aleatório sobre essa questão da violência e seus índices

¹³ Era objeto dos jornais ditos populares.

estatísticos, escolheu-se um breve período, apenas para pensar a questão. No que se refere à estatística de homicídios dolosos(conforme anexo 01), ou seja, morte provocada pela intenção do agente em provocar o resultado, houve entre 1999 e 2001, um aumento na capital do Rio de Janeiro de apenas 0.19%(conforme tabela anexa). Percebe-se na mesma tabela que os índices não possuem uma tendência uniformemente ascendente, pois se em 1999 houve 2094 homicídios dolosos, em 2000 esse número aumentou para 2216, entretanto esse número caiu para 2098 em 2001. A impressão, no entanto, que se tem pela leitura dos acontecimentos a partir da mídia, é que há um crescimento linear e sem controle do número de homicídios. Que esses números crescem sem qualquer queda e de uma forma muito maior do que os 0.19% percentuais apontados pela estatística oficial.

A sensação de que a violência aumentou de forma grave, é resultado de uma mudança qualitativa dessa violência e pela divulgação da mídia que dá um tratamento espetacular à matéria¹⁴. Cidades como Belém, Porto Velho e Curitiba, tiveram índices de aumento de homicídios dolosos muito maiores do o Rio de Janeiro, 77.65%, 53.44% e 34.85% respectivamente no mesmo período. O mesmo raciocínio pode ser aplicado no caso de ocorrências envolvendo morte violenta(conforme anexo 02), no mesmo período apresentado acima. Entre os anos de 1999 e 2000, na cidade do Rio de Janeiro, se deu uma queda de -2,47% nos registros do fato típico em questão, enquanto nas cidades de Recife e Belém, houve um aumento na ordem de 49.13% e 53.65% respectivamente

Sem que essas cidades tenham sido alvo da mídia como ocorreu no Rio de Janeiro. Não se desconsidera o fato que o Rio de Janeiro em termos absolutos, tem um número muito maior do que os números apresentados pelas cidades em questão. O que se deseja assinalar é que os números no Rio de Janeiro não crescem de forma tão elevada como se imagina, inclusive já são altos há muitos anos. Não é um fenômeno novo, como se depreende pela leitura da mídia, muito menos circunscrito ao Rio de Janeiro.

Um outro aspecto que deve ser considerado, na análise do aumento da violência no Rio de Janeiro, é que esse fenômeno não se restringe de forma localizada como se depreende pelos relatos da mídia, ou seja, não é um fenômeno apenas do Rio de Janeiro, pois já é detectado que a violência está se tornando um fenômeno mundial e que a sensação de insegurança se alastra e contamina as relações comunitárias. Cada vez mais

¹⁴ Essa questão estatística será retomada na última parte do capítulo 03.

crece ou é retomado o anseio por segurança em várias partes do planeta.

Segundo uma pesquisa do Graduate Institute of International, em Genebra, atualmente existem cerca de 67 milhões de armas registradas na Europa(JB, Internacional.p.A16,06.07.2003). A pesquisa prossegue destacando o fato de alguns países desenvolveram uma cultura de armas que chega a ser comparada com a dos Estados Unidos(JB, Internacional.p.A16,06.07.2003). Embora, se deva ser um pouco cauteloso a respeito de uma possível cultura de armas, é preferível ficar com a idéia de que a humanidade reage a profunda insegurança contemporânea. A mídia, por sua vez, embora se coloque no papel de falar em nome da sociedade e pela sociedade, se contradiz pela forma que seleciona os temas que expõe. A necessidade de adequar conteúdos de acordo com os grupos a quem esses são apresentados implica em critérios específicos de seleção.

Toda decisão de comunicar alguma coisa é, ao mesmo tempo, uma decisão de não comunicar outras. O conteúdo das mensagens não é a única parte que significa. Quando dizemos algo, o que dissemos e o que poderíamos ter dito são partes inseparáveis do que dizemos. Esse axioma, comum a todas as formas de comunicação, é particularmente relevante para a comunicação de massa não só pela ampla gama de assuntos que fica de fora como pelos interesses envolvidos na inclusão e na exclusão de conteúdos. A seletividade e o controle, inerentes a todas as práticas de comunicação, ganham, assim, relevância especial nos processos de comunicação realizados pela indústria cultural e trazem consigo a questão da ideologia como questão central nas análises dos processos de decisão editorial. O que é comunicado e o que suprimido depende de cada situação histórica específica.(MOTTA,2002, p.127)

Isso implica em dizer que a seleção de notícias não se faz apenas pela subjetividade do jornalista, como já se discutiu. Cecília Coimbra coloca a questão de como são selecionados os assuntos que devem ser transformados em notícia:

Pelo que apresentamos sobre o funcionamento dos mass media , temos várias pistas. Para se atrair a atenção do chamado grande público, sabemos que as notícias devem conter um forte apelo emocional:seria então aquele acontecimento que fugiria à rotina, como se fosse um desvio, uma anormalidade, algo extraordinário e incomum na seqüência “natural” da vida, o que caracterizaria o seu caráter de mercadoria(COIMBRA, 2001, p.69)

Quando se pensa, no entanto, um mass media como o jornal O Globo, se faz necessário discutir algumas particularidades do próprio veículo, o que determina o modo como se processa a seleção de fatos ou aquilo que deve ser considerado notícia, assim como, que pressuposto é determinante quando se pretende distinguir que notícia é

mais importante que outra. A mídia tenta, a partir de um ideal de objetividade, convencer que a escolha se dá levando em consideração os critérios de objetividade e relevância social. Entretanto, temas de relevância nacional, nem sempre são tratados e considerados assim pela mídia. Afinal o que está em jogo, nem sempre o fato em si e sua relevância para a sociedade e sim, o significado específico para determinados grupos de leitores. Um jornal como O Globo fala para determinados grupos de poder dentro da sociedade brasileira, fala para as camadas dirigentes da grande família extensa¹⁵.

Assim, retomando a análise de Elizabeth Rondelli, pois a autora, embora partindo de uma concepção de violência mais genérica e relacionada à violação dos direitos humanos, entende

que as cenas de violência às vezes mostradas repetidamente à exaustão. Além de comoverem e de convocarem uma opinião pública, operam como fragmentos de imagens de um cotidiano que compõe um mosaico maior de auto-imagem do país e de suas representações no exterior. Imagem esta que se quer ver preservada para que se possa melhor “negociar” com as vantagens dos investimentos financeiros. A final, os acordos econômicos e políticos da globalização exigem parceiros sem problemas e a imagem de um país cumpridor dos direitos humanos exigidos pelos organismos internacionais(RONDELLI, 1997, p.156),

Assim sendo, para a autora, existe uma ação política que age no sentido de manter o *status quo* da violência, como uma espécie de conspiração, pela qual se teria como resultado a obtenção de investimentos estrangeiros. Logo, a violência, seria de alguma forma gerada, por uma inércia planejada pelo Estado ou em nome dele. Destarte, se daria a omissão, que seria, no limite, parte de uma grande estratégia de preservação da mesma violência. A autora prossegue nas suas considerações sobre a relação entre o papel do Estado na conservação da violência:

Embora o Estado brasileiro por vezes reconheça e seja sensível à violência praticada contra os pobres, de um modo geral não tem sido capaz de punir de modo adequado as violações praticadas pelos seus agentes com sua conivência. O que o torna ilegítimo, interna e externamente, enquanto poder e enquanto Estado que deve responder pela segurança pública(RONDELLI, 1997, p.156)

Por essa perspectiva, a violência é entendida a partir da inépcia do Estado que não pune a violência praticada por seus agentes, e que age no sentido de manter uma

¹⁵ Conceito que será discutido posteriormente

farsa política, pela qual, se daria espaço aos *setores democratizantes, nacionais e internacionais, que aspiram construir, para o mundo, a imagem de um país partícipe das conquistas civilizatórias*(RONDELLI, 1997, p.157) para que se promovam a discussão, o debate público e se obtenham conquistas no campo jurídico. Entretanto, as leis formuladas já nasceriam sob a marca da desobediência deliberada do Estado e por isso, não passariam de letra morta. O Estado, por outro lado, ainda que sob a capa de grande incentivador de uma política de direitos humanos, não só manteria, como ampliaria *os atos de violência contra os pobres, os suspeitos, os marginais, -cujo maior indicador de suspeita é o fato de aparentarem-se pobres*(RONDELLI, 1997, p.156).

Nesse ponto da análise, a autora parece muito refletir as idéias de uma concepção que entende o Estado como ardiloso e vil, não percebendo as contradições da sociedade capitalista da qual o Estado é mais uma parte. Afirmar que o Estado se interessa pela manutenção da violência, (RONDELLI, 1997, p.156), ou até mesmo que age deliberadamente no sentido de nada fazer para contê-la, como afirma a autora, é bem distante de entender que o Estado age no sentido de administrar e garantir os interesses de uma burguesia capitalista em detrimento do restante da sociedade.

Isso indica que o Estado(ou , mais propriamente, o sistema institucional dos aparelhos do Estado) é um conjunto complexo com níveis dominantes. De onde se controlam efetivamente "as rédeas da administração", e níveis subordinados(Codato e Perissinotto, 2001,p.21)

A análise de Elizabeth Rondelli tem o cuidado de não se deixar enquadrar por qualquer das matrizes discursivas por ela apontadas e criticadas, embora se aproxime da segunda matriz que identifica uma relação entre violência e execução de políticas públicas, assim como se aproxima da quinta matriz discursiva que relaciona violência e deterioração do Estado. Entretanto, procura se afastar das mesmas ao valorizar a questão do sujeito e da alteridade, assim como critica que a implantação do modelo político de estado de direito democrático *não significou uma mudança radical nos discursos sociais, cujo autoritarismo ainda aparece em muitas ações institucionais, particularmente àquelas ligadas ao aparelho policial*(RONDELLI, 1997, p.156)

A autora finalmente em sua análise, retoma o papel da mídia e sua relação com a questão da violência, quando pensa a questão da alteridade e afirma: *o que a mídia expõe nestas imagens da violência é o desmantelamento real da teia de sociabilidade*(RONDELLI, 1997, p.156).

O grande problema dessa leitura sobre a relação entre mídia e violência, é o fato de que não há clareza sobre o que seja objetivamente uma *real teia de sociabilidade*, conforme menciona a autora, a não ser que, se a entenda como uma relação profundamente idealizada. Não há qualquer registro de que em algum momento da história do homem esse momento tenha existido de forma objetivamente abrangente. Pode-se pensar que essa idéia não exista nem em pequenos grupos humanos, pois, mesmo nesses, os mecanismos de punição e controle estão pressupostos, o que inviabiliza a solidariedade como um dado *a priori* ou até mesmo *a posteriori*. A mídia não destrói qualquer rede de solidariedade, pois ela existe enquanto uma ação humana a serviço do mercado capitalista. A mídia funciona como um espaço no qual as relações de mercado são potencializadas, assim sendo, serve como instância de hegemonia da burguesia, sendo difícil aceitar a percepção de mídia por uma ótica idealista e que a entenda como *um caminho para uma nova definição do humano, em que o mal se torna constante*(RONDELLI, 1997, p.156).

A mídia é uma mediação humana e atende aos pressupostos desta condição. Não deve ser entendida a partir de uma moralidade maniqueísta como um princípio do mal ou do bem. Pode-se, no entanto, considerar, que enquanto uma mediação do capital, expressa uma moralidade das elites dominantes capitaneadas pela burguesia. Tornar o mal constante não é condição *a priori* da mídia, mesmo que ela produza efeitos que sejam desastrosos para alguns setores da sociedade contemporânea.

Tanto o modelo dicotômico de Damatta, como o modelo de análise discursiva de Rondelli tentam compreender as possibilidades discursivas que se produzem a respeito da violência. O modelo proposto por Damatta apesar de ter mais de vinte anos, demonstra enorme vitalidade e atualidade, principalmente quando se fortalece o clamor na sociedade brasileira em torno do endurecimento da legislação penal e do combate ao tráfico, o que coincide com essa busca por “*um viés normativo, jurisdicista, formalista e /ou disciplinador*”(DA MATTA, p.179,1994). Destarte, a visão erudita de direita “*é prenhe de medidas normativas: sugestões que iriam resolver o problema da violência no Brasil. Assim é freqüente pedir no final desse discurso, uma nova constituição ou um novo aparato legal que irá enquadrar e acabar com o problema*”(DA MATTA, p.179,1994).

Destarte, diante do avanço da criminalidade as vozes se multiplicam em uma cruzada pela violência, os representantes do governo acenam com planos mirabolantes, como se verificou sob o título *Plano B nas mãos de Lula*(O GLOBO,12 de março de

2003, RIO,p.11) dando ao assunto um caráter profundamente messiânico, pois se deduz que o governo federal tudo pode. Assim, mesmo que se considere a boa intenção de um plano estratégico ou outro, é cabível destacar o lado conservador dos mesmos, pois centram o entendimento da questão a partir de caçadas aos traficantes bem ao estilo dos capitães do mato do tempo da escravidão, como foi registrado sob o título *Ofensiva nos morros, Governos Federal e estadual planejam ação conjunta para caçar traficantes nas favelas*(O GLOBO, 21 de março de 2003, RIO,p.11), e sempre retomando o plano taticista apontam para federalização da fiscalização em presídios(O GLOBO, 21 de março de 2003, RIO,p.11), como os policiais federais estivessem acima do bem e o do mal.

A idéia de desordem urbana pulula nas páginas do jornal através de títulos como *Desordem urbana nos acessos ao Túnel Rebouças*(O GLOBO, 11 de março de 2003, RIO,p.29), *Avenida Atlântica, o endereço da desordem*(O GLOBO, 16 de fevereiro de 2003,RIO,p.19), *Arrastão na saída do Rebouças*(O GLOBO, 01 de julho de 2002, RIO, p.13),*A Tijuca com medo*(O GLOBO, 31 de março de 2003,RIO,p.08) o que reforça o clima de que algo de radical deve ser feito em favor da segurança dos moradores da cidade. Nesta direção é contundente a fala do pai de um jovem morto em um assalto: *“Precisamos de um desarmamento já. Infelizmente, a violência não está somente na periferia. Está em toda a cidade, inclusive e em bairros de classe média como a Tijuca . Isso é revoltante”*(O GLOBO, 31 de março de 2003,RIO,p.08), em outras palavras, como se deduz da fala, se a violência estivesse na periferia e não atingisse os bairros de classe média,a situação não seria tão grave. Deve-se retomar a idéia de que a violência incomoda não somente pelos altos índices, mas em razão de quem é vitimado e pelos locais onde ocorrem as tragédias.

Assim sendo, a mídia funciona como espaço no qual essas demandas por visibilidade ganham corpo, onde as falas conservadoras se multiplicam na forma de um clamor coletivo em busca de medidas mais duras para a contenção da violência, sem que no entanto, se mexa na estrutura econômica ou que se procure alterar o estatuto da desigualdade, ou seja, que as medidas busquem de forma efetiva o controle das classes subalternas.

Nesse sentido pode-se apontar a discussão em torno de questões como da diminuição da menoridade penal(O GLOBO, 19 de novembro de 2003, O PAÍS,p.08), a aprovação da pena máxima de quarenta anos (O GLOBO, 19 de novembro de 2003, O PAÍS,p.08). Inclusive, representantes do governo engrossam as fileiras na direção do

endurecimento da legislação penal: Governadora Rosinha Garotinho, defende pena mais rigorosa para menores que cometem homicídio(O GLOBO, 19 de novembro de 2003, O PAÍS, p.08). No Brasil, o novo não é o novo, e sim, o velho vestido com uma roupa com aparência de nova, mas que também não é nova.

A mídia, como avatar da modernidade, funciona como um mecanismo de reprodução hegemônica em favor da classe dominante e de seus interesses de forma que sejam mantidos os velhos entendimentos e as velhas fórmulas.

Assim a mídia contribui para que as percepções a respeito da violência se alterem no sentido de selecionar o que é e o que não é relevante, afinal, o que é digno ou não de registro.

2 - TRÁFICO DE DROGAS – UMA DISCUSSÃO MIDIÁTICA

Este capítulo se dividirá em três partes, uma primeira na qual se pretende discutir o tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro, levando em consideração sua lógica interna de funcionamento, assim como sua organização territorial. Partindo do pressuposto de que o tráfico funciona a partir da lógica do mercado, pretende-se pensar de que forma o mesmo se organiza a partir do binômio mercado-território da favela. Procurar-se-á discutir de que maneira o tráfico se apropria do território da favela em nome do mercado, criando formas singulares de vivência e sobrevivência dos traficantes e dos moradores locais, assim como no limite, essas relações internas produzem uma enorme subjetividade em relação ao território não-favela. O mundo do tráfico que se produz a partir da favela é singular na medida que se constrói ambigualmente em relação ao mundo da não-favela.

Uma segunda parte busca examinar como a mídia enquanto espaço de enunciação discursiva, conforme já se discutiu anteriormente, pensa a questão da violência oriunda do tráfico de drogas. Propõe-se assim a análise dos conteúdos de algumas sínteses produzidas nas páginas da mídia escolhida como objeto. Serão consideradas sínteses, as categorias de entendimento, a partir das quais a mídia forma juízos a respeito da violência oriunda do tráfico de drogas. Essas categorias de entendimento são ao mesmo tempo pontos de chegada e de partida para se entender a violência oriunda do tráfico de drogas.

Entre essas sínteses, temos guerra civil, crime organizado, estado paralelo e a questão prisional. A mídia, a partir dessas sínteses, procura estabelecer um nexo causal e interpretativo da realidade violenta da cidade.

Uma terceira parte pretende discutir a relação entre mídia, tráfico e política, como um sistema de apropriações que se produz a partir do real-histórico. Busca-se ainda, identificar como a mídia pensa a questão da segurança pública, especificamente no que concerne o combate ao tráfico de drogas.

2.1. Traficantes – senhores do varejo

A primeira questão que chama a atenção, quando do olhar da mídia sobre a questão do tráfico de drogas, é o engrandecimento das figuras dos traficantes do Rio de Janeiro que são alçados a um *status* de deuses poderosos, quase onipotentes.

Em contraste com essa percepção, os traficantes do Rio de Janeiro podem ser

pensados aqui como varejistas finais. O comércio de drogas no Rio de Janeiro se processa na forma de um grande varejo. Hélio Luz, ex-chefe de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, tem razão ao definir os traficantes que a mídia considera como grandes chefões, como “*gerentes do varejo*”(MAGALHÃES, 2000, p.19). Pensar o tráfico como uma grande estrutura que se articula por todo o Estado do Rio de Janeiro é no mínimo duvidoso, esse por mais paradoxal que possa se sustenta em uma forte dinâmica local, semelhante a das igrejas evangélicas modernas.

Todos os chefões do “movimento” acabam apanhados. Foi assim até hoje. Mesmo quando escapam da cadeia, subornando carcereiros e policiais, como fizeram José Carlos dos Reis Encina, O Escadinha, e Fernandinho Beira- Mar, eles voltam a ser presos ou são mortos”Quando o líder cai, no mesmo dia é sagrado um sucessor, como uma empresa substitui um executivo.
(MAGALHÃES,.2000, P.19)

A própria expressão “movimento” pela qual o tráfico é designado pelos próprios integrantes das quadrilhas é sinal inequívoco desta condição pontual e de forte sentido local do tráfico no Rio de Janeiro. A palavra movimento é da década de 80 e designa o “*mercado informal ilegal de drogas - principalmente maconha e cocaína – que se espalha, no varejo, nas aglomerações urbanas de baixa renda(favelas, conjuntos habitacionais de baixa renda e bairros de periferia)*”(MISSE, 2003, p.147).

Não existe uma perspectiva de longo alcance por parte dos integrantes do tráfico no Rio de Janeiro. O que existe de fato são varejistas finais, pequenos, médios e alguns grandes, vendedores de uma mercadoria que somente pode ser vendida em condições especiais. A favela com sua geografia tortuosa e de difícil acesso, apresenta as condições ideais para essa revenda, daí os elementos dessas regiões serem preferencialmente cooptados para esse comércio.

Um dos nomes mais badalados nesse contexto de comércio ilegal de drogas é Fernandinho Beira- Mar, que foi alçado ao primeiro time do tráfico em razão ter conseguido alcançar a condição de “matuto”. Expressão que designa “*quem distribui a droga. Transporta-a até uma determinada área, morro ou favela. Assim, é o penúltimo elo de uma cadeia que inicia nos centros produtores e refinadores. Países como a Bolívia, Colômbia ou Peru*”(BARBOSA,1998,p.84). Essa condição ao que se supõe, fortaleceu a liderança de Fernandinho Beira-Mar no contexto do tráfico no Rio de

Janeiro, o que parece se confirmar com a fuga do mesmo-Mar para a Colômbia¹⁶, pois ninguém fugiria para essa região se não tivesse condições reais de amizade e abrigo.

Essa condição de matuto foi confirmada pelo próprio secretário de Justiça, Hélio Sabóia quando em uma entrevista afirmou que o grande nome do tráfico de drogas no Rio de Janeiro não é o Fernandinho Beira-Mar e sim, Marquinhos VP do Complexo do Alemão¹⁷, homônimo do Marcinho VP do Morro Dona Marta em Botafogo¹⁸(O GLOBO, RIO, 16.10.2003,p.13).

Eu trato dos que estão presos. E destes o maior chefe é Marcinho VP(Marcio Nepomuceno). Dos soltos, dizem que é o Linho(Paulo César da Silva Santos), do Complexo da Maré. Agora, o que tem mais poder de articulação é o Fernandinho Beira-Mar, mais por causa de suas ligações internacionais. Na linguagem dos bandidos é o que chamam de o “matuto” mais importante deles(O GLOBO, idem, P.13)

Todavia, tentar entender o tráfico pela lógica restrita do poder dos traficantes, como veicula a mídia, tira o foco, obscurece a questão. Os traficantes como figuras ambíguas, ora endeusadas, ora satanizadas são parte de uma engrenagem maior que é o mercado internacional, em outras palavras, constituem peças locais de um mercado global.

2.1.2.Tráfico de drogas – Mercado e território de uma estranha mercadoria

A obra de Karl Marx, O Capital, inicia-se com a definição do que seja mercadoria, entendendo como tudo que tem valor de uso

A mercadoria é, antes de mais nada um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção(MARX,1975, p.41)

Ou de troca

“O valor-de-troca revela-se, de início, na relação quantitativa entre valor-de-uso de espécies diferentes, na proporção em que se trocam, relação que muda

¹⁶ Tradicional centro internacional de produção de cocaína

¹⁷ Nome de um conjunto de favelas localizado na Zona Leopoldina

¹⁸ Este ganhou notoriedade ao ser ajudado pelo cineasta João Salles, fato que ganhou a mídia carioca.

constantemente no tempo e no espaço”(idem, p.43)

Assim sendo, a cocaína é uma mercadoria como outra qualquer, e por isso está inserida na lógica comercial da engrenagem econômica do capitalismo. Mas a sua proibição, cria uma perversa contradição, pois enquanto mercadoria precisa circular para que seu valor de uso e troca se manifeste plenamente, o que gera a necessidade de superação dos óbices de caráter moral inerentes a sua proibição.

A cocaína no início do século não era uma mercadoria ilícita, até mesmo nos Estados Unidos da América, país que assumiu ao longo do século XX a dianteira na liderança da cruzada antidrogas, não havia grandes impedimentos àquele que quisesse se automedicar ou simplesmente buscasse inebriar-se com drogas psicoativas(RODRIGUES,2003,p.25)

Os Estados Unidos parecem ter sido o palco onde se originou a proibição ao uso de drogas no mundo. Embora caiba se investigar no futuro os motivos que levaram a proibição generalizada da cocaína e outras drogas, é importante assinalar que a vitória americana conseguindo a proibição foi fundamental para determinação dos rumos de um dos mais rendosos comércios do mundo - o tráfico de drogas.

Essa proibição, do início do século XX, impôs ao comércio de drogas traços específicos determinando as regras e condições necessárias a circulação dessa mercadoria no mundo. Entre os traços desse singular comércio, a corrupção em alto nível é mola mestra da engrenagem, da qual participam, policiais, juízes, políticos e funcionários dos mais diversos matizes. A corrupção por sua vez, ao invés de ser entendida como uma anomalia, deve ser pensada como uma parte fundamental da lógica de funcionamento do comércio de drogas, que por sua vez, tem como limite a sociedade capitalista. Portanto, se a mercadoria precisa circular, para propiciar a geração de riqueza, os obstáculos precisam ser removidos a qualquer custo, entre esses a presença da polícia, essa precisa ser controlada.. Por outro lado, a investida da polícia contra as rotas de comércio ou contra uma facção implica em mudanças na dinâmica local da atividade em si. Isto significa dizer que a polícia se torna o fiel da balança do mercado, na medida que sua presença, mais ou menos efetiva, altera a relação de custo da droga. Quando a polícia atua em um nível mais local de repressão, em muitos casos altera a conformação territorial das quadrilhas., pois quando ocorrem prisões de alguns elementos de uma quadrilha em uma área, pode acarretar o enfraquecimento dessa perante outras e até sua dominação.

Também não se pretende afirmar que a lógica do tráfico se reduz à lógica do

mercado, embora se acredite aqui que as relações econômicas são determinantes sobre outras relações em sociedade. O tráfico na singularidade de uma atividade comercial ilícita apresenta traços que se agregam à lógica do mercado alterando a mesma. As relações políticas, por exemplo, podem impor especificidades ao modo como o capitalismo se articula em nível local. É sabido por exemplo, do forte caráter patrimonialista do desse no Brasil, embora não deixe no limite de ser capitalismo.

É nesse quadro de singularidades que se pretende pensar o tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro, tentando-se confrontar o senso comum proposto pela leitura da mídia, buscando assim repensar as categorias propostas por essa última sobre a realidade do tráfico. A mídia ao pensar o tráfico a partir das figuras dos traficantes não apreende objetivamente a relação local-global que inerente ao comércio de drogas.

A categoria espaço-lugar surge como fundamental para se pensar a violência decorrente do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Não pensar a favela como espaço-lugar, por excelência da dinâmica do tráfico, impossibilita um entendimento da violência que o caracteriza e é inerente à essa atividade ilícita. Muniz Sodré partindo de um referencial heideggeriano, define o espaço como um modo de ser no mundo(SODRÉ,2002.a, p.21) que é criado pelo lugar. Onde o espaço se definiria como um sentido de regulação, e define-se como o que se faz caber no limite(idem, p.21)

Para Milton Santos, o espaço se define pela relação entre o homem e a técnica:

“ É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço “(Santos:29).

Muniz Sodré, no entanto, prossegue na sua distinção entre as categorias espaço-lugar e espaço propriamente dito, assim sendo, o segundo trata-se de uma referência conceitualmente abstrata e não uma vivência imediata.

O espaço é representado como intervalo(spatium, em latim)Isto é, como distância entre dois pontos, na qual se inscrevem as suas extensões,segundo a altura, a largura e a profundidade. Esse espaço abstractum não e algo que se determine a partir da distância(como spatium)mas pela extensão(extensio). É á extensão que se presta às reduções geométrico-matemáticas(ibdem,, p.22)

No entanto, a categoria espaço-lugar, que é a que objetivamente interessa aqui, e implica no espaço dotado de uma subjetividade humana, acarretando assim uma perspectiva de origem primeira e por isso leva a uma outra categoria, que é a de

território. Esse por sua vez traduz-se como uma categoria mais operacional que pode ser entendida na relação direta entre o homem e natureza ou entre homem e cultura. Se faz necessário frisar, no entanto, que não se entende aqui a cultura como uma esfera exterior ao próprio homem, mas sim, como resultado da ação humana, uma forma de produção *não-material* (SAVIANI, 1997, p.11). A cultura aqui é entendida como uma das formas como o homem se relaciona com o seu real e obtém a própria sobrevivência. *Para sobreviver o homem necessita extrair da natureza ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano(o mundo da cultura)(Idem, p.15.* Donde pode-se concluir que o território é o espaço-lugar dotado de história.

Assim, é possível pensar que a *história dá-se num território, que é o espaço exclusivo e ordenado das trocas que a comunidade realiza na direção de uma identidade grupal*(SODRÉ, 2002.a, p.23). Não se pretende aprofundar a discussão sobre a relação entre território e identidade, embora, se possa demarcar a desconfiança em relação a um conceito de identidade que se apresente como algo imutável e fixa na história, pois, tal pressuposto teórico, negaria a realidade como uma possibilidade plenamente dinâmica.

conhecer a exclusividade ou a pertinência das ações relativas a um determinado grupo implica também localizá-lo territorialmente. É o território que à maneira do Ratum heideggeriano, traça limites, especifica o lugar e cria características que irão dar corpo à ação do sujeito. Uma coisa é, portanto, espaço-sistema indiferenciado de definição de posições, onde qualquer corpo ocupa qualquer lugar - outra é o território(IDEM, p.23)

Destarte, não se pretende direcionar a análise tomando em consideração a favela como um território dotado de uma identidade fixa, descarta-se sobremaneira qualquer visão essencialista que relacione favela e tráfico como um princípio já dado, um elemento *a priori*. Busca-se entendê-la como um território dotado de uma dinâmica e singularidade que se produzem a partir de sua apropriação pelos traficantes em nome do mercado. Um território adequado à reprodução de uma atividade comercial que se difere de outras atividades comerciais, em razão da ilicitude da mercadoria que é negociada, no caso a droga.

Esse território, serve ao mesmo tempo, como um local de venda e esconderijo dos traficantes, e por isso gera relações muito particulares, sendo que ao longo das últimas duas décadas, essas relações têm se tornado muito graves e ameaçadoras,

possivelmente em face de algumas variáveis: o aumento da competitividade no mercado de drogas que acirra o enfrentamento entre quadrilhas, em razão de uma crise na fase de comercialização da droga¹⁹; o fato da droga ter se tornado alvo de uma discussão político-estratégica, resultante de uma cruzada moral norte-americana, o fato da questão da segurança pública e o combate aos traficantes terem se tornado pauta obrigatória nas últimas campanhas políticas, nacionais, estaduais e municipais; além de questões como a corrupção e a dificuldade de se criarem mecanismos eficientes de combate a esse problema, principalmente quando esse encontra-se disseminado em vários níveis institucionais do país.

Todavia, pensar que a questão do tráfico possa ser decorrente somente da corrupção policial e não considerar a contaminação institucional generalizada, é cair na armadilha (tentadora) de identificar uma causa única para um problema tão complexo. Esse conjunto de variáveis serve como quadro o para se entender o crescimento da violência urbana e o sentimento de insegurança na cidade do Rio de Janeiro, embora essas questões tenham se manifestado em graus variáveis em outras cidades.

Deve-se ainda considerar que o Rio de Janeiro, além de sua especificidade local deve ser pensada como importante peça na engrenagem do tráfico internacional

Com a chegada de cocaína em grande quantidade no fim dos anos 70 e, mais marcadamente, no começo dos anos 80, o comércio de drogas no Rio passou por uma transformação dramática. O Rio de Janeiro tornou-se um ponto de trânsito cada vez mais importante para a exportação de cocaína para os Estados Unidos, a Europa e a África do Sul (DOWDNEY, 2003, p. 25)

Assim, a cidade funciona como elo de uma cadeia do tráfico internacional e como espaço de um, em tese, rentável varejo.

Dentro dessa especificidade do tráfico de drogas no Rio de Janeiro, pode-se entender que o território da favela tem que atender às necessidades mais diretas de segurança dos traficantes locais contra as investidas da Polícia e de grupos rivais, além de servir como o espaço privilegiado de venda de drogas, oferecendo garantias fundamentais para que essa atividade estratégico-empresarial funcione plenamente.

Por consequência, os traficantes precisam intensificar a dominação, via de regra pela violência extremada sobre os moradores (professora, 25 ANOS) da favela. As ações violentas (e até cruéis) são falas direcionadas aos moradores, aos grupos rivais, à Polícia, ao Governo e à sociedade em geral. A violência empregada, os ataques aos grupos

¹⁹ Conforme se discutirá posteriormente nesse capítulo

rivais, as investidas contra outras favelas fora das favelas não devem ser pensadas apenas como barbárie, ações despidas de um telos, mas sim como ações associadas e decorrentes de uma lógica mercantil diferenciada. Assim, como toda atividade comercial, a fraude, a corrupção, a traição são elementos que devem ser considerados como parte contingente da dinâmica e não elemento de estranheza.

2.1.3. Siglas – um mundo de confronto e comércio

As siglas Comando Vermelho, ADA, Terceiro Comando, tão presentes nos noticiários cotidianos da cidade, são associações que surgiram em resposta a uma necessidade de maior organização na disputa por territórios de venda de drogas. Entretanto, ao se pensar o universo do funcionamento dessas associações criminosas, deve-se considerar algumas variáveis como: as divergências pessoais entre os diversos chefes do tráfico, as rivalidades locais decorrentes de questões diversas do comércio de drogas em si, as rivalidades decorrentes de especificidades territoriais locais enfim uma série de fatores que redimensionam internamente essa guerra entre associações de traficantes.

Pretende-se dizer, que apesar das siglas²⁰ serem um reflexo da contradição econômica inerente ao capitalismo, tal pressuposto deve ser pensado levando em consideração a dinâmica singular e singular do tráfico na cidade do Rio de Janeiro. Assim, se o comércio de drogas é o objetivo principal dos traficantes, tal lógica, não conseguiu ainda subverter outras diferenças que se produzem cotidianamente no universo das favelas, pelo contrário, a lógica do tráfico pressupõe essas diferenças ou pequenas contradições, e, as acirra. Logo, a dinâmica dominante e hegemônica do capital, supõe um nível subjacente de contradições que se torna presente na favela, onde esse capital se reproduz cotidianamente. Até a presente data, a atividade empresarial do tráfico ainda não conseguiu alcançar um grau de objetividade de tal ordem, que permita de alguma maneira suplantar a enorme subjetividade local. Entender esse conjunto de relações somente como barbárie é corroborar a visão que entende a favela apenas como a terra dos homens maus, em contraposição a existência de uma terra dos homens bons, visão comumente disseminada na mídia.

Ainda para pensar o que se aponta aqui, como nível subjacente de contradição, há o relato de uma informante e moradora de uma favela na Zona Oeste, que é bastante elucidativo, pois, segundo. ela, na favela onde mora, são comuns os enfrentamentos

²⁰ No texto a palavra sigla será utilizada como sinônima das associações acima descritas

entre grupos dentro da mesma favela e pertencentes à mesma sigla, no caso, o Terceiro Comando. Muitas vezes as aulas da escola local são paralisadas, não em razão de um ataque de alguma quadrilha rival, ou em decorrência da revolta pela morte de algum traficante pela Polícia, mas sim, devido aos choques entre grupos pertencentes à uma mesma sigla. A informante foi mais longe ao relatar que os choques se davam entre elementos pertencentes à mesma sigla e da mesma favela, havendo apenas uma distância de no máximo algumas quadras entre os rivais em contenda. Tal perspectiva deixa claro, que não é consistente a idéia de que existe uma unicidade nos limites de uma mesma sigla, que existe uma proposta de fidelidade que supera toda e qualquer diferença em nome de um comando único. A sigla não consegue resolver questões de rivalidade dentro de uma mesma favela pertencente a uma mesma facção.

Os enfrentamentos internos são decorrentes, das rivalidades locais e desentendimentos menores, que não resolvidos, descambam em violência. As disputas podem ser motivadas por brigas em festas ou bailes locais, por diferenças de infância, haja vista que muitos desses traficantes, na sua grande maioria, são jovens moradores do local, por ações afirmativas de uma identidade viril, por luta pelo poder, por disputa por liderança, por necessidade de visibilidade, ou seja, por uma série de fatores que necessariamente não são remetidos em um primeiro momento à questão do mercado, mas que no entanto, não escapam ao limite da lógica mercantil.

A favela como território, pressupõe uma maneira específica de apropriação do capital sob determinadas condições históricas. Logo, a partir do momento que o homem se apropria de determinado espaço dotando-o de uma dinâmica territorial, esse espaço também se relaciona dialeticamente com esse homem. Para Sodré(2000:14) o território é dotado de força ativa e age sobre os indivíduos assim como é agido por eles, a territorialização é de fato, dotada de força ativa. Entretanto, sempre é cabível ressaltar, que não se trata de um essencialismo *a priori* que pressupõe a força do território, mas essa é resultante da capacidade de representação exercida pelo sujeito coletivo a partir de uma forma de relacionamento com o real-histórico na direção da saciedade de suas necessidades:

A humanidade só levanta os problemas que é capaz de resolver e assim, numa observação mais atenta, descobrir-se-á que o próprio problema só surgiu quando as condições materiais para resolvê-lo já existiam ou estavam, pelo menos, em vias de aparecer (Marx, 1983, p.25).

No Brasil, a questão do território é dotada de uma dinâmica histórica poderosa e singular, pois como já se afirmou. Desde a chegada dos portugueses no último ano do século XV, que essa questão se funda na oposição entre proprietários e não proprietários de terras. Tal perspectiva demandou em uma profunda marginalização do acesso à terra e a propriedade de bens de uma forma geral.

Entretanto, desde o período colonial o estatuto territorial admitiu espaços não controlados diretamente pelo Estado e ocupados por camadas pobres e rebeldes, e com o advento do Império, com a Lei de Terra de 1850, se promoveu a concentração da terra nas mãos dos grandes proprietários, mas essas camadas pobres conseguiram manter sob controle algumas faixas de terra em áreas próximas ao centro que não interessavam economicamente, por serem íngremes e de difícil acesso, esse processo se acelerou com o advento da República, quando surgiram as primeiras favelas, como por exemplo a Providência²¹. “*Na ocupação paulatina do Rio de Janeiro, sobrou para os negros o pior, ou seja, a periferia insalubre e os morros*”(SODRE,2002.a,p .42)

Todavia, o acesso a essas terras, não implicou em qualquer mudança no que diz respeito as relações de poder. Sob ponto de vista da ideologia vigente, ou seja a da modernização conservadora, manteve-se de fora do centro do poder decisório amplas camadas da população.

A idéia de modernização conservadora permitiu que as elites nacionais digerissem idéias que na Europa ganhavam corpo, como o liberalismo e o nacionalismo, sem que no entanto, tais conteúdos fossem estendidos à maioria da sociedade. Assim, simultaneamente, as revoluções ocorridas durante o Império defendiam maior liberdade política, entretanto, mantinham o estatuto da escravidão e a exclusão das massas pobres não escravas de qualquer participação do sistema político decisório.

Mas o que consiste afinal a ideologia da modernização conservadora? A ideologia de modernização conservadora deve ser pensada como uma lógica de entendimento da classe dominante pela qual as inovações tecnológicas, técnicas, políticas e culturais devem ser incorporadas ao patrimônio da sociedade brasileira; todavia, se faz necessário atender a dois imperativos: que sejam absorvidas superficialmente, para que se constituam em objeto de gozo da classe dominante e que no entanto, não comprometam os privilégios dessa classe. Destarte, a ideologia da modernização conservadora deve ser entendida como um mapa de leitura do real, a

²¹ Favela existente no Centro da cidade e que surgiu no final do século XIX.

maneira como se organiza a capacidade de compreensão da classe dominante, assim como, deve servir como um roteiro de entendimento, que, ao ser proposto ao restante da sociedade, indica o caminho de como se pensar o mundo e que soluções são exigidas para seu funcionamento. A força da ideologia da modernização conservadora ao se articular à mídia, encontra-se justamente na possibilidade de que a diversidade cultural expressa na diversidade discursiva não é denegada aparentemente, mas sim remetida a um entendimento único, que funciona como um substrato, que é o da narrativa do capital. Metaforicamente, é como existissem vários tipos de trem, mas a bitola é única.

Essa ideologia, no entanto, implica na necessidade de um Estado que de alguma forma aja na direção de criar os mecanismos necessários ao pleno funcionamento da sociedade regida pelos interesses da classe dominante. *A “sociedade civil”, há muito estabelecida e articulada ao redor do poder econômico estruturalmente arraigado do capitais privados em competição, tanto assegura como preserva a dominação capitalista do Estado político e, por meio dele, da sociedade como um todo*(MESZAROS,2002, p.561)

No caso brasileiro, o Estado é classificado como patrimonialista pois combina a lógica de concentração de riqueza típica do capitalismo europeu com uma estrutura familiar e oligárquica vigente historicamente no Brasil, o que explicaria, em parte, que o capitalismo tupiniquim atenda tanto aos interesses de ordem econômica em si, como os interesses de ordem familiar e oligárquica. *Na verdade, a família é o sujeito econômico do patrimônio. Delas partem as regras da lógica patrimonial, que se opõe até certo ponto à lógica estrita do capital*(SODRÉ,1996,p.160)

Também explicaria como conteúdos de ordem racista, eugênicos e porque não dizer, estéticos, façam parte de uma agenda sócio-política que estabelece os parâmetros do que é aceitável em termos de participação na vida política por parte das camadas populares.

O patrimonialismo alimenta aspectos “irracionais” em face da racionalidade instrumental do capitalismo, uma vez que sua lógica pauta-se em regras de “cordialidade”,entendimento como conjunto de laços de sangue, territorialidade, afetividade, estamento. Família, economia e política confundem-se na lógica do patrimônio(SODRÉ, 1996,p.169)

Esse modelo estético-cognitivo de base racista subverte o lugar como espaço de todos, criando um entendimento de que os lugares devem ser ocupados de acordo com uma dignidade meritória, em outras palavras, cada lugar já pressupõe quem deva

usufruí-lo ou simplesmente ocupá-lo. Desta maneira, a favela é o local de um determinado tipo de gente, o Barrashopping é local de outro tipo de gente. Não se considerou aqui como exemplos, locais normalmente reconhecidos como restritos ou elitistas, para que se pudesse ter como parâmetro, aqueles que normalmente se apresentam como livres à circulação de todo e qualquer tipo de pessoa. Locais, que embora formalmente, não restrinjam o acesso de pessoas com placas de proibir impedem a livre mobilidade. Basta que se vá ao Barrashopping em qualquer dia da semana e se repare qual o tipo de pessoa que o frequenta normalmente, quantos são negros ou aparentemente pobres. A contradição do capitalismo está criando a lógica do gueto onde as pessoas passam a ter somente um direito, o de ir e vir entre o local de trabalho e a casa, obviamente, para aqueles que ainda têm remuneração.

A lógica de segregação, que é inerente ao capital, se torna hegemônica no dirigismo das pessoas e nas formas como as mesmas devem se comportar, agir e sentir, determina também os locais que devem frequentar. O paradigma estético que se impõe, determina na alma das pessoas, os locais que devem e podem frequentar.

Tal lógica contraria um entendimento comum em autores como Otávio Ianni que pensam a globalização como o fluxo crescente de coisas e pessoas:

A fábrica global instala-se além de toda e qualquer fronteira, articulando capital, tecnologia, força de trabalho(...)Provoca a desterritorialização e a reterritorialização das coisas, gentes e idéias. Promete o redimensionamento de espaços e tempos(1995:18) pois, o que se percebe, é justamente o contrário, nas grandes cidades as pessoas estão cada vez mais imobilizadas, pela falta de trabalho, pela baixa remuneração, pelo restrito acesso aos locais de lazer e entretenimento de toda ordem, pela falta de dinheiro em si que impede o deslocamento delas, também, pela violência das ruas. Se a globalização tem como lema a palavra fluxo, sua maior contradição é a palavra imobilização.

Dá-se, então, um consenso hegemônico, uma forma de subentendimento, que é compartilhado pelas pessoas a respeito dos locais que podem frequentar ou viver. Assim, quando os traficantes ou os favelados subvertem esporadicamente esse subentendimento, muitas vezes com ações violentas, a barbárie se apresenta como a única leitura possível dessa realidade. Barbárie por parte daqueles que não entendem o seu lugar, ou seja, a favela.

Por outro lado, a idéia do tráfico como subversão da ordem pública deve ser entendida com mais cuidado, pois, ao contrário do que se pensa, os traficantes mantêm a

ordem dentro das favelas reproduzindo de forma objetiva, embora atravessada por uma forte ambigüidade, o legado moral da sociedade burguesa (liberal-democrática). Punindo as pequenas infrações e delitos, impedindo a desagregação do espaço favela acossado pela enorme miserabilidade. Os traficantes são um braço involuntário do Estado burguês. O tráfico não escapa à lógica da modernização conservadora, quando contribui para a submissão das camadas subalternas das favelas. Os traficantes combinam a absorção de modernas tecnologias representadas pela entrada de armas de última geração e tecnologias informacionais com uma lógica conservadora de governo local em consonância com a lógica quase impessoal do capitalismo. Importante que se diga que esse acesso a tecnologia não se processa de forma generalizada pelas quadrilhas em todas as favelas do Rio de Janeiro. Nas favelas periféricas, devido ao menor poder aquisitivo dos traficantes esse acesso não existe.

Pode-se concluir, que ao Estado brasileiro cabe promover a modernização de caráter econômico, resguardando o estatuto da propriedade, além de vigiar o movimento das massas, garantindo o fluxo de mão-de-obra necessário à manutenção do *status quo* da classe hegemônica. E, dentro dessa perspectiva, o tráfico funciona como uma engenhosa engrenagem mais conservadora do que transformadora, mantendo a ordem interna da favela(em favor da ordem geral). Logo, por mais desordeira que seja essa ordem possa aparentar, haja vista as badernas localizadas promovidas pelos traficantes, a lógica da favela se sustenta na busca de uma estabilidade, na direção da manutenção de uma moralidade bastante conservadora que é estendida aos moradores.

Historicamente, o ideal de modernização brasileira desde o início do século XX, carrega o lastro de profunda segregação social, daí implicar em

sanear e construir- e, claro, transformar as relações dos grupos sociais como o espaço habitacional, tornando menos notória a presença do negro e dos contingentes de "vadios"(subempregados, desempregados). Mas implicava também em muita autoridade e força(razão da escolha de um técnico, em vez de um político), que faz da Reforma Pereira Passos uma espécie de modelo semiótico-cultural para os variados processos de modernização ocorridos em território brasileiro: a doutrina européia do progresso e da civilização aplicada aos "nativos" de cima para baixo, sem qualquer mediações simbólicas(SODRÉ,2002.a, p.47)

O advento da República coincidiu com o crescimento das cidades. O aumento da malha urbana, no final do século XIX, não apontou para uma saída desejável e conciliadora entre partes em eterna disputa, ou seja, os grandes proprietários e os não

proprietários.

A república proclamada, por sua vez, não previa nenhum mecanismo de incorporação do ex-escravo ao regime baseado no ideário liberal. Na nova ordem, controlada por oligarquias regionais, a maioria populacional ficava sistematicamente excluída do processo eleitoral, o que eliminava as chances de representatividade política das camadas subalternas, onde predominavam os negros(idem, p.239)

O século XX presenciou o deslocamento de parte do conflito, que antes se processava de forma predominante no campo, para os limites da cidade. Essa disputa, no entanto, é ressignificada dando espaço à uma nova forma de confronto, que é entre a favela e o asfalto²², ou seja, entre o território favela e o território não-favela.

Para Alba Zaluar e Marcos Alvito, a favela surge da tentativa das classes dominantes em transformar o Rio de Janeiro em uma cidade européia por excelência. *Pode-se se dizer que as favelas tornaram-se uma marca da capital federal, em decorrência (não intencional) das tentativas dos republicanos radicais e dos teóricos do embranquecimento – incluindo -se aí os membros de várias oligarquias regionais - para torná-la uma cidade européia.(ZALUAR e ALVITO,1998, p.07).* Tal explicação aponta para parte do problema, mas, não considerar o surgimento da favela sob a ótica da marginalização de grande parte da sociedade do acesso à propriedade, implica em uma simplificação, pois a mesma deve ser pensada como espaço que resta àqueles que não tem acesso à propriedade de forma regular, em decorrência da falta de uma renda mínima que permita comprar uma propriedade, mesmo que a longo prazo.

O crescimento da população pobre na cidade do Rio de Janeiro, implicou na formação de uma população marginal, seja de favela ou de periferia, que flutua ao sabor das ideologias discriminatórias produzidas pelas elites dominantes. O pensamento higienista que marcou o final do século XIX e início do século XX, é nesse sentido um subproduto da ideologia de modernização conservadora que tenta dar conta da presença perigosa dessas camadas pobres na cidade. *O higienismo é a expressão da primeira forma de uma política urbana de enquadramento e controle da cidade(PECHMAN,2002,p.389)*

Durante todo século XX, os territórios segregados das favelas foram se formando como fruto direto da desigualdade na distribuição da propriedade, abrindo espaço para o domínio de criminosos que precisavam de um refúgio contra as ações da Polícia. Paralelamente, há em certo sentido, uma idealização da favela na literatura, na

²² O entendimento pretendido aqui da palavra asfalto é metafórico, como espaço da não-favela

música, na poesia e também nos discursos de uma esquerda política. Refrões como *Mangueira seu cenário é uma beleza, que a natureza criou* exaltam uma imagem da favela como um cenário idílico, dando a impressão, para o observador desavisado de que o morador da favela lá se encontra por vontade própria e não por um condicionamento histórico. Tal percepção serve comodamente aos dirigentes do Estado, que assim, não enxergam a necessidade de ocupar ou intervir nesse espaço, exceto para capturar algum bandido. Considere-se ainda, que as intervenções custam dinheiro que os governos nem sempre estão dispostos a gastar

Essa idealização do território da favela não considera a falta de água, os ataques constantes da Polícia, as ladeiras íngremes, os desabamentos, a ausência de serviços públicos eficientes, a falta de emprego para seus moradores, as confrontos entre traficantes. Tal perspectiva, é importante ressaltar, se processa há muitas décadas, como se depreende de alguns trechos da letra de uma samba de Sinhô, um músico da década de trinta²³

*Minha cabocla, a Favela vai abaixo
Quanta saudade tu terás deste torrão
Da casinha pequenina de madeira
Que nos enche de carinho o coração
Que saudades ao nos lembrarmos das promessas
Que fizemos constantemente na capela
Pra que deus nunca nos deixe de olhar por nós da malandragem e pelo morro
da Favela(...)*

*Isso deve ser despeito dessa gente
Porque o samba não se passa para ela
Por que o luar é diferente
Não é como o luar que se vê desta favela(...)*

Entretanto, apesar de toda uma produção de sambas que aponta para a favela como cenário acima descrito, não se pode deixar de considerar que existe também uma produção de sambas que apontam as agruras e as dificuldades de se viver na favela, como apontam Oliveira e Mercier(1998:71). No entanto, essa visão parece não ter prevalecido diante da visão romântica e menos crítica. Mesmo assim, apesar dessa esfera de idealização da favela como paraíso, sua questão territorial deve ser entendida

²³ A favela vai abaixo, samba-choro, Casa Bethovem s/n. RIO, 1927

considerando –a como um resultado de relações históricas desiguais e determinantes. Qualquer política que não altere esse estatuto se mostra inócua e superficial.

Ações que no limite, lutam pelo não uso do termo favela, que deve ser substituído por “comunidade” (para designar essas áreas pobres e periféricas pobres), que lutam para mudar a forma como a mídia reproduz a favela, que lutam para dissimular²⁴ a violência local como se essa não existisse, são conservadoramente acríticas, já que apontam para a manutenção da favela na forma como se encontram, não discutem a questão territorial de forma *radical*²⁵. Para alguns grupos intelectuais²⁶ que atuam em favelas, a manutenção desse real-histórico se torna vital, pois é dele que sobrevivem.

Os programas sociais voltados para as favelas são recentes e partem da conjunção de um movimento interno das próprias comunidades, com as ONGs e instituições privadas, embora essas relações careçam de estudos mais profundos. A iniciativa pública sempre foi limitada e como exemplo desta limitação, existe o favela-bairro²⁷ que foi iniciado há cerca de 10 anos e ao contrário do que apregoa, sua proposta de *integrar a favela à cidade, dotando-a de toda infra-estrutura, serviços, equipamentos públicos e políticas sociais* (SITE da SMH- Prefeitura do Rio de Janeiro)- possui uma face bastante conservadora. O discurso de buscar uma integração entre o asfalto e a favela, no limite, aponta para a manutenção do espaço da favela como ele se encontra com suas vielas e becos, com terrenos íngremes e com serviços ineficientes. Não existe uma possibilidade real, sob a perspectiva desse projeto, de erradicar o modelo espacial vigente e os reflexos sociais decorrentes do mesmo, o que leva a favela se tornar cada vez mais impenetrável e refém de uma cultura de gueto. Um processo, que aliás não data de mais de quarenta anos, pois até então se podia entrar no morro ou favela sem se correr qualquer risco efetivo.

Assim, cabe ressaltar o descrédito em qualquer intervenção que se anuncie transformadora, e que não aponte como pressuposto para a erradicação da favela na forma que a mesma possui atualmente. O espaço da favela como hoje existe, sem ruas largas, sem ônibus circulando, sem posto de saúde, sem a entrada livre do carteiro, do lixeiro, do homem da Light, do homem comum, sem o temor da chuva, sem o cansaço da ladeira íngreme e sem a pobreza aguda, ajusta-se de forma imediata à apropriação

²⁴ Tomando o conceito por analogia ao de simulação do próprio autor (SODRÉ, 1991, p. 70).

²⁵ O termo radical deve ser entendido como ir até a raiz de um problema (SAVIANI, 200, p. 17)

²⁶ Nesse caso, devem ser consideradas principalmente as ONGs

²⁷ Programa de intervenções localizadas e pontuais no espaço das favelas do Rio de Janeiro

pelo tráfico.

Portanto, do abandono estatal, caminha-se para a apropriação desses lugares marginalizados, por vários setores da sociedade, oficiais ou não, públicos ou privados, reconhecidos ou marginais nos quais a favela ocupa o centro de uma longa história de ganhos para esses grupos. Dentre esses segmentos que se apropriam da favela, figuram os traficantes.

Há muito que a favela deixou de servir apenas de refúgio de bandidos que cometendo crimes fora, buscam lugar seguro. A favela é mais um local a serviço da lógica de reprodução do capital, em outras palavras, o capital utiliza-se do território da favela na direção da consecução do seu interesse maior e primeiro que é o da sua própria sobrevivência e acumulação.

Assim, embora se recuse o futurismo, pode-se pensar que esse modelo de moradia, representado pelas favelas, implica na manutenção dos espaços segregados, e por conseguinte, na distância e nos ódios crescentes que marcam as relações entre os moradores do asfalto e da favela. Implica também na submissão dos moradores das favelas aos traficantes, embora essas relações sejam marcadas por uma profunda ambigüidade.

Quando se fala de erradicação da favela procura-se aqui apontar para o fim de sua forma espacial atual e não de seus moradores, não se defende uma erradicação da favela como ocorreu na década de 1960, durante o Governo de Carlos Lacerda²⁸. Nessa época, favelas foram retiradas de áreas consideradas importantes e seus moradores empurrados para as periferias distantes. Como exemplos dessa política de segregação, persiste na memória o fim da favela do esqueleto, onde hoje se situa a Universidade do Rio de Janeiro e o surgimento dos bairros da Cidade de Deus e Vila Kennedy, ambos da Zona Oeste, áreas que na época não eram atendidas por malhas ferroviárias de qualquer natureza, afastados das zonas de trabalhos e de lazer. No caso da Cidade de Deus, a situação era gravíssima, pois a Barra da Tijuca ainda não era urbanizada, logo não existia sequer como um pólo de empregos para os moradores do bairro. Assim a erradicação do modelo de moradia representado pela favela e sua substituição radical por uma outra forma de ocupação espacial, que implique em um novo *status quo* urbano e humano é um pressuposto inegociável se, se pretende de fato, pensar a questão da violência no Brasil.

²⁸ Governador do antigo Estado da Guanabara no início da década de 1960.

A lógica do espaço burguês é da segregação, haja vista que o território também é uma forma de riqueza que pode ser acumulada, sua concentração é inevitável e a segregação um resultado esperado. Desta maneira se constrói a lógica contemporânea do espaço urbano marcado pelo shopping center e pelo condomínio de luxo, onde se estabelecem as ilhas de bem-aventurança protegidas das imagens de miséria do mundo exterior. Um espaço-mundo com uma estética própria, considerando-se essa, como a *“faculdade de sentir em comum”* (FREITAS, 2001,p.39)

A geografia perversa que marca o espaço urbano do Rio de Janeiro influencia na leitura que a mídia faz da violência. E para se discutir tal tópico, resolveu-se aqui comparar o espaço urbano de três cidades: Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. A primeira deve ser pensada como o modelo de espacialidade burguesa ideal, pois, sendo uma cidade planejada, tem como forma principal um espaço central onde se localizam as principais instituições e áreas residenciais mais nobres, o entorno no entanto, é marcado pela existência das chamadas cidades satélite, onde a miséria é alarmante. São Paulo, não sendo uma cidade planejada, conseguiu parcialmente uma organização parecida com a de Brasília, pois há um grande centro urbano cortado por duas linhas de metrô, nos sentidos leste-oeste e norte-sul, que concentram também, as principais instituições, áreas residenciais e de trabalho. As áreas mais pobres e miseráveis constituem o que se chama de periferia, onde se concentram os mais altos índices de criminalidade urbana. O Rio de Janeiro, por sua vez, possui uma geografia urbana totalmente diversa de Brasília, a cidade planejada e de São Paulo, pois as favelas se encontram em meio às áreas mais nobres da cidade, no caso a Zona Sul, e, ao lado das grandes vias de acesso ao Centro. As ocorrências de violência urbana refletem nesses espaços de classe média e alta e chamam muito mais atenção da mídia, ganhando notoriedade dramática nas páginas dos noticiários. As balas perdidas no Rio de Janeiro atingem pessoas importantes, o que não ocorre em São Paulo ou Brasília, onde as mesmas atingem pessoas com quase nenhuma expressão social. A sensação de que o de Janeiro é uma cidade mais violenta que São Paulo se autonomiza em relação aos índices que medem a criminalidade. Jânio de Freitas chega a apontar que a sensação de que o Rio de Janeiro é mais violento que São Paulo é decorrente de uma atitude da imprensa paulista:

A criminalidade em São Paulo, cidade e estado, não é menor do que a do Rio, mas o jornalismo paulista só lhe concede espaço se não puder mesmo evitá-lo - e, ainda assim, essa exceção à regra inconfessada é

feita com o mínimo de visibilidade. No jornalismo carioca, explorar os assuntos ligados à criminalidade alcança o nível de vício, uma espécie de monomania útil, pela facilidade não encontrável em outros temas e por ser assunto com segura atração pública(2003:13)

Em razão da exposição acima, opta-se aqui, em não aceitar uma explicação tão simplista para justificar a magnitude alcançada pela violência no Rio de Janeiro.

“A crença de que vivemos nesse estado de guerra apodera-se, em especial, das classes médias e altas, que se trancam em condomínios fechados, em prédios de apartamentos, com a “ilusória esperança de abandonar a insegurança das casas”, ou utilizam “guaritas e guardas armados”, fecham ruas, usam portões eletrônicos”.(PIRES APUD COIMBRA, 2003, p.167)

Essa sensação de medo e insegurança impregna o imaginário da classe média, extrato do qual sai a grande maioria dos elementos que escrevem na grande mídia, e que são atingidos pela violência urbana.

A violência urbana está nas ruas e nos jornais diários. Está no rádio, na televisão e nas nossas preocupações cotidianas, No entanto, não somos atingidos por essas diferentes fontes de informações sobre a violência da mesma maneira, e isso reflete nas nossas concepções acerca dela(ZALUAR,1994,p.13)

Tal perspectiva concorre para a consolidação de uma visão dos acontecimentos marcada pelo clima de terror psicológico e medo.

2.1.4. Violência muda de tom, e a mídia não percebe

Uma das características fundamentais da mídia é sua capacidade de generalização, embora, como princípio a priori, busque aquilo que ninguém percebeu, principalmente quando se trata de jornalismo investigativo. O jornalista, nesse caso, deseja apontar as falhas da polícia ou chegar na frente dela, descobrir algum detalhe do crime. Essa tendência à generalização impede, em muitos momentos, que a mídia perceba mudanças qualitativas em processos de longa duração, como é o caso da violência urbana oriunda do tráfico. A mídia tende a enxergar um crescimento da violência de forma linear e sem qualquer contradição, apontando apenas para um quadro de agravamento quantitativo. Entretanto, o perfil da violência urbana vem se modificando na cidade do Rio de Janeiro e também no mundo, no caso específico do tráfico de drogas, seus integrantes assumem uma atitude cada vez mais ousada e arriscada, limites vêm sendo quebrados e acordos (velados) tradicionalmente firmados desrespeitados.

Um policial da delegacia de homicídios informou que quando ele e sua equipe subiam o Morro do Borel, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, os traficantes davam uma rajada de tiros para o alto e, via de regra, por cima da viatura, como um sinal de alerta, mas eles não eram importunados, pois se sabia que não iam perseguir traficantes. No final da década de Oitenta, dois policiais civis subiram o Morro do Andaraí, também na área da Tijuca, apenas armados com uma metralhadora e dois revólveres, para entregar uma intimação. Foram até o fim da Rua do Andaraí, encostaram a viatura, subiram as escadas de uma parte do morro, entregaram a intimação e desceram sem qualquer problema. As delegacias distritais ficavam guardadas apenas por um homem que tinha sob sua guarda uma carceragem com dezenas de homens e apesar da fragilidade, as delegacias não eram atacadas. Os ataques às delegacias começaram a ocorrer a partir da década de noventa, quando se percebe uma mudança de perfil do tráfico, que inclusive, pode ser constatado nos ataques cada vez mais violentos e constantes aos coletivos por parte dos moradores das favelas. Esses, são atribuídos aos traficantes como mostra de poder e insatisfação contra alguma ação governamental. como por exemplo, uma ação da polícia resultando na morte de algum morador ou traficante. Entretanto, algumas recentes atitudes do tráfico ultrapassam a mera insatisfação ou protesto, quando apontam para o uso de extrema violência atingindo não só o patrimônio da cidade, mas também pessoas, como ocorreu no caso, de um ataque de traficantes a um coletivo em Senador Câmara, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro. **Traficantes não deixaram passageiros sair pela janela**(O GLOBO, RIO, 24.09.2003). Foi desta maneira que o jornal anunciou a morte de uma das passageiras de um coletivo incendiado por traficantes na Zona Oeste. Entretanto, a notícia que ocupou apenas um pequeno retângulo na seção RIO(parte interna do jornal), noticiava o fato que havia transcorrido dias antes, em razão da morte da vítima, pois no dia do fato nada foi registrado pela mídia. O fato foi interpretado como um ato comum, igual a qualquer outro, que acontece nessa cidade, logo a mídia não percebeu que há um diferencial no ato praticado pelos traficantes quando impedem a saída de um passageiros e ateião fogo no ônibus, ou quando invadem uma delegacia, ou quando passam a enfrentar sistematicamente a polícia, ao invés de fugirem.

A partir da análise desse comportamento da mídia, busca-se a reflexão sobre os mecanismos que servem de base à seleção do que pode ser considerado notícia ou não pela mídia. O que leva a mídia a destacar um fato e espetacularizá-lo, ou simplesmente ignorá-lo? O que leva a mídia a comentar bombasticamente o assassinato da funcionária

pública em Botafogo e depois ignorar o incêndio brutal de outra pessoa, ao ponto, de sequer mencionar o ocorrido?

Se os dois casos forem comparados, ambos merecem indignação, mas o assassinato da funcionária da DATAPREV em nada se diferencia dos outros assassinatos que ocorrem cotidianamente na cidade, entretanto o assassinato da professora no interior do coletivo é explicitamente singular, pois se difere de todo um histórico anterior, pois até então, as pessoas eram poupadas dos ataques do tráfico contra coletivos. O incêndio de pessoas, que inclusive, são impedidas de sair do coletivo pelos traficantes aponta para uma mudança qualitativa da violência, uma espécie de quebra de pacto de convivência.

2.1.5. Favela, mídia e representação- território como vídeo-game

Pretende-se, nesta parte, examinar como a mídia nos últimos cinco anos, vem representando o espaço da favela e o eterno confronto entre esse e o espaço dito como não-favela. Parte-se da idéia de que a mídia corrobora o senso comum que enxerga a favela como o local do perigo e do medo.

Os confrontos entre as quadrilhas e a polícia ou entre as quadrilhas entre si, precisam ser representadas e traduzidas para o leitor. Esse relato deve ser bastante sintético de forma que permita uma visão objetiva dos acontecimentos, possibilitando um olhar técnico e ao mesmo tempo erudito, daí o apelo aos conhecidos especialistas em violência. Um jornal do porte do O GLOBO, não pode se perder na prática de um sensacionalismo barato e inconseqüente, pois esse tipo de abordagem, deve ser atribuída aos jornais populares.

o NP vale-se de estratégias para exacerbar as emoções do leitor, embora a equipe da redação do jornal busque amenizar o fato, propagando, para o consumo da crítica, que o NP²⁹ não é sensacionalista, mas sensacional. Tal formulação, de aparente sutileza, busca distinguir sensacionalismo de notícias sensacionais, ou seja, atribui ao jornal a qualidade da apresentação de fatos que chamam a atenção pelo ineditismo e rejeitam expedientes de se valerem de uma forma de comunicação que apela para as emoções e cujo intuito, normalmente, é chocar, escandalizar(DIAS,1996,95).

O argumento em pauta, pode de alguma forma servir como defesa do O GLOBO no que diz respeito a recente inclinação ao sensacionalismo de algumas matérias, principalmente quando versam sobre a questão da violência urbana.

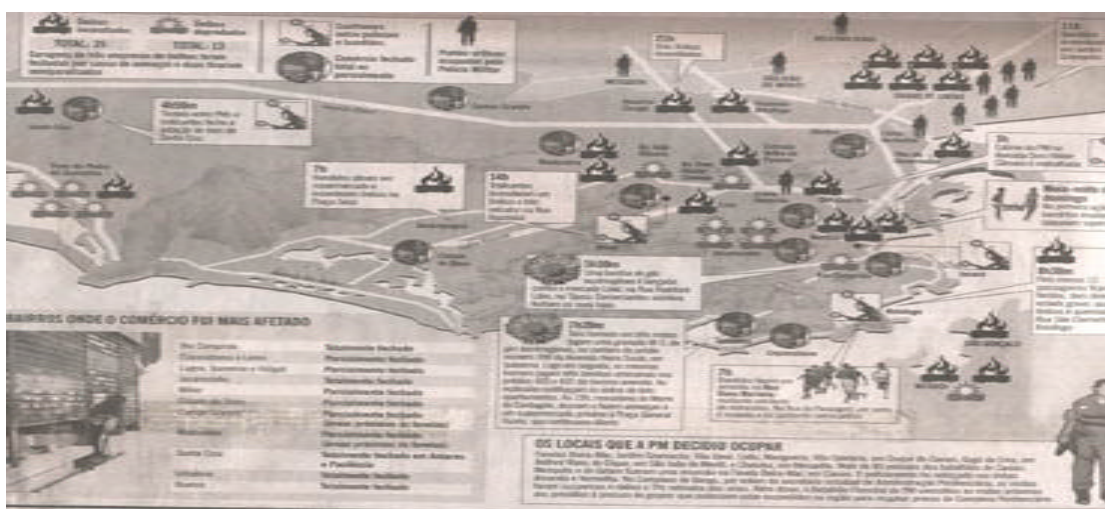
²⁹ noticiário popular

Mas ao mesmo tempo, O GLOBO não pode tornar o assunto ou tema que veicula tão hermético que não possa ser lido e entendido. Destarte, ainda que a mídia em questão se mantenha dentro de um limite técnico-erudito, a lógica do entretenimento se coloca no momento em que se faz necessário representar a favela e as guerras que se travam nela.

O videogame como modelo espacial estético-cognitivo atende ao desejo de representação e cenarização do real pela mídia. Não se imagina, no entanto, que a favela se esgota no videogame, pois se assim fosse, ela poderia ser referida como espaço apartado de quem a observa, como algo território referido por analogias distantes. Se queira ou não, esse imenso videogame abarca de forma irresistível e ultrapassa a favela. Emerge então, um imenso cenário de matrix, uma espécie de suprarealidade, no qual a favela é um setor(espaço) ou zona perigosa e misteriosa, onde as ações são dotadas de uma grande imprevisibilidade. Nunca se sabe onde se encontra o inimigo.

Nesse imenso videogame se processam os movimentos de tropas, alvos, zonas de perigo, níveis de dificuldade, eliminação de oponentes, e até prêmios em formas de botim. Mas o que realmente importa é o lado do entretenimento proporcionado pela representação desse imenso videogame nas páginas do jornal. Quem olha para os desenhos(foto 01) pelos os quais a favela é representada tem a noção do perigo que ele representa, sem ter que realmente se confrontar de forma mais direta com esse perigo.

Foto 01



Fonte: O Globo, 27.02.2003.

Pode-se também entender que a elaboração de mapas que de uma forma geral segue o mesmo sentido de aproximação em relação ao real, uma tentativa de apropriação do real pela imagem. Quem olha para o desenho apresentado pelo jornal

pode ter a impressão de estar olhando para uma simulação com força de real.

Jean Baudrillard ao discutir o conceito simulacro utiliza uma metáfora de Borges, pela qual, seria elaborado um mapa tão detalhado que acabaria por cobrir exatamente o Império. O autor, entretanto, afirma que hoje na sociedade contemporânea “o território não mais precede o mapa”(1991:08), pois assim sendo, o mapa tem força de real:

Hoje a abstração já não mais do mapa, do duplo, do espelho ou do conceito. A simulação já não é de um território, de um ser referencial, de uma substância. É a geração pelos, modelos de um real sem origem nem realidade: hiper-real(1991:08)

Nesse sentido, o mapa se coloca não como uma abstração da favela, como um jogo de diferenciação, mas uma tentativa de substituição, uma tentativa de ser mais real do que o próprio território. *‘Este imaginário da representação ao, que culmina e ao mesmo tempo se afunda no projeto louco dos cartógrafos, de uma coextensividade ideal do mapa e do território, desaparece na simulação -cuja operação é nuclear e genética e já não especular e discursiva’(ibdem:08).*

Para o autor o real é produzido a partir de células miniaturizadas, de matrizes e de memória, de modelo de comando – e pode ser reproduzido um número indefinido de vezes a partir daí. Já não tem de ser racional, pois já não se compara com nenhuma instância, ideal ou negativa. *É apenas operacional.(1991:08).*

Assim, a mídia atendendo ao imperativo de uma sociedade de consumo, que tudo duplica, cria modelos de representação do real, nesse caso a favela. Logo, um mapa pode servir para qualquer favela, em qualquer lugar, pois o real é um dado *a priori*, uma simulação. Um jogo quase real.

A única questão diferente é que nos casos da favela, não se pode participar movendo as peças como se pressupõe um jogo, mas se pode de repente, participar desse cenário como um ícone ou um ator real, que esse cenário se constrói em torno de atores reais, que se relacionam com imagens e ao mesmo tempo são imagens.

Para além da representação do espaço, há o uso de representações conceituais que são difundidas pelo senso comum e utilizadas pela mídia como referências teórico-cognitivas, em outras palavras, servem como relações *que se acercam da realidade para compreendê-la*((VASQUES, 1999, p.73). Essas referências conceituais apropriadas pela mídia, traduzem uma forma de entendimento da violência urbana decorrente do tráfico. Entre as referências que serão abordadas, figuram guerra civil, crime organizado, estado ou governo paralelo e a questão prisional. Pensar a violência a partir dessas referências

teórico-cognitivas pressupõem um entendimento da violência, que no caso da mídia, traduz-se no fortalecimento de uma cultura do medo, que serve como sustentação à proliferação de uma percepção na qual o mal deve ser extirpado a qualquer custo.

2.1.6. Política, mídia e a idéia de (in)segurança pública

Um líder político carismático, um discurso emocionalmente preparado, um palanque e uma platéia pouco crítica, que de preferência, não pergunte nada, e se tem os elementos necessários ao bom desenvolvimento de uma prática política em termos tradicionais. Durante o século XX, se presenciou a alteração das formas de se fazer política no Brasil e no mundo. A política do tipo tradicional marcada pelo discurso em palanques, beijos em crianças, líderes carismáticos³⁰ e por plataformas demagógicas, embora, com uma certa definição, no que diz respeito aos conteúdos vem perdendo lugar para uma política feita aos moldes da nova sociedade midiática do final do 2º milênio. *“Uma vez capturada a política no espaço da mídia, os próprios atores políticos fecham o círculo da política da mídia ao promoverem ações basicamente voltadas para os meios de comunicação”*(Castells, 2000:372)

Havia um sentido ideológico na política tradicional, os antagonismos de esquerda e direita tinham alguma validade. Atualmente, no entanto, esses contornos políticos - ideológicos foram desvalorizados na direção de uma estetização da prática política. Um novo jeito de fazer política que valoriza a forma e não o conteúdo, espetacularizando o acontecimento de maneira que se mantenha ativa e presente a idéia de uma esfera de entretenimento, começa a ganhar espaço na cena contemporânea.

Entretanto, Castells, defende que a *política em função da mídia não impede a existência de outras formas de atividade política*(idem:372), pois, para o autor, *os candidatos têm que viajar, marcar presença em eventos, apertar as mãos dos eleitores, participar de palestras, beijar criancinhas(com cuidado), dirigir-se aos estudantes, policiais e todos os grupos étnicos possíveis(não na França)*(idem:372). Assim sendo, deve se entender que esse processo político não é monolítico, a mídia não eliminou a política tradicional, nem existe a perspectiva de que isso acontecerá um dia.

Mas como se definiria então essa sociedade midiática? Que elementos estão presentes? Como se processam as formas de se sentir, pensar e fazer política no mundo atual? Sobre que base se sustenta?

³⁰ Nas relações políticas carismáticas o poder se personaliza, concentrando no líder esperança e desespero e conduzindo o sonho coletivo ao paroxismo da exuberância simbólica, com diversos legendários concentrados em um único personagem(...) (MENDONÇA, 2002 ,p.287)

A sociedade midiática teria como fundamentos dois princípios: mercado e tecnologia. Sendo que deste binômio o primeiro termo é o determinante na relação. A tecnologia, o grande avatar do século XX, avança no sentido de acelerar, facilitar e garantir o melhor gerenciamento de umas das mais importantes mercadorias desse final de milênio: a informação.

Na realidade, toda e qualquer sociedade constrói(por pactos semânticos ou semióticos),de maneira mais ostensiva ou secreta, regimes auto-representativos ou de visibilidade pública de si mesma. Os processos públicos de comunicação, as instituições lúdicas, os espaços urbanos para os encontros da cidadania integram tais regimes.(SODRÉ,2002,p.16)

Em outras palavras, na sociedade contemporânea se tornou fundamental o controle das formas de se ver e ser visto, além do controle dos canais pelos quais se dá o fluxo informacional. Assim, o autor defende que *a sociedade contemporânea(dita pós-industrial)rege-se pela midiatização, quer dizer, pela tendência a “virtualização” o telerrealização das relações humanas, presente na articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação. (SODRÉ,2002,p.16).*

Destarte, para Sodré a midiatização pode ser considerada uma das palavras-chave para o entendimento das relações humanas na sociedade contemporânea. Onde midiatização

  uma ordem de mediações socialmente realizadas no sentido da comunicação entendida como processo informacional, a reboque de organizações empresariais e com ênfase num tipo particular de interação- a que poderíamos chamar de “tecnointera  o” – caracterizada por uma espécie de prótese tecnológica e mercadológica da realidade sensível, denominada médium. Trata-se de dispositivo cultural historicamente emergente no momento em que o processo da comunicação   técnica e industrialmente redefinido pela informação, isto é, por um regime posto quase que exclusivamente a serviço da lei estrutural do valor, o capital, e que constitui propriamente uma nova tecnologia societal(e não uma neutra “tecnologia da inteligência”)empenhada num tipo de hegemonia  tico-política(SODRÉ,2002,p.21)

A hegemonia  tico-política se d  em favor da classe burguesa, em detrimento das classes populares, através dos mecanismos de apropriação da esfera tecno-cognitiva e controle das mediações tradicionais. Se do século XIX, até a primeira metade do século XX, segundo Savianni, a escola exercia um papel preponderante no sentido de garantir a hegemonia burguesa(1987, p.33) a partir da segunda metade do século XX

surge um novo e poderoso meio de difusão de hegemonia: a mídia. Essa, enquanto discurso procura apresentar-se tecnicamente neutra, de forma que procura ostentar somente sua face técnica e racional.

A astúcia das ideologias tecnicistas consiste geralmente na tentativa de deixar visível apenas o aspecto técnico do dispositivo midiático, da “prótese”, ocultando a sua dimensão societal comprometida com uma forma de hegemonia,, onde a articulação entre democracia e mercadoria é parte vital de estratégias corporativas,. Essas ideologias costumam permear discursos e ações de conglomerados transnacionais e de ideólogos dos novos formatos de Estado(SODRÉ,2002,p.22).

Encontra-se nesse ponto uma das primeiras diferenças entre política tradicional e política na era midiática, ou seja, a valorização da instância técnica de decisão. Os políticos tradicionais vão sendo deixados de lado em favor uma nova classe de dirigente tecnocrática. Essa se apropria da realidade tecno-cognitiva e através de uma prática profundamente conservadora controla as instâncias decisórias. Tudo passa a ser resolvido levando-se em consideração o efeito quase que pirotécnico do ato técnico-político. Um grande representante dessa modalidade de fazer política chama-se César Maia³¹, atual prefeito da cidade do Rio de Janeiro.

A ideologia tecnicista tem como *modus operandi* uma tentativa de entendimento da realidade de forma isenta e objetiva, uma clara alusão positivista. Donde *a idéia do que é uma lei; de lhes fazer compreender que os fenômenos físicos e sociais são fatos como os outros submetidos a leis que a vontade humana não pode interromper a sua vontade*(LÖWY,2000,p.27) Logo a política, assim como o ato político, é uma ciência, acima da emoção humana. Essa ideologia, tenta de toda forma ocultar a sua dimensão societal, em outras palavras, as relações de classe que se antepõem à sua construção.

Um outro aspecto da dimensão tecnicista é seu lado politicamente conservador, ou seja, por ser uma fala de caráter eminentemente técnico-racionalista, tende a ser muito refratária à participação política das classes populares, consideradas incapazes de apreender a dimensão e o gerenciamento técnico da realidade pelos estamentos técnicos–burocráticos. As decisões são tomadas em centros de excelência em nome de toda a sociedade. Esse discurso pressupõe que o mundo funciona organicamente e as decisões técnicas são frutos das necessidades de auto-reparação do sistema como um todo. Uma espécie de reparo técnico das anomalias provocadas pelo homem.

³¹ Mandato 2001-2004.

A mídia, então, torna-se o grande espaço de difusão da ideologia tecnicista, mas não se pode considerar que as formas tradicionais de se fazer política simplesmente desapareceram diante do aparato midiático. O que há na verdade, são formas híbridas de fazer política combinando alguns conteúdos tradicionais com formas imagísticas de caráter estético e técnico, que visam a formação de uma nova consciência política, a hegemonia buscada pela mídia em nome da burguesia

Logo a forma midiática condiciona apenas na medida em que se abre a permeabilizações ou permite hibridizações com outras formas vigentes no real-histórico. Trata-se de fato da afetação de formas de vida tradicionais por uma qualificação de natureza informacional-uma tecnologia societal(...)cuja inclinação no sentido de configurar discursivamente o funcionamento social em função dos vetores mercadológicos e tecnológicos é caracterizada por uma prevalência da forma (que alguns autores preferem chamar e “códigos”;outros de “meio”)sobre os conteúdos semânticos(SODRÉ,2002,p.23)

Outro aspecto que deve ser considerado, é que essa nova dimensão estético-política não deve ser entendida de forma monolítica e linear, não existe a pura manipulação de massa. O processo em si admite e tem sua dinâmica marcada pela contradição. Há o convencimento de parcelas consideráveis da sociedade, entretanto, não de toda sociedade, e mesmo nessas parcelas o convencimento não se processa de forma homogênea, mesmo porque os conteúdos tradicionais interagem dialeticamente com as formas midiáticas e produzem sínteses nem sempre previstas pelas elites hegemônicas.

Mesmo que essas sínteses se apresentem como profundamente caricatas e conservadoras, não deixam de ser sínteses não previstas ou consideradas pela instância hegemônica. Como é o caso da eleição de Enéas em São Paulo, figura que marcou presença em diversas eleições presidenciais, com uma frase de efeito: *Eu sou Enéas!*. Mesmo, não obtendo a vitória desejada, foi alçado ao cenário nacional principalmente no Sudeste, onde obteve uma votação estrondosa para deputado federal, com mais de um milhão de votos. Sua vitória pode ser entendida a partir da emergência de conteúdos e valores de uma política tradicional no seio de uma sociedade midiática. Assim, Enéas dentro dos pressupostos de uma sociedade regida pela imagem, soube utilizar os meios necessários à veiculação de sua mensagem.

Em muitos casos, a mídia busca, por auto-atribuição, esse papel de fiscal da política o que levaria ao “*despertar da consciência urgente necessidade de uma revisão profunda da legislação brasileira, responsável maior pelo clima de imoralidade nos*

negócios públicos, representa um serviço inestimável prestado pela imprensa deste país” (FRANCO, O GLOBO, OPINIAO, 2001,p.07)

Não discutindo o mérito do argumento do articulista, se percebe o papel atribuído à imprensa na gerência do que é público, entretanto, sob a perspectiva de uma lógica patrimonialista, a mídia é submetida a controles não previstos no discurso liberal. Os grandes acordos políticos amenizam a força das denúncias. Assim sendo, a mídia apesar de divulgar diversos escândalos de corrupção de vários políticos nacionais, o poder de composição das elites locais, alçadas ao grande paradigma da família extensa, consegue salvaguardar a maioria dos seus membros.

Como já se apontou, a mídia apresenta uma enorme capacidade de hibridização e de absorção de velhos conteúdos, assim, há sempre a possibilidade de aparecimento de novas sínteses político-midiáticas. Ao se afirmar que a mídia tem enorme capacidade de reciclar conteúdos tradicionais no sentido de formar novas sínteses, o contrário é plenamente cabível, ou seja, velhos conteúdos políticos que se apropriam da mídia produzindo sínteses tradicionais. Um exemplo dos mais recentes nesse sentido é o político Anthony Garotinho, formado nas velhas fileiras do Brizolismo, uma espécie de síntese do trabalhismo populista, radialista do interior do Estado do Rio de Janeiro, combinou a tradição política brizolista, depois abandonada, com uma performance midiática aliada a uma forma de neopopulismo de face religiosa. Garotinho apresenta uma enorme capacidade de governar para a mídia e com a mídia. Atendendo aos requisitos da agenda política moderna de como deve ser um político: *aspecto jovial, descomprometido com a classe política, investido das aparências de sujeito da moral pública e com toda a cosmética (pose, roupa, expressões faciais, gestos) de apresentador de tevê.* (SODRÉ, 2002, p.31). O jovem político se movimenta com segurança neste novo cenário político midiaticizado, no qual a visibilidade torna-se vital.

A mídia no mundo atual se prefigura como um espaço fundamental à política e não só como meio técnico e informacional, já que funciona também como avalista da ação política e das políticas públicas que passam a ser submetidas ao espaço midiático.

Com isso, desde que os meios de comunicação mantenham relativa autonomia em relação ao poder político, os atores políticos acabam tendo de obedecer às regras e sujeitar-se aos recursos tecnológicos e interesses da mídia. A política passa a ser inserida na mídia. E porque o governo depende de reeleições, ou eleições para um posto mais elevado, o próprio governo fica também dependente da avaliação diária do impacto potencial de suas decisões sobre a

opinião pública, mensurando por meio de pesquisas de opinião, grupos de teste e análises de imagem.(Castells,2000:370)

Logo, são validadas as ações que surtem efeitos na mídia. A idéia de eficiência de uma política pública ou de um ato político qualquer depende da capacidade de se atrair positivamente a atenção dessa. Pode-se se ir mais além, quando se inferi que um ato do poder público somente existe se de fato for reconhecido pela mídia. A mídia então, torna-se um espaço de produção e reconhecimento do que é ou não é verdadeiro.. Um fato singular pode ser apontado como exemplar nesse sentido. Após uma operação contra traficantes no Catumbi, a Polícia armou um *stand* na no Largo da Carioca expondo as armas, as munições e drogas apreendidas(JB, primeira página,15 de maio de 2002)(foto 02). Assim sendo, a operação ganhou um lastro de verdade via mídia.

Foto 02



Fonte: JB, 15.05.2002

Entender a relação entre mídia e política, é pensar *a priori* o conceito de visibilidade. A mídia é um espaço de enunciação política que pode ser apropriada por diversos atores sociais com diversas finalidades, inclusive os traficantes.

Para uma atividade empresarial como o tráfico esse espaço de visibilidade proposto pela mídia, se torna cada vez mais importante e necessário. O tráfico é uma atividade empresarial, que no entanto, não conta com a aprovação moral e legal da sociedade, e por isso é alvo da repressão oficial. Utilizar a mídia como um mecanismo de defesa e garantia individual de sobrevivência é uma tática já bastante utilizada. Em diversos casos quando bandidos são encurralados pela polícia, fazem reféns para se

proteger e em seguida buscam, via mídia, negociar uma agenda de rendição. A presença da mídia serve para garantir a visibilidade necessária e coibir um possível excesso dos agentes da lei. Chamar a mídia é uma forma de garantir a vida.

Como já se tem demonstrado, mídias do formato de O GLOBO, oscilam entre a tentativa de conciliar uma percepção objetiva da questão da segurança, nesse caso incluindo a questão da violência oriunda do tráfico, e a necessidade de produzir uma síntese dessa percepção, ou seja, uma mercadoria atraente para seus leitores, o que atende a uma lógica empresarial.

O jornalismo não é apenas observador; ele é antes de tudo, produtor de um show, empresário de um espetáculo”. Se as notícias são mercadorias., é necessário promovê-las (BUCCI APUD COIMBRA, p.68,2001). A autora prossegue: torna-se impossível, pois, retratá-las objetivamente(COIMBRA, 2001,p.68)

Essa mercadoria está sujeita à lógica da sociedade do espetáculo, daí o sentido da auto-realização,

Cada mercadoria específica luta por si mesma, não pode reconhecer as outras, pretende impor-se em toda parte como se fosse única. O espetáculo é então o canto épico desse confronto que nenhuma queda de Ílion pode concluir. O espetáculo não exalta os homens e suas armas, mas as mercadorias e suas paixões. É nessa luta cega que cada mercadoria, ao seguir sua paixão , realiza de fato na inconsciência algo de mais elevado: o devir-mundo da mercadoria, que também é o devir-mercadoria do mundo. Assim, por uma astúcia da razão mercantil, o que é particular da mercadoria gasta-se no combate, ao passo que a forma-mercadoria caminha para sua realização absoluta(DEBORD,1997,p.44)

Mesmo assim, há uma recusa imediata do O GLOBO em assumir um formato de uma mídia sensacionalista, o que requer um certo equilíbrio entre objetividade e a dramaticidade na apresentação do tema. Partindo deste princípio, a mídia em tela, busca uma leitura da atuação do tráfico na cidade e a atuação do poder público, do qual ela se coloca como a primeira instância de fiscalização. Assim procura, a partir de uma visão objetiva de caráter profundamente tecnicista desvendar e apontar os sucessos e insucessos da política de segurança.

Entretanto, o grande problema encontra-se justamente na forma como se processa a construção desse olhar que faz distinção entre o que é relevante e o que não é relevante. A percepção racional tecnicista da mídia sobre o tráfico tende a entendê-lo como uma questão de falta de uma eficiência do poder público, decorrente da ausência de uma vontade política, sendo a principal consequência o crescimento e o

recrudescimento do violência. Assim sendo, basta que haja uma vontade de se mudar a situação da segurança e que tudo se resolverá.

Essa percepção da mídia sobre a questão da violência tende a alimentar o confronto entre policiais e traficantes, desqualificando a questão do ponto de vista institucional, o que torna secundário o entendimento da questão do tráfico sob ponto de vista macro, ou seja, do ponto de vista estrutural ou econômico.

O tráfico então é visto pela lógica do confronto (entre traficantes e policiais), que é um subproduto de uma cultura que se define por uma visão de história como mero produto da ação voluntariosa de homens. Tiradentes, Getúlio Vargas, Juscelino , Jango, Zumbi, Fernadinho Beira-Mar, deuses e demônios que povoam a história. Partindo dessa lógica, os traficantes são demonizados, os policiais, no entanto, são valorizados a partir de casos isolados, de atos de heroísmo e nunca por uma ação coletiva, como uma instituição. A mídia consegue falar mal da polícia e ao mesmo tempo falar bem de policiais. A polícia é *a priori* corrupta e ineficiente, alguns policiais são honestos e outros heróis.

Essa visão personalista do tráfico e da Polícia coloca face a face, a polícia como agentes do Estado e do Governo, e traficantes, como uma atualização dramática de uma brincadeira infantil de Polícia e ladrão, um verdadeiro jogo de gato e rato. Como o próprio traficante Celsinho da Vila Vintém declarou:

Não tenho relação com a polícia. Vai ver na delegacia quanta gente foi presa lá na favela. Meu envolvimento com policiais é um jogo de gato e rato. Vivo me escondendo. Não tenho casa em lugar nenhum, sou um cara da rua, não tenho paradeiro(JB, Cidade,08. de maio de 2002, p.17

Em uma sociedade marcada pela visibilidade midiática, aparecer na mídia desmoralizando o poder público, a polícia por extensão, torna-se uma espécie de troféu cobiçado pelos traficantes perante a favela, dentro da própria quadrilha ou até mesmo na facção³². O poder de exposição/visibilidade característico da mídia, exorta o poder público a participar desse *jogo de gato e rato*, pois à medida que a mídia mostra algum fato ou acontecimento ocorrido na cidade e arredores, que seja considerado uma ofensa ou tentativa de desmoralização a esse mesmo poder público, ou que demonstre que a

³² É cabível esclarecer que facção e quadrilha não são palavras sinônimas. A facção tem uma perspectiva que engloba quadrilhas de diversas favelas, nesse caso, existem o Comando Vermelho, ADA, Terceiro Comando, PCC etc. A quadrilha tem um caráter mais local, ligado a um determinado traficante, podendo até haver o caso de uma quadrilha que se estenda a mais de uma favela.sob a liderança de um mesmo traficante.

cidade não está sob controle oficial, desencadeia uma reação imediata, uma declaração de efeito ou de força, ao mesmo tempo que esse tipo de encaminhamento concita a emoção do leitor médio indignado com a ousadia do tráfico.

Nesse sentido numa matéria de primeira página do O GLOBO, sob o título: **Faxina da PM apaga pichações do tráfico – policiais militares recebem ordem para empunhar pincéis e cobrir inscrições nos muros do Rio**(O GLOBO,primeira página, 15.01.2002), prossegue com os comentários complementares

Por determinação do Secretário de Segurança Pública, coronel Josias Quintal, policiais militares estão nas ruas e favelas, desde ontem, retirando e descaracterizando as pichações com nomes de facções criminosas em muros e paredes. Carregando latões de tinta e empunhando escovões, pincéis e broxas, os PMs mostravam-se constrangidos, mas evitavam falar qualquer coisa, com medo de punições. A Chamada operação Apague a Pichação(...)foi criticada por sociólogos, políticos e pela associação de Cabos e Soldados da PM. Indiferente às críticas, Josias Quintal disse que a faxina vai continuar(O Globo,primeira página, 15.01.2002).

A matéria trazia ao lado da explicação do acontecimento uma fotografia medindo 19.6cm de comprimento por 11.6cm de largura,dos policiais militares pintando as inscrições feitas pelo tráfico e um policial montando guarda(foto 03).

Foto 03



fonte O Globo, 15.01.2002

A foto rivalizava com uma fotografia do rosto machucado do Presidente dos Estados Unidos exposta logo acima. No interior do jornal uma nova foto da mesma

cena, agora com os PMs sob o olhar de moradores(foto 04).

Foto 04



Fonte O Globo, 15.10.2003

Um novo título dava conta da total desmoralização imposta aos policiais militares: **O Batalha da Faxina** – *Secretário de Segurança obriga PMs a apagar pichações do tráfico e recebe críticas*. A matéria que ocupou a página inteira apontou a reação de políticos e intelectuais. Inácio Cano, intelectual da UERJ, por exemplo, criticou o Secretário de Segurança: *é apenas uma provocação. A secretaria de Segurança Pública parece estar mais preocupada com os símbolos do que com o combate aos crimes*. (*O GLOBO, RIO, 15.01.2002, p.12*). Luis Eduardo Soares., sociólogo e um dos grandes desafetos do Secretário de Segurança afirmou ser mais *uma demonstração de falta de planejamento da segurança pública. É uma reação improvisada. A iniciativa vai instalar um jogo patético de gato e rato entre policiais e traficantes*(*O GLOBO, primeira página, 15.01.2002*).

A utilização de termos como planejamento, muito comum na crítica acadêmica da violência implica em angariar um pseudo lastro de cientificidade e racionalidade, mesmo que não se diga exatamente o que se faria nas situações criticadas. Não fica claro se as pichações seriam ignoradas, seriam apagadas por outros funcionários ou que medida seria tomada diante da situação suscitada pela mídia.

Dois dias depois, no dia 17 de janeiro de 2003, o tráfico em resposta a ciranda

mediática e à ação de limpeza da Polícia Militar, refaz as pichações. Uma nova matéria continua a mostrar o confronto particular entre o Coronel Josias Quintal e os traficantes da favela Roquete Pinto, de Ramos. A matéria de primeira página do O GLOBO expôs o seguinte título: **Tráfico volta a pichar e libera o vermelho**. Na parte interna do jornal, há a explicação do fato:

Dois dias depois de a Secretaria de Segurança Pública ter iniciado a retirada das pichações feitas por facções criminosas, traficantes do Terceiro Comando que atuam na favela Roquete Pinto, em Ramos, desafiaram ontem duplamente a polícia. Eles não só picharam muros de uma área policiada no acesso ao piscinão, como escreveram "permitido moradores usarem qualquer tipo de roupa na Roquete", numa demonstração de que mandam na região. O uso da cor estava proibido por fazer alusão à facção criminosa rival, O Comando Vermelho. As pichações foram apagadas ontem mesmo por PMs. (O GLOBO, PRIMEIRA PÁGINA, 17.01.2002).

A matéria segue apresentando duas fotografias que ocupam a parte central da primeira página (fotos 01 e 02). Nestas fotos mais uma instigação ao poder público, pois são mostradas partes da favela Roquete Pinto, onde moradores exibem roupas vermelhas, seguindo uma possível orientação do tráfico. O destaque da matéria fica por parte de duas falas do Coronel Josias Quintal. Na primeira, é sua avaliação da reação dos traficantes em liberar o vermelho: *Se eles dizem que não têm nada a ver com isso, desmentem a proibição de usar vermelho no piscinão, é porque estão preocupados com a ação da polícia. De qualquer forma, é uma ousadia. Vamos punir quem fez* (O GLOBO, RIO, 15.01.2002, p.19). O episódio deixou transparecer a nova dimensão do jogo que move a relação entre polícia e traficantes. Não houve sinal explícito de medo por parte dos últimos em relação às ameaças do secretário. Os moradores por sua vez, tiveram uma oportunidade de vingança contra os policiais. Até o trágico pode eventualmente apresentar sua face lúdica.

Uma segunda matéria que serve como exemplo dessa capacidade da mídia em suscitar as ações do poder público encontra-se no O Globo do dia 12.10.2002, na qual exhibe duas fotografias ocupando aproximadamente 25 por cento da primeira página. A primeira fotografia exibia um traficante no Morro da Mineira, no bairro do Catumbi exibindo o que parece ser um fuzil. Na segunda fotografia mostra um outro traficante apontando a arma para uma moradora. Ao lado o título explicativo: *O desfile das armas no centro do Rio*. Segue a matéria com um subtítulo: *Adolescentes exibem fuzis e metralhadoras no Morro da Mineira. Não é uma favela afastada: pelo contrário ela*

está na zona central do Rio. Pouco abaixo, o Túnel Santa Bárbara, o Batalhão de Choque e a academia de Polícia. No Morro da Mineira, quem manda porém é o traficante. Adolescentes armados de fuzis e metralhadoras, à vista de todos são a prova..

A matéria prosseguiu na parte interna do jornal(O GLOBO, idem, p.18) sob o título, não menos estrondoso *Traficantes exibem suas armas*, acompanhado de duas fotografias laterais exibindo traficantes em correria pelo Morro. O conjunto do título com as fotografias ocupou em torno de 25 por cento do total da página. Outras cinco fotografias foram exibidas. A Primeira medindo 16.5 de comprimento por 13.2cm de largura, mostra um traficante armado e apontando seu fuzil para o lado de um morro rival, o São Carlos, uma segunda fotografia, medindo 16.4 cm de comprimento por 13.3 cm de largura mostra dois traficantes e alguns moradores passando. Abaixo dessas duas fotografias maiores, há um conjunto de três fotografias menores medindo 22.2 cm de comprimento por 5.9 cm de largura, sendo que a primeira mostra um traficante mirando em direção a um morro rival, o São Carlos; uma segunda fotografia, mostrou os traficantes em momento de descanso.

Essa idéia de mostrar os traficantes em momento de descanso implica sugerir que a situação de ineficiência do Estado é tão grande que os criminosos chegam a descansar em campo aberto e descampado sem nenhum temor da ação do poder público. A terceira fotografia do conjunto mostra outro traficante com uma arma curta. A leitura do conjunto de todas as fotos tem o sentido de traduzir uma inércia do Estado em combater o tráfico e seus agentes.

Logo, sempre fica a idéia de que a questão do tráfico implica na necessidade do combate de forma inequívoca para punir os traficantes e a ousadia dos mesmos. Não se admite a situação de abuso e descalabro em que se chegou dentro dos limites da cidade.

A matéria depois de apontar a ousadia dos traficantes, caminha em defesa de uma percepção mais social, e começa a discussão a respeito da cooptação de jovens pelo tráfico, amenizando o tom de denúncia. O ponto alto da matéria é o depoimento da chefe do Setor de Investigação de Entorpecentes da Delegacia de Repressão à entorpecentes(DRE):

É triste ver essa garotada sem ícones, sem bons exemplos. Eles não põem o pôster do Homem Aranha no quarto porque não vão ao cinema. No ambiente deles só tem samba, o futebol e o tráfico. É difícil para uma mãe evitar que o filho não se espelhe nestes falsos

heróis. Quem usa drogas deveria sentir o gosto de sangue na garganta(O GLOBO,RIO, 12.10.2002,p.18)

O comentário é marcado pelo etnocentrismo sobre o Homem Aranha e profundamente preconceituoso ao igualar tráfico, futebol e samba em um mesmo patamar, fazendo desses símbolos a causa do desvio da “garotada” da favela em direção ao tráfico. A fala da inspetora ainda retoma a velha questão moralista de culpar o consumidor de drogas pelo tráfico.

A mídia oscila entre o jornalismo denúncia e uma investida de caráter social, procurando um relativo equilíbrio entre o dramático expresso na fala da inspetora da DRE e de crítica ao poder público.

Não é preciso dizer que no dia seguinte, 13 de outubro, a Polícia subiu o Morro da Mineira e com oitenta homens, lá se instalou. Entretanto em tom de desafio e denúncia, a mídia continuou seus ataques contra a inércia da Polícia: **PM não intimida o tráfico na Mineira** (O GLOBO, 14.10.2002, PRIMEIRA PÁGINA). A matéria prossegue:

Oitenta homens fizeram na manhã de ontem uma operação no morro da Mineira, no catumbi, onde jovens armados com pistola e fuzis foram flagrados pelo O GLOBO na semana passada. Duas crianças ficaram feridas por balas perdidas. Foram apreendidos um revólver e uma granada, mas ninguém foi preso. A presença da polícia no entanto, não intimidou os bandidos que continuaram exibindo suas armas no alto do morro. O comandante da PM, coronel Francisco Braz, disse que os pais dos menores traficantes deveriam ser responsabilizados(O Globo, 14.10.2003,primeira página)

A mídia manteve a pressão sobre a polícia, suscitando, subliminarmente, mais providências, o que foi respondido com a prisão de Flávio Negão, 23 anos, chefe do tráfico no Morro da Mineira. A matéria, ainda assim, procurou ressaltar a reportagem do dia 12 de outubro, deixando subentendido que a mesma teria sido a causadora da prisão do traficante.

Conforme reportagem do Globo na edição de 12 de outubro, os traficantes da Mineira andam armados em plena luz do dia a apenas 140 metros do túnel Santa Bárbara, por onde passam cerca de cem mil veículos diariamente e apenas dois quilômetros do Palácio Guanabara, sede do governo estadual(O GLOBO, 14.10.2003,PRIMEIRA PÁGINA).

A invasão do Morro da Mineira, sua ocupação e depois a prisão do traficante Flávio Negão devem ser entendidas dentro dessa perspectiva da mídia como um espaço

político reivindicatório, devido ao seu enorme papel de influenciar a opinião pública. Entretanto, o sentido de suas reivindicações não é diferente ou mais sofisticado do que o desejado pela maioria de seus leitores, ou seja, a mídia reflete especularmente, o que já estava dado em sociedade. Em outras palavras, o que a mídia reivindica é a prisão imediata dos traficantes ou que aquela desordem desapareça. A reivindicação se pauta pela necessidade de ordem social, aparentemente tranqüila, na qual se mantenha sob controle os excessos e a ousadia dos criminosos. Uma reivindicação de que se o mal tiver que ocorrer que seja bem distante dos centros importantes e civilizados.

Horrorizar-se com a exibição de armas no Morro da Mineira, tão próximo de uma via que leva ao Palácio Guanabara, sede do Governo Estadual, reforça o entendimento que, se o fato tivesse ocorrido em um lugar distante, não causaria qualquer comoção. Mesmo porque há relatos de exibições semelhantes às ocorridas na Mineira, só que ocorrendo na Baixada Fluminense e não houve nenhuma pressão da mídia no sentido de suscitar uma ação do poder público. Possivelmente, o que vige neste caso é a lógica do lugar próprio, em outras palavras, na Baixada Fluminense que é o lugar dessas coisas acontecerem. Nesses rincões sobrevive a lógica do exótico, do estranhamento e do mundo do perigo sem fim.

Essa lógica de segregação do que é potencialmente perigoso, para longe dos olhos civilizados encontra-se enraizada no Brasil e começou a se cristalizar desde o início do século XX com os movimentos do Bota Abaixo e as reformas de Pereira Passos. Havia a idéia de construção de um mundo civilizado e moderno, de acordo com os padrões culturais da Europa. Assim retirar do centro da cidade essas figuras indesejáveis fazia parte dessa lógica. (...) *durante o Governo Rodrigues Alves (representante direto da oligarquia cafeeira), quando se tornava imperioso para o poder - com o objetivo de atrair capital europeu – se dar credibilidade capitalista ao território nativo, isto é , dar-lhe uma aparência moderna e européia* (SODRÉ, 2002.a, p.45)

Assim, ainda de acordo com essa lógica, a Polícia conseguiu prender Flávio Negão, dando sinal que a situação se normalizaria na Mineira. A prisão mobilizou um aparato de cem homens da Polícia Militar. A resposta precisava ser dada à mídia, e responder à mídia é responder à sociedade.

Flávio Negão foi preso em sua própria casa, localizada no beco Santa Rosa, número 7 A, com 250 gramas de maconha prensada. Segundo o bandido, a droga seria levada para o irmão dele, que está

preso. Negão responde a inquéritos por tentativa de homicídio e tráfico de entorpecentes. Segundo a polícia, a prisão do traficante é resultado de uma operação iniciada às 3 h em vários morros da região, envolvendo cerca de 100 policiais militares (O GLOBO, RIO, 17.10.2002, p.21)

A mídia, com a prisão do traficante, deixou o fato em segundo plano. A prisão do traficante da Mineira recebeu uma pequena nota. Em seguida o Morro da Mineira caiu temporariamente no mais profundo esquecimento por alguns meses.

Entretanto, em dois de agosto de 2003, o Morro da Mineira volta literalmente à cena, quando a polícia por conta de uma operação chamada de Segurança e Paz com o objetivo de asfixiar o tráfico de entorpecentes em favelas do Rio de Janeiro controla as entradas da favela em questão.

Momentos de tensão marcaram o início da Operação Segurança e Paz, deflagrada às 8 h de ontem pela Secretaria de Segurança em 21 favelas do Grande Rio para asfixiar o tráfico de drogas. O secretário Anthony Garotinho esteve em cinco comunidades, onde policiais civis e militares montaram barreiras nos principais acessos. Na primeira visita ao Morro da Mineira, no Catumbi, Garotinho acabou recuando devido ao clima de insegurança. Duas horas antes, bandidos da Mineira teriam mantido reféns dois integrantes de uma equipe de filmagem contratada pelo governo do Estado para acompanhar o secretário(O GLOBO, RIO, 02.08.2003, p.12)

Pode-se depreender que a operação Segurança e Paz do Governo do Estado, é uma operação voltada para angariar visibilidade para a figura do secretário Anthony Garotinho. O que pode ser constatado pela contratação de uma equipe para acompanhar o secretário em suas visitas as comunidades ocupadas pela polícia, aliás, não se pretende com a operação uma ocupação da parte interna das comunidades e sim uma vigilância dos acessos. A finalidade da Segurança e Paz é exatamente essa: *pôr 1.324 policiais civis e militares para trabalharem em 82 acessos de favelas fora de sua jurisdição.(...)a operação visa a prejudicar a venda de drogas. Traficantes não sai e viciado não entra(...)* (O GLOBO, RIO, 02.08.2003, p.12).

Como já tem sido discutido, entende-se a mídia como um espaço fundamental na cena contemporânea para se possa compreender a nova lógica da ação política. Essa premida pela mídia busca lastros de credibilidade via visibilidade. Entretanto, nem sempre a eficiência da operação policial ou da política pública é o objetivo principal. Questões ficam em aberto quando se pensa a organização da operação conforme foi divulgado na mídia. O primeiro ponto é o número de acessos que a polícia pretende bloquear para impedir a entrada e saída tanto de traficantes como de usuários de drogas

nas favelas. O número apontado foi 82, o que de fato causa estranheza, pois só o Morro dos Urubus, um morro de porte médio se comparado com o Complexo da Maré, tem segundo moradores, meia centena de acessos. Uma outra questão também deve ser considerada, que é a confusão entre acesso e saída. Um morro, via de regra, tem poucas saídas, mas tem dezenas de acessos. A Polícia para controlar todos os acessos nas 21 favelas pretendidas teria que bloquear muito mais do que 82 acessos apresentados. Somente a Favela da Maré, um dos alvos da operação tem muito mais de que 82 “acessos”. As saídas devem ser pensadas como entradas regulares, por onde entram carros e pessoas, e acesso um tipo de entrada, regular ou não, por onde, geralmente os carros não têm passagem.

No limite, o que a polícia acaba por fazer é bloquear saídas e de preferência as mais visíveis, midiaticamente falando. Um segundo aspecto que deve ser considerado, é a pretensão do governo de impedir a passagem de traficantes e usuários de drogas. Entendendo que usuários não usam placas de identificação, como a Polícia poderá identificar esses usuários e impedir a saída dos mesmos, por outro lado, se somente as entradas estão sob controle, os usuários poderiam tranquilamente comprar no interior da favela e lá, mesmo consumir a droga.

Um outro aspecto, é como impedir a saída de traficantes, se os mesmos não estiverem portando a droga. A meta torna-se mais inexecutável em razão do princípio metodológico empregado na operação que é o da utilização de policiais de outras áreas nas favelas ocupadas e assim impedir a corrupção. Mas, estes policiais não conhecem a área e os moradores, nem os traficantes. E que razão levaria traficantes a passar justamente pelas entradas das favelas, que estão ocupadas pela polícia, podendo fazer o trajeto por acessos não vigiados?

A vigilância das entradas somente poderia coibir a passagem da droga naquele local, dificilmente uma operação de asfixia teria sucesso, sem um bloqueio de todos os acessos. Via de regra, essas operações de asfixia atendem somente ao bloqueio do comércio por tempo determinado, e em locais determinados, atingindo os traficantes de um local e não o tráfico. Pois os consumidores de drogas podem tranquilamente comprar drogas em favelas não vigiadas, que certamente estarão mais tranquilas.

Um outro aspecto que deve ser considerado, é que devido ao grande número de pessoas nas entradas das favelas, principalmente em horários de rush, torna-se impossível uma vigilância eficiente. Enfim, vigiar 21 favelas não é nada se se considera

que o número de favelas no Rio de Janeiro ultrapassa o patamar de 700 comunidades³³.

No cômputo geral, a operação Segurança e Paz está muito mais comprometida com os imperativos de uma sociedade midiática, do que com os resultados efetivos de uma política de segurança pública, nem sempre eficiência e ganhos andam juntos na mídia.

2.1.7. Uma polícia para a mídia ver - comprimindo a mola

Operação é grande palavra para dar conta das ações da polícia para combater a criminalidade. Ela se resume a intervenções pontuais e esporádicas da polícia buscando o controle setorial da criminalidade, e durante um período de tempo, geralmente, causando assim a sensação de que essa baixou em definitivo em determinada região. Para se facilitar o entendimento da relação entre mídia e o gerenciamento da questão da segurança pública, se utilizará aqui uma metáfora: a da compressão da mola. Essa metáfora pode ser entendida como a tentativa do poder público de equacionar problemas de longo prazo na área da segurança pública, através de ações localizadas, pontuais de curto prazo, causando a impressão que de fato esses foram resolvidos, quando na verdade foram apenas comprimidos. Assim procura-se comprimir temporariamente o índice de criminalidade em determinada área, ou de uma determinada modalidade criminosa, sem que haja necessariamente o problema se resolva definitivamente

Quando um determinado problema ou área sobressai negativamente, cria-se uma operação ou toma-se uma atitude imediata, de grande efeito, buscando-se uma solução de curto prazo como ocorreu, quando a mídia mostrou traficantes ostentando armas no Morro da Mineira, quatro dias depois a Polícia prendeu um dos chefes do tráfico do morro, mobilizando um efetivo de 100 homens. O problema não foi resolvido, pois o tráfico continua da mesma forma que estava, talvez não ostentem armas por um período, mas o problema se mantém. Segue na mesma direção a operação Segurança e Paz, o que fica patente na fala do próprio secretário de segurança, quando por “medida de segurança” resolveu não subir o Morro da Mineira alegando que a operação era apenas para cercar e não ocupar:

Vocês acham que estou com cara de nervoso ou preocupado? Não estou com medo. Só não tem sentido subir o morro porque a operação não inclui ocupação de favela(O GLOBO, RIO, 02 de agosto de 2003, p.12)

Essa percepção de se comprimir os índices da criminalidade pressupõe a

³³ O GLOBO, RIO, 10 de novembro de 2003, p.10.

alocação de recursos de outras áreas naquelas consideradas problemáticas ou de grande visibilidade. A Zona Sul do Rio de Janeiro e parte da Zona Oeste (Barra da Tijuca) são áreas via de regra privilegiadas nessas operações, devido a grande visibilidade que alcança junto à mídia, além do fato de que seus moradores são detentores de um maior poder aquisitivo e de pressão sobre o poder público. As operações ou projetos de grande envergadura midiática começam por essas áreas e são anunciadas na mídia como grandes feitos em termos de segurança pública. A Baixada Fluminense e o Grande Rio consideradas como áreas mais violentas do que a Zona Sul, no entanto, recebem um quantitativo policial menor e não são alvos dessas grandes operações:

Não é apenas a má distribuição de renda que afeta a qualidade de vida da população. No Rio, a má distribuição de policiais mostra que o estado não segue a lógica dos números da violência. De acordo com estatística da Secretaria de Segurança., as áreas com maiores taxas de violência na Região Metropolitana, concentradas na Baixada Fluminense, na Zona Oeste e em São Gonçalo, são as que têm o menor índice de policiais por habitante. Já nas áreas nobres da cidade, o número de PMs é maior, apesar de os índices de criminalidade serem iguais ou mesmo menores(O GLOBO, RIO, 02.09.2001, p.14)

Portanto, o que de fato importa em uma política de segurança em tempos midiáticos, é a violência que aparece e que causa constrangimento ao governo, ou seja, aquela que a mídia registra na primeira página. Entretanto, O GLOBO, nos últimos cinco anos, período de pesquisa deste trabalho(1999-2003) não dedicou mais do que 0.3% de suas primeiras páginas(no total aproximado de 1820) ao registro de ocorrência relacionadas isoladamente ao tráfico na Baixada Fluminense. Quando a Baixada Fluminense foi mencionada, o foi, dentro de um universo maior, ou seja, quando a cidade do Rio de Janeiro foi atingida, como ocorreu nos ataques de setembro e outubro de 2002, ou no ataque de fevereiro de 2003. A violência oriunda do tráfico na Baixada Fluminense simplesmente não existe nas primeiras páginas do O GLOBO. Tal raciocínio pode ser estendido para se pensar outras modalidades delituosas, como assassinatos, roubos, estupros etc.

Se faz necessário “comprimir a mola” em áreas de grande visibilidade, através de uma política de segurança pública com forte apelo estético e eficiência militar. Esse entendimento se desdobra em várias faces no conjunto das relações que compõem o problema da segurança pública no Rio de Janeiro. Esse novo olhar para a questão da criminalidade implica na formação de uma determinada cultura policial cujo eixo se

desdobra em duas vertentes: a militarização da ação policial e a visão estético -tecnicista da ação policial.

Um das faces mais visíveis da primeira vertente é o que se denominará aqui como *cobrismo*, que consiste na alimentação do mito do super-policial que atua em determinadas situações, geralmente críticas, em substituição às forças regulares de patrulhamento. O termo se baseia no personagem de um policial vivido por Silverster Stalone no cinema, chamado Cobra. Esse policial que somente se vestia de preto, era exímio atirador, vivia se confrontando com as chefias, que não compreendiam seus métodos de rápida resolução dos problemas, via de regra com a morte do bandido. Esse protótipo de policial pode ser interpretado por um dos mais famosos jargões policiais, *bandido bom é bandido morto*. Esse paradigma de policial implica em um agir moral que se coloca acima da moralidade do homem comum, o que implica em um modelo de justiça no qual os fins justificam os meios, uma forma de reparação sumária. Uma queixa comum traduz esse sentimento: *O que adianta prender se eles(os juízes) soltam*³⁴. A descrença dos policiais no sistema público de justiça no Brasil, é um dos componentes desse sentimento de justificação comum na polícia brasileira.

Esse modelo implica na importação pela organização policial da lógica militar comum às forças armadas, pelo qual o inimigo pode ou deve ser exterminado, assim sendo, ninguém melhor do que o policial para executar a tarefa, haja vista ser ele conhecedor dos criminosos. Tal perspectiva militarista de tratar o criminoso como inimigo encontra-se presente na canção do BOPE³⁵

Lealdade, destemor, integridade serão os primeiros lemas
Desta equipe sempre pronta a combater toda a criminalidade
A qualquer hora a qualquer preço
Idealismo como marca de vitória
Com extrema energia combatemos todos os nossos inimigos
Criminoso declarados em igualdade derrotamos os omissos
Guerra sem trégua heróis anônimos
Operações especiais
E o batalhão coeso e unido
Não recua ante a adversidade
Com ousadia enfrentamos realidade

³⁴ Conforme relato de um policial civil, 40 anos 16 anos de polícia

³⁵ Batalhão de Operações Especiais(PMERJ)

Vitória sobre a morte a nossa glória prometida

Essa percepção militarizada da organização policial se conjuga na manutenção de um individualismo³⁶ auto-referente, que é uma marca da polícia brasileira. Ocorre a valorização do policial que se torna mito, de equipes que se tornam mitos, o que se afasta de uma visão institucional de polícia. As ações policiais constituem-se em atos de alguns homens isolados, e nessa direção a mídia contribui de forma significativa.

Dentro ainda dessa perspectiva de focar heróis, há a matéria do dia 21 de setembro de 2002, dois dias depois da prisão de um traficante, alcunhado Elias Maluco, que havia sido acusado pela polícia de ter assassinado um repórter da TV Globo, Tim Lopes. O crime ocupou os noticiários durante semanas, até que finalmente o suposto assassino foi preso. A matéria de dois dias após à prisão foi apresentada sob o título **Os queridinhos da polícia**(foto 05)(O GLOBO, RIO, 21 de setembro de 2002, p.16).

³⁶ Esse sentimento individualista, esse incentivo ao heroísmo, em muitos casos, resulta em tragédias, como foi a morte da jovem Geíza, vítima de um assalto ocorrido no interior de um coletivo da linha 174 Central- Gávea. Durante horas o assaltante, fez os passageiros de reféns, sob os olhares de dezenas de policiais. A situação caminhava para uma solução, quando um policial por iniciativa própria, utilizando um armamento impróprio, sem autorização ou participação de outros colegas, avançou em um golpe rápido contra o bandido, que instintivamente reagiu e acabou matando Geíza.

Foto 05



Fonte O Globo, 21.09.2002.

A matéria em seguida apresenta um quadro com fotografias dos integrantes da equipe que prendeu Elias Maluco. O quadro com sete fotografias, procurou destacar uma peculiaridade de cada membro da equipe, uma espécie de mini-biografia.

Na ocasião destacou-se a notoriedade alcançada pelos integrantes em razão do fato de terem apareci do na mídia.

Para investigar e quadrilhas e trocar tiros com bandidos, eles foram preparados. Uns mais, com a experiência de anos de serviço, outros menos, por terem saído recentemente da formatura. Mas certamente a Academia de Polícia não os preparou para o dia seguinte ao da prisão de Elias Maluco. A imagem do traficante mais procurado da cidade rendido em suas mãos correu o país, transformando, de uma hora para outra, policiais anônimos em pessoas conhecidas(O Globo, idem ,p.16)

Nessa vertente ou percepção de polícia ocorre a valorização das operações de

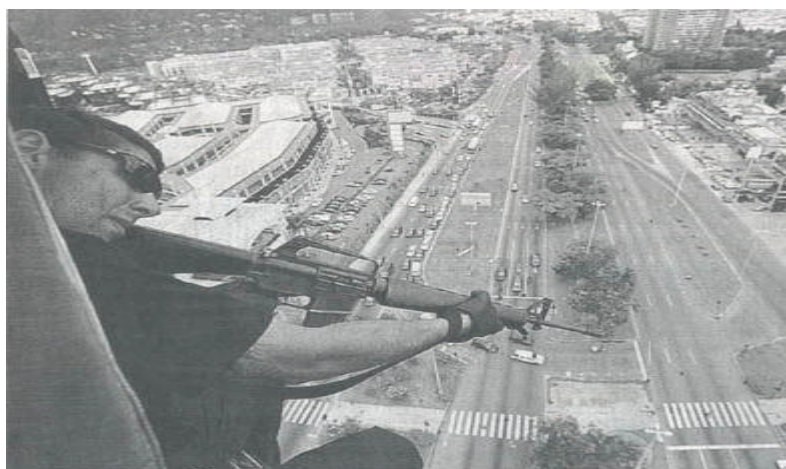
impacto contra os traficantes, cenas de policiais que vestidos de preto investem contra as favelas(foto 06) e ostentam armas poderosas, cenas de policiais em helicópteros(foto 07), grandes prisões de traficantes, pequenas biografias de policiais, blindados(fotos 8 e 9), manobras militares.

Foto 06



Fonte: O Globo, 27/04/2003

Foto 07



Fonte: O Globo, 04/07/2002

Foto 08

Fonte: O Globo, 24/12/2002

Foto 09

Fonte: Jornal do Brasil, 05/10/2002

pois trazia na primeira página uma fotografia medindo 16.8cm de largura por 13.1 cm de comprimento, de um policial descendo de um helicóptero utilizando uma corda como nos filmes(foto10). A fotografia trazia como um pequeno título Polícia Aérea: *“Helicops em ação na Barra”*

foto 10



fonte: O Globo, 12.05.2002.

*Uma policial desce de rapel de um helicóptero na Avenida das Américas, na Barra, onde quarta-feira será iniciada uma nova forma de ação contra A VIOLÊNCIA. Assim como o seriado de TV “Helicops”, a Lagoa-Barra e as avenidas Niemeyer e das Américas serão policiadas do alto.(O GLOBO, primeira página, 12 de maio de 2002). A matéria prossegue na parte interna, ocupando cerca de 90 por cento da página, sob novo título: **‘Helicops’, o combate ao crime como na TV**. Projeto piloto da polícia usará blindados dia e noite, da Niemeyer ao Recreio, para caçar bandidos. Focando sempre esse heroísmo:*

Uma ofensiva contra a violência decola nesta quarta-feira na Barra da Tijuca e em São Conrado. São os “helicops”, policiais que - como no seriado de TV a cabo AXN- vão monitorar de helicóptero a Avenida Niemeyer, a Auto-estrada Lagoa Barra até o Recreio, noite e dia(...)Antonio Hermsdorff Maia, coordenador do CGOA, que se inspirou nos policiais de Los Angeles para elaborar a operação olho de águia ou coruja, porque também vai acontecer à noite(O Globo, RIO, 12 de maio de 2002, p.20)

A temática dos “helicops” continua no dia 4 de julho de 2003 sob o título: Linha Amarela, o próximo alvo dos “helicops”, inclusive foi utilizada a mesma fotografia da parte interna, referente à matéria dos “helicops”, do dia 12 de maio, ou seja, dois meses antes. .

Graças aos helicópteros, além de 25 carros, cem homens armados, uma integração e planejamento feito a partir de estatísticas, a polícia conseguiu reduzir o número de roubos de carros na Barra e na região da Tijuca entre abril e junho deste ano. Para a polícia, a redução do roubo neutraliza outros tipos de crimes que ocorrem em seqüência, como bondes de traficantes e drogas.(O Globo, RIO. 04.julho de 2002,p.18)

Mas, para além do personagem Cobra do Stallone, inaugura-se uma segunda vertente de policiamento: a visão tecnicista da ação policial, que lança suas raízes na década de 80, como uma nova forma de representação da Polícia. Um modelo que atende a uma nova estética do padrão de policiamento, expresso no tecnicismo do termo tático. O crescimento da violência nas áreas urbanas de grande visibilidade exigiu que a polícia apresentasse uma nova forma de atuar em detrimento do uso sem controle da força nos espaços da cidade. A força não poderia ser utilizada sem um planejamento, o que não significa diminuição do poder letal da polícia, pelo contrário esse se torna maior. Verifica-se a presença de um forte viés taylorista, ou seja, planejamento e controle efetivo dos movimentos executados pelo policial ou pela equipe, para evitar o desperdício operacional, e o aumento do custo da operação.

Exigiu-se assim um policiamento de face mais técnica e que não colocasse em risco a vítima, assim como o policial. Não se pode deixar de considerar, no entanto, a influência exercida pelo intercâmbio entre as polícias brasileira e americana na qualificação de policiais cariocas, assim como, a veiculação de um seriado da tv americana, denominado de SWATT, a respeito de grupamento tático da polícia americana que é acionado em momentos de grande perigo, para vítimas e policiais. Interessante notar que tanto no modelo policial inspirado no cobrismo ou no “swattismo”, persiste a idéia de que ambos são marcados por um profundo individualismo, aliado ao ideal de formação de especialistas em detrimento de uma formação geral, o que implica em investimentos feitos setorialmente e não no corpo policial como um todo. Busca-se assim o efeito imediato e que possa ser capitalizado política e midiaticamente como espetáculo, donde *esse não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens(DEBORD,1999,p.14)*

Os grupamentos táticos da Polícia Civil e da Polícia Militar começa,m ganhar organicidade a partir da década de 1970.³⁷ COE, NUCOE, BOPE, CORE, RECURSO, siglas que expressam essa nova forma de se fazer policiamento, e tentam dar conta de uma polícia cada vez mais voltada para o midiático, uma polícia voltada para a necessidade de produzir produtos de curto prazo como se requer na sociedade contemporânea. Essa nova percepção de mundo, está para além de um simples investimento em tecnologia e planejamento, ao invés de se pensar que a necessidade de maior eficiência leva a busca por maior investimento tecnológico, pode se imaginar que a tecnologia surge como uma forma de interação do homem com outros homens e o mundo que o circunda, produzindo uma nova sociabilidade e um relacionamento estético, ou seja, uma nova forma de se sentir e pensar, assim sendo é a tecnologia que requer o planejamento, tomando esse termo de uma forma mais ampla no sentido de traduzir organização de conduta humana. Não é só o fato do mundo está cercado de artefatos tecnológicos, inclusive de vigilância, mas está em jogo uma nova forma de produção de saberes e condutas, uma nova percepção educacional, está em jogo ainda a tecnologia requerendo-se a si própria como uma nova forma de vida. Neste cenário a mídia é o grande avatar, aquele que anuncia a grande nova, o mundo enquanto técnica. Enfim é cabível apontar que o personagem Rambo serve para exemplificar uma primeira mudança na forma organizacional da polícia, pois o personagem atua vestido de preto, é exímio atirador, mantendo a coragem e o destemor da polícia antiga, por isso deve ser pensado como um modelo de transição para o modelo aqui chamado de swattismo, pois a coragem começa dar lugar ao planejamento e ao tático, mantendo a estética do preto.

Assim, como já se afirmou, a metáfora da compressão da mola, deve ser entendida como um conjunto de princípios que articulados, traduzem um entendimento de combate à criminalidade expresso em ações temporárias e pontuais visando conter os efeitos mais visíveis dessa criminalidade.

Um padrão de policiamento estético-tecnicista, construído a partir de ações policial-militares de contenção e de efeito, operações de curto alcance, prisões de traficantes, pontos já apontados e que implicam em uma tentativa de previsibilidade e controle da violência, uma tentativa de apreender o movimento caótico-entrópico da

³⁷ Não se pretende aqui, discutir a eficiência ou eficácia desses grupamentos táticos e sim pensar como esses são apropriados dentro do cenário midiático contemporâneo e como a mídia se apropria desses modelos na elaboração de sínteses sobre a questão da segurança pública.

criminalidade.

Um outro aspecto importante, é que todos esses princípios e ações, acima descritos, somente fazem sentido dentro do cenário estético-cognitivo forjado pela mídia contemporânea, no qual a necessidade de visibilidade do campo da política se conjuga a uma necessidade cada vez mais imperativa de apropriação da imagem pelos atores políticos e sociais.

Pode se acreditar no entanto, que esse processo, via de regra, se dá acima da consciência individual dos já mencionados atores políticos e sociais. Estes, em muitos casos acreditam que as ações impetradas, tais como as prisões de traficantes, as operações, as roupas ninjas e o aparato técnico-operacional funcionam como elementos de combate efetivo da criminalidade e da violência. A mídia, por sua vez, torna-se um espaço de presentificação de diversas falas em sociedade, dá o lastro de visibilidade necessário para esses diversos atores sociais e políticos.

Essas falas, no entanto, se subordinam a uma narrativa maior que é a do capital, que trás em seu bojo a ideologia da modernização conservadora, pela qual as mudanças em sociedade se dão de forma superficial, embora com grande repercussão social, política e simbólica, mas que não alteram a estrutura da sociedade que se organiza em função da acumulação de riqueza e na saciedade dos interesses de uma elite dominante. O tráfico, dentro dessa perspectiva, é combatido a partir de seus efeitos, através de investimentos setorializados, o que diminui o custo global, caso se resolvesse investir em toda a tropa.

2.2. Mídia: Tráfico e guerra civil – mito ou realidade

A expressão guerra civil tem sido recorrente na mídia para tentar dar conta dos violentos acontecimentos corridos na cidade do Rio de Janeiro. *Mas, até hoje inexistente qualquer teoria útil sobre a guerra civil*(ENZENSBERGER,2002, p.10). Ou seja, não existe uma teorização a respeito do que seja uma guerra civil e que características a definem, diferenciando-a de outras modalidades de guerra.

Cecília Coimbra em um artigo comenta que o termo é utilizado no sentido de justificar uma outra forma de violência, por parte das elites dominantes contra as camadas pobres: *Em muitos momentos da história do Brasil, a justificativa de que vivemos em uma guerra civil tem sido usada pelas elites na luta para impor seus modos de vida e existência e seu poder político-econômico*(COIMBRA,2003,p.165). Para a

autora, o uso excessivo do termo, de alguma forma justificaria o endurecimento de um discurso em torno de medidas de exceção contra o crescimento da violência.

Se justificaria, portanto, o uso abusivo e violento de medidas de exceção que devem ser utilizadas, pois não se vive um período normal de nossa história. *Da mesma forma que ontem os “terroristas” punham em risco a segurança do regime, hoje os miseráveis se tornam uma ameaça para a democracia, principalmente, afirmam, por sua aliança com o narcotráfico.*(COIMBRA, 2003,p.166)

A autora procura mapear uma produção discursiva que se constrói em torno de uma lógica do extermínio de pobres. Entretanto, mais preocupada com os efeitos do uso da expressão guerra civil não discute o termo em si, não define o que entende pelo mesmo. Embora possa se depreender que defende um ponto de vista contrário a existência de uma guerra civil, tal postura não fica evidentemente consolidada. O texto apresenta-se mais como uma pequena etnografia da guerra civil enquanto discurso do que uma análise conceitual ou teórica.

Washington dos Santos, em seu dicionário de sociologia(1978:154) a define como *conflito armado pelo controle político entre diferentes grupos da mesma nação*. O que de antemão estabeleceria o objetivo político como definidor do que seja guerra civil. Lamentavelmente o autor não coloca nenhum outro verbete para guerra em geral ou particular.

Enzensberger, no entanto, continua tentando buscar um sentido mais preciso para guerra civil:

Os animais lutam mas não fazem guerra. O Homem é o único primata que planeja o extermínio dentro de sua própria espécie e o executa entusiasticamente e em grandes dimensões. A guerra é uma de suas invenções mais importantes; a capacidade de estabelecer acordos de paz é provavelmente uma conquista posterior. As mais antigas tradições da humanidade, seus mitos e lendas heróicas, falam sobretudo da morte e do ato de matar. A luta travada em maior proximidade física não se devia apenas à simplicidade da técnica de construção de armas. Tratava-se também da maior satisfação psíquica obtida em extravasar o ódio naqueles que conhecem, nos vizinhos. Desta forma, a guerra civil não seria apenas uma antiga tradição, mas a forma original de todos os conflitos coletivos. Já se passaram 2500 anos desde que ela encontrou sua clássica representação literária na insuportável história da guerra do Peloponeso(ENZENSBERGER,2002, p.10)

Pode-se depreender que um sentido primeiro de guerra civil seja uma guerra interna, entre os nacionais, embora não envolva necessariamente todos os nacionais. A

guerra civil se diferenciaria nesse ponto de uma guerra de Estado que se daria contra um inimigo externo e desconhecido.

A guerra civil via de regra se define a partir de seus exemplos

(...) para compreendê-la, é necessária uma revisão das guerras civis do passado. A Alemanha talvez não tenha jamais se recuperado da mais longa e pesada guerra que passou. A guerra dos Trinta Anos, que custou a vida de dois terços de sua população, foi urdida e conduzida pelos poderes do Estado. O Mesmo vale para as grandes guerras civis da modernidade: a luta entre o Sul e o Norte dos Estados Unidos, dos Brancos e vermelhos na Rússia e da Falange espanhola e Republicana (ENZENSBERGER, 2002, p.10)

Será que a idéia de guerra civil como um movimento interno entre nacionais poderia servir de modelo para pensar os confrontos entre os traficantes? A resposta pelo que se depreende não é fácil pois existem poucos pontos coincidentes entre o conceito de guerra civil e o confronto do tráfico. Pensando a ocorrência da guerra civil em algumas partes do mundo, Enzensberger aponta para a natureza da organização dos exércitos envolvidos, o que de alguma forma limita o conceito. Haja vista que a utilização de exércitos seria insuficiente para essa definição.

Pois enquanto a guerra de Estado clássica tende à monopolização do poder, fortalecendo o aparelho de Estado acima de todos os níveis, Na guerra civil existe a ameaça permanente de colapso da disciplina e da desagregação das milícias em bandos armados que operam segundo desígnios (ENZENSBERGER, 2002, p.10)

Mas quando os traficantes são pensados como uma tropa, percebe-se que o termo guerra civil não se aplica. Os traficantes não se constituem em uma tropa única ou regular. Não se pode dizer que ocorre uma desagregação, pois na verdade a divisão do tráfico em pequenas milícias por favelas, que às vezes se estendem a um conjunto de favelas é uma forma natural de ser das tropas de traficantes. As facções e suas siglas não dão conta de diminuir o choque internos, chegando ao ponto de traficantes da mesma favela entrarem em choque entre si por questões locais, como já se afirmou. Mas isso não é sinal de desagregação como aponta Enzensberger.

Um outro aspecto fundamental para pensar os traficantes como possibilidade de um exército regular encontra-se no fato de que essas tropas que controlam favelas e ameaçam as áreas vizinhas, o fazem em nome do mercado e não em nome de uma ideal político de longo prazo. Até porque o ideal de longo prazo não existe para os integrantes do tráfico, que sempre se defrontam com a morte e o extermínio. A memória do tráfico

é curta e imediata, havendo poucos atos que se conjugam na direção da manutenção de uma memória regular e perene, como ocorreu na colocação das iniciais de Rogério Lemgruber junto das iniciais da facção Comando Vermelho formando a sigla CV-RL. O interessante é que uma criança ao ser indagada no momento em que desenhava a sigla referida não sabia o significado integral do que desenhava, somente sabia o significado de CV, ou seja, Comando Vermelho. Uma resposta que inclusive encontra-se banalizada. O que está plenamente de acordo com um estatuto de uma sociedade midiática, na qual a adesão se faz pela valorização da forma em detrimento do conteúdo, assim, utilizar uma sigla em um desenho deve representar algum laço de pertença local, mesmo que em relação a um grupo criminoso, mesmo que não se saiba o significado do laço.

Objetivo de controle do território parece ser outro ponto que caracterizaria uma guerra civil;

Warlords individuais proclamam a própria independência; governo e quartel general perdem respectivamente o controle político e militar sobre as turbas beligerantes. Ao contrário, a maneira como decorreram as guerras nos EUA, México, China e Rússia mostra que ambas as partes mantinham-se em condições de negociar, vencer ou capitular; tais guerras acabavam por consolidar um novo regime, um poder de Estado central que passava a controlar o território pelo qual se havia lutado. (ENZENSBERGER, 2002, p.12)

Não se percebe no tráfico o objetivo político de controlar o território exterior à favela, qualquer motivação de derrubar o regime político liberal burguês, nem mesmo um governo local. O controle da favela é referência para o controle do comércio de drogas. Quando se pensa o tráfico e os ataques promovidos por seus integrantes, o que se percebe é uma lógica mercantil de longo prazo, que é a própria lógica do capitalismo, associada a uma lógica mercantil de curto prazo dos traficantes. Entretanto, a primeira parte do binômio, ou seja, a lógica de longo prazo se coloca determinante, embora não monolítica, e acima dos integrantes do tráfico ou de suas vontades individuais, não dependendo assim da ação particular deste ou daquele traficante, é uma questão de caráter institucional e estrutural ou seja de mercado, apesar da insistência da mídia em apresentar a questão priorizando a ação individual dos traficantes.

Um segundo ponto que deve ser pensado é que os ataques dos traficantes podem estar relacionados a tentativa de obterem “favores” específicos do poder público.

Quando Fernandinho Beira-Mar foi transferido para um presídio de segurança máxima no interior de São Paulo, declarou: “A Governadora não precisava fazer isso,

era só conversar para negociar”(O GLOBO, 28 de fevereiro de 2003, RIO, p.9). Tal fala é fundamental para negar a possibilidade do tráfico como apenas um ato bárbaro e sem finalidade. Pensar os ataques do tráfico apenas como barbárie, implica em entender esses atos apenas como a expressão de uma idéia de mal enquanto uma essência. Em outras palavras, o traficante seria mal.

Um outro aspecto despertado por Enzensberger na discussão sobre o conceito de guerra civil é a possibilidade de negociação que existe entre as partes envolvidas no conflito, logo, se uma das partes pode vencer ou capitular, o conflito pode ser resolvido. No caso do tráfico a via da negociação está *a priori* descartada, pois tal atitude é interpretada como fraqueza ou conivência. O tráfico como uma atividade condenada, moral e juridicamente, impede que se abra qualquer possibilidade de conversa oficial, a negociação é sempre subentendida e subterrânea. O Estado liberal-democrático não dá sinais de que pode ser derrubado a curto ou a longo prazo, e o tráfico não dá indícios de que poderá ser exterminado. Logo, esse conflito entre traficantes e Estado ganha ares de eternidade.

Uma citação de Enzensberger chama atenção para mais um aspecto da tentativa de conceituação do que seja uma guerra civil, ao discutir a questão da disputa entre Estados Unidos e URSS no território do Afeganistão:

A guerra foi instrumentada pelas duas partes: Moscou apoiava seu lugar-tenente e Washington dava sustentação aos moudjahedins anticomunistas. Parecia tratar-se de libertação nacional, de resistência contra o estrangeiro, o opressor, o incrédulo. Mas assim que os invasores se foram irrompeu a verdadeira guerra civil. Nada restou daquele verniz ideológico. A intromissão estrangeira, a integridade nacional, a verdadeira crença –tudo isso se revelou um mero pretexto. A guerra de todos contra todos tomou curso (ENZENSBERGER, 2002, p.14)

A guerra do tráfico não traz qualquer definição mais clara de sentido ideológico. A defesa dos moradores torna-se uma bandeira cada vez mais desbotada objetivamente. O mito do traficante *Robin Hood*, que rouba dos ricos para dar para os pobres, não tem sentido, pois a violência como se percebe é a grande arma contra os próprios moradores. Por outro lado, o confronto do tráfico somente consegue envolver grandes parcelas da sociedade em face de incrementar a cultura do medo, da qual a mídia é um poderoso veículo.

A manchete do O GLOBO do dia 09 de maio de 2003, destaca o tema da cultura do medo, embora em nenhum momento reconheça que contribua para o incremento

desta. A primeira página destaca com o título *Cultura do medo se espalha no Rio*, e no subtítulo, *Escolas universidades suspendem atividades; acidente banal gera pânico na Linha Vermelha*. Em seguida a matéria destaca : *A sucessão de ataques violentos na cidade tornou o carioca um refém do medo, seja ele justificado ou não. Um simples acidente que engarrafou a Linha Vermelha levou pânico a motoristas que tentaram fugir na contramão.*(O GLOBO, 09.05.2003, PRIMEIRA PÁGINA).

Não se pode afirmar, no entanto, uma intencionalidade da mídia no sentido de criar ou fomentar a cultura do medo. Mas não é possível negar sua participação ativa na manutenção desse clima de terror. Com forte apelo a títulos dramáticos e imagens selecionadas de forma que o leitor tenha sensação de que tudo está no fim, a mídia colabora para esse medo.

O contraste barroco entre o título em letras garrafais: **Cultura do Medo se espalha no Rio**, a fotografia de carros retornando diante de uma suspeita de ataque de traficantes e a fotografia de políticos sorridentes que se confraternizam, aumenta a sensação de que há um certo alheamento das autoridades em relação ao caos da cidade³⁸ e com o destino dos cidadãos. Aumenta a sensação de insegurança e abandono.

O encaminhamento da questão violência pela mídia fortalece o entendimento de que de fato há uma guerra civil no Rio de Janeiro, mesmo quando os elementos que podem ser constituintes dessa condição não estejam plenamente presentes, tais como um objetivo político de tomar o poder governamental, a busca do controle do território exterior à da favela e a possibilidade de um armistício, que inexiste como possibilidade na questão do tráfico no Rio de Janeiro. Mesmo quando autores como Enzensberger incluem o Rio de Janeiro como uma cidade sob estado de guerra civil:

Lancemos um olhar sobre o mapa-mundi. Podemos localizar as guerras em regiões longínquas principalmente no Terceiro Mundo. Falamos de subdesenvolvimento, anacronismo, fundamentalismo. Parece-nos que a incompreensível luta transcorre a grande distância. Mas isso é engano. Há muito que a guerra civil penetrou nas metrópoles. Suas metástases pertencem ao cotidiano das grandes cidades, não só de Lima e Johannesburg, de Bombaim e Rio de Janeiro, mas de Paris e Berlim(...). Dela não participam apenas terroristas e agentes secretos, mafiosos e skinheads, traficantes de drogas e esquadrões da morte, neonazistas e seguranças, mas também cidadãos discretos que à noite se transformam em boóligans, incendiários, dementes violentos e serial killers. Como nas guerras africanas, esses seres mutantes são cada vez mais jovens. Enganamo-nos em acreditar que vivemos em paz

³⁸ Questão que será discutida no capítulo 03.

só porque podemos ir à padaria sem que sejamos atingidos pelos disparos de um franco atirador(ENZENSBERGER,2002, p.12)

Não há elementos que corroborem a existência de uma guerra civil no Rio de Janeiro. O entendimento generalizado de que há uma guerra civil na cidade do Rio de Janeiro, se dá em razão dos ataques do tráfico ao espaço urbano. Ocorre também de uma percepção, ainda que confusa, de que a violência está aumentando de forma vertiginosa, embora numa análise dos dados estatísticos isso não se confirme³⁹. Há ainda uma impressão de aumento desproporcional do número de homicídios dolosos, o que também não se confirma. O fator inquietante e qualitativo na questão da violência, é sua mudança de perfil refletida por uma nova conduta dos traficantes em relação ao espaço urbano ou “asfalto”, que agora não é poupado. Até por que, esses ataques podem ter se tornado, moeda de troca em negociações subterrâneas, já que as oficiais são impossíveis.

Pode-se apoiar a posição de Enzensberger quando fala da participação de camadas cada vez mais jovens nos movimentos urbanos, por ele, classificados de guerra civil, mas torna-se difícil endossar que esse fenômeno se motive apenas por fatores endógenos

A guerra civil não vem de fora, não é um vírus adquirido, mas um processo endógeno. É sempre desencadeado por uma minoria; provavelmente, basta que um cidadão em uma centena a deseje para tornar impossível a vida civilizada em coletividade. Ainda prevalece nos países industrializados uma grande maioria que prefere a paz(ENZENSBERGERr,2002, p.12)

Pensar assim, corrobora a tese de que o tráfico é resultado de uma iniciativa de minorias, que resistem ao processo civilizacional. Logo o tráfico seria reflexo da barbárie que move certos tipos de homem, e não uma relação de caráter econômico decorrente das contradições do capitalismo. Não é uma questão de querer ou não a paz como defende o autor, a questão do tráfico deve ser lida como uma questão de mercado e da falta de perspectiva da sociedade contemporânea. Pode-se pensar ainda que o tráfico, ao contrário do espaço dito civilizado, cria estranhas relações de pertença e visibilidade, que comove o jovem, tão invisível na sociedade atual. Outro aspecto que se pode considerar, é que a violência ao contrário do que poderia supor um senso comum, tem seu lado profundamente fascinante, haja vista o mito do herói que se difunde por

³⁹ Conforme já se demonstrou nesse capítulo.

uma ideologia dos filmes de Hollywood e no próprio tratamento que é dado pela mídia ao enaltecer as ações policiais ou até mesmo a ousadia dos traficantes.

Enzensberger ainda procura de alguma forma um ponto que una os diversos movimentos por ele classificados como guerra civil:

Temo que, apesar das diferenças, haja um denominado comum a essas manifestações. O que nos chama a atenção em todas elas é o caráter autista do criminoso, assim como sua incapacidade de distinguir entre destruição e autodestruição. Nas guerras civis do presente esvaiu-se a legitimidade. A violência libertou-se completamente de fundamentações ideológicas(ENZENSBERGERr,2002, p.12)

Partindo-se no entanto, dessa citação, há mais um motivo para refutar a tese de que existe uma guerra civil no Rio de Janeiro, pois se torna difícil crer entre os traficantes em um autismo *a priori*, muito comum nos movimentos de forte matiz ideológico. Se existe uma veia suicida e autodestrutiva no tráfico, ela é decorrente principalmente da falta de qualquer possibilidade de negociação com o poder constituído e com a sociedade em geral. Diante de tal quadro, os traficantes utilizam da violência como uma forma de forçar negociações ou fazer valer seus interesses. Assim sendo torna-se difícil pensar o traficante como um autista, um suicida sem sentido ou finalidade. A violência no tráfico não é vazia como se supõe, muito menos é um simples ato de barbárie pela barbárie. Não existe essa ideologização no tráfico, nem mesmo o Comando Vermelho, apesar de seu mito fundador, escapa dos limites impostos pelo estatuto do mercado. As reivindicações dos traficantes se revestem de um caráter local e imediato, tais como liberdade de seus membros, melhores condições nas prisões, o controle das ações da Polícia nas favelas, etc.

Enzensberger segue sua análise tentando desqualificar a guerra civil como um ato que mereça qualquer respeito, ou que tenha um sentido de coletividade. Nega um sentido orgânico ou finalidade nos movimentos por ele classificados como guerra civil. Atribuindo às mesmas um caráter estritamente molecular.

A guerra civil molecular das metrópoles está igualmente esvaziada de fundamentos ideológicos. As guerras de quadrilhas nos guetos norte-americanos não se encaixam no esquema das histórias da lutas de classe. O modelo de interpretação baseado na oposição entre brancos e negros tornou-se do mesmo modo insuficiente. As vítimas de assaltos, pilhagens e assassinatos são sobretudo os próprios negros. Em Los Angeles, o alvo da revolta não foram os bairros das requintadas vilas residenciais; os criminosos atearam fogo principalmente nas instalações de sua própria community, entre as

quais a mais antiga livraria norte-americana, então de posse dos negros, e o escritório do político local mais atuante. Na luta de gangues atiram por toda parte perdedores contra perdedores” (ENZENSBERGER, 2002, p.19)

Desqualificar, *a priori*, a leitura desses movimentos de violência urbana, entre eles o tráfico a partir da luta de classe é no mínimo simplista. Existe a luta de classe de fato na cidade do Rio de Janeiro e no mundo, que permeia diversos movimentos, com os mais diversos coloridos. Obviamente que os conteúdos ideológicos vem perdendo lugar para uma ideologia do mercado, em outras palavras, de consumo.

Finalmente há de se considerar que a mídia entende a existência de uma guerra civil no Rio de Janeiro, em razão de uma análise superficial dos efeitos dos ataques dos traficantes. Mas sob o ponto de vista teórico o termo não se aplica, pois o fenômeno dos ataques dos traficantes no Rio de Janeiro não reúne elementos suficientes que possam caracterizar uma guerra civil. A utilização do termo se constrói a partir de uma cultura do medo que abarca toda a sociedade e que é alimentada pela mídia enquanto instituição, pela subjetividade dos jornalistas e pelas falas de diversos atores políticos e pelo interesse econômico empresarial dos conglomerados de mídia.

2.3. Estado ou poder paralelo - subversão ou conservação?

Duas categorias amplamente difundidas na mídia, e pelas quais se procede uma leitura da violência oriunda do tráfico no Rio de Janeiro são estado ou poder paralelo. Assim, de acordo com o senso comum, o poder dos traficantes estaria em um patamar de tal grandeza e de tal forma sem controle que se constituiria em um estado ou um poder paralelo. Uma segunda questão que pode evocada a partir da primeira é saber se o poder do tráfico se constitui em um estado de fato, caso sim, se é paralelo ao estado liberal-democrático. Afinal como se pensar o estado liberal democrático brasileiro? Como se deriva sua estrutura e como se processa sua organização?

Pensar o Estado liberal democrático brasileiro é remontar a conjuntura econômica e política do século XVIII, quando se deu a crise do Estado Nacional Moderno ou absolutista, uma forma de representação política centrada na figura do monarca com poderes absolutos, pelo menos na teoria. O monarca absoluto condicionava à sua figura a própria existência do Estado, como afirmava Luis XIV: *Le etat ce moi*. O Estado Nacional se fundava na idéia de que o monarca representava a própria Lei, assim como estava acima dela. Esse concentrava em sua figura poderes que posteriormente, com o movimento iluminista se tornariam independentes.

Montesquieu filósofo iluminista e maior idealizador do sistema político pós-iluminismo teorizou que o Estado comportaria três poderes em equilíbrio: o Legislativo, responsável pela elaboração das leis, o Executivo, responsável pela execução das leis e pela garantia de sua consecução e o Judiciário, responsável pela vigilância no cumprimento da Lei e responsável pelo julgamento de possíveis infrações.

O Iluminismo em seu projeto político de impor limites à Monarquia concebeu que não se poderia permitir que poderes tão fundamentais fossem concentrados em uma só figura, mesmo que essa fosse o rei. Após a segunda metade do século XIX, com o arrefecimento do período revolucionário europeu, tem-se o fim do Estado absolutista, surgindo em seu lugar o Estado-Nação mediado por duas possibilidades de representação política: a República e a Monarquia Constitucional, ambas sob auspício do regime democrático.

No regime democrático do Ocidente, regido pelo princípio de igualdade *liberal*, isto é, com o Estado que reconhece e garante alguns direitos fundamentais, como são os direitos à liberdade de pensamento, de religião, de imprensa, de reunião, etc (BOBBIO, 1986, p.323). O Estado-nação assentado nos princípios liberais de igualdade e no princípio de autodeterminação dos povos atravessou o século XIX e chegou ao século XX mantendo sua estrutura tripartite

O sentido teleológico do Estado democrático é de assegurar ampla possibilidade de igualdade entre os homens, independente de convicção ou vinculação política, de credo, de gênero. Que todos sejam iguais perante a Lei.

Foi com essa fé na igualdade, eminentemente política, que o Estado-Nação atravessou todo o século XX, com guerras, ditaduras, genocídios, massacres sem que, no entanto, deixasse a democracia de ser um paradigma cada vez mais hegemônico.

O final do século XX assistiu ao crescimento da violência urbana associada ao crescimento, em tese, da oferta de drogas ilícitas, tais como a heroína, a cocaína, a maconha, o crack, etc. No caso brasileiro, o fenômeno da violência urbana encontra-se muito marcado na região Sudeste do país, destacando-se o eixo Minas Geras, São Paulo e Rio de Janeiro principalmente nas capitais de cada estado mencionado e as áreas periféricas que lhes estão relacionadas.

Na década de 1990, no Rio de Janeiro, vem se destacando o crescimento constante da violência urbana. O comércio ilegal de armas e drogas se tornou pauta de uma importante discussão no que diz respeito à segurança coletiva e individual do cidadão.

A cidade do Rio de Janeiro apresenta uma realidade cada vez mais grave que é a cisão entre o mundo do asfalto e do espaço das favelas. Até a década de 1980 o equilíbrio entre “asfalto” e favela se manteve sob certo controle, mas a partir da década de 1990 a situação se agravou, pois as intervenções dos traficantes sobre o mundo do asfalto vem aumentando. São blitzs falsas, assaltos, balas perdidas, cobrança de pedágio e incessantes sons de armas de diversos calibres que rasgam a madrugada sem se saber ao certo o que está acontecendo.

O tráfico vem moldando de forma crescente as normas de convivência dos moradores nas favelas subvertendo as regras do espaço democrático-liberal-iluminista a uma nova modalidade de exercício de poder. Esta nova modalidade organizacional do poder dos traficantes nas favelas dá um novo encaminhamento às questões cotidianas principalmente relacionadas à aplicação de justiça (e reparação de pequenas infrações). O traficante se tornou figura bastante importante no gerenciamento das relações que marcam o território da favela. Nesse sentido começa ganhar adeptos a idéia de que os mesmos se constituem num Estado ou poder paralelo nas favelas. Daí pensar o tráfico torna-se imperioso para a discussão e entendimento das relações entre asfalto e favela nesse início de século XXI.

Entre as diversas formas de representação que a sociedade produz cotidianamente, há aquela que dá conta do universo da favela e seus atores. De acordo com pesquisa de Janice Perlman(2002), os moradores das favelas sofrem com a percepção distorcida de uma imagem de favelado que é veiculada cotidianamente.

os favelados demonstram total incapacidade para adiar satisfação ou planejar o futuro. São considerados parasitas ou sanguessugas da economia urbana, e um dreno nos limitados serviços de infraestrutura municipais. Julga-se que os favelados são preguiçosos, que não dão valor ao trabalho e que pouco contribuem., quer para a produção, quer para o consumo. Finalmente, seriam desinteressados pela política, não participativos, e dariam pouco apoio ao sistema, uma massa agitada, frustrada, prestes a cair vítima dos apelos da retórica revolucionária(PERLMAN, 2002,p.165,).

Segundo a autora essa idealização é um dos componentes para a construção do mito da marginalidade que pesa sobre as comunidades faveladas do Rio de Janeiro. Se faz necessário no entanto, pensar esse quadro dentro de uma referência maior que é a do individualismo burguês, que no limite culpa as pessoas por não obterem sucesso na vida, pela escolha do local onde moram, pelo trabalho que exercem e pela vida que levam. Assim sendo, a marginalidade seria uma ação deliberada por parte dos

moradores das favelas. Em outras palavras, os favelados o são por vontade e não por uma determinação histórica, fruto de uma desigualdade que se estabelece na base do capitalismo.

2.3.1. Robin Hood –de Sherwood à favela.

Da idealização do local, passa-se à idealização do bandido pelo mito do Robin Hood, ou seja, aquele que rouba dos ricos para dar aos pobres, o bom malandro que ajuda a comunidade, que compra remédios, que paga o enterro, que rouba um caminhão de leite e distribui na favela, que protege a comunidade contra outras quadrilhas. Tal idealização encontra-se fortemente arraigada em uma percepção política de esquerda, principalmente a partir da década de 1960, quando o papel do traficante foi imbuído de uma ação histórica de resistência ao poder dominante da burguesia. A música e a literatura também se constituem em fontes poderosas dessa construção ideológica.

Essa concepção de alguma forma contribui para reforçar a tese de que o abandono da favela pelo Estado seria responsável pelo aumento do número de traficantes, e que de alguma forma usurariam a função social do Estado. Entretanto, tal análise, carece de maior consistência, pois seria necessário acreditar que se o Estado cumprisse com os atendimentos mínimos a situação seria diferente. Na verdade os serviços prestados pelos traficantes também são mínimos e em nada contribuem para a mudança de um *status quo* do morador da favela, pelo contrário, cria mais um vínculo de dominação e submissão. Mesmo nos tempos ditos românticos, antes do início da década de 1980, quando o traficante não pressionava tanto os moradores e os índices de violência eram mais baixos, essa figura do traficante Robin Hood não existia como predominante, pois a violência ainda era a grande forma de impor a dominação e o respeito aos moradores. Assim sendo, o espaço da favela, no limite de sua subjetividade é conservador pois não permite que se estabeleça qualquer possibilidade transformadora de mudança, obedecendo uma lógica de enfraquecimento do morador perante o espaço do asfalto do qual se acha alijado e discriminado. Entende-se que embora o traficante seja o avatar da criminalidade moderna, sua figura atua no sentido da conservação do sistema burguês como um todo e não como um elemento de desagregação. Não há uma relação necessária entre crime e desordem.

Quando aplica a justiça como um pequeno monarca local não concorre com o Estado nem contribui para sua destruição, funcionando assim, como um elemento de conservação que reproduz uma moralidade burguesa em espaços em que a justiça oficial

não alcança. Por isso, não se pode falar em Estado paralelo, aceitando-se no máximo a idéia de poder paralelo de caráter eminentemente local.

Em um plano geral, o traficante aplica uma justiça punitiva aos que se envolvem com o tráfico e que são maus pagadores ou que dão “volta no movimento”⁴⁰, para esses a morte via de regra é a punição. Dos moradores, de uma forma geral, se exige uma conduta pequeno-burguesa baseada na repressão de pequenos delitos tais como pequenos furtos e má-conduta na comunidade, embora o conceito de má-conduta seja muito vago, variando de acordo com o humor do traficante.

O campo das proibições é bastante vasto e inclui desde aquelas que são absolutamente originais, como a do traficante que vetou o brinco e cabelos compridos, até as já tradicionais, conhecidas até pelos moradores do asfalto, como o luto obrigatório que o tráfico costuma impor quando da morte de um membro da “hierarquia”, obrigando o comércio a fechar as portas e os moradores a um comportamento recatado (ALVITO, 2001:99)

O tráfico ao contrário do se imagina, age na direção da conservação do Estado burguês, quando serve como uma força de manutenção desse *status quo*. Assim, embora ordene ataques ao território do asfalto, ao mesmo tempo estabelece uma forma de império da Lei, reproduzindo a mecânica do mundo do asfalto. É notório o controle exercido pelos traficantes sobre a rotina dos moradores das favelas. Um informante relatou que no Jacarezinho existem várias proibições e que essas funcionam de forma eficaz. Sendo proibido jogar lixo no chão, brigas entre moradores, e outras questões delituosas que são arbitradas pelo tráfico. A ação do traficantes se pauta por uma poderosa concentração de poder e uma inversão do modelo político iluminista, haja vista que implica em uma concentração dos três poderes apregoados por Montesquieu em uma só esfera sob controle dos traficantes.

O traficante detém os três poderes da República burguesa, de forma que ocupa o espaço destinado ao Poder Legislativo, quando a cria a lei, embora essa seja muito inspirada na lei que rege o asfalto, ocupa o espaço do Poder Judiciário, pois julga as infrações cometidas pelos moradores e participantes do tráfico, também o espaço do Poder Executivo quando aplica a pena e administra os acontecimentos no interior da favela.

Assim os traficantes reproduzem uma forma de poder absolutista não absoluto, quando se colocam acima da Lei, podendo burlá-la. São comuns os estupros no interior

⁴⁰ Expressão utilizada para designar o ato de ludibriar os traficantes.

da favela contra as moradoras, são comuns os abusos e constrangimentos. Entretanto, em termos de eficiência conseguem superar as instâncias do Estado burguês quando se fazem obedecido pelos moradores. A vantagem do modelo implementado pelos traficantes é que o rito de julgamento é sumário e sem contemplar de forma ampla a defesa do acusado. Enquanto no mundo asfalto, o acusado por algum crime, em muitos casos fica solto até que seja provado sua culpa, reforçando a sensação de impunidade. Na favela tudo acontece de forma célere e mortal, o acusado é levado a presença de seus algozes com o veredicto já praticamente definido sem qualquer defesa possível. Não existe a negociação.

Se um jovem comete pequenos furtos ou roubos no interior da favela ou arredores poderá ser punido até com a morte. A justificativa é que estes delitos podem atrair a presença da polícia para a localidade atrapalhando os “negócios” dos traficantes. Contraditoriamente, muitos delitos são cometidos pelos próprios integrantes do tráfico.

Se no mundo do asfalto, a reparação de pequenos delitos não recebe por parte do Estado a atenção devida, assim como em muitos casos qualquer pronunciamento definitivo do poder Judiciário pode demorar anos, na favela a reparação é sumária. Causando um efeito imediato na comunidade.

A pena de morte e torturas diversas são aplicadas aos que são considerados culpados, e a ineficiência de uma proteção por parte do Estado aos moradores das favelas contribui para a eficiência do sistema repressivo-autoritário dos traficantes. Inclusive, essa eficiência está levando que moradores que moram nos arredores das favelas busquem ajuda dos traficantes para a resolução de alguns problemas que deveriam ser resolvidos na esfera do poder público.

Entretanto, essas relações entre traficantes, moradores das favelas e arredores são atravessadas por uma profunda ambigüidade, pois o uso do terror como estratégia de controle das comunidades, está associada a uma necessidade crescente de manter o poder perante grupos rivais ou das investidas da polícia. Essa necessidade está associada a uma mudança na estrutura do próprio tráfico em si e na forma como os integrantes são recrutados, pois o tráfico não está somente recrutando moradores da favela.

Na última década do século XX, o faturamento do tráfico parece aumentar, todavia é possível se crer que esses lucros não permanecem efetivamente na favela e nas mãos dos traficantes, e isso possivelmente se dá em razão de alguns fatores que se conjugam, sendo o primeiro deles o alto e crescente custo da mercadoria em razão da repressão sistemática nas regiões produtoras, Colômbia e Bolívia, principalmente por

pressão do governo americano que leva a uma intervenção política sobre os governos desses países. Em segundo lugar o transporte da mercadoria até o Rio de Janeiro, por diversos canais o que eleva o custo, pois se exige um capital alto para a manutenção das redes de corrupção e transporte. No Rio de Janeiro, essa mercadoria chega com um custo alto, o que de certa forma inviabiliza uma margem de lucro elástica, pois o que de alguma forma afastaria o consumidor, principalmente em um país como o Brasil, onde os salários estão achatados e persiste uma crise econômica há várias décadas.

O mito do viciado que sustenta sistematicamente o tráfico, deve ser visto com certo cuidado, pois o relato de um informante falando sobre a venda nas bocas de fumo em uma favela da Zona Oeste é sintomático, pois segundo ele, o consumo cresce de fato nos finais de semana como qualquer mercadoria que se presta ao entretenimento, em outras palavras, o uso da droga é regido pela mesma lógica do consumo de outras mercadorias destinadas ao entretenimento. Uma outra informante relatou que em uma favela da Zona Oeste, os traficantes costumam dar festas de rua para aumentar a venda da droga, o que seria desnecessário se o tráfico fosse essa atividade altamente lucrativa como pressupõe a mídia. O custo da droga no interior da favela, ainda agrega o gasto com compra de armas, com mão-de-obra de vários tipos: vapores, olheiros, soldados, gerentes, advogados; com a corrupção regular, o famoso “arrego”, ou seja, as taxas pagas semanalmente aos policiais corruptos e as taxas imprevistas quando por ocasião da prisão de um chefe importante, e que os traficantes têm que dispor de grandes quantias para a liberdade do mesmo, há ainda o gasto com a manutenção de alguns chefes que estão encarcerados. Nesse há o relato de um outro informante que declarou o desespero dos traficantes por ocasião da prisão de um chefe ou gerente, pois o dinheiro exigido pela polícia é alto e em muitos casos, a “boca” não tem a quantia em caixa, o que leva à prática de delitos de rápido retorno financeiro como roubos de carro, mini-sequestros, roubos a estabelecimentos comerciais, o que limite acirra a violência nas ruas.

Tudo isso faz com que a margem de lucro se comprima no preço final da mercadoria, o que leva a necessidade de se controlar áreas cada vez maiores para venda, conseqüentemente o confronto intestino é inevitável, acentuando o caráter varejista do tráfico. As favelas como espaços de venda de cocaína e maconha são alvos de disputa entre diversas quadrilhas, considerando que a maior parte do lucro não fica na favela. Uma música de uma banda paulista, O RAPPA, é ilustrativa ao demonstrar ludicamente os aspectos mencionados aqui:

A feira⁴¹

É dia de feira

Quarta-feira, sexta-feira não importa, a feira

é dia de feira quem quiser pode chegar

vem maluco, vem madame

vem Maurício, vem atriz

pra comprar comigo

to vendendo ervas

que curam e acalmam

to vendendo ervas

que aliviam e temperam

Mas eu não to autorizado

Quando o rappa chega

Eu quase sempre escapo

Quem me fornece

É quem ganha mais

A clientela é vasta, eu sei

Porque os remédios normais

Nem sempre amenizam a pressão

Fazendo uma alusão ao tráfico como uma feira que acontece todos os dias, a letra destaca o caráter varejista do comércio de drogas, a clientela, a repressão e principalmente o aspecto que demonstra que o fornecedor ganha mais com o tráfico do que o varejista, fazendo do tráfico um negócio de vida e morte.

Os constantes assassinatos de jovens ligados ao tráfico, ora por confrontos entre as quadrilhas, ora por ação da polícia enfraquecem os grupos locais que assim são desalojados por outros grupos. As favelas então deixam de ser ocupadas por grupos de traficantes locais, ou seja por quadrilhas de jovens recrutados na comunidade. Quando o processo de recrutamento tinha por base os jovens oriundos do local, parecia haver uma certa relação de carinho e afeto por parte dessa mesma comunidade em relação aos traficantes. Situação que se traduzia por uma relativa troca de favores. Os traficantes

⁴¹ Composição de Marcelo Yuka, Warner Nusic Brasil, 1996.

patrulhavam a favela e impediam que se molestassem os moradores, forneciam dinheiro para remédios, enterros de crianças e adultos, dinheiro para um trabalhador, o desvio de um caminhão de gás ou de entrega de leite. O que fazia a alegria de uma população tão desfavorecida, obviamente sem abrir mão do recurso à violência como instrumento de controle efetivo. Tal prática poderia ser entendida como uma estratégia de busca de apoio da comunidade contra principalmente as investidas da polícia. Este modelo classificado como “robin hoodiano” entrou em declínio, e em seu lugar entrou um modelo de controle baseado no terror sobre as comunidades. Para grupos que se instalam nas comunidades em que não nasceram, o terror e a violência tornam-se os únicos recursos confiáveis para a manutenção de um controle eficiente. Sempre importante que se diga, que o modelo “robinhoodiano” se sustentava com um forte apelo à violência, os traficantes andavam armados, a instância punitiva era o eixo que sustentava as relações como um todo. Havendo assim uma margem relativa de reciprocidade entre os moradores e os traficantes.

Daí a violência utilizada nas favelas por traficantes não estar necessariamente associada a qualquer forma de essencialismo *a priori*, trata-se de uma necessidade para a manutenção do sistema como um todo. Um informante teria dito que por ocasião do oferecimento de uma quantia pelo disque –denúncia por informações que levasse à captura de um determinado traficante na Ilha do Governador, o mesmo teria anunciado na favela que daria o dobro para saber o nome de quem o denunciasse.

A utilização da violência também está associada à manutenção de um sistema de lealdade interna tanto entre os chefes do tráfico e seus liderados assim como entre os traficantes e os moradores. Assim, conjugado sobre uma estrutura de julgamento sumário, lealdades obrigadas e abandono do Estado se constrói uma forma de poder paralelo nas favelas Rio de Janeiro. Todavia é problemático se pensar em uma convivência das favelas com o tráfico diante de um quadro de medo institucionalizado.

Seria de fato a favela conivente com o tráfico de drogas e com a violência quem lhe é inerente? Será que as ações depredatórias contra ônibus que estão acontecendo na cidade seriam suficientes para falar de uma convivência? Será que a favela em si realmente é defensora da desordem e por extensão inimiga *a priori* de uma presença da polícia? Algumas raras experiências indicam que não, e pode-se começar por uma relatada pelo então chefe de Polícia Civil durante o Governo Marcelo Alencar⁴², o

⁴² Entre 1995 e 1998.

delegado de Polícia Hélio Luz, figura polêmica por suas frases de efeito durante sua gestão frente à Chefia de Polícia. Hélio Luz relatou o acontecimento de uma ocupação na favela de Acari feita pela Polícia Civil.

Segundo o relato, a Polícia Civil ocupou a favela durante semanas e quando a ocupação estava prestes a acabar, houve vários apelos para que Polícia Civil ficasse tal o clima de segurança e proteção que reinou na localidade. *No dia em que os policiais iam sair, houve protestos dos moradores, que queriam a continuação da ocupação, num caso inédito em comunidades do Rio de Janeiro*(BENJAMIN,1998,p.105)

As relações entre traficantes, moradores das favelas e polícia são marcadas por uma profunda ambigüidade de interesses, pois imaginar que os moradores de favelas, acossados por traficantes e sem o apoio perene do poder público possam não ter a opção de serem ou não coniventes com os traficantes, é uma posição profundamente idealista. Não se deseja dizer que em alguns momentos os traficantes não funcionem como ícones para os moradores, principalmente quando estes empreendem ações ousadas contra a Polícia. Mas o relato da experiência que se deu durante a gestão do delegado Hélio Luz é indicativo de que não existe uma predisposição *a priori* contra a polícia ou a favor do tráfico, os relacionamentos vão se construindo ao sabor dos acontecimentos e dos interesses ambigüamente atendidos. O fato da polícia não poder construir relações permanentes de ocupação sem opressão à comunidade, não permite esta última possa fazer uma opção pelo poder público, pois a polícia em determinado momento se afasta da favela e os traficantes ficam. Quanto ao mito de Robin Hood, é cabível afirmar que trata-se de uma profunda idealização alimentada pela mídia, por uma intelectualidade e partilhada ate mesmo pelos traficantes que em muitos momentos assumem esse papel, sem que , no entanto, abram mão da violência sistemática.

2.3.2. Tráfico – expansão ou retração?

Pode-se afirmar que de fato não há estado paralelo, pois esse para existir não poderia ser burguês, ou seja, estaria fora do alcance da hegemonia burguesa. Destarte a violência urbana oriunda do tráfico pode ser entendida dentro desse quadro de crise do capitalismo que avassala o mundo e principalmente as grandes cidades. Pode-se ainda pensar que a violência em questão, pode ser resultado não de uma expansão econômica do tráfico como o senso comum da mídia afirma, mas pelo contrário, o tráfico esta sofrendo uma retração, ou pelo menos não está crescendo como a mídia afirma, provavelmente o consumo de drogas está estagnando ou não está produzindo a

lucratividade necessária para poder sustentar uma atividade econômica tão custosa. Pois, é muito difícil se crer, que enquanto a economia mundial sofre uma profunda retração, o consumo de drogas cresce, permanecendo imune à contradição do capital. Simplesmente, a mídia quando divulga números astronômicos(O GLOBO, primeira página, 25 de maio de 2003) em relação ao tráfico de drogas não contabiliza o alto custo inerente à atividade, nem a margem de lucro dos vendedores varejistas finais, no caso os traficantes. Celsinho da Vila Vintém chegou a declarar que fatura cerca de cinquenta mil reais por semana com o tráfico, ficando apenas com um quinto, o que não pode ser considerando uma remuneração tão alta diante do risco da atividade(JB,08.05.2002,CIDADE,p.17). No caso do Rio de Janeiro, pelo que se percebe, o consumo da Zona Sul não é suficiente para manter a lucratividade necessária da atividade comercial, o que atinge o tráfico como um todo, acirrando a disputa entre facções e quadrilhas. *Assim a tendência geral ao subconsumo, ou seja, uma situação na qual surge e persiste uma queda da demanda de bens de consumo, devida a tendências sistêmicas, o que é apresentada como causa de crises periódicas, bem como de uma tendência crônica para a superprodução e a estagnação nas economias capitalistas*(BOTTOMORE,1988,p366.)

Torna-se muito difícil entender que em uma sociedade, na qual a tendência do consumo se apresente qualitativamente e quantitativamente em queda, o consumo não diminua para o tráfico, uma atividade comercial, que guardando os limites de sua especificidade, funciona como outra qualquer dentro da sociedade capitalista.

Na sociedade capitalista, o valor em dinheiro do produto líquido é igual à soma dos salários pagos aos trabalhadores mais os lucros obtidos pelos capitalistas. Como os trabalhadores recebem menos que o valor total do produto líquido, seu consumo nunca é suficiente para comprá-lo de volta: o consumo dos trabalhadores cria um hiato de demanda e, quanto maior é a parcela dos lucros proporcionalmente aos salários em relação ao total do valor acrescido, maior esse hiato(BOTTOMORE,1988, p366.)

Em outras palavras, se a taxa de lucros cresce ou o consumo diminui, maior a possibilidade de crise. Em um país de periferia, historicamente marcado por baixos salários, a tendência ao subconsumo se mostra evidente, o que pode atingir diversos setores de consumo, inclusive do tráfico.

O mito da prosperidade *ad infinitum* do tráfico, como aponta a mídia em matérias que falam dos faturamentos astronômicos do tráfico(O GLOBO, 25.05.2003, primeira página) ajudam a alimentar que o tráfico economicamente vive um momento

de grande prosperidade. A matéria em questão, chega a comparar o faturamento do tráfico no Rio de Janeiro com grandes empresas regulares, entretanto, não fala o quanto se gasta em armas e na manutenção da estrutura nas favelas. Causa estranheza que esses chefões do tráfico, via de regra, são presos em casas humildes em favelas e nessa direção pode-se mencionar Elias Maluco do complexo do Alemão e Flávio Negão do Morro da Mineira.

Caco Barcelos é ilustrativo ao informar que o dinheiro de um chefe do tráfico no Morro Dona Marta foi utilizado para reforma de uma casa, embora seja a melhor casa do morro continua sendo no morro, o que deprecia seu valor patrimonial. (CAROS AMIGOS, 2003, p.35) Assim, o alto faturamento não significa alta lucratividade em todas as fases do negócio, principalmente na varejista.

Um outro mito construído na mídia e que caminha na direção do tráfico como símbolo da prosperidade sem fim, é a cooptação de jovens, segundo se pensa esse movimento está arruinando a juventude, arrastando milhares de jovens para ocuparem os postos do tráfico, entretanto a fala de Caco Barcelos, novamente é ilustrativa:

Eu vi muito mais o assédio da comunidade à boca do que o inverso. Aqui embaixo, muita gente fala: *“Ah, se você entra no tráfico, não pode mais sair, não deixam, morre se sair”*. Não vi nada disso. Agora o contrário vi muito. *Fila de espera” porque você está dando preferência para o filho de não sei de quem?” pô a barra tá ruim pra todo mundo, pouca grana, por que nunca é minha vez?* (CAROS AMIGOS, 2003, p.32). Assim, se o tráfico é esse mar de prosperidade como não consegue gerar emprego para a massa de jovens que mora na favela, qual a razão da fila de candidatos?

Deve se considerar inclusive, que o morro que Caco Barcelos está se referindo é o Dona Marta, uma morro de Zona Sul, que deve ter uma clientela com maior poder aquisitivo, imagine, então, morros em áreas periféricas.

Um outro ponto que deve ser pensado são as apreensões de armas de brinquedo ou artesanais nas mãos de traficantes (O GLOBO, RIO, 1º de junho de 2002, p.15) o que contradiz novamente o mito da prosperidade, pois demonstra que os traficantes procuram alternativas para escapar das armas importadas que elevam o custo e comprometem a lucratividade. Deve-se pensar também que o tráfico assim como qualquer atividade econômica comporta áreas com faturamentos diferenciados, que implica em lucratividades variadas e áreas de miséria. Logo se Fernandinho Beira-mar

em razão de suas articulações com o mercado consegue manter um alto faturamento, não importa dizer que isso seja uma tendência generalizada, aliás sua expansão pode se dar tranqüilamente as expensas da tomada de mercados de outras facções, tratando-se assim de um novo ordenamento do mercado.

Pode-se acrescentar ainda, como um fator da crise descrita, a possível concorrência de novos traficantes de classe média,(O GLOBO, 26.10.2003, RIO, p.21). Será que são varejistas urbanos de segunda ordem, que intermedeiam o tráfico na Zona Sul em nome dos traficantes das favelas? ou estão se abastecendo de outras fontes e concorrendo com os traficantes regulares das favelas?

Sob o ponto de vista estratégico, para se constituir um poder paralelo no interior da favela e promover ações esporádicas no asfalto não requer um aparato tão complexo como se imagina, mais ou menos sessenta homens podem controlar pelo poder das armas uma favela. Os ataques ao asfalto por sua vez, podem ser entendidos não como reflexo da expansão pura e simples do tráfico, mas como sinal de uma atividade que não está saudável economicamente

Bottomore ao falar ainda das crises do capitalismo fala que as mesmas servem como remédios para a reparação do capitalismo:

As crises parciais e os ciclos econômicos são apenas o método intrínseco ao sistema de reintegrar esse desejo e necessidade. Quando o sistema é saudável, recupera-se rapidamente de suas convulsões. Quanto menos sadio for, porém, mais prolongadas se tornam as convalescenças(BOTTOMORE,1988,p366.)

As crises do tráfico enquanto sistema, se processam a partir de fatores de grande imprevisibilidade como por exemplo, a ação do Estado e de seus agentes. Em um momento de crise econômica, quando a lucratividade diminui e a extorsão aumenta, acirra-se o enfrentamento entre a polícia e os traficantes, pois estes últimos se vêem em uma posição de quem não tem nada a perder, pois já que se torna cada vez mais difícil manter o pagamento das propinas e evitar a violência policial.

Esse poder paralelo como se imagina não é causado pela ineficiência do poder público como uma condição *a priori* do que é público, pelo contrário, esse espaço enfraquece em razão do fortalecimento de um movimento privatista que contamina com sua lógica toda a sociedade e suas instituições. Cabe no entanto distinguir entre movimento privatista e a idéia de privatização, pois o último é o ato de transferir/vender o patrimônio público para a iniciativa privada, o privatismo no entanto, implica em uma lógica de funcionamento em que o privado é um eixo fundamental. Assim sendo, tudo

passa ser entendido por uma perspectiva empresarial, inclusive o espaço público. A privatização pressupõe a lógica privatista e não o inverso.

A sociedade contemporânea está assistindo ao processo de construção de um movimento privatista que passa a produzir entendimentos e formas privadas de se sentir e pensar. Esse movimento privatista é contrário ao movimento de formação do espaço público, por ocasião da formação do Estado Nacional Moderno nos séculos XV e XVI na Europa, mas que se remete ao Império romano, quando o espaço público começou se constituir em detrimento das relações privadas de justiça, relações em que a prática de reparação de delitos encontrava-se nas mãos dos segmentos civis da comunidade.

Quando a organização social se aperfeiçoa, os conflitos são normalmente resolvidos pela interposição de mediadores. Entre os nueres do Sudão, um corpo de notáveis, dotado de prestígio e de independência socioeconômica, é encarregado de reger, pela negociação, as querelas iniciadas pelos roubos de gado. Mas esses mediadores não dispõem de nenhum coercitivo para impor suas decisões. Em caso de fracasso das negociações, os adversários têm todas as possibilidades de reger suas divergências pela guerra privada.(MONET, 2001, p.20)

Logo, o poder público se constitui como necessidade de pôr sob controle as querelas e disputas privadas: *A essência da função governamental consiste em definir as fronteiras entre o público e o privado, através da produção de normas cujo respeito é assegurado por órgãos administrativos específicos, que utilizam, se necessário, o constrangimento físico.(MONET, p.20,2001)*

Assim, o poder de polícia surge como uma decorrência natural do fortalecimento do poder público, evitando assim a vingança como instância de resolução de problemas privados. O poder dos traficantes cresce na fraqueza do poder público, isso todavia, não significa ausência de políticas públicas, mas sim o enfraquecimento do público como fundamento da sociedade moderna. Não se concorda aqui com a tese de que o poder do tráfico cresceu à medida que o Estado deixou de se interessar pelo espaço das favelas e o abandonou no que diz respeito a execução de políticas públicas. Essa visão, como se discutiu, é marcada por um profundo essencialismo, pois tem como conclusão que o traficante nessas últimas décadas ocupou o espaço do Estado, o que derivaria na formação de um estado paralelo. O poder do tráfico não se constitui em um estado paralelo, e sim em uma instância privada de resolução, poder e controle no território da favela como decorrência de uma lógica mercantil e empresarial, logo deve ser entendido dentro desse movimento privatista de caráter empresarial.

Entretanto, ao invés de promover a discussão a respeito da estrutura interna que se move sob o tráfico, opta por discutir formas de contenção dos traficantes e nesse caso, pode-se apontar para os danos causados por esses e propor soluções para anular esses efeitos. Na mídia essa é uma das principais discussões quando se pensa o tráfico, pois várias vozes se manifestam clamando por medidas que contenham o tráfico, ou seja, mais prisões, cadeias mais seguras, mais punições.

2.4. A Mídia e a lógica do encarceramento

Toda vez que explode alguma grande crise na área da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro, em decorrência de alguma investida do tráfico, ressurgem discussões sobre a questão prisional. São apontados os escândalos envolvendo os presídios e a fragilidade dos mesmos para conter o poder dos traficantes. Fala-se também em propostas de endurecimento do regimento interno do sistema prisional.

Os ataques dos traficantes põem em discussão a segurança coletiva dos moradores da cidade. Dentro desse amplo espectro, destaca-se a necessidade de se discutir a questão prisional, ou seja, a questão do encarceramento dos criminosos. A mídia torna-se epicentro dessa discussão conforme pode se destacar a matéria do O GLOBO do dia 28 de março de 2003 sob o título *Mais rigor no cárcere*. A matéria foi suscitada em razão da morte por assassinato de um juiz da cidade paulista de Presidente Prudente. A matéria ocupou uma página inteira e tinha eixo epicentro a discussão sobre o encaminhamento de um projeto do Governo Federal tratando da questão prisional e propondo o endurecimento do regime carcerário.

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara aprovou ontem apesar da oposição de deputados do PT, projeto do governo que endurece o regime carcerário para presos de alta periculosidade e prevê o aumento da pena de isolamento de 30 para 360 dias. Deputados da base do governo porém conseguiram derrubar pontos importantes do projeto elaborado pelo Ministério da Justiça. Caiu, por exemplo, o artigo que autorizava diretores de presídios a manter o preso em isolamento 23 horas por dia. O texto estabelece que o preso tem direito a duas horas de sol por dia (O GLOBO, 28.03.2002, O País, p.3)

A matéria continuou demonstrando que também não passou um artigo, do projeto em tela, que daria maior autonomia ao diretor do presídio em transferir preso sem ordem judicial e decidir quem deveria ser mantido em regime especial e por quanto tempo (O GLOBO, O PAÍS, 28.03.2002, p.3). Prevaleceu, nessas duas derrotas do Governo, o espírito liberal –iluminista que procura de alguma forma, apesar da questão

da segurança pública se encaminhar para uma solução de força, impedir que figuras da administração prisional, como os diretores, acumulem poder de tal forma que se tornem déspotas, e assim fiquem fora do alcance do sistema legal vigente. Impedindo assim a transferência de poderes ditatoriais para a administração prisional.

A matéria apresentou ainda um breve resumo em forma de esquema no qual são destacadas as principais mudanças propostas e as aprovadas para o sistema prisional. Uma breve análise aponta para o novo espírito que começa ganhar corpo na sociedade brasileira em resposta ao recrudescimento da violência urbana. As principais propostas, no total de cinco, versam desde questões políticas como o poder dos diretores dos presídios e a revista de advogados, assim como questões técnicas, como por exemplo, o interrogatório de presos perigosos que passa a ser feito pelos juízes nos próprios presídios. Mas as medidas que mais traduzem esse clamor contra o poder dos traficantes, são as que versam sobre o isolamento dos presos. Essas medidas, além de se constituírem em uma tentativa de conter o poder de determinados traficantes, procuram dar uma satisfação à sociedade que clama por segurança e não aceita que presos possam gozar de qualquer tipo de benefício, mesmo os estabelecidos na lei. Tudo é considerado mordomia e uma afronta à sociedade

No caso do Rio de Janeiro o avanço da criminalidade expõe a fragilidade do sistema prisional e desperta em vários cantos uma espécie de cruzada moralista. Essa tem por finalidade fundamental pressionar por medidas que busquem o total confinamento e isolamento dos presos. Um editorial do O GLOBO sob o título *Cinco Estrelas* é exemplo desse espírito:

Pelo visto, impossível de ser proibido, o uso de telefones celulares nas cadeias chamadas de segurança máxima consolida de vez a idéia de que os bandidos, com a conivência de algo ou alguém, converteram os presídios do trio em escritório particular. A revelação de que os presos tentaram promover bailes atrás das grades mostra como podem vir a ser diversificados os serviços especiais oferecidos pelos presídios (O GLOBO, 28.06.2003, p.17 , RIO, editorial)

Todavia, uma pergunta logo se coloca: será que o impedimento de bailes, entrada de comidas vindas de parentes, encomenda de uma pizza realmente atende realmente a uma lógica de resolução da violência, ou simplesmente serve para acalmar os sentimentos de pessoas que quando ouvem ou lêem notícias de que os presos fazem uma festa ou recebem pizza indignam-se e acham tudo um absurdo? Pois é comum em relatos do cotidiano de que a vida de preso é boa, pois ele não trabalha, “*come e dorme*

as custas do meu dinheiro” ou que eles deveriam ser obrigados a trabalhar”. Para esse grupo, o encarceramento não deveria atender outro pressuposto que não fosse punir o preso. Assim sendo, “como é possível uma pessoa que está sendo punida receber benefícios, por mais simples que sejam, e ser tratado como gente?”.

A matéria do O Globo do dia 31.10.2003 começa sob o título: *Regras mais duras para Bangu I* e como subtítulo *Polícia suspende encontros íntimos, limita visitas e obriga presos a usar uniforme*. Em seguida destaca:

O presídio Laércio da Costa Pellegrino, Bangu I, começou ontem a ficar mais parecido com o que deve ser uma penitenciária de segurança máxima. Depois de instalar, no início deste mês, bloqueadores de celular, o secretário de Segurança Pública Roberto Aguiar determinou o fim de regalias dos presos, como o direito às visitas íntimas. Entre as principais medidas publicadas ontem no diário oficial do Estado, estão também o uso obrigatório de uniformes dos detentos e a restrição do número de advogados e de visitas por preso(O GLOBO, 28.06.2003, RIO, p.17)

Além de uma atitude revanchista, as medidas acima descritas atendem a opinião pública que exige do Estado rigor nas normas de encarceramento. Mas a discussão sobre o rigor dos presídios, desvia o fogo de uma questão mais importante e central nessa discussão sobre violência, que é apontada por Zygmunt Bauman: Que é o aumento em todo mundo da massa carcerária.

Cresce rapidamente em quase todos os países o número de pessoas na prisão ou que esperam prováveis sentenças de prisão. Em quase toda parte a rede de prisões está se ampliando intensamente. Os gastos do Estado com as “forças da lei e da ordem”, principalmente os efetivos policiais e os serviços penitenciários, crescem em todo planeta(BAUMAN,, 1999,p.122)

O crescimento da massa carcerária, segundo o autor, traz em seu bojo a idéia de que há a *necessidade de disciplinar importantes grupos e segmentos populacionais(MATRIESE APUD BAUMAN,1999,p.122)*

Pode-se pensar a partir da citação de Bauman, a questão prisional no Rio de Janeiro e esse sentimento punitivo que se instala no meio da discussão sobre a violência. Quando O GLOBO anuncia que entre as medidas pós-rebelião encontra-se a obrigatoriedade de utilização do uniforme para os presos, encontra-se claro esse espírito disciplinador-punitivo.

O autor continua a discutir a questão da necessidade do Estado em dar respostas a ameaça a paz social nas cidades, *o que sugere a acentuada aceleração da*

punição através do encarceramento, em outras palavras, há novos e amplos setores da população visados como uma ameaça à ordem social e que a expulsão forçada do intercâmbio social através da prisão é vista como um método eficiente de neutralizar a ameaça ou acalmar a ansiedade pública provocada por essa ameaça(BAUMAN, 1999, p.122)

O Estado por sua vez, é obrigado em nome do atendimento dos anseios de seus eleitores, a tomar medidas de visibilidade que garantam uma imagem pública enérgica diante de qualquer desordem.

A construção de novas prisões, a redação de novos estatutos que multiplicam as infrações puníveis com a prisão e o aumento das penas – todas essas medidas aumentam a popularidade dos governos, dando-lhes a imagem de severos, capazes, decididos, acima de tudo, a de que “fazem algo” não apenas explicitamente pela segurança individual dos governados mas, por extensão, também pela garantia e certeza deles – e fazê-lo de uma forma altamente dramática, palpável, visível e tão convincente(BAUMAN, 1999, p.127)

Para Bauman a idéia de prisão ou encarceramento traduz também um sentido de espacialidade quando significa algo além da imobilidade do preso, ou seja a exclusão do convívio social. Mas a exclusão que entrou na agenda mais recente da discussão do sistema prisional se realiza a partir do isolamento inclusive entre os presos.

A prisão, porém significa não apenas a imobilização, mas também expulsão. O que aumenta a sua popularidade como meio favorito de “arrancar o mal pela raiz”. A prisão significa uma prolongada e talvez permanente exclusão(com a pena de morte sendo o padrão ideal para medir a extensão de todas as sentenças). Esse significado toca um ponto muito sensível. “O lema é tornar as ruas de novo seguras” - e o que melhor promete a realização disso que a remoção dos perigosos para espaços fora do alcance e de contato, espaços de onde não podem escapar? (BAUMAN, 1999, p.130)

A partir da afirmação do autor, pode-se pensar que dentro da lógica espacial capitalista moderna, o sentido da segregação social se solidifica como sendo uma decorrência natural do sistema como um todo.

A discussão sobre a prisão a questão do encarceramento como aqui se pretendeu remete a um autor fundamental nesse tema: Michel Foucault. A discussão a respeito da prisão, faz lembrar um estudo do autor sobre o conceito de panóptico de Bentham. O autor que caminha na direção de definir aquilo que seria chamada de sociedade disciplinar, parte de um caso concreto: A ocorrência de peste em uma cidade no final do século XVII, e as conclusões na parte onde são mencionadas as medidas de purificação

das casas para o retorno dos moradores após a quarentena podem ser estendidas para se pensar a idéia da lógica do encarceramento que vige a na sociedade brasileira e é difundida pela mídia:

Esse espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos, inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde o poder é exercido sem divisão, segundo uma figura hierárquica contínua, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos – isso tudo constitui um modelo compacto do dispositivo disciplinador(2003:163)

Pensa-se aqui para além da prisão, que o dispositivo acima mencionado aplica-se a toda a sociedade de forma a distribuir espacialmente as pessoas desejáveis ou indesejáveis, os vivos e os mortos. Quando se olha as páginas dos jornais, esse serviço de distribuição de vivos e mortos encontra-se presente. Mas a mídia avança quando classifica quem deve ou não ocupar esse ou aquele lugar. O autor continua falando sobre a peste, mas bem poderia ser a mídia:

A ordem responde à peste; ela tem como função desfazer todas as confusões: a da doença que se transmite quando os corpos se misturam; a do mal que se multiplica quando o medo e a morte desfazem as proibições. Ela prescreve a cada um seu lugar, a cada um seu corpo, a cada um sua doença e a sua morte, a cada um o seu bem, por meio de um poder onipresente e onisciente que se subdivide ele mesmo de maneira regular e ininterrupta até a determinação final do indivíduo, do que o caracteriza, do que lhe pertence, o do que lhe acontece.(idem:163)

Esse é um dos grandes poderes da mídia contemporânea, que o de disciplinar e classificar pessoas, tendo como parâmetro o da grande família extensa. Se no século XVII, a peste trazia como o suposto da ordem, no século XXI, a violência urbana funciona da mesma maneira:

Mas houve também um sonho político da peste, que era exatamente o contrário: não a festa coletiva, mas as divisões escritas; não as leis transgredidas, mas a penetração do regulamento até nos mais finos detalhes da existência e por meio de uma hierarquia completa que realiza o funcionamento capilar do poder, não as máscaras que se colocam e se retiram, mas a determinação a cada um de seu “verdadeiro” nome, de seu “verdadeiro” lugar, de seu “verdadeiro” corpo e da “verdadeira” doença. A peste como forma real e, ao mesmo tempo, imaginária da desordem tem a disciplina como correlato médico e político. Atrás dos dispositivos disciplinares se lê o terror dos “contágios”, da peste, das revoltas, das deserções, das

peçoas que aparecem e desaparecem, vivem e morrem na desordem(idem:164)

Assim sendo o tráfico assume o lugar da peste. A metáfora da cidade pestilenta deve ser substituída pela metáfora da cidade do crime:

A cidade pestilenta, atravessada inteira pela hierarquia, pela vigilância, pelo olhar, pela documentação, a cidade imobilizada no funcionamento de um poder extensivo que age de maneira diversa sobre os corpos individuais – é a utopia da cidade perfeitamente governada(idem:164)

Assim diante do desfazimento da utopia da boa cidade governada resta o encarceramento, o apartheid, a segregação. Entretanto, o panóptico de Foucault-Bentham⁴³ que é *uma máquina de dissociar o par ver-ser visto: no anel periférico, se é totalmente visto, sem nunca ver; na torre central, vê-se tudo, sem nunca ser visto(Bentham apud Foucault:166)* não se aplica de forma plena no sistema prisional do Rio de Janeiro, em face de que a promiscuidade da convivência entre presos e guardas impede o real afastamento necessário em um panóptico. Entretanto as cadeias tipo *supermax*⁴⁴ americanas parecem atender a esse princípio de controle e segregação. O sistema prisional de Presidente Prudente onde Fernandinho Beira-Mar encontra-se preso⁴⁵ também caminha na direção desse supercontrole sobre os detentos e de induzir nos mesmos *um estado consciente e permanente de visibilidade de assegura o funcionamento automático do poder(idem:166)*. Entretanto duas condições se fazem necessárias a execução do modelo arquitetural do panóptico na sociedade moderna, a inversão em alta tecnologia de controle, que implica em um alto custo e o endurecimento do sistema jurídico.

O controle do aparato jurídico é fundamental instrumento na direção de se consolidar a segregação. Como exemplo, há a matéria do dia 16 de março de 2003, na qual O GLOBO estampa em letras garrafais: *Juízes pedem novas leis para combate à violência. OAB acusa Beira-Mar pela execução de magistrado em SP.*

A matéria relatou a respeito da execução de um juiz da Vara de Execuções

⁴³ O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel;no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção;elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente,um condenado um operário ou um escolar(Foucault:165)

⁴⁴ Esse sistema prisional será discutido no próximo capítulo.

⁴⁵ esse trabalho foi encerrado no final do ano de 2003.

penais. *E o pedido por uma alteração do Código Penal para aumentar a punição contra autoridades partiu da Associação dos Magistrados Brasileiros*(O GLOBO, PRIMEIRA PAGINA, 16 de março de 2003) que protestou contra a morte do magistrado. Mas o que se singulariza neste tipo de apelo é que a Associação de Magistrados Brasileiros, reclamou um endurecimento do Código Penal para a maior proteção das autoridades e não da sociedade como um todo. Pode-se pensar que as mudanças na sociedade brasileira desde o século XIX, têm uma forte preocupação em proteger os membros da grande família extensa, ou seja, os membros das elites e agregados.

2.4.1. A grande família extensa sob ameaça

Na primeira metade do século XIX, se processa a organização do Estado Nacional brasileiro, simultaneamente ocorre uma série de levantes escravos em Salvador, o que culminou na rebelião de 1835⁴⁶ *que surgiu em meio a um clima político e social tumultuado, tanto na Bahia como no Brasil*(REIS, 1987,p.37), inclusive já havia ocorrido também um grande levante no Haiti, no final do século XVIII, que teria levado ao massacre das elites escravocratas brancas. Esse temor e a descrença das elites nas tropas do Exército para protegê-las, levou à criação de uma tropa, a Guarda Nacional, cujo maior objetivo era proteger as elites brancas e seu patrimônio contra a ameaça escrava. Assim, sempre que as elites nacionais foram ou se sentiram ameaçadas por movimentos populares de contestação ou de reivindicação, acionaram os mecanismos jurídicos e policiais de auto-proteção.

O pedido de endurecimento da legislação penal brasileira solicitado pela Associação de Magistrados Brasileiros parece caminhar nesse sentido, pois chama a atenção para a necessidade de se proteger os membros das elites contra as hordas da violência e da barbárie.

O editorial Opinião do O GLOBO, que dividiu a primeira página com a matéria sobre a morte do juiz dá indícios desse entendimento de auto-proteção a partir do título: *Ao confronto*, em seguida conclama :

Independentemente de quem tenha apertado o gatilho e ordenado o frio assassinato, a morte do juiz precisa ser entendida pelas autoridades como um marco nessa grave guerra travada pelo país. Nos Estados Unidos dos gangsters e na Itália das máfias houve uma situação em que ficou evidente a necessidade de o Estado dar uma resposta ao crime à altura da ameaça que as quadrilhas

⁴⁶ Movimento liderado por negros muçulmanos. O ato ficou conhecido como Levante dos Malês.

representavam para a sociedade. O Brasil, e não mais apenas o Rio de Janeiro, está diante de fatos que configuram um cerco ao estado de direito(O GLOBO, PRIMEIRA PAGINA, 16 de março de 2003)

O apelo recorrente para que o Estado estabeleça o combate efetivo ao tráfico e restabeleça a ordem e o Estado de Direito, pode ser entendido como uma resposta a esse temor da violência que não escolhe como alvo apenas os pobres, mas os membros prestigiosos da grande família extensa.

Assim, retoma-se a definição do crime de repercussão como aquele que atinge pessoas famosas e importantes, autoridades e membros das elites conforme aponta o editorial:

O fato novo e assustador em todo esse drama é a velocidade com que, nos últimos tempos, o crime organizado expandiu-se, articulou-se e passou a ameaçar as próprias instituições republicanas. Não há registro no Brasil, mesmo nas fases de turbulências políticas, de um momento como este, em que os direitos e a vida dos cidadãos corressem tantos riscos. Crimes graves, de grande repercussão, ocorrem em qualquer país. O problema é quando eles se sucedem de forma encadeada e passam a representar uma ameaça ao próprio Estado e a tudo o que ele simboliza(O GLOBO, 16 de março de 2003 PRIMEIRA PAGINA)

O editorial retoma o assassinato do magistrado, entretanto, um ponto que chama a atenção, é a utilização sutil da categoria de crime de repercussão, que embora não esteja definida pelo autor do editorial, pode bem ser entendida como todo o crime que atinge pessoas importantes no cenário da sociedade nacional. Também é sintomático o fato do autor do editorial lembrar que nem nos momentos de turbulência política, houve uma crise como a apresentada no momento. Confrontando a idéia de crime de repercussão com a de “que nem nos momentos de crise política, a violência se apresentou da forma atual”, pode-se tentar entender como se articulam os mecanismos da grande política nacional, pela qual os grandes problemas, via de regra, são resolvidos, em grandes negociações entre os membros das elites, em grandes acertos. Nesse sentido podemos destacar vários casos recentes tais como o Caso Collor, o caso do grampo do ACM, o caso do “propinoduto”, o Caso Roseana Sarney, etc. As turbulências políticas no Brasil, por mais graves que se apresentem, possuem uma face extremamente conciliadora e familiar. Os acertos prevalecem no sentido da manutenção do *status quo* dominante. Assim a violência torna-se um recurso quando esse acerto não se torna exequível.

A violência urbana oriunda do tráfico de drogas, de alguma forma escapa ao

controle desses mecanismos de acerto propostos pelas elites nacionais. Daí a grande preocupação expressa nas páginas de uma mídia como o GLOBO. O editorial, como uma fala, reforça o entendimento de que a violência que hoje preocupa, é essa que ameaça o patrimônio e a integridade dos membros das elites e grupos a elas ligadas por relações concretas de proximidade e interesse, como é o caso da classe média alta brasileira. O sistema político brasileiro apresenta uma enorme capacidade de recomposição e acerto, evitando assim, lançar mão de medidas drásticas contra seus membros ou permitir a entrada em cena das camadas populares no cenário político.

A violência urbana no Rio de Janeiro de alguma forma tem traços que ameaçam essa *pax romana* das elites. O ataque aos coletivos, os assassinatos em ruas de bairros da Zona Sul, os ataques do tráfico nas vias expressas, ou seja, a Avenida Brasil, A Linha Vermelha e a Linha Amarela. Ainda sobre as vias expressas, cabe um comentário. Essas vias servem de ligação entre diversas partes da cidade e o Aeroporto Internacional do Galeão na Ilha do Governador. Logo uma vez que se chega de avião ao Aeroporto, torna-se praticamente impossível sair dele em direção ao Centro ou Zona Sul, sem atravessar áreas perigosas. O que coloca em risco constantes pessoas de classe média alta e não somente pessoas pobres que se dirigem para suas casas no final do expediente. Os ataques ocorridos nessas vias ganham grandes espaços nas páginas dos jornais, inclusive O Globo. As primeiras páginas são ocupadas por fotografias dramáticas de pessoas reféns de tiroteios entre traficantes e a polícia.

Foto 11



Fonte: O Globo 01.03.2003.

Todo esse clima de barbárie urbana justifica o apelo cada vez mais intenso por mudanças na legislação penal, nas práticas policiais de encarceramento. Neste

momento, a pressão sobre a questão do encarceramento se conjuga ao apelo por aumento de policiamento descrito por Da Matta⁴⁷, já que essa solução parece ser a mais eficaz e imediata.

Esse clima de insegurança serve também para justificar investimentos em novas tecnologias de contenção dos presos e aponta para uma das grandes questões do mundo atual, que é a utilização da alta tecnologia na resolução dos grandes problemas contemporâneos e se colocando acima das mazelas e fraquezas do homem. Nesse sentido há a matéria do dia 23 de março de 2003 do O GLOBO sob o título: **Presídio de segurança máxima não terá muros:** “Unidade planejada pelo Governo Federal para Brasília será dotada de alta tecnologia para controlar presos”(RIO;11)

A tecnologia utilizada na forma de infovigilância, tem como um dos seus pressupostos inibir os atos hesitantes do homem em termos de conduta. Na matéria há uma entrevista com a secretária nacional de justiça, que ao ser indagada sobre a pretensão do Governo Federal a respeito de presos como Fernandinho Beiramar, respondeu: *A idéia é dar um tratamento diferenciado. Para alguns casos vamos precisar mudar a lei, mas para certas medidas não é necessário. Basta um regime mais rigoroso no próprio presídio, como já há em Presidente Bernardes(SP). No presídio federal que vamos construir, não vai ter mãe levando bolo para o filho no domingo.*(O GLOBO,RIO,23 de março de 2003) Nessa resposta o que é sintomático é idéia da proibição de mãe levar bolo para o filho, como se essa questão fosse realmente fundamental para a resolução do crime organizado. Pelo contrário, pode-se pensar que o fato da mãe levar bolo para o filho serviria como um elemento positivo de ressocialização e humanização do sistema. Mas ao contrário é visto como um desvio de conduta inaceitável.

A negação de direitos dessa natureza, somente reforça a lógica do encarceramento pelo encarceramento, pela qual tudo se justifica quando se tem por limite a proteção da sociedade, ou pelo menos, o que se supõe ser a proteção dessa sociedade.

Essa lógica do encarceramento pelo encarceramento, também é fruto de uma visão essencialista que entende a violência como resultado da ação de elementos perigosos e se se controla ou imobiliza as ações desses., no caso do Rio de Janeiro, os traficantes, o encaminhamento para a solução da violência se torna uma consequência.

⁴⁷ Conforme o capítulo 01

Assim se o tráfico avança realmente é devido a falta de autoridade por parte desse ou aquele governante.

O capitalismo, enquanto sistema de ordenamento social, promete cada vez menos para uma grande maioria da sociedade, e muito, para uma minoria, restando apenas a segregação. Mas existe ainda uma variável que deve ser considerada nesse jogo de segregação espaço-social: que é a idéia de que não basta segregar o preso com a prisão, se faz necessário segregar a prisão. Essas prisões, diante da lógica de valorização imobiliária, e da escassez de terrenos em áreas centrais da cidade precisam ser deslocadas em nome de uma suposta segurança dos moradores.

Não é coincidência, que em épocas muito próximas e recentes, tenham sido demolidos dois sistemas prisionais de grande porte, nas duas mais importantes capitais brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente o Carandiru e o Frei Caneca.

Ao que parece, a presença de sistemas prisionais no meio da cidade, aumenta o sentimento de insegurança entre os moradores, assim, seguindo a lógica de segregação do capital, aumenta-se o numero de presídios, no entanto, estes devem ser distantes dos grandes centros urbanos, o que de alguma forma escamoteia a discussão a respeito do aumento da massa carcerária no mundo, além de liberar o assédiados empresários nas áreas valorizadas e disponibilizadas com a transferência dos presídios, os novos, no entanto, ficariam fora do alcance dos olhos da sociedade.

Bauman ao relacionar a questão da violência urbana com a mídia, aponta para um ponto comum entre os autores que pensam mídia, que é a opção da mídia pela espetacularização do acontecimento, principalmente do acontecimento relacionado à segurança:

O que quer que se possa fazer a respeito da segurança é incomparavelmente mais espetacular, visível, "televisível", que qualquer gesto voltado para causas mais profundas do mal-estar mas – pela mesma razão – menos palpáveis e aparentemente abstratas. O combate ao crime, como o próprio crime e particularmente o crime contra os corpos e a propriedade privada, dá excelente e excitante espetáculo, eminentemente assistível. Os produtores e redatores dos meios de comunicação de massa estão bem conscientes disso? (BAUMAN, 1999,p.130).

Entretanto, pensar a mídia somente sob o enfoque da produção do espetáculo e do entretenimento, causa uma falsa impressão de que a mesma está distante da cena ou do acontecimento, em outras palavras, é imaginar a mídia somente como um espaço de transformação do acontecimento em espetáculo, colocando-se a parte do próprio

espetáculo.

Os jornalistas enquanto atores sociais também fazem parte da sociedade do espetáculo na medida que o reproduzem, pois nem sempre os mesmos têm

Destarte, os jornalistas enquanto sujeitos históricos nem sempre têm uma visão das relações de totalidade que se processam na sociedade contemporânea, tendendo assim a julgar o todo pela parte, o profundo pela aparência, o processo pelo efeito, a sociedade pelo espetáculo.

2.4.2. Tráfico ou traficante – o sentido do combate na mídia

O tráfico de drogas se tornou uma das mais importantes questões do cenário contemporâneo, e ocupa espaços cada vez maiores nas manchetes de diversas mídias. No caso do Rio de Janeiro, onde a questão do tráfico ganhou um colorido dramático, são comuns termos como guerra civil, poder paralelo, Estado Paralelo, para dar conta de se entender o que seja de fato o tráfico de drogas e que caminhos trilhar para solucioná-lo.

A mídia se tornou contemporaneamente mais um espaço no qual a discussão sobre a questão do tráfico se avoluma dia a dia. Assim sendo, ela reflete sobre o tema a partir de sua própria visão particular, que no entanto, é dialeticamente resultante de uma visão social de mundo hegemônica burguesa

Os homens que trabalham na mídia compartilham os mesmos temores que o cidadão comum, quem escreve também é seqüestrado, roubado, fica a mercê das balas perdidas e dos ataques do tráfico, enfim sente medo. Várias são as falas que se presentificam na mídia discutindo o tráfico de drogas e a violência que dele emana. Combater o tráfico se tornou palavra de ordem na sociedade contemporânea. Mas a lógica do entretenimento e do espetáculo que caracteriza a mídia moderna, assim como a visão de mundo que é compartilhada por ela impõe limites ou direções nas leituras presentes na mídia.

Uma das primeiras questões que deve ser pensada a respeito dessa leitura midiática sobre a questão do tráfico de drogas é descobrir a quem realmente se dirige o combate. O tráfico ou o traficante?

Embora essas figuras se apresentem em tese como sinônimas, por uma visão crítica à lógica do combate não o são. O que a mídia propõe e reproduz de fato é o combate ao traficante e não ao tráfico. A mídia atendendo aos imperativos da cultura do medo, que se tornou uma marca da sociedade contemporânea, personifica/personaliza a

questão, em outras palavras, enxerga prioritariamente no tráfico de drogas a ação individual dos traficantes, se há tráfico é porque há traficantes. Destarte, por esse foco, a violência deve ser discutida levando em consideração os traficantes como figuras centrais. Esses devem ser combatidos, pois o crescimento do poder dos mesmos põe em risco além dos pilares da sociedade democrática, o estado de Direito em si.

Uma vez que a mídia valoriza a discussão do tráfico a partir da figura do traficante, o debate perde seu sentido institucional, ou seja, o tráfico deixa de ser pensado enquanto uma instituição da sociedade burguesa e passa ser enxergado de forma personificada.

Esse movimento de valorização de uma leitura do tráfico pela figura do traficante produz uma leitura fragmentada a respeito dos traficantes. São biografias, hábitos dos traficantes, suas ações mais ousadas, trechos de suas vidas pessoais etc. Essas pequenas leituras, no entanto, constituem uma leitura maior que pensa o traficante como uma figura terrível e que deve ser combatida pelo Estado, contra o qual constitui uma afronta.

O traficante é, via de regra, visto como aquele que tem privilégios que não deveria ter na condição de preso. Uma matéria do O Globo, datada do dia 31.10.2002, na época de uma grande rebelião causada por Fernandinho Beira-Mar mostrou alguns traficantes de renome na cena carioca ostentando roupas de grife. No conjunto, a matéria trazia cinco fotos. A primeira medindo cerca de 6.6 cm de comprimento por 14.7 cm de largura trazia o traficante Fernandinho Beira-Mar, sorrindo e sob a foto estava escrito: Beira-Mar(em negrito e caixa alta),em sua camisa pólo, após o motim. Uma segunda foto, com 8.0cm de comprimento por 4.9 cm de largura mostrando apenas os pés de Fernandinho Beira Mar e sob as fotos os dizeres: Chinelo e Meia(negrito e Caixa alta) de grife fazem parte do estilo de Beira-Mar. Uma terceira foto medindo 7.9 cm de largura por 9.1 cm de comprimento trazendo o traficante Marquinho Niterói algemado e conduzido por dois policiais militares, sob a foto os seguintes dizeres: mesmo escoltado(negrito e caixa alta)Marquinho Niterói não perde a linha(foto 03). A quarta foto medindo 5.0 cm de comprimento por 6.8 cm de largura trazia o traficante My Thor. Sob a foto estavam os seguintes dizeres: *My Thor(negrito e caixa alta)chega de bermuda e camiseta à 2º Vara Criminal para depor sobre a morte da namorada. Com as novas regras, ele será obrigado a usar uniforme.*(foto 04). A quinta e última foto medindo 5.0cm comprimento por 8.0 cm de largura, trazia o traficante Celsinho da Vila Vintém, favela localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, algemado e sob a foto,

os seguintes dizeres *Celsinho da Vila Vintém, mantém a pose de camiseta e jeans de marca, nos pés, tênis caro.* A leitura das fotos e da matéria no conjunto pode ser entendida como uma tentativa de mostrar os traficantes com privilégios que muitos trabalhadores não têm(foto 12).

Foto 12



fonte: Globo, 31.10.2002.

Que a cadeia deixa de ser uma forma de contenção e imobilização dos traficantes e que na verdade, eles(os traficantes) vivem como verdadeiros reis. A mídia, nesse caso, refletindo uma forte moralidade pequeno-burguesa busca capitalizar a indignação geral contra as figuras dos traficantes, que são mostradas como pessoas privilegiadas. Entretanto, nem essas figuras que aparecem com roupas de grife escapam a lógica hierarquizante do capital.. O que se questiona na mídia não é o privilégio em si, e sim, o fato do traficante ter privilégio.

Nesse sentido há o relato de uma funcionária de uma escola da Zona Oeste informando que muitos traficantes vão à escola, onde a mesma trabalha, para comer. No que são prontamente atendidos pela Direção que não tem como se furtar em fornecer a comida solicitada. Se são ricos como a mídia aponta, por que pedir comida em uma escola? Outro informante relatou que em uma determinada favela onde mora, o gás de cozinha é monopólio de um comerciante por ordem do tráfico. A mídia no seu efeito generalizante, procura uma situação particular e relacionada a uma parcela ínfima do

tráfico para dar a entender que ela se processa de forma generalizada. Assim, surgem mitos como os altos salários do futebol, quando sabemos que os mencionados altos salários constituem um privilégio de poucos atletas.

2.4.3 O riso do Beira-Mar – a implicância da mídia

O que significa o riso? O que há no fundo do risível? O que haveria de comum entre a careta de palhaço, um jogo de palavras, um quiproquó de vaudeville, uma cena de comédia fina? Que destilação nos dará a essência, sempre a mesma, da qual tantos diferentes produtos extraem indiscreto odor ou delicado perfume? (2001:01). Assim, Henri Bergson inicia seu clássico tratado sobre o riso. Mas afinal que razão levou a mídia a se aborrecer tanto com o riso do Beira-Mar?

Identificar, perseguir os inimigos da sociedade e alimentar esse espírito de vingança tornaram-se pontos fundamentais da mídia, conforme se pode perceber na matéria de primeira página do O GLOBO, que tratou sobre a transferência de Fernandinho Beira-Mar para São Paulo. O fato de uma matéria dessa natureza ocupar o espaço tão importante em um prestigioso jornal já é indicativo de uma forma de visibilidade vingativa. A matéria ocupou um retângulo horizontal de 26 cm de comprimento por 29.6 cm de largura, ou seja, cerca de 59.8 cm por cento da área total destinada ao restante das matérias de primeira página. A matéria tem como título *Beira-Mar perde regalias e fica incomunicável em nova prisão* (O GLOBO, 28.03.2003, PRIMEIRA PÁGINA, p.3). O espaço dedicado ao título é maior cerca de 83 por cento do que os outros títulos em separado. A matéria trouxe em destaque três fotos em conjunto (foto 13)

A primeira foto tinha uma imagem de Fernandinho Beira-Mar dando uma gargalhada. A foto trazia abaixo um pequeno subtítulo: **Ele não ri mais** (em negrito e caixa alta) e sobre a foto a data de 26.04.2002.

Foto 13



Fonte: O Globo, 28.03.2003

Havia um texto explicativo *A gargalhada de Beira-Mar ao trocar Brasília pelo Rio, em abril, e o sorriso após a rebelião de 11 de setembro deram lugar a uma expressão carregada, ontem, no avião que o levou a São Paulo* (O GLOBO, 28.03.2002, PRIMEIRA PÁGINA,).

A segunda foto trazia Fernandinho Beira-Mar em uma pose informal e sorridente. A foto trazia a data de 12.09.2002, ou seja, a data do motim de 11 de setembro, quando Beira-Mar liquidou alguns rivais no presídio que estava preso. A terceira foto, no caso a maior de todas as três, com o rosto do traficante bem evidente tinha acima a data de 27.02.2003, ou seja, a data da transferência do traficante para o presídio de segurança máxima de Presidente Prudente, interior de São Paulo. Nessa foto o traficante estava com uma “*expressão carregada*” e carrancuda.

Ao se pensar essas fotos no seu conjunto tem-se a presença de um forte espírito revanchista que a mídia presentifica em nome da sociedade, pois somente isso, além dos óbvios interesses comerciais, justificaria uma matéria dessa envergadura para tratar de uma simples transferência do traficante. O espírito da matéria traduz esse anseio da sociedade brasileira em se vingar do traficante, de seu poder e das regalias. Um segundo aspecto da matéria está nos comentários das fotos, que procuram traduzir o espírito austero do presídio de Presidente Prudente que em nada se parece com o apresentado

pelo sistema prisional do Rio de Janeiro. Em outras palavras, Fernandinho Beira-Mar sorri por que sabe que o Rio de Janeiro é sinônimo de fragilidade e desorganização. Possivelmente o sorriso de Beira-Mar cause a sensação de estranheza, pelo fato de que dificilmente, um homem comum riria sob essas condições. Mas para o traficante esse mundo encontra-se naturalizado, daí o sorriso. A gargalhada de Beira-Mar, (na foto 01) bem poderia está sendo dada por diversos motivos, levando-se em consideração que não foi perguntado a ele o porquê de seu riso.

Mas, pelo encaminhamento das fotos e dos comentários, pode se depreender de acordo com a mídia que se trata de uma felicidade em razão de está sendo transferido para o Rio de Janeiro. As fotos, uma vez selecionadas arbitrariamente dentro de um conjunto de fotos mais abrangente, podem perfeitamente ratificar o sentido desejado pela mídia, ou seja, o espírito de desforra e vingança coletiva.

A matéria continua explicando o espírito “sério” do sistema prisional de Presidente Bernardes: Depois de uma operação na madrugada cercada de sigilo, o traficante Luiz Fernando da Costa, O Fernandinho Beira-Mar, chegou ao presídio de segurança máxima de Presidente Bernardes, no interior de São Paulo.

Ali, o bandido –que mesmo preso aterrorizou o Rio por meses – teve a barba e o cabelo cortados, foi isolado dos outros 68 detentos e ficará sob vigilância de câmeras, incomunicável por 11 dos 30 dias em que vai permanecer no presídio.(...)Beira-Mar entrou em sua nova prisão perguntando pelas regalias e sabendo que perdeu as que usufruía em Bangu I: visitas íntimas, e até comida de restaurante pedida por telefone(O GLOBO, 28.02.2003, PRIMEIRA PÁGINA).

Mantendo a idéia central que entende o combate ao tráfico como o combate ao traficante, a matéria continua deixando subentendido que a prisão do traficante Fernandinho Beira-Mar é uma questão de autoridade e de ordem, como se depreende do trecho da citação acima: *Ali, o bandido-que mesmo preso aterrorizou o Rio por meses- teve a barba e o cabelo cortados*. Assim sendo, o corte da barba e do cabelo e o fim das regalias implicam na aniquilação do poder do traficante, mesmo que isso não signifique o fim do tráfico. Resolver a questão Beira-Mar importa em dar uma resposta à sociedade brasileira e fortalecer o papel do Estado no combate à violência

Na parte interna do jornal a questão Beira Mar continua a ser tratada com grande destaque. Na página 09 da seção Rio a continuação da matéria ocupa cerca de 98 por cento da página, sendo que nos dois por cento restantes da página foi ocupada por uma propaganda de caráter trivial.

A matéria continua com um novo título dentro mesmo espírito revanchista: Vida dura para Beira-Mar(negrito e caixa alta) e com subtítulo:*bandido sai do Rio fazendo ameaças, mas se assusta com o rigor da nova prisão(O Globo, Rio,28.02.2003,p.09)*. A matéria trazendo três fotos do traficante em conjunto, sendo que uma primeira de corpo inteiro e medindo 19.5cm de comprimento por 14.1cm de largura, na qual o traficante algemado demonstra desânimo ou cansaço. As outras duas fotos são iguais no conteúdo e mostram a mesma cena, um Beira Mar atrás de uma porta com uma janelinha de vidro com a inscrição advogado, deduzindo-se que seja o meio pelo qual o preso se comunica com as pessoas do mundo exterior(foto 14).

Foto 14



Fonte: O Globo, 28.02.2003

A parte escrita da matéria retomou de forma insistente, revanchista e sarcástica a questão das regalias e do sorriso do traficante:

O rigor da nova cadeia acabou rapidamente com a arrogância do traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-

Mar, transferido ontem de madrugada de Bangu I para o Centro de Readaptação Prisional de Presidente Bernardes. O sorriso debochado, uma das características do bandido, deu lugar a uma expressão séria e preocupada logo que ele ouviu as primeiras instruções sobre como deverá se comportar no presídio da cidade paulista(...)Beira-Mar- que aterrorizou o Rio promovendo ondas de violência, fechamento do comércio e rebeliões em presídios –foi surpreendido com o fim das regalias a que estava acostumado em Bangu I. O bandido que chegou ao Rio sorrindo a 26 de abril do ano passado, quando foi transferido de Brasília para Bangu I, já não tem motivos para rir(O Globo, primeira página, 28.02.2003

As novas regras do confinamento atendem ao sentido lógico do encarceramento como forma de apartar ou segregar aquilo que é identificado socialmente como o inimigo da sociedade e do Estado:

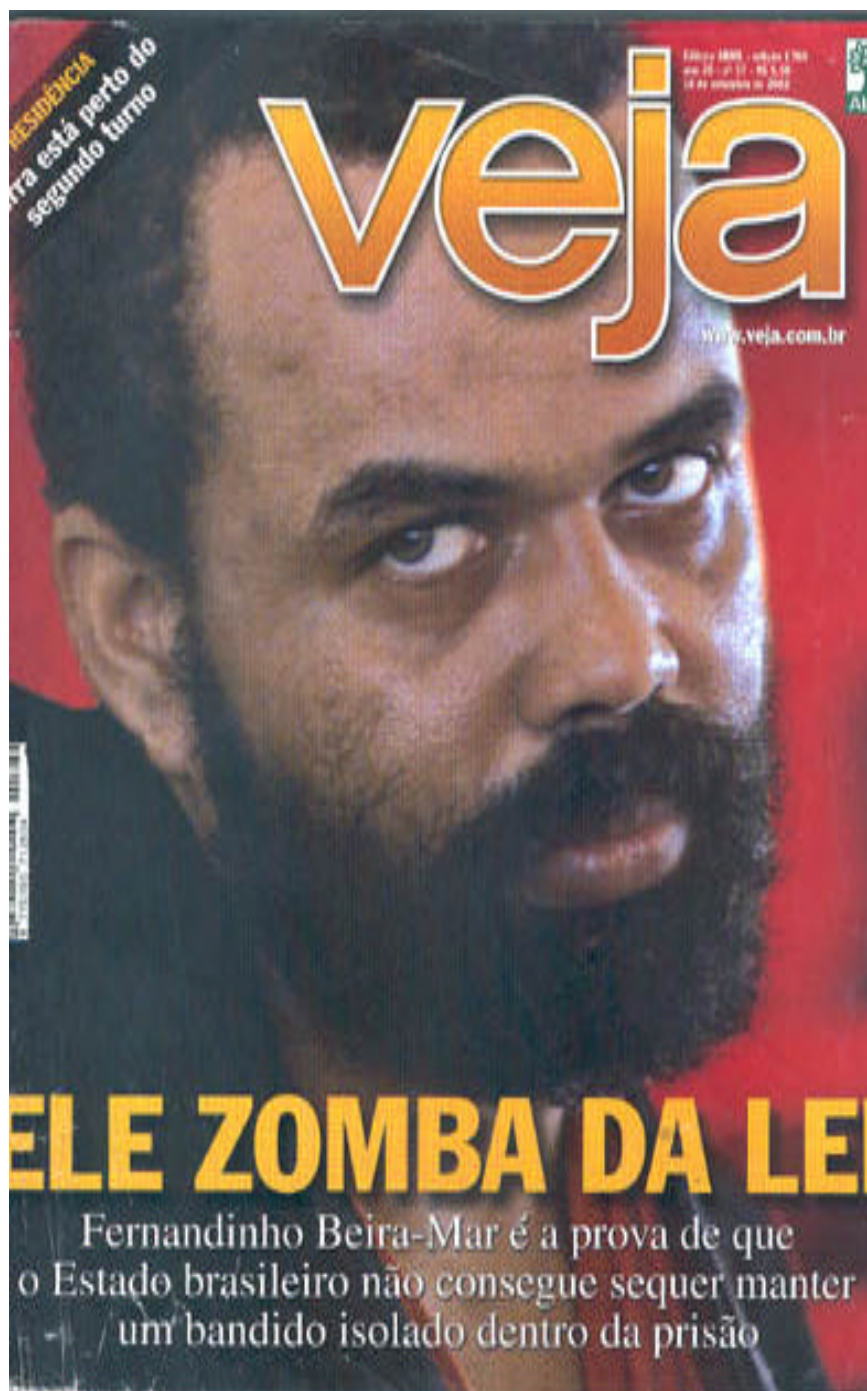
Na nova cadeia, Beira-Mar apenas poderá tomar banho de sol daqui a 11 dias. Até lá, permanecerá sozinho numa cela da ala de observação. Nesse período, será monitorado 24 horas por dia. Das 27 câmeras do circuito interno de TV, uma delas estará, sem que o traficante saiba, apontada dia e noite para a sua cela de 2.5 por 3.5 metros e que conta com cama de alvenaria, cano apenas com água fria para o banho e latrina(O Globo, primeira página ,28.02.2003.

O confinamento e a desmoralização pessoal do traficante faz parte do ritual de combate defendido pela mídia em nome da sociedade. Água fria, cama de alvenaria, uniforme laranja e sandália preta; comida padronizada e cela de 8.75 metros quadrados atendem à lógica de desviar o olhar da questão central, de que o traficante é mais uma peça na engenhosa articulação do mercado de drogas.

Combater traficantes por mais notórios e importantes que possam parecer, é muito mais fácil, a história assim demonstra. Vários traficantes e bandidos passaram no cenário policial carioca, despertando a mística do inimigo público número 01. Entre eles podem ser destacados, Orlando Jogador, Uê, Escadinha, Cy de Acari, Pianinho, Rogério Lemgrunber(cujas iniciais do nome foram inclusive, acrescentadas ao da sigla da facção Comando Vermelho formando CV-RL) entre outros, que de forma espetacular e mítica foram alçados ao cenário da visibilidade midiática e que hoje, no entanto, estão presos ou mortos. José Argolo inclusive, ao discutir a produção da crônica policial no Rio de Janeiro, aponta a mídia como a responsável pela criação da idéia do inimigo nº 01(1992, p.58). O mito do grande bandido, agora representado na figura do traficante, compõe a dinâmica midiática que entende de forma personalista a questão da criminalidade. As figuras dos grandes traficantes são mitificadas, endeusadas e satanizadas pela mídia. É ilustrativa a primeira página da revista Veja que trouxe a

fotografia do traficante Fernandinho Beira-Mar em tons pretos e vermelhos relacionando a figura do traficante ao diabo cristão ou de forma mais sugestiva ao Exu de Umbanda brasileiro(foto 15)

Foto 15



Fonte: Revista Veja 18.09.2002.

É interessante pensar o processo de mitificação de Fernandinho Beira-Mar na mídia. Sua primeira aparição no O GLOBO, durante o período da pesquisa(1999-2003) se deu no final de 1999, mais precisamente em novembro. Desse momento em diante a

figura do traficante é alçada ao patamar de mito, entendendo-se esse como Barthes o entende, ou seja como uma fala: “*Mas o que deve se estabelecer solidamente desde o início é que o mito é um sistema de comunicação, e uma mensagem*”(1993:131)

Uma fala que foi apropriada pela mídia, ganhando novos significados ao longo desses cinco anos. Para a mídia Fernandinho Beira- Mar foi o **Senhor da Guerra do Rio**(O GLOBO,RIO, 30 de março de 2003), **já esteve na mira dos EUA**(O GLOBO,RIO, 15 de outubro de 2000, p.14, foi **o negociante**(O GLOBO,RIO,13 de outubro de 2002, **o cruel**(O GLOBO, RIO, 06 de setembro de 2002, p.14), o maioral do tráfico e supremo comandante do ataque de 11 de setembro⁴⁸ . Nesse período a imagem de Beira-Mar foi se alterando, desde o semblante sério e duro do senhor da guerra do Rio, passando pelo risonho e debochado nos ataques que promoveu na cidade(O GLOBO, RIO, 31 de outubro de 2002, p.17, O GLOBO, PRIMEIRA PÁGINA,13 de setembro de 2002 e O GLOBO, 28 de fevereiro de 2003, PRIMEIRA PÁGINA) até a imagem de desolado e derrotado quando foi transferido para o presídio de segurança máxima Presidente Bernardes, em São Paulo, ou seja, a imagem de anjo decaído.

A matéria, retomando a questão do traficante como uma espécie de grande inimigo diabólico da sociedade, para quem a única solução é o confinamento, relata seus últimos ataques até ser confinado:

Beira-Mar ficou preso no Rio durante dez meses. Do presídio Bangu I, comandou várias ações criminosas, inclusive tiros contra fachada do Palácio Guanabara em 16 de outubro do ano passado. Bandidos cumprindo ordens suas jogaram uma granada na sede da Secretaria de Direitos Humanos e atiraram contra prédios públicos a 14 de maio. Em 11 de setembro passado, a facção criminosa de Beira-Mar, desfechou uma ofensiva para assumir o comando do poder paralelo do tráfico no Rio.(...)nove bairros tiveram o comércio fechado., escolas foram metralhadas, um supermercado invadido e faculdades suspenderam as aulas.(...)Em 30 de setembro, por ordem de Beira-Mar e seus bando, nova demonstração de força do poder paralelo: o Grande Rio parou,vítimas da ação de grupos armados que ordenaram que o comércio e até algumas indústrias fechassem em pelo menos 40 bairros.Quase 250 escolas não funcionaram e dois mil ônibus sequer saíram das garagens, deixando 800 mil pessoas sem transporte. Na segunda-feira passada, o grupo de Beira-Mar voltou a deflagrar uma nova seqüência de atentados, ainda mais violenta(O GLOBO, primeira página,28.02.2003)

O confinamento de Beira-Mar parece ter dado uma pausa nos grandes ataques à cidade do Rio de Janeiro, no entanto a paz não foi alcançada, pois confrontos menores

⁴⁸ Conforme se verá no capítulo 03.

continuam de forma sistemática e constante.

Ainda no bojo das matérias sobre Fernandinho Beira-Mar, que nessa edição de O GLOBO ocuparam sete páginas inteiras, o prestigioso jornal, seguindo a mística do inimigo número um da cidade, elegeu os dois novos nomes do tráfico no Rio de Janeiro: Márcio dos Santos Nepomuceno, o Marcinho VP e Marco Antonio da Silva Tavares, o Marquinhos Niterói. Em uma matéria sob o título: *Tráfico de drogas no Rio tem dois novos chefes* (O GLOBO, PRIMEIRA PÁGINA, 28.02.2003), se discutiu a sucessão, talvez por se acreditar que Beira-Mar esteja temporariamente fora de ação. O mais interessante da escolha dos novos líderes do tráfico do Rio de Janeiro, é o fato de que ambos traficantes apontados pelo O GLOBO estejam presos, anteriormente esse critério de escolha sempre caía sobre um traficante em liberdade. Talvez a matéria queira insinuar que a prisão dos traficantes nos presídios do Rio de Janeiro não seja um impedimento concreto para que os mesmos possam tocar *os negócios, através do advogados* (O GLOBO, 28,03,2003,RIO,p.14).

Sobre a questão prisional O GLOBO prossegue com uma matéria sobre o presídio de segurança Máxima Presidente Bernardes, sob o título *Presídio é conhecido como “alcatraz brasileiro”: segurança máxima leva criminosos a considerar que ficar ali é uma sentença de morte* (O GLOBO, 28.03.2003, RIO, p.10). A matéria apresenta uma planta em perspectiva do presídio com a descrição do esquema de segurança tais como os bloqueadores de celular, fios de aço que impedem o pouso de helicópteros, celas individuais, revestimentos e blindagens.

Todo esse aparato atende às demandas por segurança exigidas pela sociedade moderna, em outras palavras, confundir traficante com tráfico e em seguida confinar o traficante responde a um imperativo de afastar do campo visual a ameaça. Entretanto é cabível pensar que somente medidas de caráter repressivo não incidem sobre a estrutura do tráfico enquanto instituição e sim sobre a ação individual dos traficantes. O espírito do sistema prisional de Artur Bernardes pode ser de alguma forma resumido na frase do Secretário de Segurança de São Paulo, Saulo de Castro Abreu Filho, se referindo ao traficante Fernandinho Beira-Mar e sua permanência no presídio paulista: *Aqui ele vai ficar bonzinho* (O Globo, 28.03.2003, RIO,p.10)

Um editorial sob o título *Fortes tarefas*, (O GLOBO, 28.03.2003, RIO, p.10) ao analisar a questão da segurança no Rio de Janeiro critica as soluções tomadas pelo governo do Estado, e as classifica de imediatistas e emocionais. A crítica retoma a questão dos chefões do tráfico que aparentemente colocados fora de circulação por

estarem presos-continuem a controlar quadrilhas e a espalhar pânico, pela cidade (O GLOBO, 28.03.2003, RIO, p.06).O articulista prossegue criticando o limitado retorno positivo da prisão de um chefe do tráfico(O GLOBO, 28.03.2003, RIO,p.10). Embora o autor não defina o que seja retorno positivo, pode-se pensar que se refira a possibilidade real do traficante ser imobilizado após sua prisão, reforçando o que discutiu como a lógica do encarceramento. O editorial também critica o que classifica como medida de pouco sentido prático a vigilância individual permanente, olho no olho de todos os bandidos perigosos em Bangu(O GLOBO, 28.03.2003, RIO,p.06.). Essa medida extrema foi tomada pela Governadora Rosinha Garotinho após os incidentes violentos ocorridos antes do carnaval que culminaram na transferência do traficante Fernandinho Beira-Mar para o presídio de Presidente Bernardes em São Paulo. Ficou decidido que o Batalhão de Choque ficaria no interior de Bangu III vigiando individualmente cada traficante, uma política de olho no olho.

Depois de criticar as autoridades estaduais e municipais, por suas declarações na questão de Fernandinho Beira-Mar, o articulista aponta o que considera a única solução para a questão da segurança no Rio de Janeiro, ou seja, o caminho que nunca deveria ter sido abandonado:*o do apoio do governo federal. Isso implica não apenas afastar do Rio o seu inimigo público número 01-gesto de importância concreta e também prova de disposição de ajudar- como reativar a força-tarefa da Polícia Federal (O GLOBO, 28.03.2003, RIO,p.06)*

Para o autor, como se percebe, a solução derradeira se encontra na reaproximação dos governos federal e estadual. O problema questão da segurança é reduzida a uma questão política, ou seja, a intransigência da governadora Rosinha em abrir o diálogo e receber ajuda do Governo Federal.

O articulista, entretanto, insiste ao analisar o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, em questões como a presença de um inimigo público número um(O GLOBO, RIO, 28.03.2003, p.06), que acaba empurrando a discussão na direção da personalização do tráfico, afastando a possibilidade de um entendimento institucional da questão. Insiste na criação de uma força-tarefa, o que remonta a idéia de que a solução para o tráfico é de planejamento e técnica, que infelizmente está emperrada por uma questão política de intransigência governamental.

A questão do tráfico como um fator de ordem técnica é constantemente retomada pela mídia, como no caso da extensa matéria sobre a transferência de Fernandinho Beira-Mar para o presídio de Presidente Bernardes. Uma das partes da

longa matéria foi titulada como *Contra-informação garantiu sigilo da operação*(*O GLOBO*, 28.03.2003, *RIO*,p.10) onde se narrou com detalhes a operação de transferência do traficante.

Declarações de efeito foram lançadas, inclusive pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva: *É firme minha convicção de que a população do Rio de Janeiro, bem como a de todo o Brasil, não pode ficar refém do crime organizado*(*O GLOBO*, 28.03.2003, *RIO*, p.12)

Enfim pode-se especular que uma matéria tão extensa para falar da transferência de um traficante, mesmo que esse seja o Fernandinho Beira-Mar, um dos maiores traficantes do país, implica em pensar esse modelo que insiste em ver na violência e no tráfico de drogas uma questão política, que se resume a uma mera vontade política desse ou daquele governo em agir duramente contra o tráfico. O entendimento personalista, ou seja, uma visão que estimula a captura de traficantes como a grande solução para a violência urbana e do próprio tráfico é falaciosa e é explorada pela mídia, que no limite, acredita nessa lógica do “bom combate”. Pode-se pensar que de fato a mídia, por compartilhar da visão hegemônica acredita que a questão do tráfico passa pelo combate efetivo de traficantes. Assim difunde essa crença e alimenta a arquibancada do medo que se formou em torno da insegurança no Rio de Janeiro.

A apropriação da mídia sobre os fatos do tráfico se revela quando a mesma elege os sucessores de Fernandinho Beira-Mar, ou quando insiste em fazer pilhérias sobre a “cara amarrada” do traficante por ocasião de sua transferência para um presídio de segurança máxima com a frase *agora ele não ri mais*(*O GLOBO*, *PRIMEIRA PÁGINA*, 28.02.2003). A discussão sobre as modernas formas de encarceramento revela que essa sede por retaliação cresce na sociedade e é alimentada pela mídia. Essa se apresenta como espaço de justicamento, uma espécie de tribunal privado.

Sob essa perspectiva de justicamento, a prisão deveria se limitar ao encarceramento, ao isolamento total dos traficantes. Por outro lado, a questão em torno do encarceramento de criminosos de alta periculosidade, remete a uma nova discussão que á do o conceito de segurança máxima. Esse conceito que tem sua versão mais acabada no modelo americano de Super Max. Essas prisões-conceito apresentam-se como soluções extremamente modernas para a problemática do encarceramento, e revelam uma face extremamente desumana, somente cabível em uma sociedade que procura o tempo inteiro soluções imediatas e superficiais, aliás midiáticas

Assim combinando um movimento altamente privatista de inspiração americana,

com alta inversão de capitais e tecnologia, a supermax responde aos anseios de uma sociedade desprotegida e de um mercado ávido por novos investimentos.

A questão prisional se mantém em um editorial escrito por ocasião do motim de 11 de setembro ocorrido no presídio Bangu 1, sob a liderança de Fernandinho Beira-Mar. Sob o título O presídio ideal, o articulista ironiza a questão da segurança e propõe o endurecimento do regime prisional:

(...) Bangu I era o presídio ideal do ponto de vista de Beira-Mar. Como não se imagina que os quartéis da PM sejam transformados em penitenciárias, está na hora de autoridades e especialistas juntarem cabeças para decidir que mudanças são necessárias para criar presídios ideais para a sociedade(...)Um pouco mais complexo para as atuais encarregados do setor é o problema de redefinir o conceito de cela individual. Ela não deveria existir para guardar as coleções de tênis e pijamas de seda dos internos, enquanto eles circulam livremente pela área social, onde brincam e vêem televisão com amigos e subordinados(...)

A cela deve servir para que o condenado, por ser perigoso e violento, fique lá dentro, trancado, exceto no momento de um solitário banho de sol. Não seria necessário o rigor do das prisões “supermax” dos Estados Unidos, onde o isolamento é desumano. Mas é visivelmente indispensável impedir que bandidos continuem a agir como bandidos depois de presos(O GLOBO, Rio, 14.09.2003,p.14).

O editorial, polidamente, sugere que se pense um modelo ideal de presídio, que passaria por uma nova conceituação de cela individual e, segundo modelo proposto, embora seja negado pelo o autor, estaria bem próximo de uma supermax americana. Para o autor, os bandidos de Bangu I e, quiçá de outros sistemas prisionais, passeiam o dia inteiro e à noite, na hora de dormir, usam seus pijamas de seda, que ficam guardados nas celas. Em suma, de acordo com essa visão: Abaixo os pijamas de seda e encarcerem os presos o máximo de horas possível, e a questão de violência está encaminhada

Essa visão muito comum na mídia e por extensão na sociedade abrangente, enxerga traficantes como figuras incompreensíveis e exoticamente perigosas, desconectadas da sociedade que os produziu.

2.5.Crime organizado, sim ou não, eis a questão.

Uma das principais categorias utilizadas pela mídia para pensar a violência é de crime organizado. Nos últimos cinco anos essa expressão já foi utilizada centena de vezes para retratar o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Sua percepção enquanto categoria carece, no entanto, de uma certa objetividade na definição de seu contorno

A noção de “criminalidade organizada” é freqüentemente empregada nos círculos policiais, mas sua definição carece rigor. Compreende-se intuitivamente que ela permite opor formas de ocorrências “espontâneas” – que resultam, em geral, do encontro de um delinqüente potencial e de um alvo tentador mal protegido – a essas outras formas de atividades por trás das quais agem maciças organizações criminosas, fortemente estruturadas, no modelo máfia(MONET,2001,p.184)

A categoria é utilizada freqüentemente associada a idéia de um Estado ou governo paralelo. Embora inexista com clareza uma definição do que seja crime organizado

A definição de crime organizado tem suscitado muitos debates doutrinários, em virtude não só da ausência de um critério consensual, mas também das dificuldades de sua tipificação legal. Sabe-se que o crime organizado apresenta características próprias, que o diferenciam da criminalidade comum e eventual, mas não se chega à delimitação de seus elementos específicos(BORGES,2002,p.15)

O autor continua, entretanto, apontando para o que seriam as características do crime organizado, de acordo com o XV Congresso Internacional de Direito Penal, realizado no Rio de Janeiro, tais como a previsão de lucros, a hierarquia, a divisão de trabalho, a ligação com órgãos estatais, o planejamento de atividades e a delimitação de área de atuação(BORGES,2002,p.15). Há assim uma leitura eminentemente técnica do conceito e se levarmos em consideração esses traços pode-se afirmar que o tráfico no Rio de Janeiro pode ser lido como crime organizado. No entanto, essa categoria não seria relacionada somente ao tráfico, e bem poderia ser requisitada para se ler outras modalidades criminosas, desde uma quadrilha que pratica um roubo a uma instituição financeira, como jogo de bicho, fraude da previdência entre outros. Assim dependendo do modelo de organização criminosa que se analisa, haverá, portanto, variação de alguns de seus elementos, embora outros sejam comuns. Em razão dessa variação, a definição do que seja crime organizado ou organização criminosa ficará comprometida se não levar em conta as nuances de cada uma delas(BORGES,2002,p.15)

O prefeito César Maia, ao analisar a questão da violência no Rio de Janeiro, é incisivo em afirmar que a categoria é pertinente quando se trata de se pensar o tráfico de drogas no Rio de Janeiro, partindo da idéia de organização como uma estrutura de relações que promovem produtos ou serviços dentro de métodos, lógica e objetivos(O GLOBO,RIO,21.06.2002,p.13). A definição de César Maia, no entanto, é imprecisa, pelo fato de poder ser aplicada para qualquer atividade criminosa com o mínimo de

estrutura, e, assim sendo, em nada altera o fato do tráfico ser ou não organizado, pois esse fator não se constitui como diferencial em relação a outras atividades criminosas. O tráfico não é uma ameaça pelo fato de ser organizado.

Assim, partindo-se desta definição a intenção de se definir o que seja crime organizado se agrava, pois torna-se mais difícil um mínimo de consenso a respeito do tema, o que leva a uma discussão das mais complexas, pois afinal o tráfico de drogas no Janeiro constitui-se como crime organizado ou não?

Para o FBI, o crime organizado é aquele praticado por qualquer grupo que apresente alguma forma de estrutura, com a principal finalidade de obtenção de lucro, por meio de atividades ilegais. Acrescenta que são características de tais grupos o emprego da violência(física ou moral), a corrupção ou a extorsão, além de certa influência sobre a população de um determinado local, região ou país, como por exemplo a Cosa Nostra(MINGALDI APUD BORGES,2002,p.17)

O que se percebe é que sob ponto de vista semântico, a definição se remete a uma idéia de mafialização do crime, uma idéia de rede de comando com diversas ramificações e relações de lealdade, além de um sentido teleológico-político da atividade criminosa. A máfia passou a ser um tipo de paradigma para classificar a atividade criminosa organizada ou não.

Esse sentido dado ao conceito de crime organizado alimenta o espírito de cruzada ou bom combate, uma espécie de especialização do combate ao crime, conforme se processou na Itália, gerando um endurecimento da legislação, assim

Analisando a legislação italiana, infere-se que o combate organizado, no plano legislativo, teve quatro objetivos coordenados entre si, não se olvidando a necessidade de dotar o Ministério Público e a magistratura de institutos processuais eficazes e adequados ao enfrentamento dessa realidade:legislação antiterrorismo, legislação anti-sequestro, legislação de proteção dos pentiti e outros colaboradores, e a legislação específica de combate à máfia(GRINOVER APUD BORGES,2002,p.16)

A própria legislação brasileira não tipifica crime organizado (BORGES,2002,p.18), limitando-se à formação de quadrilha ou bando(BORGES,2002,p.18), o que segundo o autor é danoso no combate desta atividade criminosa

No Brasil, além da inexistência de um conceito uniforme de crime organizado, existem falhas gritantes na condução das investigações. Desde o legislador penal até amplos setores da polícia judiciária não

se deram conta de que não podem agir com o crime organizado como se ele fosse mera delinquência que se combate sem nenhuma especialização ou instrumentos adequados(MINGALDI APUD BORGES, 2002,p.18)

Segundo o autor, a legislação brasileira é falha ao deixar em aberto a definição de crime organizado, assim como ao reduzi-lo à formação de quadrilha ou bando, pois

sabe-se que existem muitas quadrilhas ou bandos que são totalmente desorganizados e que jamais poderiam ser considerados organizações criminosas com base nos critérios doutrinários. Embora normalmente tenham liderança, que organiza a ação do grupo, as quadrilhas ou bandos são formados para a prática de delitos, sem nenhuma ligação com o Estado, sem uma ação global e sem conexões com outros grupos, e jamais possuirão um caráter transnacional(BORGES, 2002,p.20)

Assim pelo que se depreende, a idéia de crime organizado implica em uma leitura espacial, ou seja, se define pela capacidade de um grupo atuar globalmente e pela sua ligação com o Estado. Logo a corrupção dos agentes do Estado seria um elemento fundamental na definição do crime organizado.

O autor ainda menciona como outros autores tentam elencar elementos para uma tipificação do que seja crime organizado, tais como

A)tem caráter transnacional;b)aproveita-se das deficiências do sistema penal, a partir de estruturação organizacional e de sua estratégia de atuação global c)a sua atuação resulta de plano social acentuado;d)realiza uma variedade de infrações, com uma vitimização difusa ou não;e está aparelhado com instrumentos tecnológicos modernos; f)mantém conexões com outros grupos delinquentiais, ainda que sejam desorganizados;g) dispõe de ligações com pessoas que ocupam cargos oficiais, na vida social, econômica e política;h)em geral, utiliza-se de atos de extrema violência;i)recorre a mecanismos que lhe permitem beneficiar-se da inércia ou da fragilidade dos órgãos estatais(FRANCO APUD BORGES,2002,p.21)

Aponta ainda para uma outra classificação proposta por Luiz Flávio Gomes, segundo o qual o crime organizado deveria ter pelos menos três características:

Previsão de acumulação de riqueza indevida;hierarquia estrutural;planejamento empresarial;uso de meios tecnológicos sofisticados;recrutamento de pessoas;divisão funcional das atividades ;conexão estrutural ou funcional com o poder público ou com agentes do poder público;ampla oferta de prestações sociais;divisão territorial das atividades ilícitas;alto poder de intimidação; real capacidade para fraude difusa; conexão local, regional, nacional ou internacional com outra organização criminosa(GOMES APUD BORGES,2002,p.21)

As classificações apontadas por Borges nos mostram uma face técnica de classificações que tentam apreender isso que se procura chamar de crime organizado, entretanto, a mídia ao tratar o tema, não se prende necessariamente a esses modelos classificatórios, pois como é comum na sua forma de abordagem do mundo, ancora sua classificação pela exterioridade do fenômeno, assim, alguns pontos levam a mídia a entender a atuação do tráfico como crime organizado: o primeiro é capacidade de comunicação dos chefes que estão presos com os comparsas livres, mantendo assim uma certa organicidade da atividade criminosa, um segundo ponto que é decorrente do primeiro, é a capacidade de mobilização da rede de traficantes com o objetivo de imobilizar a cidade pelo medo. Neste sentido temos os grandes confrontos com a polícia, os incêndios de coletivos, os ataques às vias expressas, as paralisações do comércio etc. Um terceiro ponto se dá pelas exhibições do poder de fogo dos traficantes. Os aspectos mencionados permitem e incentivam a mídia entender o que está acontecendo como resultado do crime organizado, pois somente uma atividade criminosa organizada causaria o impacto que está causando.

Todavia há de se considerar que os pontos em questão não são condições *sine qua non* na definição de crime organizado, em outras palavras, não se faz necessário o crime organizado para que esses elementos se façam presentes, nem é tão difícil em uma cidade tão complexa como o Rio de Janeiro com emaranhados de favelas e uma ocupação do espaço urbano tão desordenado que esses elementos se façam presentes sem que o poder público possa realmente impedir. Assim, há a contradição profunda de uma sociedade capitalista que produz nas suas bordas a miséria e a ocupação marginal do espaço de forma complexa. Logo essa complexidade, se torna um problema, pois se exige mudanças profundas e radicais se se pensa um caminho ou solução para os problemas elencados. A mídia aponta como causa do crime organizado a ineficiência do Estado e dos aparelhos de repressão, fugindo assim de uma análise mais profunda e estrutural.

O que se percebe é que o crime organizado passou a ser uma expressão bastante recorrente para explicar a situação em que se encontra a segurança pública na cidade do Rio de Janeiro. As definições que ora são apresentadas remetem-se a um universo de uma visão profundamente tecnicista, não havendo ainda qualquer consenso.

Poderia se pensar que o fato do tráfico ser ou não crime organizado não é relevante enquanto permanecer dominante a idéia de pensar o tráfico a partir da ação individual dos traficantes. A leitura da mídia encadeia crime organizado, ação dos

traficantes e falência do Estado como componentes de uma segurança pública à beira do caos. Essa visão que entende o tráfico como crime organizado, que enxerga a falência do Estado como causa desse fenômeno é conservadora, pois no limite vê como desconectada a relação entre capitalismo e tráfico, ou entre capitalismo e crime. Essa visão que é marcada pelo paradigma técnico da ineficiência, retoma a velha leitura do estado incapaz, abrindo espaço para o discurso privatista e privatizante, como antecipa o filme *ROBOCOP*⁴⁹, que se passa em um cenário de uma polícia privada.

Há de se considerar que o espaço público não se funda pela ineficiência *a priori*, mas a ineficiência como resultado de um movimento privatista que contamina o espaço público e mercantiliza as relações em coletividade.

Finalmente pode-se entender que o uso do termo crime organizado pela mídia em geral, deve-se ao fato da existência de um clima emocional que contamina a sociedade brasileira, a partir de uma referência mafiosa presente nos noticiários e nos filmes da tv. Daí, os termos crime organizado ou máfia serem intercambiáveis nesse contexto.

As expressões "crime organizado" ou "máfia" são também utilizadas com frequência para designar de modo indiferenciado, toda forma de associação que tenta controlar certos setores de atividades econômicas, legais ou ilegais, através da chantagem, da extorsão, da intimidação, e que protege essas atividades por uma "lei do silêncio", l'ormetà, cuja transgressão é severamente sancionada (MONET, 2001, p. 185)

Acontecimentos noticiados pela mídia como assassinatos de juízes, corrupção de autoridades, rebeliões em presídios e cidades sitiadas reforçam a visão de um crime organizado, por maior que seja a falta de organicidade entre esses fatos. Tal percepção ficou patente por ocasião de uma série de acontecimentos violentos, ocorridos em algumas partes diversas da cidade, mas que foram lidos como fizessem parte de uma grande orquestração⁵⁰. Assim se constrói um clima de terror que imobiliza a cidade, uma tensão emocional que tem como resultado o fortalecimento da fala que a partir de uma crítica ao "estado incapaz" mobiliza os aparatos de força e os medos que circulam na cidade. A militarização, sob um molde privatista, da sociedade se torna uma meta e o único caminho apontado por esse discurso.

⁴⁹ Seriado da TV versando sobre um policial meio homem, meio máquina, dentro do contexto de uma sociedade policiada por uma polícia privada.

⁵⁰ Esses eventos serão discutidos no capítulo referente aos estudos de caso.

3 - OS ATAQUES DO TRÁFICO- UMA PERCEPÇÃO MIDIÁTICA

Neste capítulo, pretende-se a partir de uma perspectiva teórica da Comunicação enfrentar o desafio de pensar o olhar do jornal O Globo sobre quatro grandes investidas(ataques) dos traficantes na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 2002 e 2003.

O primeiro, ocorrido no dia 11 de setembro de 2002, quando Fernandinho Beira-Mar, uma das lideranças do Comando Vermelho, promoveu a chacina de traficantes rivais no interior do presídio Bangu I. O segundo ataque ocorreu no dia 30 de setembro de 2002, quando uma onda de boatos e algumas ações fragmentárias paralisaram uma cidade ainda traumatizada com os acontecimentos do dia 11 de setembro; o terceiro momento ocorreu quando, quase que simultaneamente, houve uma tentativa de fuga em Bangu III, presídio de segurança máxima localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, e alguns ataques em outros pontos da cidade; o quarto e último ataque ocorreu em fevereiro de 2003, quando o traficante Fernandinho Beira-Mar promoveu outra paralisação da cidade do Rio de Janeiro às vésperas do Carnaval.

O primeiro passo será analisar como o jornal O Globo noticiou os ataques mencionados, que sínteses produziu a respeito dos acontecimentos, que leituras foram feitas pelo jornal e através dele, para em seguida propor uma análise crítica buscando uma releitura do olhar da mídia. Assim, procurar-se-á pensar os mecanismos que sustentam as formas de representação midiática, caminho inclusive, que já foi trilhado em parte, no desenvolvimento dos capítulos anteriores

Assim, estão em jogo, os conteúdos que compõem as diversas falas a respeito da violência urbana e que se tornam presentes nas páginas da mídia. Falas que se apressam em reiterar o clamor por medidas de contenção, por entenderem que a violência ou a “ordem pública” no Rio de Janeiro encontra-se à beira do abismo.

Pretende-se ainda pensar como o Estado que *se outorga o monopólio da violência*(SODRÉ,2002,P.27) e por extensão, de seu exercício e combate através principalmente da Polícia, age como mais um ator sócio-político dentro desse cenário midiático. Busca-se pensar como as políticas públicas se condicionam aos mecanismos de visibilidade estético-cognitiva da mídia, se construindo um sistema de apropriações mútuas entre a mídia, a prática política, e os atores sociais. O poder de polícia é alvo de uma crítica feroz por parte da mídia, devido aos abusos constantemente cometidos:

A polícia está, salvo exceções em que são impostos limites, habilitada a intervir em todos os lugares, em todos os tempos e em relação a qualquer um. Nesse sentido a força pública é, em seu território, universal e, caso se faça questão de conservar a idéia de monopólio no sentido mais restrito do termo para definir sua especificidade. O monopólio não é necessário se a polícia detém força suficiente para regular o emprego que dela fazem todos os outros detentores(MONJARDET,2003,p.23)

Entretanto, não se pretende pensar o olhar da mídia sobre a polícia individualmente nesse momento.

3.1.O 11 de setembro—o nosso ataque às torres gêmeas

3.1.1.O primeiro dia-o confronto

A primeira página do O GLOBO do dia 12 de setembro de 2002 trouxe em letras garrafais: **Beira Mar assume comando de poder paralelo e aterroriza o Rio:** “*Após chacina em Bangu I, tráfico metralha escolas, invade supermercado e fecha lojas em 9 bairros*”. Fernandinho Beira-Mar tinha deflagrado um ataque contra traficantes inimigos de outras facções no interior do presídio Bangu I. A mídia correlacionou o acontecimento carioca com o ocorrido no dia 11 de setembro do ano anterior nos Estados Unidos⁵¹, dando ao episódio uma carga bastante dramática. A tragédia americana como um símbolo⁵² refletiu na leitura do episódio do Rio de Janeiro.

Foi o 11 de setembro do tráfico. No dia em que o mundo temia um novo atentado nos EUA, um ano após a destruição do World Trade Center, o Rio foi dominado ontem pelo terrorismo do narcotráfico. Ao estilo de um golpe de estado e com o objetivo de assumir o controle do poder paralelo na cidade, o traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, comandou um motim em Bangu I que resultou em quatro mortos – entre os quais o traficante UÊ, do Terceiro Comando(...)os efeitos do golpe do Comando Vermelho, sepultou a classificação de “segurança máxima” aplicada ao presídio, se estenderam pela cidade. A governadora Benedita da Silva autorizou a ocupação do presídio, mas até o fim da noite Beira – Mar mantinha o controle do presídio(O GLOBO, primeira página, 12 de setembro de 2002).

A matéria ocupou mais de cinquenta por cento da primeira página do jornal e ainda trouxe uma fotografia de um ângulo do presídio onde se via uma bandeira vermelha, símbolo da facção Comando Vermelho(foto 16).

⁵¹ referência ao ataque terrorista ocorrido nos Estados Unidos em 11 de setembro de 2001

⁵² Se considera símbolo como eixo de organização de sentido, conforme aula proferida pelo Professor Muniz Sodré em 19.10.2000, ECO-UFRJ

Foto 16



Fonte: O Globo, 12/09/2002

A matéria prossegue nos comentários sobre o episódio sob o subtítulo: *“Traficante de novo às gargalhadas”* (*idem*, primeira página). Fernandinho Beira-Mar ocupou o centro da matéria e dos acontecimentos, tornando-se figura notória nos noticiários dos próximos meses.

A narrativa dos fatos retoma ao simbolismo da tragédia americana, Enquanto o mundo temia um novo atentado nos Estados Unidos, um ano depois da destruição das torres do World Trade Center, o tráfico implantou ontem o terror no Rio. O traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, comandou em Bangu I um motim que resultou na chacina de pelos menos quatro presos das facções criminosas Terceiro Comando(TC) e Amigo dos Amigos(ADA)(O GLOBO, idem, p.14)

A primeira página ainda retomou o simbolismo do 11 de setembro americano, pois segundo o próprio Fernandinho Beira-Mar, as torres seriam representadas por Celsinho da Vila Vintém, pertencente a facção ADA(amigos dos amigos) e UÊ, do Morro Juramento, pertencente ao Terceiro Comando.

3.1.1.2A invasão – um novo Carandiru?

Da primeira página, a matéria continua com a mesma dramaticidade na parte interna do jornal reiterando o simbolismo das torres gêmeas com o título **O 11 de setembro foi aqui: Beira-Mar mata seus inimigos no presídio Bangu I e traz o terror na cidade**(O GLOBO,12.09.2002, RIO, p.14). A continuação da matéria foi introduzida por uma fotografia de policiais na porta do presídio, esperando a ordem da governadora para uma invasão com a finalidade de debelar o motim e deter a chacina (foto 17).

Foto 17



Fonte: O Globo, 12/09/2002

Ordem que aliás nunca veio, apesar da mídia ter anunciado o apoio do próprio Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

O presidente Fernando Henrique Cardoso deu apoio ontem a decisão da governadora de invadir o presídio de segurança máxima Bangu I para acabar com a rebelião. Segundo o porta-voz Alexandra Parola, o presidente assegurou à governadora em conversa por telefone, que o governo federal respalda suas medidas para restabelecer a ordem no presídio(O GLOBO, idem, p.15)

Pode-se pensar que a citada ordem não tenha vindo em razão da governadora entender, que tal procedimento poderia resultar na reedição de um Carandiru⁵³. Pois observando a fotografia tirada na porta do presídio, se percebe que a possibilidade de um massacre era realmente bastante provável. Os policiais se aglomeravam municiados com armas de grosso calibre e não se observa a presença de qualquer instrumento de contenção, tais como escudos e cassetetes. Alguns estavam à paisana, o que aumentava o risco para os próprios policiais. O sentimento de justiça e vingança, comum nessas ocasiões, a pressão e o clamor público por uma ação enérgica, as notícias que circulavam nas mídias radiofônicas de que Fernandinho Beira-Mar cantava o rap *Tá dominado, tá tudo dominado* e a tradição de violência que via de regra, caracteriza a polícia brasileira, de fato constituíam à época, um alto risco da situação sair de controle.

⁵³ Massacre de presos ocorridos em no sistema prisional de nome Carandiru em São Paulo, que resultou no massacre pela polícia de 111 presos. O fato alcançou repercussão internacional e balançou o alicerce político do governo de São Paulo.

Havia ainda o risco de vida para os reféns, que na matéria foram mostrados algemados às grades do presídio, junto de botijões de gás (foto 18).

Foto 18



Fonte: O Globo, 13.09.2002.

O editorial na mesma página, sob o título *Facilidade para matar* encaminha uma leitura do episódio a partir da precariedade do conceito de segurança máxima.

Quando quis e da maneira que escolheu Fernandinho Beira-Mar livrou-se dos rivais no tráfico de drogas que estavam no alcance da mão no presídio de Bangu I, ironicamente rotulado como de “segurança máxima”. Em editorial recente, a propósito das mortes determinadas via celular, O GLOBO estranhou que não fosse aplicado a Beira-Mar o óbvio castigo do isolamento. Não precisava ser um buraco no chão, que não seria civilizado, mas tinha de ser uma cela individual, sem confortos especiais e longe do contato com outros presos(O Globo, idem, p. 14)

Em nome da civilização, ou seja, *um processo progressivo de desenvolvimento humano, um movimento em direção ao refinamento e à ordem, por oposição à barbárie e a selvageria*((THOMPSON, 1995, P. 168) se exige que o traficante Fernandinho Beira Mar seja isolado para poder ser contido, o que na perspectiva do articulista impediria que a chacina de 11 de setembro tivesse acontecido. A leitura dos acontecimentos se prende à idéia de que o 11 de setembro carioca foi resultado de uma falha na contenção

de Fernandinho Beira-Mar. Essa perspectiva insiste em um entendimento de violência, pelo qual se pensa o traficante como fonte de todos os males, em detrimento de uma visão que contempla o tráfico como uma relação de mercado associada ao controle de território. Não se nega, no entanto, que apesar do seu caráter institucional o tráfico pressupõe a força do poder pessoal, logo, as chacinas causadas por Fernandinho Beira-Mar devem ser entendidas dentro dessa lógica mercantil-territorial, associada a um forte caráter pessoal do traficante. O próprio Uê, que figurou como uma das vítimas de Fernandinho Beira-Mar, já tinha se utilizado de uma chacina para impor seu poder pessoal em expansão, por ocasião do assassinato de Orlando Jogador, chefe do tráfico no Complexo do Alemão, Zona da Leopoldina, no Rio de Janeiro.

A matéria procurou ainda relatar o desenrolar dos acontecimentos e as negociações com Fernandinho Beira-Mar para que terminasse o motim.

Pelo telefone Beira-Mar teria dito à Polícia que só deixaria a galeria D após terminar o serviço. Uma hora depois mais detentos foram assassinados: Wanderlei Soares, o Orelha, o cunhado de UÊ, e Carlos Alberto da Costa, O Robertinho do Adeus. Horas depois, outro preso também foi executado: Marcelo Lucas da Silva, O Café, traficante do Morro do Andaraí. Um quinto, foi ferido a faca e está em estado grave(O GLOBO, idem, p.14)

A terceira página da matéria a respeito do grande ataque começou com um pequeno título: **Poder paralelo: Secretário de Segurança diz não ter dúvidas de que guardas foram corrompidos por presos**(O GLOBO, idem, p.15). Em seguida um subtítulo: “*Conivência possibilitou mortes em Bangu I*“(O GLOBO, idem, p.15), havendo então um segundo subtítulo: “*Governadora afasta o diretor e os doze agentes suspeitos da entregar cópias das chaves ao CV*”(O GLOBO, IDEM, p.15).

O que se verifica é a tentativa de apontar para corrupção como uma causa da chacina. Em outras palavras, se ela não houvesse ocorrido nada teria acontecido.

Só mesmo a mais grave das falhas – a conivência - para explicar como internos de uma galeria do presídio de segurança máxima Laércio Pelegrino, o Bangu I, conseguiram cópias das chaves para abrir os seis portões de ferro fundido que separavam as facções criminosas Comando Vermelho e Terceiro Comando-ADA. Essa foi a conclusão de autoridades do Rio ao descobrirem que os traficantes Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, Chapolim e seus homens não precisaram arrombar uma porta para invadir a galeria D, e matar o seu arqui-rival, o traficante Ernaldo Pinto Medeiros, o UE.(O GLOBO, idem ,p15)

Pensar o fato ocorrido considerando como causa principal a corrupção de

agentes, é ignorar a questão fundamental e inverter a lógica dos acontecimentos. Pois, embora a corrupção tenha tornado possível o acontecimento do dia 11 de setembro em particular, não foi responsável pela chacina e sim um meio que a tornou possível. A chacina faz parte de uma lógica que tudo transforma em mercadoria, chaves de portas e galerias que separam facções rivais, acessos proibidos e a própria corrupção.

“Um estudo sobre corrupção aponta para uma percepção que a relaciona com o aumento de poder que pode ser dado ao policial”(BRODEUR,2002, p.45), e em seguida pensa a questão da corrupção como resultado de uma conduta antiética que pode ser controlada através de medidas preventivas específicas. *Na maior parte das organizações policiais a corrupção não é muito difundida, e medidas preventivas podem ser instituídas para impedir que a conduta antiética se alastre*(BRODEUR,2002, p.45)

Nesse sentido, o controle da corrupção seria o caminho para a construção de um policiamento moderno e eficiente:

No sentido institucional, o movimento para agrupar polícia e público como parceiros no que diz respeito à segurança pública parece não estar perto de um sucesso esmagador (...)a maior ameaça para a integridade institucional da parceria entre polícia e público vem dos escândalos de corrupção(BRODEUR,2002, p.45)

Assim, a idéia de corrupção seria contrária a uma idéia de comunidade bem policiada, como seria contrária a uma idéia de comunidade profissional, que teria como pressuposto:

a essência de uma comunidade profissional está em aqueles que praticam tal profissão serem simultaneamente controlados por seus pares. Esse processo é baseado nos valores, normas e símbolos que constituem a cultura ocupacional e por eles legitimados. A comunidade profissional fornece uma identidade e um destino comuns para seus membros(MENKE,2002,p.103)

Essa percepção de corrupção marcada pelo profundo idealismo se move sobre o lastro de que os homens são honestos ou desonestos *a priori*, sustentando a idéia de que ações que estimulem a ética, o bom corporativismo e o espírito comunitário sejam suficientes para pôr sob controle a corrupção, assim se despreza as variáveis estruturais e algumas conjunturais que fazem que alguns homens sejam corruptos. Despreza-se também a força do real-histórico sobre os sujeitos, traduzindo-se a percepção de corrupção por um profundo moralismo idealista. A corrupção não se constitui uma anomalia em uma sociedade em que tudo se transforma em mercadoria. O raciocínio de

David Harvey aplicado a cultura como mercadoria pode ser estendido à corrupção.

O fato de que a cultura se tornou um tipo de mercadoria é inegável. Mas também há a crença generalizada de que existe algo muito especial em certos produtos e eventos culturais(seja nas artes plásticas, no teatro, na música, no cinema, na arquitetura ou, mais amplamente em formas localizadas de vida, herança, memória coletiva e comunidades afetivas) capaz de separá-los de mercadorias comuns como camisas e sapatos)(2003,139)

Assim, guardando a devida proporção, a corrupção é uma mercadoria como outra qualquer. O próprio Fernandinho Beira-Mar assim se referiu em relação à sua liberdade: A minha liberdade vale um preço. É uma mercadoria (O GLOBO, RIO, 25 de março de 2002, p.10). Assim, tanto a corrupção, quanto a liberdade de Fernandinho Beira-Mar são mercadorias dentro da lógica do mercado, em uma sociedade que tudo se torna mercadoria.

3.1.2.O segundo dia – o fim do motim

A matéria referente ao dia posterior do motim aborda o desfecho dos acontecimentos que abalaram a cidade e trouxe como título: **Beira-Mar consegue manter todo o seu grupo em Bangu I**: “*autoridades cedem a exigências dos traficantes, mas negociações evitam tragédia.* “(O Globo, primeira página, 13 de setembro de 2002).

O destaque da primeira página fica por uma fotografia medindo 19.1 cm de comprimento por 17.6 cm de largura de Fernandinho Beira-Mar com a mão na barriga e sorrindo. Acima da foto a frase “*e ele continua rindo*”(O Globo, *ibidem*).*(foto 19)*

Foto 19

Fonte O Globo, 13.09.2003

A mídia desse momento em diante, não deu mais descanso ao sorriso de Beira-Mar. A matéria continua a focar as negociações com o traficante e o desfecho dos acontecimentos.

Depois de comandar a chacina de quatro presos e uma rebelião de 23 horas, a mais longa de Bangu I, o traficante de drogas Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, conseguiu afastar do presídio todos os inimigos das facções rivais e impedir que seu grupo - um total de vinte e nove homens - fosse transferido. O Governo do estado cedeu às exigências de Beira-Mar e, com isso, obteve a liberação dos reféns, evitando uma tragédia(...)na negociação com os amotinados, houve um termo manuscrito com reivindicações dos presos, que foi recebido e assinado por três autoridades estaduais.(...)Durante a madrugada, Beira-Mar e os outros bandidos de sua facção gritavam frases como “matamos quatro e agora o Rio de Janeiro terá paz”(O GLOBO, idem, primeira página).

A matéria continua na parte interna do jornal sob o título: **Beira-Mar reina em Bangu I**(O GLOBO, RIO, 13.09.2002, p.13). Nesta página é mostrado um novo conjunto de fotografias, divididas em três partes(fotos 20,21,22). A primeira parte consta de uma fotografia maior medindo 17 cm de comprimento por 20cm de largura de Fernandinho Beira-Mar caminhando tranqüilamente, como o grande vitorioso após uma revista de rotina(foto 20). A segunda composta por três fotografias menores medindo 9 cm de comprimento por 9.3 cm de largura cada, mostrando a saída de Bangu I de outros três traficantes, Celsinho da Vila Vintém, MY Thor, aliado de Beira-Mar, e o traficante

Café ferido por um tiro no braço(foto 21). A terceira parte com três fotografias medindo 7 cm de comprimento por 7 cm de largura mostra as cenas mais terríveis. A primeira fotografia, do corpo carbonizado de UE, a segunda fotografia mostrando os corpos dos traficantes Orelha, Pidi e Robertinho do Adeus e a terceira fotografia, da galerias destruídas de Bangu (foto 22)

Foto 20



Fonte: O Globo 13.09.2002

foto 21



Fonte: O Globo, 13.09.2002

Foto 22



(Fonte; O Globo, 13.09.2002.

O detalhe da seleção das fotografias fica pelo fato de que a fotografia de Beira-Mar tem uma área ocupada um pouco menor do que o somatório de todas as fotografias restantes. A lógica que se mantém nessa exposição fotográfica é a de destacar a figura central de Fernandinho Beira-Mar, como Arauto do mal. No limite, o que importa são os personagens e não as tragédias.

A matéria continua em outra página sob o título **Secretaria de Segurança assumirá Bangu I** (O GLOBO, idem, p.14) mantendo a percepção de que a tragédia é ocasionada apenas em razão de corrupção dos agentes. O Governo anunciou, inclusive, que o controle do presídio Bangu I passaria do Desipe para a Secretaria de segurança. Ou seja, mudança de tropa.

A transferência do controle de Bangu I do Departamento de Sistema Penitenciário(Desipe), órgão da Secretaria de Segurança, para a Secretaria de Segurança Pública foi a solução de emergência encontrada pelo governo estadual para tentar evitar novas rebeliões e casos de corrupção dentro do presídio.(O GLOBO, idem , p.14)

Assim, mantendo assim a cruzada moralista contra a corrupção, se estabeleceu a pressão oficial sobre os agentes penitenciários.

De acordo com uma portaria que será assinada pelo diretor do Desipe, Edson de Oliveira Junior, todos os funcionários que tomam conta dos presídios do Rio passarão ter um cadastro anual com a relação de bens como carros, telefones fixos e celulares, além de endereço.Os agentes do Desipe serão obrigados a entregar a declaração do Imposto de Renda(O GLOBO, idem ,p.14).

Quando as crises acontecem na área da segurança pública, algumas questões são

sempre evocadas: Corrupção e sistema prisional destacam-se entre elas. A primeira freqüentemente resulta em um discurso moralista de aperfeiçoamento do controle sobre os agentes policiais e penitenciários. A segunda questão é da ordem de aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e imobilização dos presos.

Nessa matéria a questão prisional é trazida à agenda através da discussão a respeito das famosas cadeias americanas, as *supermax*, que funcionam como cárceres super-modernos, destinados ao aprisionamento de presos considerados de altíssima periculosidade. Nestas cadeias os presos sofrem com o regime de confinamento rigoroso, totalmente desumano.

Elas variam de estado para estado, mas a idéia é sempre a mesma: segregar os condenados mais perigosos, não só em relação à sociedade como aos guardas e aos outros presos. São 75 presídios, em que os encarcerados permanecem 23 horas por dia, vigiados por câmeras de vídeo, seu acesso ao mundo exterior se dá por meio de telefonemas e visitas restritos, monitorados, que dependem da autorização da direção do presídio, de modo mais rígido que nos demais presídios de segurança máxima. Os presos não tem qualquer contato com outros detentos. Em sua hora livre, tomam banho algemados, acompanhados por dois guardas, e andam de um lado para outro noutra cela, sempre vigiados. Suas celas tem mobília fixa no chão e nas paredes, Não há janela e a luz fica sempre acesa(O GLOBO, idem, p.14)

O tema reiteradamente retomado pela mídia é indicativo do anseio, principalmente dos setores médios da sociedade, que entendem o superencarceramento como única medida capaz de deter superbandidos. A matéria sobre as *supermax* é seguida de um pequeno estudo de caráter jurídico e técnico da questão.

Até o sociólogo Luiz Eduardo Soares, notório defensor dos direitos humanos, se rendeu ao conservadorismo da discussão prisional, se atendo apenas em tecer comentários sob o ponto de vista legal, a respeito da prisão e sobre a questão da corrupção. Não fazendo qualquer consideração sob o ponto de vista humanitário, totalmente esquecido nesse tipo de prisão.

O sociólogo Luiz Eduardo Soares acha que as supermaxes podem funcionar no Brasil, desde que sofram adaptações para não ferir a lei: Quanto menos contatos com guardas, que são corruptíveis ou passíveis de serem acuados melhor.(O GLOBO, idem, p.14).

Mesmo não se optando por uma discussão, sob ponto de vista conceitual, a respeito das *supermax*, pensar esse modelo prisional somente do ponto de vista da legalidade é negar a possibilidade de um tratamento humano aos presos, o que foge ao

objetivo prioritário da prisão que é o de reintegrar o preso à vida em sociedade.

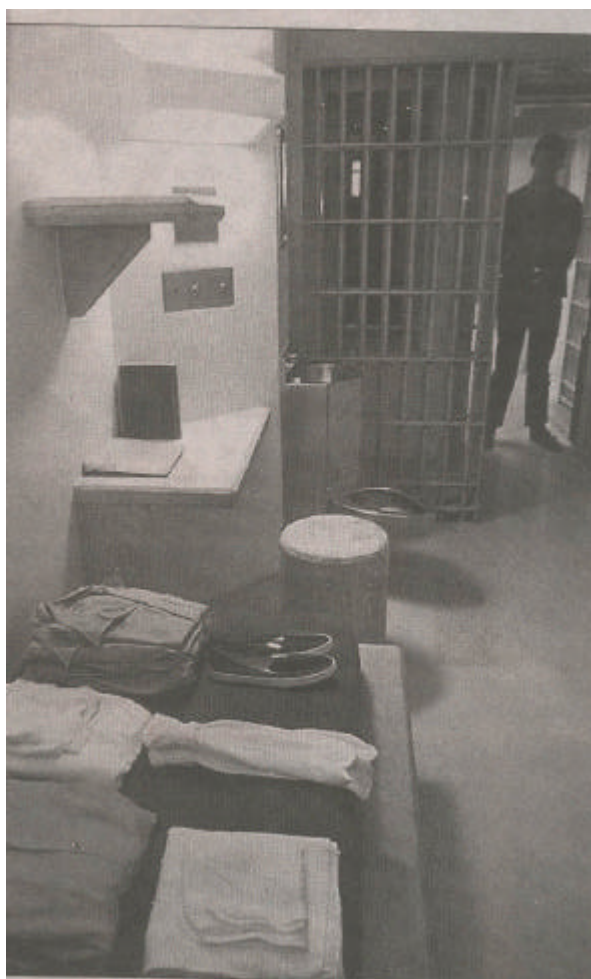
A matéria ainda apresentou duas fotografias. A primeira medindo 19.6 cm de comprimento por 17.4 cm de largura mostrando uma porta de cela do Bangu I, onde estava pendurada uma bandeira do Estado do Rio de Janeiro, mostrando simbolicamente que a situação sob controle, já que a bandeira do Comando Vermelho já havia sido retirada.(foto 23)

Foto 23



Fonte O Globo, 13.09.2002.

A segunda fotografia, medindo 9.6 cm de comprimento por 14.4 cm de largura mostrando a cela asséptica de uma *Supermax* no estado do Colorado, Estados Unidos (foto 24).

Foto 24

(foto 09) Fonte, O Globo, 13.09.2003.

As fotografias que devem ser lidas sob a mesma rubrica, a da ordem sob controle, traduzem-se em um profundo sentimento de *apartheid*, bastante arraigado na sociedade brasileira.

Finalmente, deve-se observar que a *idéia de contenção da violência só se institui com a moral moderna, cujos valores se orientam no sentido do respeito formal à pessoa humana e de uma espécie de condescendência piedosa pelos mais fracos*(SOREL APUD SODRÉ,2002,p.05)

No editorial do O Globo sob o título *O Rei do Rio* são retomadas algumas questões bastante reiteradas no cotidiano da segurança pública: o riso do Beira-Mar, a corrupção de agentes, a crueldade do traficante, o poder dos traficante, a inércia do poder público e a ameaça ao Estado de Direito

A cada dia que passa entende-se melhor por que Fernandinho Beira-Mar embarcou de Brasília para o Rio às gargalhadas. Transferido da

carceragem da Polícia Federal para a prisão de suposta segurança máxima de Bangu I, o traficante sabia o que o esperava no Rio – e tinha motivos para estar alegre(...)Com a conivência de funcionários do sistema penitenciário do estado, ele converteu a prisão em quartel-general e área de lazer(...)de dentro dos muros de Bangu I, beira-Mar administra seu negócio de drogas, julga e comanda o assassinato de asseclas ou de quem for. (...) o que impediu uma intervenção dura e radical em Bangu I as primeiras provas de aquilo não era mais uma penitenciária, muito menos de segurança máxima?(...) A crise de segurança não se resume ao Rio, como se sabe. O momento requer, mais do que nunca,, a cooperação entre os diversos níveis de poder público, independentemente das eleições que se aproximam. Está em jogo algo maior: O Estado de direito.(O GLOBO, OPINIÃO, idem, p.06)

O desenrolar dos acontecimentos nos próximos dias ao ataque se deu na forma de reação do governo estadual em relação a Fernandinho Beira-Mar e sua quadrilha conforme demonstra a manchete da primeira página do O Globo do dia 14 de setembro de 2002: **Quadrilha de Beira- Mar é isolada em quartel da PM**: “*traficante ficará em cela monitorada por câmaras de TV durante 24 horas por dia*”. A matéria ocupou cerca de cinquenta por cento do espaço total da primeira página. O governo precisava dar uma certeza mais imediata à sociedade de que Beira-Mar sofreria sanções em razão de seus atos.

Na mesma primeira página ainda se deu destaque ao envio de flores para o enterro de UE, em nome de Linho, considerado um dos maiores traficantes do Rio de Janeiro e chefe do tráfico na favela da Maré.

Afinal o que desejavam os traficantes com esse motim? Será que por trás dele há um grande objetivo político a ser alcançado? Realmente existe uma intenção de derrubar o governo ou atacar os símbolos públicos? ou é simplesmente é a lógica do ataque pelo ataque?

Para entender um acontecimento dessa magnitude, um caminho se faz necessário tentar percorrer, que é o de entender o movimento de 11 de setembro pela lógica do próprio tráfico e não somente pela lógica do olhar da sociedade abrangente, na qual tudo é entendido como barbárie.

A lógica de pensamento da sociedade abrangente nem sempre é suficiente para perscrutar outras lógicas que se colocam diante dela. Não se está falando necessariamente de ideologia, mas de uma lógica cultural, entendendo-se cultura como uma forma de relacionamento com o real⁵⁴

⁵⁴ Conforme aula proferida pelo Professor Muniz Sodré em 15.03.2001, ECO-UFRJ

O mundo do tráfico se produz de uma forma específica a partir de um sentido de territorialidade que lhe é próprio. Essa especificidade se dá a partir do momento que esse tráfico de grande varejo é possível em uma forma singular de território que é a favela. O fato de ocupar a favela implica que o tráfico assume certas características singulares: a necessidade de controle pela força de grandes contingentes populacionais, o uso da violência sistemática, uma ambígua política de favores subordinada ao emprego da força e o exercício de um código moral e de conduta sobre os moradores.

Destarte, a favela devido a condição de intransponibilidade de seu território para as pessoas que não moram nela, contribuiu para que relações muito particulares nela se processassem, criando a idéia de um outro mundo apartado do mundo considerado do asfalto. Mas é fundamental se pensar que essa separação não implica necessariamente na utilização de uma idéia de exclusão, pois como já se considerou, não há a possibilidade real de que exista algo fora do Estado capitalista.

Não cabe no momento, pensar o tráfico em suas relações mais íntimas e profundas, mas entender parte de suas articulações e como essas se organizam dentro do paradigma de uma sociedade midiática.

O poder do traficante precisa, constantemente, ser afirmado, e é freqüentemente colocado à prova. Como um lutador de boxe que precisa colocar o cinturão de campeão em disputa para assim poder mantê-lo, o traficante precisa provar o tempo inteiro que é o campeão.

O tráfico comporta diversos tipos de campeão, com características das mais diversas, mas alguns aspectos se tornam comuns em todos os traficantes, sob pena de perder o título para outro.

Assim um desses, por assim dizer, o mais marcante, é a extrema crueldade para com os oponentes, ser cruel não é necessariamente um traço individual deste ou daquele chefe do tráfico e sim uma condição inerente de um grande chefe. Mostrar que é cruel e capaz de punir com severidade todo aquele que se opõe ao seu poder deve ser uma condição inquestionável. Um chefe do tráfico tem que ser respeitado e temido até por seus comparsas e oponentes.

Uma gravação do Ministério Público de uma execução de Fernandinho Beira-Mar ocorrida em 27 de julho é clara mostra desse poder e respeito⁵⁵.

O moleque já pegou as peças(armas)já? Pergunta ele a um comparsa

⁵⁵ Conforme O Globo, 27 de julho, Rio, p.17.

identificado como carioca.

- Ta todo mundo tranqüilo, está esperando o senhor.

-Eu sei , mas o moleque já tirou as peças aí?

-Ta tudo geral aqui. Eles já tiraram as peças da cintura.

-A ligação termina ao som de três tiros.

Ser cruel e capaz das mais diversas atrocidades, se faz como condição *sine qua non* do posto de chefe e funciona principalmente como uma voz de controle interno. O traficante precisa inspirar terror aos seus comparsas mais próximos, aliados e moradores das comunidades sob seu domínio.

O temor, ao contrário do que se pensa, sempre foi uma condição do tráfico ou do crime na favela. A comunidade precisa temer ao traficante mais do que adorá-lo. Alguns traficantes mesclam o terror com uma política de benefícios que se estendem à favela. *Para as horas de lazer, falta, rigorosamente, qualquer instalação. A única à disposição dos jovens da Vila Beira- Mar é uma quadra que não foi construída pela prefeitura de Caxias, nem pelo estado do Rio , nem pela União, mas por Fernandinho(MAGALHÃES, 2000,p.14).* Mas a capacidade de exercer a crueldade é sempre um traço presumido e incontestável.

Desta forma, as relações de mercado que pressupõem o tráfico não funcionam da mesma forma que no mundo das normas legais. A mercadoria ilícita e a repressão do Estado através da Polícia apontam para uma organização diferenciada e muito singular.

Quando um determinado traficante se expande territorialmente e começa conquistar novos mercados sua crueldade ganha espaços maiores, pois, via de regra, se dirige aos oponentes fora da favela.

O tráfico ainda que seja relação de mercado movida pelo princípio de acumulação de riqueza como qualquer outra atividade empresarial, traz em seu bojo um forte traço de personalismo em suas relações, como já se afirmou. As relações são marcadas por princípios de lealdade, amizade e de hierarquia.

Por ocasião da morte de Uê,no massacre de 11 de setembro, linho mandou flores conforme foi noticiado na primeira página de O Globo sob o título: *Linho manda flores para UÊ.(O Globo, PRIMEIRA PÁGINA, 14.setembro de 2002)*

Se a máfia não manda flores, O terceiro Comando sim. Uma das trinta coroas no enterro do traficante UE, ontem, foi assinada pelo chefe Paulo César da Silva Santos, inimigo número um de Beira- Mar(O Globo, PRIMEIRA PÁGINA, 14 de.setembro de 2002). Na coroa havia a inscrição indicativa da amizade que unia os dois

traficantes: *Saudades do amigo fiel, Linho (O GLOBO, PRIMEIRA PÁGINA, 14.setembro de 2002)*

A execução de UÊ por Fernadinho Beira- Mar deve ser entendida não como um ato de crueldade pela crueldade, um ato fundado apenas na vontade de Beira-Mar ou que a finalidade estivesse no próprio ato em si. A crueldade é inerente à lógica do tráfico e seus integrantes não podem escapar a ela. O tráfico tem como um eixo importante o ato cruel, que assim serve como um elemento de coesão, de aglutinação sem o qual a atividade estaria fadada a uma fragmentação que a inviabilizaria. Essa característica, no entanto, não é condição necessária a toda atividade criminosa, haja vista que atividades como o roubo, por exemplo, podem se processar fragmentariamente sem um eixo de coesão. São ações geralmente promovidas por pequenas quadrilhas em ações individuais. A idéia de crueldade que poderia ser traduzida como a violência sem a finalidade, não corresponde ao tráfico.

Todavia, embora se procure entender aqui, o tráfico como uma relação de mercado, daí pensar a morte de Uê levando em consideração somente essa perspectiva ser algo tentador. No entanto, deve-se ter mais cuidado ao se trilhar esse caminho, pois o mercado embora funcione como eixo articulador da vida contemporânea, não consegue abarcar todas as relações inerentes ao tráfico. Não é possível traçar relações tão diretas de causa e efeito. No caso específico do 11 de setembro, uma nova variável deve ser considerada, que é o elemento simbólico. A morte de UE representou para Beira- Mar um troféu, a derrubada de um campeão, de um adversário à altura. Não há sinais inclusive, que os redutos de Uê tenham sido tomados por Beira-Mar com a morte do traficante. Em outras palavras, a morte do Uê não representou no primeiro momento, uma expansão do Comando Vermelho, mas sim um episódio singular e isolado.

A escolha da data para o chacina, 11 de setembro, também é indicativo do caráter simbólico que se revestiu o ataque de Beira- Mar. Assim como Osama Bin Laden derrubou as torres gêmeas, símbolo da financeirização americana do mundo, Beira-Mar recriou o seu 11 de setembro e derrubou ícones. Há indícios inclusive, que as chaves já estavam de posse de Beira –Mar havia meses. Então, se a morte de Uê, tinha como finalidade uma ação expansionista no mercado de drogas, sem qualquer outro interesse, porque não executar a matança de uma vez, ao invés de correr riscos desnecessários que pudessem inviabilizar a operação?

Um outro elemento que corrobora a hipótese de um ataque com forte objetividade é a cópia do documento com as exigências de Beira-Mar para acabar com o

motim. Nele constam dois itens:

A – Não transferência de internos para outros estados

B—Garantia de integridade física, revista não constrangedora e não punição disciplinar.

Não se menciona qualquer possibilidade de fuga ou a libertação de algum traficante. Em suma, exigências de caráter pontual, sem um projeto político de longo prazo. Bem de acordo com a lógica do motim.

3.2.O ataque de 30 de setembro - A guerra sem fim

O ataque de 30 de setembro ocorreu quando a cidade do Rio de Janeiro ainda não tinha se refeito do motim em Bangu I, ocorrido cerca de vinte dias antes. Os episódios consistiram em ataques em várias partes da cidade como incêndio de ônibus, fechamento de comércio e paralisação das atividades cotidianas da cidade. Diante dos acontecimentos O GLOBO noticiou o fato com mais uma primeira página dramática, no qual sobressai um título em negrito: **Rio refém do medo**. Com letras menores, e acima do título principal, um outro título no qual em caráter especulativo se dizia *Guerra do tráfico ou exploração eleitoral?*(O GLOBO,PRIMEIRA PÁGINA, 01.10.2002)

Em seguida um pequeno subtítulo: *“Ação de grupos e onda de boatos põem cidade em clima de estado de sítio; Benedita vê razão política”*(O GLOBO, *idem*,PRIMEIRA PÁGINA). A matéria prossegue com uma fotografia medindo 28.1 cm de comprimento por 16.1 cm de largura da Avenida Nossa Senhora de Copacabana praticamente deserta às 17 horas de uma segunda-feira. A sensação de medo que a fotografia traduz é marcante (foto 24).

Foto 24



Fonte: O Globo, 01.10.2002.

Os comentários seguiam a linha de medo generalizado:

Não era final de Copa do Mundo, nem greve geral e muito menos feriado. Mas, refém do medo e sitiado, o Grande Rio parou ontem, vítima da ação de grupos armados que ordenaram o fechamento comércio e até de algumas indústrias em pelo menos 40 bairros(...)Na Avenida Presidentes Vargas, as fachadas de dois prédios comerciais foram pichadas com as mensagens "guerra sem fim" e "poder paralelo". O fato de a maioria dos 19 agitadores presos ser de favelas do Comando Vermelho, assim com a ausência de ameaças em áreas próximas a morros comandados por facções rivais, indica que a ação teria relação com o tráfico, mais diretamente com Fernandinho Beira- Mar. Mas a proximidade das eleições levou algumas autoridades a não descartar outras motivações(O GLOBO, idem,PRIMEIRA PÁGINA)

Entretanto, para a governadora Benedita da Silva, houve exploração política:

"Não estamos afirmando que tenha sido uma manobra direta de outro grupo político. Mas não existe nenhum fato que levasse , por exemplo, as escolas municipais a fechar as 7 hs"(O GLOBO,, idem,PRIMEIRA PÁGINA)

Aliás, uma das alegações mais freqüentes em situações de descontrole da violência é de exploração política, a outra alegação muito comum é de que a violência é decorrente da repressão sistemática do Estado ao crime organizado(O GLOBO, RIO,18.10.2002,p.18).

3.2.1.Uma continuação do 11 de setembro

A matéria continua na parte interna do jornal sob o título: **O feriado do terror:**
Pânico criado por grupos armados e por boatos pára a cidade e municípios vizinhos.

O que nem os mais alarmistas conseguiam imaginar acabou acontecendo ontem: O Rio parou, refém do medo, sitiado, vítima de alguns grupos armados, que ordenaram que o comércio fechasse em pelo menos 40 bairros. Duzentos e trinta e cinco escolas mandaram 50000 mil estudantes mais cedo para casa. Quatro Ônibus foram incendiados e dois mil sequer saíram das garagens, deixando de atender 800 mil passageiros(...)Benedita da Silva anunciou que 43mil homens das polícias Civil e Militar, foram para as ruas(O GLOBO, RIO, 01 de outubro de 2002,p16)

A matéria sob um pequeno título: **Até os camelôs sucumbem ao medo.**(O GLOBO, idem .16) aumenta o clima de medo.

O terminal Rodoviário Américo Fontenelle passou o dia de ontem deserto.Nem mesmo os camelôs abriram suas barracas. No Estácio,

as lojas ficaram parcialmente fechadas. Rapazes passaram de moto com fuzis AR-15 mandando fechar(...)Na Avenida Ministro Edgar Romero, principal de Madureira, a ousadia foi maior.Todos tiveram que fechar bem cedo. Na porta de cada loja, os bandidos pregaram, com a assinatura do Comando Vermelho e do Primeiro Comando da Capital, avisos com a inscrição “Mantenha fechado . Risco de represália CV.PCC”(…)Nas proximidades da Universidade Estácio de Sá, no Rio Comprido, foram jogadas três bombas artesanais. Os alunos que faziam prova no campus ficaram apavorados(...)responsáveis por estudantes dos colégios Anglo-Americano., de Botafogo, e Bennett, no Flamengo, também foram chamados para buscar os alunos mais cedo(O Globo, idem, p16)

A segunda página tem como título: **Comércio tem prejuízo de R\$ 130 milhões**(O GLOBO, idem, p.17). A matéria tem como eixo central o desenho de um mapa, de parte do Grande Rio, incluindo municípios da Baixada Fluminense onde ocorreram ataques do tráfico. Nesse mapa foi utilizado um ícone em forma de um cadeado em negrito representando fechamento do comércio e alguns boxes com inscrições elucidativas a respeito dos acontecimentos.

A matéria trouxe alguns comentários de integrantes e autoridades da sociedade carioca sobre os acontecimentos. *Se o pai leva o filho não deve ir buscá-lo com medo. Se ele está no colégio, pode ter certeza que está seguro, pois não falta policiamento*(William Campos – secretário Estadual de Educação).

Foi o upgrade da bandidagem –Aldo Carlos Gonçalves

Estamos vivendo um estado de sítio não declarado no Rio(Pró-Reitor da Univercidade) Pela Primeira vez as empresas de ônibus tiveram que administrar problemas desse tipo no Centro e na Zona Sul .

Foi quase um pedido de divórcio com a comunidade do Cantagalo. Carlos Drumond. Presidente da Associação Comercial de Ipanema e Leblon, dizendo que ordens para fechar as lojas teriam partido de moradores do Morro.

Foi uma grande onda de boatos, Não acredito que a ordem tenha partido de traficantes. (Virgílio Rocha. Diretor da Associação Comercial de Copacabana).

Pela primeira vez as empresas de ônibus tiveram de administrar problemas desse tipo no Centro e na Zona Sul(Lélis Marcos Teixeira- Presidente do Sindicato das Empresas de ônibus) (O GLOBO, idem, p.17).

Pelo teor dos comentários, se entende que a mídia não consegue um mínimo de consenso entre os olhares sobre o fato. As opiniões vão desde o entendimento de um suposto estado de sítio até o de que foram apenas boatos. Falou-se em participação de moradores nos acontecimentos, e até em *upgrade da bandidagem*. O que demonstra que

o tema suscita diversos olhares e falas, derivados da capacidade de cada sujeito de representar o real.

A divergência entre os presidentes das associações comerciais, mostra a incerteza na interpretação do ocorrido, pois se um fala em participação de moradores nos eventos criminosos, o outro entende que houve apenas boatos. Possivelmente as duas coisas ocorreram no dia 30 de setembro: os traficantes, pelo seu poder de coação, conseguiram arregimentar pessoas para imobilizar a cidade, simultaneamente os boatos se espalharam e algumas partes não previstas foram afetadas pelo medo generalizado⁵⁶.

Inclusive, deve-se levar em consideração que não é preciso um grande número de pessoas para se obter um clima de pavor na cidade, manobras pontuais, envolvendo um pequeno contingente é o suficiente para se criar um clima de medo.

Aliás, pensando a questão do pavor urbano, pode-se considerar que este não é um traço característico somente do tráfico, outros movimentos urbanos podem suscitar esse mesmo clima de medo e imobilização. Como por exemplo, se têm visto nos confrontos entre a guarda municipal e os camelôs, no Centro da cidade do Rio de Janeiro, que fecham o comércio diante das ameaças de depredação. O clima de medo e pavor se constrói a partir de qualquer quebra da normalidade que move as pessoas. Um carro enguiçado seguido de “engarrafamento” em alguma área considerada como de risco, um estrondo confundido com o barulho de disparo de uma arma é o bastante para que as pessoas entrem em pânico, conforme mostrou uma matéria do O GLOBO de carros voltando na contramão na Linha Vermelha em razão de um carro enguiçado e um engarrafamento(O GLOBO, PRIMEIRA PÁGINA, 09 de maio de 2003). Não se pretende minimizar ou negar que a ação dos traficantes seja um dos elementos que construíram esse clima de pavor urbano, entretanto, há atos de violência que não estão associados ao tráfico e que ao longo dos anos somaram para esse clima, como por exemplo, os assassinatos em via pública, o alto número de furtos e roubo de veículos.

Entretanto, há uma mudança qualitativa no perfil da violência que é mais significativa do que um possível aumento quantitativo, pois áreas consideradas intocadas passaram a figurar como alvos da violência oriunda do tráfico.

A visibilidade desses crimes ocorridos em áreas nobres da cidade é muito maior

⁵⁶ Ainda há muitos vazios na questão da participação dos moradores em eventos promovidos pelos traficantes, pois não existem trabalhos de pesquisa, certamente devido a dificuldade de abordagem do objeto, que tenham medido com um mínimo de precisão essa participação de moradores.

do que a alcançada por crimes ocorridos em áreas não tão nobres. O relato do presidente do Sindicato das Empresas de Ônibus, de que as empresas de ônibus não tinham problemas desse tipo (ataques do tráfico) no Centro e na Zona Sul é significativo no apontamento dessa mudança qualitativa da violência urbana.

Ainda no sentido de discutir a idéia de visibilidade produzida pelo tráfico, há um trecho da matéria sob a forma de um *box* explicativo sob o título: **Impor o fechamento do comércio, uma das armas do tráfico** (O GLOBO, idem, p.17):

Ameaças a comerciantes para que fechem suas portas em sinal de luto pela morte de bandidos se tornaram freqüentes no Rio nos últimos anos.(...)o comércio da Tijuca fechou suas portas por ordem do tráfico. As ameaças foram feitas por cerca de vinte pessoas, a maioria mulheres e menores, que armadas de pedaços de pau e batendo sapatos com salto plataforma, invadiram no início da tarde a Praça Saens Pena e obrigaram comerciantes do lugar e de ruas próximas a fecharem as portas. Foi sinal de luto por um bandido(...)dez dias antes, os traficantes deram uma demonstração de que seu poder paralelo se estende ao asfalto. Na manhã de 9 de agosto, por ordem dos bandidos do Morro da Formiga, todo o comércio ao longo de quase um quilômetro da Rua Conde Bonfim, uma das principais vias do bairro, foi obrigado a fechar as portas em sinal de luto pelo traficante Ricardo Vitor dos Santos, O Cuco(...)O problema também atingiu a Zona Sul do Rio, em 26 de dezembro de 1998 Laranjeiras e Cosme Velho, bairros com 200 anos de história, curvaram-se ao poder do tráfico(O GLOBO, idem p.17)

Um primeiro destaque fica por conta da frase: *Laranjeiras e Cosme Velho, bairros com duzentos anos de história curvaram-se ao poder do tráfico*. O que deixa evidente o elitismo, pois deve-se deduzir seguindo essa lógica, que se um bairro não tem duzentos anos de história, não há problema algum em ser atingido pelos traficantes. Pode-se depreender a partir da visão do autor e pensar que as pessoas que moram para além do túnel Catumbi-Laranjeiras⁵⁷ não produzem história.

Outro aspecto a se considerar a partir do *box* explicativo, é o número de participantes, cerca de vinte pessoas, em um dos eventos, o que é um número relativamente baixo, se se leva em consideração o tamanho da população favelada no Rio de Janeiro. Mesmo que se insista que é um número alto de participantes levando em consideração o tipo de empreitada, pode-se pensar sobre o perfil e a condição social dos participantes. Pessoas com perspectivas sociais e políticas limitadas, dispostas a correrem riscos em troca de pequenos ganhos, como maior prestígio junto dos traficantes.

⁵⁷ Via que tradicionalmente separa as Zonas Norte e Sul da cidade do Rio de Janeiro

A matéria sobre o ataque de trinta de setembro continua na parte interior do jornal sob o título: **Medo provoca efeito dominó na cidade** (*O GLOBO, RIO, 1º de outubro de 2002 p.18*). Nesta parte, foram apontadas algumas áreas da cidade que foram atingidas pelo tráfico. O subtítulo por sua vez, apontou para uma das interpretações possíveis para o episódio: *Boatos sobre Beira-Mar e ameaças concretas de traficantes fazem as pessoas misturarem real e imaginário*(*idem,p.18*).

Uma dinâmica bem de acordo com a lógica de uma sociedade midiática, na qual os acontecimentos são processados a partir de mecanismos de repetição imagística. O elemento desencadeante da ação não mais importa, pois os efeitos vão se multiplicando por associação e repetição, como aponta o final do subtítulo acima: *os traficantes fazem as pessoas misturarem real e imaginário*. Este ponto também serve para traçar uma diferença entre o que se considera uma sociedade tradicional e uma midiática, pois na primeira, ocorre uma profunda valorização da origem, sendo essa ponto de importante referência para o grupo, na sociedade midiática no entanto, se valoriza o imediato, o que pode se ver, a forma; a origem se perde no jogo infundável das repetições e duplicações.

A página 19 referente a matéria dos ataques apontou para uma leitura diferenciada dos acontecimentos, uma tentativa de análise política como pode se depreender do título: **Uma ação de traficantes ou manobra política: ‘Lojas e escolas fecharam em áreas dominadas pelo CV, o mesmo não aconteceu em redutos de facções rivais**(*O Globo, idem p.19*)”. A matéria avança tentando propor uma síntese dos acontecimentos do dia trinta sob o ponto de vista de uma manobra política.

Fecha logo isso porque se não vamos metralhar aqui e metralhar tudo. A ordem, atribuída a traficantes foi cumprida na agência de Tijuca e reproduzida em dezenas de outros estabelecimentos, comerciais ou de ensino especialmente em áreas consideradas de domínio da facção criminosa Comando Vermelho. Uma ação organizada que atingiu boa parte da Região metropolitana do Rio e está sendo encarada com reservas pela Polícia do Rio. A suposta ação do tráfico tem indícios de ter sido um ato com conotações políticas(O GLOBO, idem p.19)

Atribuir aos ataques de 30 de setembro uma conotação política, muito não acrescenta à análise dos acontecimentos, haja vista que todo ato que tenha como fim alterar uma relação de poder em sociedade é político.

A sociedade contemporânea apresenta como parte de sua estrutura, diversos centros de poder mais ou menos potentes do que outros(escola, Estado, Igreja) . Pode-se então operar a idéia de que o poder político depende da capacidade de apropriação e

gerenciamento desses centros. O tráfico surge então, como mais um centro que se organizou nos últimos vinte anos a partir do mercado e que no entanto, serve como mais um espaço de mediação entre a sociedade e as demandas recalcadas das comunidades faveladas.

O tráfico, de alguma forma, permitiu que essas camadas mais pobres e miseráveis das favelas expressassem suas ambigüidades, seus pequenos ódios e frustrações, suas pequenas e grandes humilhações. Não se afirma no entanto aqui, que os traficantes tenham um controle totalmente claro dessa situação proporcionada por suas ações. Mas suas investidas interagem dialeticamente com esse potencial de revolta e frustração. O tráfico como mais um elemento dessa sociedade midiática, a serviço da imagem, possibilita um certo lastro de visibilidade aos invisíveis da favela pelo aparecimento no jornal. Todavia é importante se destacar que o tráfico enquanto uma instituição, ou seja, *uma forma de regulação de relacionamento em sociedade* (SODRÉ, 2002, p.21) no mundo contemporâneo se pauta pelo conservadorismo. Destarte, as camadas pobres das favelas são utilizadas, via de regra, como massa de manobra nas ações dos traficantes. Inclusive, no interior da favela, o controle exercido pelos integrantes do tráfico se faz sob a vigência de um código de conduta rigoroso e profundamente conservador. Entretanto, essa utilização das populações faveladas, atrai a repressão do poder público e aumenta o estigma sobre essas comunidades. A visibilidade custa caro.

Assim sendo, da mesma forma que nos procuramos na velha foto do álbum de família, as classes empobrecidas das favelas se procuram na grande fotografia da sociedade brasileira. A idéia de se insistir na expressão classes pobres ou empobrecidas das favelas, se faz necessário para evitar uma generalização a todos os pobres, pois muitos pobres e miseráveis não têm acesso às moradias das favelas. Ironicamente, os traficantes não fazem dessas camadas sequer instrumentos de manobra ou ataque ao asfalto, por isso, nem esse lastro de visibilidade as contempla. Não são nem aproveitadas pelo tráfico em qualquer operação de ataque ou recebem qualquer auxílio mais regular do poder público ou privado, nem ONGs se preocupam com elas. São párias modernos, pois não dão ibope e nem produzem visibilidade. Assim sendo, verifica-se a grande contradição da sociedade midiática que é prometer a possibilidade de visibilidade a todos e ao mesmo tempo negá-la.

3.2.2. Mídia, tráfico e apropriação política

A mídia de forma ambígua insistiu na leitura de que havia alguma manobra político-partidária por trás dos ataques de 30 de setembro, e, nesse sentido, as falas selecionadas reforçam essa tese. A fala da cantora Fernanda Abreu é significativa nesse sentido:

Quando fiquei sabendo do que estaria acontecendo, andei da Gávea até o Jardim Botânico e não vi nada de concreto. Há mais boatos do que fatos. Mais ficção do que realidade. Não posso falar com certeza, mas é esquisito que isso tenha acontecido a sete dias antes da eleição, quando ainda há tempo para pesquisa. Parece coisa para desestabilizar Benedita da Silva(O Globo, idem .19)

A mídia oscilou entre pensar os ocorridos do dia trinta de setembro como mais um ataque do tráfico e a possibilidade de um orquestramento político, o que refletiu, como já se apontou, na escolha dos depoimentos a respeito dos acontecimentos e na lembrança do episódio dos arrastões ocorridos às vésperas das eleições municipais de 1992.

Não é a primeira vez que distúrbios tomam conta da cidade tão perto de uma eleição. O medo que se alastrou pelo Rio ontem por conta dos boatos de que traficantes teriam determinado o fechamento do comércio fez lembrar a onda de arrastões nas praias da Zona Sul em outubro de 1992, que também mobilizou a cidade às vésperas das eleições(O GLOBO, RIO, 01.10.2002, p.19)

Todavia, deve-se fazer uma distinção entre manobra político-partidária e a imediata apropriação política dos acontecimentos por parte dos atores políticos, entre os quais destacamos os políticos profissionais. Dentro do cenário político fortemente ancorado na mídia, ser capaz de uma reação rápida e imediata pode se traduzir em ganhos para esse ou aquele ator político, para esse ou aquele político profissional. Assim, episódios como o de 30 de setembro, podem servir aos políticos que têm uma plataforma mais voltada para o enfrentamento do tráfico, que valoriza uma perspectiva de combate mais assumida.⁵⁸

Todavia, o motivo para o ataque do 30 de setembro, provavelmente encontra-se na primeira página do O Globo do dia seguinte, 1º de outubro.

⁵⁸ Como exemplo desse caso, há o Prefeito César Maia, como se observou no decurso desse trabalho.

O terror que atingiu o Rio anteontem foi imposto pelo tráfico. É o que indica gravação de conversa telefônica do traficante Marquinhos Niterói, realizada em 15 de setembro: Vai ter uma parada que está para acontecer entre amanhã ou depois, Vai paralisar, Dar um blecaute na Zona Sul. Parar tudo o comércio geral(...) A intenção seria protestar contra a ida dos chefes do Comando Vermelho para o Batalhão de Choque(O GLOBO,PRIMEIRA PÁGINA, 01.10.2002)

Pode se deduzir que os ataques dos traficantes não ultrapassaram o limite de objetivos curtos e direcionados ao atendimento de pequenas demandas dos traficantes, tais como por exemplo, impedir a transferência dos chefes do tráfico para o Batalhão de Choque da Polícia Militar. Isso fica mais claro com o trecho de uma gravação telefônica:

Marquinhos: “então avisa à família para a gente fazer logo os detalhes, para deixar tudo pronto, porque eu não sei o que vai acontecer com nós amanhã”

Cúmplice: “hum”

Marquinhos: “a gente não sabe se vai continuar aqui (Bangu I) Nós não sabe se vai para o Bangu III, se para o IV, não se sabe se vai para o Batalhão de Choque”.

Cúmplice:” Melhor se for para o III ou o IV”

Marquinhos: “Mas se mandar para o Batalhão de Choque, nós ficamos isolados lá”(O GLOBO, RIO, 02.11.2002, p.15)

A tese de uma orquestração política por trás do ataque de 30 de setembro como havia sido proposto na véspera pelo O Globo, caiu por terra com as gravações. O que não invalida a apropriação dos acontecimentos no cenário político. Provocar um acontecimento é uma coisa, se aproveitar dele é outra totalmente diferente. Quando um acontecimento violento ocorre na cidade, diversas análises são sugeridas por diversos segmentos sociais e políticos. Ocorre, no entanto, que o fato também é apropriado politicamente por alguns segmentos mais especializados, que procuram se aproveitar da situação em prol de seus interesses.

Assim, o próprio O GLOBO através de um título bombástico sepultou a tese de orquestramento político: **A ordem foi do tráfico**(*O Globo, RIO, 02.10.2002,p.15*)e ninguém mais com essa visão dos fatos foi entrevistado como no dia anterior. Retomou-se a tese de que os acontecimentos foram uma ação dos traficantes. A questão política como tese, do dia anterior foi deixada de lado. Assim, bastou uma mudança no rumo das investigações que tudo voltou a normalidade, títulos bombásticos, fotografias dramáticas, relatos tenebrosos. Então ocorre o retorno da velha e conhecida mídia

Pode-se especular ainda, que o fato do ataque de 30 de setembro ter se dado em

uma época tão próxima das eleições, foi justamente o de se apropriar do momento eleitoral e assim possibilitar um espaço de negociação, cuja moeda seria a paz nas eleições em troca do atendimento de algumas reivindicações dos traficantes, tais como impedir uma transferência de um determinado traficante para o Batalhão de Choque.

O ataque de 30 de setembro deve ser entendido como uma continuação do ataque de 11 de setembro, um desdobramento lógico ou consequência desse mesmo ataque. Quando Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, assassinou os seus opositores no motim de 11 de setembro e parou a cidade, desencadeou uma reação do Estado, que resultou na sua transferência para o Batalhão de Choque. O ataque de 30 de setembro é uma resposta a tentativa de transferência de Marquinhos Niterói para o mesmo batalhão, o que causaria um isolamento de quase toda cúpula do Comando Vermelho em relação às suas articulações externas. O ataque é uma tentativa de impedir tal possibilidade.

Outro aspecto que deve ser considerado na leitura dos acontecimentos de 30 de setembro, é o fato de que o Comando Vermelho tem se expandido territorialmente em detrimento das facções adversárias e por isso recebeu um tratamento repressivo por parte do Estado. Esse movimento de crescimento que se deu a partir da chegada de Fernandinho Beira-Mar ao Rio, possibilitou um movimento de rearticulação do Comando Vermelho, que estava com sérios problemas liderança desde a morte de Orlando Jogador por Uê do Terceiro Comando. A execução de Uê se conjuga com o sinal de novos tempos e com uma possível reorganização do mercado consumidor de drogas, apesar de sua crise de crescimento.

Finalmente, a título conclusivo desta parte, deve se retomar a abordagem sobre os mecanismos que servem de eixo para a mídia em questão selecionar os assuntos ou temas mais relevantes para a sociedade. No ataque de 30 de setembro, coletivos foram queimados em Queimados⁵⁹ e São Gonçalo⁶⁰, em Belford Roxo⁶¹, atearam fogo no corpo de cobrador de ônibus, mesmo assim a foto selecionada como símbolo da tragédia do dia 30 de setembro, foi a de Copacabana, Zona Sul do Rio de Janeiro, a fotografia da Avenida Nossa Senhora de Copacabana semi-deserta⁶². Os comentários da primeira página também foram a respeito de Copacabana. As outras regiões foram contempladas na parte interna do jornal com fotos menores e menos significativas. Esses mecanismos

⁵⁹ município da Baixada Fluminense

⁶⁰ município do interior do Estado do Rio de Janeiro

⁶¹ município da Baixada Fluminense

⁶² fotografia já mencionada no corpo do trabalho.

que antecipam a forma de selecionar os acontecimentos se relacionam diretamente com o segmento social que se pretende informar ou prestar contas. A grande família extensa que precisa ver suas tragédias pessoais registradas e reverenciadas.

3.3.O ataque de outubro – símbolos feridos na mídia

Em meados do mês outubro de 2002, a cidade do Rio de Janeiro foi sacudida por uma nova onda de ataques perpetradas por criminosos. No espaço de poucas horas, alguns eventos violentos quebraram a rotina da cidade. O primeiro ocorreu quando um grupo de bandidos saindo das proximidades do Rio Sul, importante shopping localizado na Zona Sul, atirou contra dois prédios públicos, o Palácio Guanabara, sede do Governo do Estado, e a 6ª delegacia policial na Cidade Nova. Em seguida entraram em confronto com policiais militares no bairro do Santo Cristo e fugiram.

Um segundo evento tratou-se da tentativa de fuga no presídio Bangu III, na Zona Oeste, onde estão presos os chefes do segundo escalão do Comando Vermelho; e o terceiro evento se deu a partir de alguns confrontos entre policiais e traficantes nos bairros de São Cristóvão e de Benfica. Pelo que pode se deduzir pela mídia, os fatos ocorreram em sintonia, pois os eventos estariam associados como uma manobra para distrair a polícia enquanto se tentava a fuga em Bangu III.

A leitura da mídia ficou bastante impregnada pela idéia de um clima de terrorismo como se depreendeu do título sob o qual foram registrados os acontecimentos de 30 de outubro: **Noite de terror foi planejada por traficantes na Rocinha: polícia estima que 300 bandidos foram mobilizados para aterrorizar cidade**(O GLOBO, 17.10.2002,PRIMEIRA PÁGINA).

A matéria que praticamente ocupou a página inteira mostrou a fotografia bastante emblemática e com forte apelo emocional, é de uma perfuração feita à bala ao lado do brasão da República que fica situado na fachada do Palácio do Governo estadual. Essa fotografia é sintomática para se elevar o tom de crítica contra uma percepção de desordem que se estende pela cidade. Atirar contra o brasão da República municia uma visão de mundo pela qual existe um grande quadro de desordem pública e desrespeito cívico(foto 25).

Foto 25



Fonte: O Globo, 17.10.2002.

Os ataques, segundo essa percepção, visam desestabilizar o Estado democrático. Um dos representantes mais ilustres desta percepção é o sociólogo Luiz Eduardo Soares:

As principais lideranças criminosas estão alterando patamar de sua intervenção. Seus últimos movimentos demonstram a intenção de politizar sua inserção na cena pública, transformando o caráter de suas ações e a natureza de sua identidade. Sua nova linguagem é a do terror. Triste eco da realidade mundial: a globalização da barbárie. O novo quadro recoloca os termos do cenário anterior, reforçando a importância e a urgência do pacto pela paz. Agora, temos de superar todas as diferenças com uma coragem cívica ainda mais ousada, porque o desafio passou a exigir de nós uma aliança ainda mais radical: um pacto pela própria democracia (O GLOBO, RIO, 14.10.2002, p.15).

De acordo com Soares, a questão do tráfico deve ser entendida como um movimento de inserção na globalização da barbárie. Ao comparar os ataques do tráfico ao terrorismo internacional, o sociólogo dá uma dimensão ao tráfico que não existe, ou seja, o projeto político de longo prazo, um sentido teleológico. Deve-se pensar que o tráfico busca com seus ataques abrir brechas para negociações pontuais. Há o sentido de luta por reivindicações específicas, alheias a um projeto político com qualquer lastro ideológico. O fato de Marcinho VP, do Morro Dona Marta (ou Santa Marta) ter interesse pela questão política⁶³, não é suficiente para entender os ataques dos traficantes associados a uma percepção de terrorismo.

⁶³ Conforme O GLOBO, Rio, 29 de julho de 2003, p.14.

Um exemplo na direção de mostrar que os ataques dos traficantes, de uma forma geral, atendem interesses de curto prazo e imediatos encontra-se no ataque feito a uma empresa fornecedora de “quentinhas” nos presídios Bangu I e V, o ataque com granadas foi seguido de um manifesto em forma de um bilhete endereçado à direção da empresa: *Alimentação digna é direito do preso, tá na constituição. Se liga. É só um aviso.*(O GLOBO, RIO, 31 de outubro de 2002,p.17). A reivindicação de caráter imediato aponta para a qualidade das “quentinhas”, mas o detalhe do bilhete encontra-se no profundo caráter legalista, ao se evocar a Constituição para legitimar o pedido em forma de ameaça, deixando claro a força de hegemonia burguesa fortemente alicerçada em um paradigma jurídico-institucional. Os traficantes simplesmente podiam exigir uma comida melhor e pronto, a partir do momento que já estão à margem da Lei. O apelo de caráter legal mostra que nada se encontra fora da narrativa hegemônica, nem mesmo o discurso do fora-da-lei.

Exemplo como esse pode indicar que de fato existe uma aliança ou pacto de morte entre os traficantes que estão em liberdade e os que estão no sistema prisional. Um pacto que se sustenta no compromisso de que os que estão livres devem lutar pelos interesses dos que estão presos, sob pena de que se não cumprirem o que tiver sido pactuado e em seguida forem presos sofrerão punições severíssimas.

Em um outro artigo dentro da matéria relativa ao ataque do dia 16 de outubro, Milton Correa da Costa, assessor técnico-parlamentar da Secretaria de Segurança Pública no governo Marcelo Alencar, concita à uma

resposta firme e contundente, com respaldo nos pressupostos básicos da oportunidade e da legalidade das ações policiais.É óbvio que a tentativa de implantação do narcoestado tem objetivo claro e definido, de intimidação da autoridade governamental e enfraquecimento das instituições mantenedoras da ordem, onde destemidos policiais, defensores da sociedade, vem pagando pesado tributo de sangue(...)O poder marginal, no entanto, não pode sobrepor-se(SIC) aos ordenamentos constitucional e jurídico,legal e legitimamente constituídos. Não se pode admitir, como no caso da vizinha Colômbia , a existência de forças extralegais concorrentes com o poder constituídos(O GLOBO, 14.10.2002,PRIMEIRA PÁGINA).

Mas uma vez, a linha de raciocínio entende um objetivo político de criação de um estado por parte dos traficantes, no caso, o narcoestado. Persiste o entendimento de uma ação visando o fim e a desestabilização do estado de direito O articulista ainda em tom dramático ratifica o entendimento da ameaça que tange as instituições

democráticas. *A segurança institucional e a ordem democrática estão em perigo. A exclusão social não confere direitos de intimidar o terror. Aos narcoterroristas o rigor da lei*(O GLOBO, RIO, 17.10.2002, p.17).

Um segundo artigo, de autoria de um professor da UERJ, Ignácio Cano reitera a linha de pensamento anterior quando entende o ataque dos traficantes como uma tentativa de desestabilização do poder público.

O metralhamento do Palácio Guanabara culmina uma tendência de atacar prédios públicos, com o intuito de desestabilizar o poder público(...)Esses atentados contradizem a lógica do crime organizado no Brasil, baseada na corrupção dos agentes do estado e não no confronto direto com o mesmo. O crime organizado no país parasita o Estado e precisa dele. É possível que alguns criminosos acreditem que a curto prazo eles podem gerar uma situação tão insustentável que lhes permita chantagear o estado. É importante mostrar que eles estão errados. A reação passa pela intensificação policial para dismantelar as redes que estão por trás das ameaças. E finda as eleições, está mais do que na hora de terminar como uso da violência como arma eleitoral e de apresentar uma frente unida(O GLOBO, RIO, 17.10.2002, p.18).

O grande problema de uma análise muito curta, é que ela não admite recortes mais precisos sobre seu objeto, o que leva a generalizações ou imprecisões perigosas. Quando o autor menciona o crime organizado como parasita do Estado, atribui ao tráfico uma característica que não é sua, pelo menos sob o ponto de vista econômico. A compra de juízes e sentenças, possui um sentido prático imediato que é a liberdade de alguns traficantes e carece de maior organicidade. A corrupção de alguns agentes do Estado como juízes, desembargadores, delegados, se dirige principalmente aos agentes mais diretos da repressão, ou seja os policiais, uma espécie de corrupção no varejo, ao contrário do que imagina o autor, não há de fato nenhuma contradição entre os ataques dos traficantes e uma tradição de corrupção dos agentes do poder público. Possivelmente a corrupção dos agentes policiais encontra-se em nível insuportável, haja vista que não há controle efetivo quando eles invadem favelas na madrugada para prender traficantes e exigir resgates milionários, por extensão, não há como o Estado controlar a violência dos agentes quando os resgates não são pagos, o que resulta em mortes exemplares: ou paga ou morre! Não há controle sobre os agentes que entram em favelas atirando a esmo e ameaçando a integridade dos moradores Essa situação possivelmente está levando a uma reação mais violenta por parte dos traficantes, cada vez mais acossados, pela prática irregular da extorsão e pela crescente impossibilidade de se cumprir com os pagamentos exigidos.

O autor aponta para uma possibilidade de chantagem de curto prazo, o que também é coerente com o momento e com a percepção dos traficantes que no limite, defendem objetivos de curto prazo. Não é confiável, no entanto, e carece de sustentação a tese de que os traficantes buscam desestabilizar o Estado. Finalmente, o autor reforça um entendimento tecnicista ao insistir na intensificação da investigação policial, em outras palavras, a questão do tráfico é uma questão eminentemente técnica, o que se reforça no apelo de que findas as eleições se retire da pauta política a questão da violência. Essa reivindicação caminha na direção da despolitização de setores da sociedade em nome de uma racionalidade técnica e instrumental. Essa visão de mundo, embora se revista de um forte lastro cientificista, é conservadora quando reforça o entendimento do tráfico como uma questão de repressão qualificada. No fim é tudo uma questão de Polícia.

Um terceiro artigo do Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Rio de Janeiro, o delegado Wladimir Reale, como era de esperar, apresenta um tom conservador mais direto:

É sinal de fraqueza do poder público. Tudo culpa da política de segurança ambígua, que fortalece os bandidos. O governo estadual tolhido por teorias acadêmicas românticas, tem se inspirado no princípio de que “violência gera violência”, e adotado uma postura frágil(...). O governo precisa impor a lei e a ordem a qualquer custo, liberando os policiais para exercerem o direito de matar, defesa da sociedade. Há a necessidade de uma ação conjunta, de todas as forças policiais estaduais e federais. Um trabalho inteligente. Uma luta entre o bem e o mal, que só pode ser vencida com uma ordem explícita, de contra-violência(O GLOBO, RIO, 17.10.2002, p.18).

Novamente o tom messiânico é a tônica, a idéia de que existe um confronto entre o bem e o mal, e que em nome de se vencer esse combate tudo se justifica, é a lógica do bom combate. Uma lógica que teria justificado a invasão do presídio Bangu I, por ocasião do motim liderado por Beira-Mar, para decretar sua morte. Está implícito nessa fala o princípio da razão do Estado, pelo qual o mesmo estando acima de todos, tudo se justifica para garantir a sua manutenção, que no limite é a garantia do bem estar coletivo.

O delegado advoga inclusive, o direito do policial matar em nome da sociedade para protegê-la. Esse princípio já existe no código penal, apenas a lei determina que na utilização desse recurso pelo policial, se tenha a certeza de que não cabia outra opção, no caso a imobilização e prisão do criminoso. O que se advoga no artigo do delegado é

o direito ao extermínio. É a idéia de restaurar o passado mítico de uma Polícia que em nome da lei, se colocava acima dela.

Nesse sentido, há dois relatos de policiais. O primeiro de um policial⁶⁴ que no início de sua carreira estava em Rocha Miranda, e era Carnaval. O povo estava na praça se divertindo, quando o chefe na ocasião determinou que se fizesse um cerco à praça, onde se aglomeravam os foliões. Isso feito, o referido chefe mandou que se acabasse a brincadeira a golpes de cacetetes. Por fim a conclusão do policial que relatou o fato: *naquela época não dava nada*. Segundo a conclusão do próprio informante, tal atitude se deu apenas por diversão. O segundo relato policial, colhido por Bretas:

(...)na minha época, a polícia era respeitada(...)eu, quando era garoto e jogava bola na rua, se eu estivesse na esquina jogando bola e visse o carro da Polícia, que era preto e branco na época, eu parava de jogar bola. Sinal de respeito(...)Eu via bicheiro engolindo lista, na minha época de garoto, comendo lista correndo da Polícia. Hoje em dia o cara faz o jogo em cima do carro da Polícia com essa vergonha que está tendo agora(...) Mas por quê?O povo brasileiro, principalmente, ele não tem disciplina. Ele não é disciplinado. A democracia foi a coisa pior que poderia ter acontecido no Brasil (...)Porque soltou as rédeas. O povo brasileiro não sabe ser doutrinado, ou melhor não sabe ser disciplinado. Ele tem que ser doutrinado. Ele só não faz, se tiver uma punição. É igual a uma criança pequena(Detetive, 2ª categoria, 37 anos, 3ª G)(Bretas, 1999,p.156)

Encontra-se nesses depoimentos o espírito do artigo do Delegado Wladimir Reale. O policial tem que ser temido e respeitado, e deve estar acima de todo e qualquer cidadão. Uma frase de um antigo corregedor de Polícia do Rio de Janeiro, o delegado Luiz Gonzaga é lapidar nesse sentido. *A Polícia não nasceu para ser amada e sim para ser respeitada*⁶⁵.

Bretas a partir do relato do policial, tenta traçar um perfil dessa visão idealizada de polícia e sociedade:

A imagem mítica do tempo de infância era de uma polícia produtora de temor e respeito. A presença do crime talvez não fosse diferente, o bicheiro estava lá, na frente das crianças, mas ao menos ele tinha de correr da Polícia, respeitar a autoridade. Esta dimensão de uma autoridade a ser respeitada, negada ao policial contemporâneo, só consegue ser explicada por um total desrespeito às figuras de autoridade, por um abuso de liberdade. Se para o policial seu tempo ideal de infância está perdido, a sociedade, o povo, vive uma outra

⁶⁴ conforme relato prestado durante a execução da pesquisa

⁶⁵ Informação prestada por um policial civil

infância, a do estado de natureza, a exigir direção e autoridade-talvez paternal)(BRETAS, 1999, p.156)

Essa análise pode bem explicar em parte o comportamento da mídia diante da ostensividade criminosa dos traficantes no Morro da Mineira, no Catumbi, pois o que essa reclama no limite, é da exibição dos criminosos e nem sempre da prática criminosa em si. Sabe-se que o crime não acaba, não existe sociedade na qual o crime não exista. Assim, partindo desse *a priori*, se deseja uma ação de recuperação da imagem da autoridade, que iniba ações semelhantes como as ocorridas no Morro da Mineira, quando traficantes ostentavam armas em plena luz do dia sem qualquer repressão por parte do estado⁶⁶.

Um quarto artigo da matéria referente ao ataque de 30 de setembro é da juíza aposentada e hoje deputada federal, Denise Frossard, que ganhou notoriedade ao condenar à prisão a cúpula do jogo do bicho⁶⁷ no Rio de Janeiro.

Uma teimosa improvisação somada à opção pela tolerância com o crime criou o ambiente no qual estamos enfiados . (...)A tolerância com o crime silencia os criminosos. O crime tem intenção econômica e o melhor dos mundos para os criminosos é que a polícia e a sociedade os deixem agir soltos.Por isso eles não permitem assaltos ou assassinatos nos arredores dos seus templos.Precisamos dar fim à improvisação e a tolerância.(...)O dirigível tem sido um excelente instrumento de trabalho. Ele mapeia, identifica, norteia a polícia e foi fundamental na prisão do Elias Maluco.(...)Precisamos adotar uma prática inteligente de intolerância com o crime; uma prática de confronto permanente até o controle rigoroso.(O GLOBO, RIO, 17.10.2002,p.18)

Percebe-se a presença das mesmas palavras de ordem dos artigos anteriores: inteligência, rigor, intolerância com o crime, fim da inércia do Estado. A articulista leva em consideração o senso comum de que bandidos evitam crimes em suas áreas, do que não há comprovação. Há muito que essa política do tráfico não existe, se é que de fato já existiu. Como exemplo pode-se citar um fato ocorrido numa sexta-feira, dia 11 de julho de 2003, quando um carro foi roubado das mãos de um professor da rede Municipal de Caxias, nas proximidades da favela de Vigário Geral, esse mesmo carro foi encontrado dias depois, no interior da favela de Vigário Geral pela Polícia Militar. Vários relatos dessa natureza poderiam ser enumerados nessa direção.

⁶⁶ O episódio mencionado envolvendo o Morro da Mineira será devidamente retomado neste capítulo.

⁶⁷ Jogo de azar praticado nas ruas do Rio de Janeiro, baseado em apostas. Sua prática é considerada ilegal pela legislação penal

A idéia de que os traficantes não gostam que sejam praticados crimes em suas áreas é no mínimo questionável, pois, se assim fosse, o Rio de Janeiro seria uma ilha de tranquilidade, pois praticamente todas áreas da cidade estão sob controle de uma facção ou quadrilha. Mesmo quando um crime ocorre na favela, exceto no caso de homicídio, o morador não chama a polícia, no entanto, os próprios traficantes quando roubam ou furtam algum carro e levam para favela, podem atrair efetivamente a presença da polícia. Todavia o que efetivamente atrai a polícia para as favelas é o combate aos traficantes e não os pequenos crimes.

O último artigo é do músico e baterista do grupo Rappa, Marcelo Yuca:

No Rio de Janeiro, no front direto contra o crime-polícia e bandido – sempre foi um único negócio: pagamento do chamado “arrego” por parte do traficante.(...)O certo é que estamos assistindo a uma grande mudança estrutural, de cima para baixo, no modo de se operar a segurança pública no Rio de Janeiro. Ao meu ver, isso se deve à maneira corajosa e competente com que a governadora Benedita da Silva e sua equipe têm encarado o crime organizado(...)Nas urnas, não soubemos fazer jus ao combate que está sendo travado onde nossos olhos não podem penetrar. A Polícia, ao meu ver, ainda não é confiável,mas algo está mudando. Algo mudou para melhor(O Globo, RIO, 17.10.2002.p.18)

A fala traduz um sentido de pensar a violência a partir da questão política, enaltecendo o papel de Benedita da Silva, a Governadora na ocasião, mas ao mesmo tempo prega bandeiras de luta contra a corrupção e por uma polícia melhor. Enfim, a seleção dos articulistas apresentados pela mídia, excetuando-se Marcelo Yuca, atende ao escopo de construir uma visão de especialistas, evitando assim uma leitura amadora dos ocorridos. Procurou-se também dar um lastro democrático à questão, através de uma leitura plural dos acontecimentos, não se privilegiando aparentemente essa ou aquela visão.

Esteve presente no debate um delegado ostensivamente conservador, uma juíza rigorosa, um professor da UERJ, um sociólogo que já fez parte do governo Garotinho, um tenente-coronel da Polícia Militar, além de um músico que foi vitimado pela violência do Rio de Janeiro, assim sendo, constata-se que se buscou a pluralidade de falas para se tentar entender o momento pelo qual está passando o Rio de Janeiro.

Entretanto, apesar de toda diversidade, as falas caminham sempre na mesma direção, ou seja, a de entender o problema da violência como uma questão policial e de ausência de autoridade. Mesmo a fala mais liberal ou a mais conservadora acabam sempre reclamando da inépcia do Estado: Ora se reivindica mais inteligência, ora mais

rigor, ora mais força. Mas sempre pensando a violência a partir da ação dos traficantes e não do tráfico como uma relação estrutural. Para todos os articulistas a problemática encontra-se em como conter de forma definitiva a audácia dos traficantes.

A fala da mídia também converge nessa direção, principalmente quando exige providências contra os traficantes da Mineira, quando desdenha de Fernandinho Beira-Mar com a frase:” *Agora ele não ri mais*”(O GLOBO,PRIMEIRA PÁGINA, 28.02.2003) por ocasião de sua transferência para o presídio de segurança máxima Presidente Bernardes; quando utilizou manchetes sensacionalistas dando um tom dramático aos acontecimentos; quando solicita em seus editoriais ou na forma como organiza as matérias, rigor contra os traficantes; quando manifesta-se negativamente contra a inércia do Estado, ou até mesmo quando elogia ou torna público a prisão de algum traficante de renome ou alguma operação policial com resultado positivo. A matéria sobre o ataque do dia 16 de outubro de 2002, prossegue na parte interna do jornal sob o título **Rocinha, o QG do terror: Chefões do tráfico planejam série de atentados na favela há 15 dias** (O Globo, Rio, 17.10.2002, p.14). A matéria focou inicialmente, o planejamento dos ataques que paralisaram a cidade:

A série de atentados que num espaço de quase seis horas aterrorizaram a cidade entre a noite de anteontem e a madrugada de ontem, com ataques ao Palácio Guanabara, ao Shopping Rio Sul e à 6ª D.P.(Cidade Nova), foi planejada há cerca de quinze dias, pela cúpula do tráfico, numa casa no alto da favela da Rocinha, em São Conrado(O GLOBO,idem.p.17)

Mantendo o clima de conspiração de praxe, fala-se de uma reunião de chefões do tráfico para libertar Isaías do Borel, chefe do tráfico na favela do mesmo nome(O GLOBO, idem, p.17). A matéria prossegue em tom de ameaça, sob um novo título: **Ainda vem coisa por aí: traficante: preso admite que bandidos preparam novas ações**(O GLOBO, idem, p.14).

A próxima página da matéria começa sob a forma de um pequeno título: **Poder paralelo: “Túnel foi descoberto e fuzis AR-15, granadas e coquetel Molotov foram apreendidos em Bangu III”** (O GLOBO, idem, p.15). Sempre mantendo a imagem de perigo iminente, um segundo título chama a atenção para a questão do armamento em poder dos traficantes: **Presos tinham explosivo usado por terroristas** (O GLOBO, idem p.15)

Detentos do presídio de segurança máxima Serrano Neves, O Bangu III, pretendiam explodir o muro da unidade com cinco quilos de

explosivo C4, considerado de alto poder de destruição, usado pelas Forças Armadas brasileiras e por grupos terroristas internacionais. O C4 foi encontrado entre os escombros no atentado do último sábado em Bali na Indonésia, atribuído à rede terrorista de Osama Bin Laden, e no qual morreram pelo menos 180 pessoas(O GLOBO, idem.p.15)

Os títulos Rocinha QG do Terror, presos tinham explosivo usado por terrorista, noite de terror foi planejada na Rocinha, incluindo ainda, o texto no qual se menciona o C4 como um explosivo utilizado por terroristas repete de forma insistente a palavra terror. O encadeamento dos títulos com as explicações sobre o explosivo C4, possibilita a leitura por contaminação, de que o tráfico no Rio de Janeiro mantém associações com o terrorismo internacional ou que está assumindo uma face terrorista. O clima de medo que se instaurou após o 11 de setembro americano serve como pano de fundo para a leitura de acontecimentos que envolvam algum tipo de violência extrema. Hoje qualquer acidente envolvendo aeronaves, uma primeira suspeita que se levanta, é de ato terrorista. Esse clima contamina o olhar da mídia na leitura de acontecimentos como o descrito, considerando-se ainda o fato de que na velocidade em que os mesmos se processam e se tornam notícia, impede uma checagem mais precisa da mecânica dos eventos.

Entretanto, pode-se afirmar que o tráfico se constituiu primeiramente como uma atividade econômica, e não como uma atividade política. No caso das FARC, na Colômbia, o tráfico surge como atividade meio, objetivando angariar recursos para as atividades políticas, já no Rio de Janeiro o tráfico surge como atividade fim. Assim, os atos de ataque ao espaço público sempre atendem, no limite, à tentativa de alcançar objetivos de curto prazo.

Um suposto uso de C4 com o objetivo de derrubar o muro de um presídio, conforme a mídia relata, prescinde de uma ligação com o terrorismo internacional, pois o mesmo explosivo pode ser obtido junto ao Exército. Haja vista, a própria mídia já ter noticiado vários desvios de armas em unidades das Forças Armadas.

A matéria transcorre com uma farta relação de traficantes que estavam no presídio e que provocaram um motim em razão da frustração da fuga. Um box explicativo mostrou o que era o C4 e o que poderia ser feito com ele em poder dos traficantes. No próprio box, no entanto, admite-se, que os traficantes talvez não soubessem utilizar o explosivo adequadamente.

Na página 16, a matéria continua sob o título **‘Bondes’ espalham tiros e medo**

na madrugada: *Bandidos em picapes sem placas matam um policial, ferem outro, queimam carro e atiram em transformador (O GLOBO, RIO, p.16).* Nesse ponto da matéria se mostrou um perfil dos ataques executados pelos traficantes. Um pequeno box sob o título: **Os bandidos que seriam resgatados** (O GLOBO, idem p.17) mostrou um pequeno rol dos traficantes que seriam resgatados com a operação de fuga, tais como Isaías do Borel, Magno da Mangueira, Alexandre Mendes, Aldair da Mangueira, William da Silva Lima, cada nome mencionado recebeu uma pequena biografia criminosa e seu contexto em relação às facções, além de possíveis inimigos.

Rodrigo Barbosa Marinho, o rolinha, é acusado de ser o chefe do tráfico no Morro da Fazendinha, no Complexo do Alemão, em Ramos. Foi preso em 2 de junho de 2001, por policiais do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) e do 16º BPM Olaria. Segundo agentes da Delegacia de Prevenção e Repressão à entorpecentes (Delepren) da Polícia Federal do Rio, Rolinha mantém conexões com cinco estados brasileiros e controla grandes rotas de abastecimento de drogas, armas e munição para favelas do Rio (O GLOBO, idem .p16)

Este tipo de enfoque biográfico, como já se apontou, resulta de um entendimento que pressupõe tráfico e traficantes como figuras sinônimas. Essa percepção do tráfico gera também o conceito de periculosidade associada aos grandes chefes, como se um determinado traficante fosse mais perigoso do que outro. Esse entendimento possibilita à mídia a criar o mito do inimigo público número 1. Cada vez que um traficante de renome é preso pela polícia, a mídia mantém a chama do perigo acesa anunciando um novo nome da cadeia hierárquica de traficantes perigosos.

Essa percepção resulta em uma relação de mão-dupla, na qual a mídia por um lado pressiona o governo para que o mesmo prenda os traficantes, e o governo por sua vez, utiliza a mídia para fazer propaganda (gratuita) a respeito das prisões efetuadas. Os traficantes são exibidos como troféus. Cada governador nos últimos vinte anos, utilizou desse estratagema de prender grandes traficantes e fazer propaganda de seus respectivos governos. As prisões são apresentadas como o verdadeiro saldo qualitativo do combate ao tráfico. Logo, prisão de traficante é sinônimo de combate ao tráfico, de governo que trabalha, de postura firme e que luta contra a impunidade.

Na terceira página referente à matéria ao ataque, há o título dramático: **O dia em que a sede do governo tremeu:** *Bandidos dispararam contra a fachada do prédio histórico que ficou com nove marcas de tiros de fuzil (O Globo, idem, p17).*

Com parte do corpo para fora de um táxi e fuzis em punho, bandidos dispararam contra o Palácio Guanabara, na madrugada de ontem, às 00h50m. Foi a seqüência mais ousada de uma série de ataques que aterrorizaram a Zona Sul, a 50km de Bangu III, onde acontecia a tentativa de fuga. Duas rajadas marcaram a fachada e as pilastras do Palácio, um dos símbolos mais importantes da República, que só havia sido alvejada há 64 anos.(O GLOBO, idem, p.17)

O fato dos ataques terem ocorrido próximo a data das eleições em segundo turno, criou um clima de atentado contra a democracia, tornou-se um ato político. O que foi traduzido pelo título: **Benedita quer Exército de novo nas eleições: Governadora diz que tropas federais podem garantir a segurança da população no segundo turno** (O GLOBO, idem p.18). Ou seja, uma interpretação politizada da questão, tentando associar a atitude dos traficantes à uma possível ameaça às eleições que se aproximavam na ocasião.

Depois de passar duas horas e meia com os secretários de Justiça, Paulo Saboya, e de Segurança Pública, Roberto Aguiar, A governadora do estado, anunciou que, a exemplo do primeiro turno, solicitou o apoio de forças federais para garantir a tranquilidade da população no segundo turno das eleições (O GLOBO, idem, p.18).

Assim, além da politização da questão dos ataques, a governadora ainda procurou tirar partido, afirmando que os ataques foram uma reação à ação repressiva da polícia.

Sobre os tiros no Palácio Guanabara, Benedita, alegou que não há como prever ações como essas. Segundo ela, que elogiou a ação da Polícia, o combate sem tréguas ao crime organizado provocou uma reação dos bandidos. Temos agido com veemência e combatido o crime organizado. Pela primeira vez o estado está fazendo varredura em presídios, sem dar tréguas aos bandidos.(O GLOBO, idem, p.18)

Os fatos noticiados na própria mídia caminharam na direção de associar os ataques na Zona Sul e alguns bairros da Zona Norte à tentativa de fuga em Bangu III. Afirmou-se que os ataques na Zona Sul tinham por finalidade mobilizar a ação da polícia, enquanto se fazia uma tentativa de pôr abaixo o muro do presídio Bangu III. Todavia, não é possível afirmar que de fato há qualquer relação entre os fatos. Afinal qual seria a razão de escolher pontos de ataque na Zona Sul e mobilizar contingentes policiais nessa região e não em áreas próximas do presídio de forma a atrair a Polícia desta área para longe do presídio? Há uma enorme possibilidade de que os ataques não estivessem associados. Até mesmo o ataque à Delegacia Policial, pode ser encarado como um ataque aleatório, pois os tiros dos bandidos atingiram a lateral da delegacia e

não a parte frontal da mesma. Esta lateral da delegacia fica para uma via expressa por onde os bandidos passaram vindo da Zona Sul, não houve qualquer desvio de rota para se atacar o prédio da delegacia. E qual a razão de se atacar uma delegacia na Cidade Nova, novamente tão longe do conflito?

Os mesmos traficantes, se de fato eram traficantes, pois nenhuma identificação positiva foi feita a respeito dos envolvidos, ainda entraram em choque com policiais militares no bairro do Santo Cristo e em seguida fugiram. A matéria ainda noticia que esse ataque se relacionaria à uma série de confrontos ocorridos nos bairros de Benfica e São Cristóvão (O GLOBO, idem p 16)

Imediatamente após a fracassada ação em Bangu III” bondes” de traficantes aterrorizaram diferentes pontos da cidade. Em carros como duas picapes pretas pichadas na lataria com inscrições como “ADA” Parque Alegria” e “Bonde do Linho” para incriminar ao inimigos, bandidos trocaram tiros com policiais na saída da Barreira do Vasco, em São Cristóvão. Eles escaparam do cerco seguindo para o Morro do Telégrafo, onde novo tiroteio. Dois bandidos foram baleados, mas conseguiram fugir em direção ao morro(O GLOBO, idem,p.16)

Por fim, a matéria ainda fala de confrontos entre traficantes e policiais da 17ª Delegacia Policial que estavam de ronda em uma patrulha, onde morreu um policial e outro ficou gravemente ferido.

Logo, pela leitura proposta pela mídia, todos os fatos descritos: a tentativa de fuga em Bangu III, o ataque na Zona Sul; os confrontos em São Cristóvão e em Benfica, faziam parte de um mesmo pano de fundo, ou seja, chamar a atenção da polícia para que a fuga obtivesse o sucesso.

Numa reunião dos principais chefes da Rocinha ,há 15 dias, na Rocinha, começou a ser planejada a noite de terror que a cidade viveu terça-feira. Para tentar resgatar os preso do Comando Vermelho em Bangu III, os bandidos promoveram uma série de atentados em diversos bairros e atingiram até o Palácio Guanabara(O GLOBO,17.02.2002,PRIMEIRA PÁGINA)

Entretanto, se havia um interesse tão grande em jogo, que era a fuga em Bangu III, por que não parar a cidade toda ou pelo menos uma região maior e principalmente os bairros mais próximos de Bangu, o que mobilizaria policiais para longe do local da fuga? Por que nenhum ônibus foi queimado? Por que as áreas sob o controle do Comando Vermelho não foram mobilizadas? Por que São Cristóvão, Benfica e Zona Sul? Será que de fato todos esses movimentos estavam associados ou concorreram em

uma enorme coincidência, principalmente em uma cidade onde esses eventos encontram-se profundamente banalizados?

Alguma coisa parece indicar que havia outro interesse na área de São Cristóvão diverso da tentativa de fuga em Bangu III, algum carregamento ou algum outro ataque planejado. Não há sequer provas que os ataques da Zona Sul tenham relação com a tentativa de fuga de Bangu III, ou que tenham sido praticados por traficantes.

Talvez a leitura da mídia e das autoridades que insistem em entender o tráfico como crime altamente organizado tenham contribuído para uma leitura tão globalizante dos acontecimentos. Há uma possibilidade de que os acontecimentos tenham sido totalmente isolados uns dos outros. Essa visão de pensar o tráfico como um movimento com objetivos subversivos e quiçá terroristas, pode gerar esse movimento de simulação do real, ou seja, criar algo onde não há nada de realmente para se ver.

A matéria continua sob o título **A cada ação, um novo limite para a audácia** (O Globo,Rio,17.10.2002, p.19)

Nesta parte da matéria é feito um retrospecto de algumas ações do tráfico:

A cada nova ação, traficantes vêm fazendo o carioca redefinir o conceito de limite para o poder paralelo. Antes do atentado de ontem ao Palácio Guanabara, dois prédios públicos já haviam sido alvo da ousadia dos bandidos. Em maio deste ano, o prédio da Secretaria Estadual dos Direitos Humanos foi metralhado. No mês seguinte, foi a vez da sede da prefeitura, na Cidade Nova, ser alvejada por mais de duzentos disparos(O GLOBO, RIO, 17.10.2002.p19)

A matéria continua com uma narrativa de diversos eventos violentos na cidade do Rio de Janeiro, ocorridos desde o ano de 2000 e apresenta nesse sentido um conjunto de fotografias mostrando os estragos causados pelo tráfico, casos aliás, nem sempre esclarecidos ou provados como autoria de traficantes, a palavra tráfico se tornou um nome genérico e qualificador de qualquer evento violento ocorrido na cidade cujo resultado seja a destruição ou ataque ao patrimônio público ou privado.

Nesse conjunto há uma primeira fotografia medindo 12.2 cm de comprimento por 16.2cm de largura mostrando a fachada do prédio da prefeitura estilhaçada pelos tiros em junho de 2002, uma segunda fotografia medindo 6.0 cm de comprimento por 10.6cm de largura mostrou o ataque à Polinter em outubro de 2002, a terceira fotografia medindo também 6.0 cm de comprimento por 10.6cm de largura mostrou um atentado feito contra a 27ª Delegacia Policial em Vicente de Carvalho, ocorrido em dezembro de 2000 e um pequeno conjunto de duas fotografias medindo no total 12.3 cm de

comprimento por 5.3cm de largura, sendo que a primeira fotografia narra um ataque feito contra a 27ª D.P. em março de 2002, e a outra, a fachada do Desipe que teria sido atacada em maio de 2002 (foto 26).

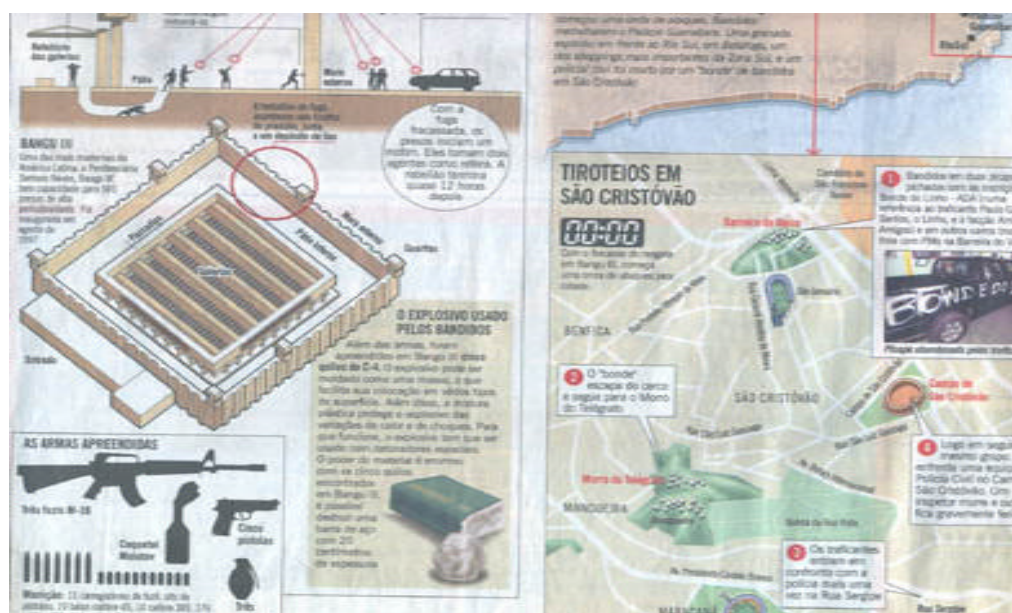
Foto 26



Fonte: O Globo, 17.10.2002.

A matéria encerrou na próxima página sob o título: **Como o terror se espalhou** (*O GLOBO*, *idem* p.20), tendo no alto em letras menores: **Poder paralelo: a tentativa de resgate de preso de Bangu III desencadeou uma onda de ataques na cidade** (*O GLOBO*, *idem*, p.20) Em seguida foi mostrado um mapa do conjunto dos ataques ocorridos na cidade. O mapa composto em três partes, sendo que a primeira mostrando a rota percorrida pelo comboio que atravessou a Zona Sul, atacando o shopping Rio Sul, Palácio Guanabara, a Delegacia da Cidade Nova e os confrontos com a Polícia. A segunda parte do mapa mostrando a tentativa de resgate no presídio Bangu III, uma terceira parte mostrando a área de confronto envolvendo os bairros de Benfica e São Cristóvão. O mapa lido em conjunto, causa a impressão de uma integração entre os eventos em razão da profusão de rotas e setas vermelhas que tentam recriar os acontecimentos e a forma como são apresentados (foto 27).

Foto 27



Fonte: O Globo, 17.10.2002

A primeira página do jornal referente ao dia seguinte aos eventos narrados, trouxe apenas uma pequena matéria narrando ameaças dos traficantes contra a Governadora Benedita da Silva. Na parte interna, um editorial sob o título *celas adequadas*, no qual um editorialista retoma as velhas bandeiras do combate ao tráfico e a criminalidade. O autor pede que se coloque de lado as questões apontadas como causas do aumento das fileiras do tráfico e que não demandem curto prazo nas suas resoluções, tais *como a miséria, a demanda pela droga, a multiplicação das rotas mundiais*(*O GLOBO, OPINIÃO, 18.10.2002, p.06*).

O editorialista tomando por base o que aponta como causas para o crescimento das fileiras do tráfico, elabora um pequeno menu de medidas que considera como o que *pode ser feito com alguma rapidez para tornar menos confortável a atividade criminosa* (*O GLOBO, OPINIÃO, 18.10.2002, p.06*).

As medidas começam com a criação de sistemas penitenciários federais que sirvam de modelos para os estados, treinamento e melhor remuneração dos agentes penitenciários, maior ação da OAB⁶⁸ para coibir os maus advogados, estabelecimento de normas disciplinares para os detentos. Em suma tudo depende de como se administra o sistema prisional.

O editorialista pensa, como é lugar comum na mídia, que a questão do tráfico, está na prisão. Difunde-se a percepção que o tráfico aumenta por que o traficante ou

⁶⁸ Ordem dos Advogados do Brasil.

candidato a traficante não teme a prisão e que a qualquer momento pode manter regalias e o poder de comandar o tráfico de dentro das celas. Ao insistir, por exemplo, na questão do conforto de alguns traficantes, entende tal conjuntura como uma possibilidade que se estende a todos os presos indistintamente, o que de fato não é verdade. Assim, os presídios são vistos como oásis de conforto onde traficantes dirigem suas quadrilhas. O que de alguma forma, segundo o editorialista, estimularia os candidatos ao posto de traficante.

Uma segunda discussão, seria a manutenção do poder dos traficantes, questão que está relacionada a anterior, pois o autor aponta como solução, o isolamento total dos grandes chefes, o que poria um fim ao poder dos mesmos. Entretanto, o autor desconsidera que o isolamento de chefões leva na mesma medida o surgimento de novos chefes para preencherem os espaços deixados pelos anteriores. Não está provado que a perspectiva de prisão futura desestime novos traficantes.

O autor ao valorizar a bandeira da anti-corrupção, a entende como uma questão que pode ser resolvida com salários e treinamento, o que não é comprovado, haja vista que a corrupção grassa em vários escalões da sociedade, nos quais são percebidos altos salários. A corrupção é um meio que permite aos traficantes existirem enquanto partes de uma engrenagem maior que é o próprio tráfico. O autor, no entanto, despreza como causa menor o poder dos traficantes em aliciar pelo medo os agentes penitenciários, pois o Estado não tem qualquer mecanismo que permita proteger os agentes e seus familiares dos longos braços do poder dos traficantes fora do presídio, conforme relata em entrevista o secretário de Justiça do governo Benedita, Paulo Sabóia, que destacou a morte de oito agentes penitenciários pelo simples fato de promoverem revistas mais rigorosas em familiares dos presos(O *GLOBO*, RIO,16 de setembro de 2002, p.13). Estranhamente a mídia não procurou desdobrar essa questão, não dando a mínima atenção ao fato.

Na parte final do editorial retoma-se a questão do riso do traficante e do clamor público por uma legislação que castigue para amedrontar o crime no presente, e, sua possibilidade no futuro.

Aqui está apenas o reflexo da frustração da opinião pública, que se sente agredida pelos rostos sorridentes dos chefões do tráfico atrás das grades de instituições supostamente de segurança máxima(O GLOBO, OPINIÃO,18.10.2003,p.06).

Um segundo editorial sob o título *sem milagre* persiste no mesmo tecnicismo anterior, embora partindo de uma posição supostamente de vanguarda ao condenar o

imediatismo das ações governamentais contra a violência.

É comum, em situações de crise na área de segurança, surgirem propostas de soluções definitivas e salvadoras. Como por exemplo, a já clássica sugestão de pôr nas ruas soldados das forças armadas. Grande engano Não há poção mágica contra o crime organizado. O único caminho viável é uma sucessão de ações articuladas entre as diversas esferas do poder público: do bombardeio de pistas clandestinas na Amazônia a operações policiais nas cidades, sem esquecer um eficiente sistema de inteligência policial e financeira capaz de implodir as lavanderias de dinheiro do tráfico. E toda essa máquina precisa do apoio de programas sociais que protejam a próxima geração de jovens pobres e os afastem do crime. Como se vê não há milagres nessa tarefa. (O GLOBO, OPINIÃO, 18.10.2002, p.06).

Apesar do tamanho do editorial o mesmo foi reproduzido na íntegra, para se poder mostrar a contradição apresentada no trato da questão do tráfico, pois, apesar de uma crítica ao imediatismo das medidas de força o autor insiste de forma aparentemente “moderna” nas medidas de caráter técnico e policialesco. Desloca a questão do tráfico do âmbito técnico da prisão para o âmbito técnico do combate. No limite, um editorial pelo outro, se equivalem, pois ambos sustentam o mesmo enfoque técnico com um ligeiro verniz social, mantido pelo conceito de programa social. *Como se vê, não há milagres nessa tarefa, (O GLOBO, OPINIÃO, 18.10.2003, p.06).* Mas também não há solução.

Interessante nas análises a respeito da violência e da criminalidade é a polarização política existente entre quem está no governo e quem se encontra fora dele. Quem está fora do governo fala da incompetência de quem está no governo, aponta como causas dos ataques a falta de autoridade, de investimento na área técnica, nas falhas do sistema prisional e quem está no governo diz o inverso: que acabou a conivência com o crime, que há uma política de segurança e que os ataques do tráfico resultam de uma maior repressividade do poder público, daí a reação dos traficantes:

A tentativa de fuga em massa de Bangu III e os ataques com granada e tiros da madrugada passada foram mais uma reação frustrada do crime organizado à política de segurança pública do governo Benedita da Silva, que pôs fim a heterodoxa tradição fluminense de convívio amistoso com os barões do submundo baseado no estabelecimento de tréguas, acertos ocultos e omissões intencionais (O GLOBO, RIO, 18.10.2002, p.18).

Assim, segundo Jaqueline Muniz, coordenadora de segurança durante o Governo Benedita da Silva, a questão da violência depende apenas de boa vontade política e

probidade. A articulista continua reproduzindo a velha percepção tecnicista de violência:

O combate aos barões do crime vem sendo travado com ações integradas das polícias civil e militar e uma atuação firme, transparentes, sistêmica e planejada, construída a partir de diagnósticos tecnicamente orientados e de um sistema de inteligência policial(O GLOBO, RIO, 18.10.2002, p.18).

Não se pode esquecer no entanto, que todo o progresso propalado por Jaqueline Muniz foi alcançado com apenas três meses de administração Benedita da Silva e pressupondo que nada disso existia na máquina de segurança dos governos anteriores, depreende-se que houve um “verdadeiro milagre”. Que esse curto governo conseguiu, em pouquíssimo tempo, superar problemas até então históricos, tais como o antagonismo entre Polícia Civil e Polícia Militar, a escassez de investimentos a corrupção etc. Por essa perspectiva, apresentada por Jaqueline Muniz, tudo é apenas uma questão de honestidade e vontade política

No entanto, as falas entre componentes do próprio governo não coincidem na análise dos episódios de 30 de setembro. A própria governadora na ocasião, Benedita da Silva, contradizendo o pensamento de Jaqueline Muniz, *alegou que não há como prever ações como essas*(O GLOBO, RIO, 18.10.2002, p.18) Logo, não há indícios claros de que a tentativa de fuga de Bangu III tenha sido antecipada pelo governo ou que tenha havido qualquer medida para evitar a fuga. Haja vista, o isolamento da sentinela que enfrentou um fogo cruzado entre traficantes que estavam do lado de dentro e do lado de fora do presídio. O ato inclusive foi alvo de elogio de um editorial do próprio O Globo:

A coragem de um PM bastou para impedir uma fuga em massa. Ele não é um herói solitário. E é preciso dar condições e ânimo aos muitos como ele (O Globo, Opinião, 18.10.2002, p.06). O que se percebe no entanto, é que as ações das forças de segurança, entra e sai governo, são movidas pelo mesmo quixotismo de sempre, de policiais que isoladamente e sem nenhum espírito de conjunto e com o sacrifício de suas vidas, desperdiçadas inutilmente, lutam nas frentes contra o crime. Mas esse individualismo quixotesco que move as ações policiais também é uma face da hegemonia da narrativa do capitalismo em seu atual estágio, que contraditoriamente defende o trabalho em equipe, mas ao mesmo tempo promove e afirma o mito do herói e até do anti-herói, como se dá no caso dos traficantes.

A mídia então, se torna o cenário para vozes que aparentemente soam

dissonantes e que, no entanto, insistem no mesmo padrão de resposta tecnicista: a questão do crime, é uma questão só de polícia. Conservadores e liberais concordam, mudam apenas o colorido do enfoque.

Uma continuação da matéria no jornal do dia 18 de outubro de 2002 trouxe como título: **Devassa vai apurar enriquecimento de agentes** (*O GLOBO, RIO, 18.10.2003, p.16*). Retomando assim, a questão da boa moralidade pública e estabelecendo um novo mapa de culpados, novamente transferindo o entendimento da questão do nível institucional e estrutural para a simples ação dos sujeitos.

A matéria sobre os ataques de outubro encerra com uma *mea culpa* não assumida pela mídia, pois todo o alarde causado em torno do explosivo, que segundo se dizia, tratava-se de C4, importado possivelmente de grupos terroristas, era outro explosivo chamado pentolite e que poderia ter sido obtido em alguma pedreira, inclusive *estava úmido, velho e gasto* (*O Globo, RIO, 18.10.2002, p.18*).

Então, conclusivamente fica o quadro de um traficante que não compra C4 de terroristas e sim pentolite gasto, úmido e velho de pedreira. Fatos como esse reforçam a tese de que o tráfico como uma atividade econômica encontra-se em crise como já se discutiu anteriormente. A falta de dinheiro para a compra de um explosivo de qualidade parece ser uma evidência dessa crise.

Com a descoberta que não havia sido utilizado C4 na tentativa de fuga, as palavras terror, terrorismo, Al Qaeda, desapareceram. A matéria sobre o C4, que tinha ocupado cerca de oitenta por cento de uma página transpirando terrorismo, foi reduzida a duas pequenas colunas ocupando no máximo quinze por cento de uma página interna sem qualquer destaque na primeira página. Finalmente, acabou o espetáculo.

3.4 .-ataque de fevereiro – operação carnaval

3.4.1. Primeiro dia – a imagem da guerra

No final do mês fevereiro de 2003, próximo ao Carnaval, a cidade do Rio de Janeiro novamente foi sacudida por uma ação violenta dos traficantes sob ordens de Fernandinho Beira-Mar. Foram ônibus queimados, saques, roubos, comércio, universidades e estabelecimentos em geral fechados, em suma a velha fórmula, anteriormente apresentada e já conhecida.

A primeira página do O Globo do dia 25 de fevereiro de 2003, uma terça-feira, trazia como um dos títulos principais: **Segunda-feira sem lei** e como subtítulo “*Tráfico volta a espalhar violência com bombas, ônibus incendiados, tiros e feridos*”. A matéria

ocupou cerca de oitenta por cento da primeira página com as mesmas imagens dos ataques anteriores. Uma janela estilhaçada por uma bomba lançada na Avenida Vieira Souto, em Ipanema. Policiais militares aturdidos diante de um ônibus incendiado em Botafogo. Um trecho do comércio fechado na Visconde de Pirajá, em Ipanema por ordem do tráfico.

Se um dos princípios basilares do jornalismo impresso está na forma como se organiza a primeira página, pois nesta se encontra o sentido de tudo que se pretende dizer, a dramaticidade das fotografias nesta edição é contundente ao apontar para ameaça que pairou sobre parte da cidade.

Na primeira página está determinado e implícito para quem se fala, o que fala e como se fala para quem se fala. Não é aleatório o fato de que as três fotografias da primeira página mostrem a Zona Sul e não a Zona Norte, que ficou para ser mostrada na parte interna do jornal. Não se pode falar da mesma forma, para todas as pessoas, mesmo que se verse sobre assunto comum, no caso a violência urbana.

A manchete e as fotografias falam para os moradores da classe média alta dessas regiões mais importantes da cidade, que o perigo não se encontra mais tão distante. O fato de toda a cidade ter sofrido com os ataques e O Globo somente mostrar as regiões atingidas da Zona Sul é ilustrativo para se identificar o público-alvo. O fato das imagens e o título ocuparem mais de cinquenta por cento da primeira página é indicativo do tom dramático que se pretende dar ao fato.

Acima das fotografias e do título, foi colocado o desenho de um mapa mostrando o restante da cidade atingida pelos ataques, embora de forma genérica, haja vista a Zona Sul ter sido a área escolhida para ser mostrada em detalhe.

Neste desenho, foi colocada uma legenda com símbolos (ícones) indicativos dos distúrbios ocorridos na cidade. Havia um símbolo em forma de fogueira indicando ônibus queimados, um símbolo em forma de um sol avermelhado, indicando bombas e granadas, um terceiro símbolo de pessoas correndo indicando saques e roubos e por último um símbolo de um cifrão cortado, representando fechamento de comércio, total ou parcial. O mapa implica na percepção de videogame como já se discutiu nesse trabalho (foto 28).

Foto 28



Fonte; O Globo, 18.10.2002)

Esse tipo de recurso, muito comum na mídia escrita, atende ao imperativo imagístico de virtualização do real, criando assim um novo real. É a lógica do vídeo game, conforme já se discutiu anteriormente.

A continuação da matéria, na parte interna do jornal, contemplou outras áreas da cidade consideradas secundárias pela mídia. Não abrindo mão da dramaticidade: **O terror do tráfico de volta:** *Bandidos incendiam ônibus, explodem bombas e fecham o comércio em pelo menos 20 bairros* (O Globo, Rio, 25 de fevereiro de 2003, p.12).

A matéria continuou com relatos dos ocorridos pela cidade:

Traficantes voltaram a desencadear ontem uma onda de violência no Rio, explodindo bombas, destruindo veículos, proibindo a circulação de vans e ônibus, atacando policiais e determinando fechamento do comércio em diferentes bairros (...). Na Vieira Souto, em Ipanema, três bombas de fabricação artesanal explodiram em frente a dois prédios (...) Duas bombas artesanais também foram lançadas contra ao prédio ao lado, de número 432, próximo ao Hotel Caesar Park, :uma no jardim interno e outra que, de acordo com policiais civis do esquadrão antibomba, explodiu no ar, (O GLOBO, 25 de fevereiro de 2003, RIO, p.12).

Um detalhe da matéria que deve ser destacado, se encontra na coluna que dá continuidade aos relatos sobre os tumultos já mencionados, sendo iniciada com o título: *Queima de fogos 24 horas depois* (O GLOBO, idem, p.12). pois chama atenção da perplexidade dos moradores da Vieira Souto que se imaginavam seguros e totalmente protegidos de situações como as que ocorreram na segunda-feira:

Ninguém ficou ferido, mas moradores da região, que tem um dos metros quadrados mais caros do Rio –R\$ 10 mil em média acordaram assustados com a confusão, custando a acreditar que o bairro fora alvo de uma ação comandada pelo tráfico.(...)Vinte e quatro horas após a primeira ação do tráfico, houve uma queima de fogos de mais de dez minutos, ontem a noite em favelas da Tijuca (O GLOBO, idem,p.12)

Reforçando a tese de que o “perigo é mais perigoso” dependendo de quem é atingido.

Ainda sobre os ataques, há uma terceira parte da matéria, que começa com um título expressivo, mas não do mesmo tamanho ao exposto na primeira página, igual apenas em dramaticidade: **O Rio em estado de guerra.**

A matéria atenta para os prejuízos materiais causados pela segunda-feira sem lei com o título **prejuízo de 280 milhões no comércio.** A mídia vende uma imagem de impotência.

O medo dos pais fez com que escolas funcionassem a partir do fim da manhã de ontem em ritmo de feriado. Nos bairros mais afetados pela violência, como Botafogo, Ipanema e Tijuca, a maioria dos responsáveis correu para os colégios para pegar os filhos. Grandes colégios como o Princesa Isabel, o Legrand e o Marista São José optaram por fechar as portas no turno da tarde,(...) O próprio presidente da Associação de Pais e Alunos do Rio de Janeiro(APAERJ), João Luiz Faria Netto, decidiu não levar a filha à tarde ao Colégio Anglo-Americano, em Botafogo. -É melhor perder o dia de aula que correr o risco de vida (O Globo, idem, p.12)

A quarta parte da matéria começa com a leitura política dos acontecimentos e inicia com o título: **Deputados criticam a lentidão das autoridades.** (O Globo, idem,p.14). O subtítulo é significativo no sentido de ser a mesma resposta que os governantes apelam em situações com essa: *Governadora afirma que bandidos organizaram ações criminosas em reação à presença da polícia nas ruas (O GLOBO, idem,p.14)* Essa resposta é típica para negar qualquer possibilidade de incompetência ou falha da Polícia, logo, a ação dos traficantes foi uma reação à repressão policial ao tráfico, que então sufocados, reagem. Substitui-se a idéia de uma polícia incompetente por uma competente. Assim sendo, a ação dos traficantes, é apenas reativa e em nada se relaciona a uma fraqueza ou inércia do Estado. O GLOBO, no entanto, em uma parte da matéria chamada *mudou de tom* confrontou e explorou a ambigüidade da Governadora Rosinha Garotinho em suas declarações:

Em 3/10/2002 (sobre ataques do tráfico no governo Benedita):

Ninguém pode prometer que vai assumir e tudo será um mar de rosas. Mas se eu

ou o Garotinho estivéssemos no governo, a situação não chegaria nesse ponto (O Globo, idem p.12)

Ontem: está havendo uma orquestração dos bandidos porque a polícia esta nas ruas combatendo o crime. Estamos tendo enfrentamentos, mas estamos com o comando da Polícia atento, todo em ação, combatendo este vandalismo que estão tentando fazer no nosso estado. Evitar é impossível, mas cruzar os braços nós não cruzamos(O Globo, idem p.12)

Em seguida procederam da mesma forma com o secretário de Segurança Josias Quintal:

Em 26/10/2002 (sobre ataques do tráfico no governo Benedita): “A sensação de insegurança aumentou consideravelmente. A política de segurança deles(o governo passado)fracassou. O crime se organizou. Quem vai pagar o preço disso é população. Era o que tínhamos”.

Ontem: A administração anterior dizia muito que as ações do tráfico era uma resposta à ação da PM, mas agora são os próprios traficantes que estão dizendo. O que aconteceu foi uma ação desesperada do tráfico por conta das medidas que vêm sendo tomadas, Mas vamos continuar. Não vamos permitir badernas (O Globo, idem p.,12)

Fazer esse tipo de confronto, no qual se expõem figuras do poder público ao ridículo de suas declarações e contradições, faz parte da prática jornalística no papel de fiscal da política, uma espécie de terceira visão.

A matéria prossegue com os relatos de políticos de todos os matizes lamentando o ocorrido e solicitando que a polícia deveria agir no sentido de dar segurança aos cidadãos. Uma parte da matéria sob o título **Aprendendo a conviver com o medo** (O GLOBO, idem, p.12) trouxe um artigo em tom dramático, versando sobre a capacidade do carioca em continuar sua rotina, apesar de toda a situação de descontrole.

A matéria apresentou ainda uma fotografia dos detidos pela polícia nas ações da segunda-feira sem lei. Nesta se mostra a cena de vários suspeitos sentados no chão e um homem, certamente um policial, do qual só se mostra apenas parte da perna e a mão segurando um molho de algemas (O GLOBO, idem, p.12).

Na quarta página da reportagem, se retoma o enfoque do ataque ao poder público. Pela lógica da mídia, os ataques, no limite, representam a intenção de afrontar o Estado, o que fica demonstrado com o título que encabeça a página: *Poder “Paralelo: arcebispo do Rio divulga nota afirmando que os incidentes são um afronta à sociedade”*(O GLOBO, idem, p.13). A matéria prossegue com declarações do Ministro

da Justiça, Marcio Thomaz Bastos, *Quando há um surto de violência, como esse que ocorreu no Rio, tem que usar as medidas disponíveis, como a polícia na rua e enfrentar a violência com a violência* (O Globo, *idem*, p.13).

Insistindo na questão do enfraquecimento do poder público, a matéria assume um tom quase melodramático com o título **O poder público na mira do crime** (O GLOBO, *idem* p.12). Nesta parte faz-se uma espécie de memorial dos ataques, uma cronologia mais emocionada, principalmente por conta da reapresentação da fotografia do brasão da República alvejado em 16 de outubro de 2002 por traficantes. Que devido a sua importância na construção na análise foi reproduzido na íntegra:

*Uma série de atentados contra as autoridades e o poder público foi iniciada pelo crime organizado. O primeiro ataque aconteceu em 14 de maio de 2002, quando quatro homens em duas motos jogaram uma granada na sede da Secretaria dos Direitos Humanos(...) onde também funciona o Departamento do Sistema Penitenciário(DESPE). Nas imediações do DESPE, os bandidos deixaram dois cartazes. Num estava escrito: Chega de opressão. Daqui para frente qualquer ação arbitrária com nossos irmãos na cadeia será dada resposta a altura(na bala)” Lei foi feita para ser cumprida. No outro estavam escritas duas siglas, sendo uma delas de uma facção criminosa. (...) No dia 24 de junho, a sede da prefeitura, na Cidade Nova, foi atingida por mais de duzentos tiros(...) Em 11 de setembro passado, quando o traficante Luís Fernando da Costa, O Fernandinho Beira-Mar, organizou um motim em Bangu I para assassinar rivais, uma ação orquestrada também desencadeada em todo Rio.(...) No dia 30 de setembro, traficantes ordenaram o fechamento do comércio e de escolas em vários bairros do Rio e de outros municípios da Região Metropolitana(...) No início da madrugada de 16 de outubro passado, bandidos dispararam contra o Palácio Guanabara, em Laranjeiras(...) Duas rajadas marcaram com nove tiros a fachada e as pilastras do palácio, um dos símbolos mais importantes da República(O GLOBO, *idem* ,p.15)*

Como complemento da tese de que houve um ataque ao poder público e que há uma situação fora de controle, duas fotografias são singulares, a primeira do brasão da República, com uma perfuração feita por um projétil de arma de fogo⁶⁹ e uma segunda de uma pick-up preta com uma inscrição em branco com a sigla da facção Amigo dos Amigos(ADA)(foto 29).

⁶⁹ Fotografia já mencionada neste capítulo.

Foto 29



fonte: O Globo. 25.02.2003)

Para encerrar a discussão sobre esse dia de ataque, há o editorial do O Globo, com palavras de ordem e apelo por uma reação do governo estadual, que segundo o articulista mantém-se imobilizado e enredado em grave crise financeira, politicamente paralisado por uma CPI cujo centro é um escândalo em que um dos principais protagonistas foi alto funcionário da Fazenda na gestão de Anthony Garotinho, o governo é agora apanhado em estado de catalepsia por mais uma demonstração de força do crime organizado(*O GLOBO, OPINIÃO*, 25.02.2003.p.06)

Mantém-se o apelo em prol do ato repressivo, que segundo o articulista, encontra-se emperrado por uma questão de impasse político entre o PSB e o PT. *O apoio da União precisará ser dado, também, no bojo de um plano nacional de segurança amplo o bastante para articular as polícias das regiões mais importantes, dentro de um programa que efetivamente equipare a repressão policial à capacidade demonstrada pelo crime organizado(O Globo, idem p.06).*

O apelo pelo incremento do aparelho repressivo, parte da própria mídia, de políticos, de representantes da Igreja, que entendem o que está em jogo é a fraqueza do Estado e da autoridade que lhe é inerente.

3.4.2.O segundo Dia – onde estão as autoridades?

Os traficantes continuam os ataques na madrugada do dia seguinte e o fato foi noticiado em letras garrafais: **Tráfico amplia o desafio com novo dia de ataques: ônibus voltam a ser incendiados e lojas são metralhadas na Zona Norte**(*O Globo*, primeira página, 26.02.2003). A matéria desta vez ocupou cerca de setenta por cento da primeira página, e nenhuma fotografia da Zona Sul, mesmo porque, esta não foi praticamente atingida no segundo dia de ataque.

A matéria assumiu um tom mais irônico no trato com a situação ao complementar o título da matéria com outro subtítulo; *Enquanto isso , as autoridades* (O GLOBO, PRIMEIRA PÁGINA, 26 de fevereiro de 2003,), repetindo o tom de questionamento às autoridades, no caso o Secretário de Segurança Josias Quintal e Rosinha Garotinho, a Governadora do Estado, mantendo-se a mesma lógica da matéria feita no dia anterior sob o título *mudou de tom*. Desta vez insistiu-se no alheamento das autoridades em relação aos fatos ocorridos.

Em pequenos trechos insistiu-se em uma crítica às autoridades. Em relação ao Coronel Josias Quintal, destacou-se a desinformação do secretário em relação aos novos ataques do tráfico.

“Tenho uma ótima notícia para vocês: O Rio teve uma madrugada tranqüila”, disse aos jornalistas o secretário de Segurança, Josias Quintal, às 10h. Ele não sabia dos ataques(*O Globo*, *idem*, primeira página).Em relação à governadora, destacou-se o fato da mesma ter saído para fazer compras enquanto a cidade sofria sob os ataques: *depois de pedir reforço da segurança nos palácios onde mora e despacha, a governadora arrumou tempo para pesquisar preço de material escolar para os nove filhos, no Centro*(O GLOBO, *idem*,PRIMEIRA PÁGINA).

O encaminhamento da matéria em tom de indignação aponta para o desinteresse e a desinformação das autoridades em relação ao drama da cidade. As fotografias apresentadas na primeira página reforçam a idéia de que as autoridades somente pensam em si próprias esquecendo a sociedade. A primeira fotografia, medindo 14.1 cm de comprimento por 23 cm de largura mostra a fachada de um supermercado na Penha totalmente alvejado por disparos de arma de fogo, diante da perplexidade de dois transeuntes. A segunda fotografia mostra a montagem de uma barreira policial em frente ao Palácio Guanabara. Em outras palavras, se questiona, como a governadora tem a coragem de sair para fazer compras diante de fatos tão tenebrosos acontecendo pela cidade. A fotografia da barreira da Polícia Militar em frente ao Palácio Guanabara

reafirma a idéia de alheamento das autoridades e a preocupação apenas com a própria segurança e de seus pares.

Na própria matéria do O GLOBO no dia anterior, 25 de fevereiro de 2003, simultaneamente às matérias relativas aos ataques, mostrou-se uma fotografia do casal Garotinho em um ato de desagravo à governadora, em razão de ataques políticos feitos pelo PT. A matéria insistiu nas juras de amor de Garotinho à governadora e no imenso sorriso do casal enquanto a cidade era sacudida pela violência e era alvo dos ataques dos traficantes.

A matéria continua na parte interna do jornal, sob o título **Mais um dia de terror:** *Tráfico volta a atacar metralhando supermercado e shopping e incendiando ônibus(O Globo, Rio, 26,02.2003, p.12)*. Apresentando em seguida ao título, o desenho de um mapa das regiões atingidas e um grupo das pessoas presas durante os ataques. A matéria fala ainda de uma tentativa de invasão de um shopping na Zona Norte, no caso o Nova América, que entretanto, não ocorreu. Houve apenas pânico em razão de acontecimentos que se deram do lado de fora do shopping. Tais episódios são comuns em razão da sensação de medo que tem se instalado na cidade.

A terceira página da matéria começou com o título: **Poder Paralelo:** *esquema de semiprontidão da Polícia Militar será mantido pelo menos até o fim do carnaval*. Em seguida reitera os ataques ao secretário de Segurança e à governadora Rosinha Garotinho, voltando a mencionar a desinformação do secretário e o desinteresse da governadora. A matéria fecha a página com dois boxes de caráter ilustrativo, o primeiro com o título *Um jeito de Chicago dos anos 30: terror igual ao implantado nos anos 30(O Globo, idem, p.13)*. O pequeno artigo compara o Rio de Janeiro com a Chicago dos anos trinta:

Rio cidade sitiada. Grupos organizados controlam territórios onde vivem e aterrorizam a população de várias áreas da cidade. A descrição serve tanto para os traficantes de drogas que realizam ações criminosas em vários pontos da cidade anteontem quanto para os mafiosos da década de 30 em nova York. Chicago e na Itália, ou as gangues de jovens em Nova York e Los Angeles que há décadas entram em guerra por domínio de território(...)O cidadão é obrigado a suportar a violação de ordem urbana, como por exemplo os bailes funks, tiroteios, assalto.(...) o temor é que o Rio se transforme numa Medellín, na Colômbia, cidade onde está localizado o maior cartel de drogas na América Latina onde a população já vive acuada e os traficantes assumiram o poder(...)poder semelhante na década de 30 levou ao caos às ruas de Chicago(...)(O Globo, idem, p.13)

O artigo em forma de um pequeno editorial, traz consigo o pecado dos pequenos

artigos, a generalização que contribui de forma direta para o aumento do desconhecimento e para a sensação de pavor. Mesmo não querendo confrontar o forte preconceito presente na equivalência entre baile funk, assaltos e tiroteios, nesse caso, permanece a mesma leitura conservadora que personaliza o debate em tornos de figuras criminosas emblemáticas como Al Capone e traficantes do Rio de Janeiro. O editorial também insiste na idéia de comparar o Brasil e a situação do Rio de Janeiro com (a questão) da Colômbia, ou seja, aquilo que na mídia tem se denominado como a “colombinização” do Rio de Janeiro. As situações mencionadas embora marcadas por semelhanças, no que diz respeito aos efeitos dos ataques em ambas regiões, são totalmente diferentes e merecem um olhar mais cuidadoso que evite a generalização e somente contribui de forma sintomática para a manutenção da cultura do medo.

3.4.3.O terceiro dia- Operação Beira- Mar

No terceiro dia, a situação já estava sob controle, mas o GLOBO manteve o clima de apreensão sob o título **Governo federal decide tirar Beira- Mar do Rio** (O GLOBO, PRIMEIRA PÁGINA, 27.02.2003). A matéria desta vez manteve a ocupação do espaço da primeira página em torno de setenta por cento, trouxe a fotografia de um corredor do presídio Bangu I, onde estavam presos os líderes dos ataques à cidade. A fotografia mostra as portas das celas fechadas e do lado de fora policiais do Bope⁷⁰, armados de escopeta em cada porta de cada cela.(foto 30)

Foto 17



Fonte: O Globo, 27.02.2003

⁷⁰ Batalhão de Operações especiais da Polícia Militar

A cena somente pode ser entendida se for pensada dentro dos limites de uma sociedade midiaticizada, na qual, os atos e atitudes conscientes ou não, se organizam imagisticamente, relegando o conteúdo a um segundo plano. Colocar um policial na porta de cada cela é resultado de imperativo midiático de mostrar que se está fazendo algo em prol da defesa do restabelecimento da autoridade. Está implícito a idéia de endurecimento com os traficantes e que o governo será implacável com ações que ameacem a ordem pública. Uma espécie de recado.

A matéria traz ainda a fotografia da governadora Rosinha Garotinho em uma reunião com os Ministros da Justiça e da casa Civil para tratar da transferência do traficante Fernandinho Beira - Mar para outro estado.

A matéria ainda faz uma alusão à uma entrevista do prefeito César Maia para a rádio CBN na qual defende a morte de traficantes e ao lado destaca uma frase do secretário Josias Quintal: *Se tiver que morrer que morra(O Globo, idem.13).*

A matéria que continua na parte interna sob o título **O Rio livre de Beira-Mar**, mostra a articulação do governo estadual com o governo federal para transferir Fernandinho Beira-Mar para outro estado.

O governo federal concluiu que a situação no Rio é gravíssima e decidiu atender aos pedidos de ajuda da governadora Rosinha Matheus. Cederam tropas do Exército e recursos e vai transferir o traficante Fernandinho Beira-Mar de Bangu I para Brasília (O Globo, idem p.13). Em seguida, a matéria informa, sob o título **governo anunciará pacote antiviolaência** (*O GLOBO, idem p.13*), que o governo federal apresentaria um pacote de vinte medidas para conter a violência no Rio de Janeiro

Um editorial, no entanto, trata com desdém ação de colocar um policial militar na porta de cela de cada traficante:

Não é possível imaginar providência mais drástica: desde ontem bandidos perigosos presos em Bangu serão vigiados individualmente, olho no olho, por homens do Batalhão Especiais , a elite da Polícia Militar. Só assim acredita o governo, eles não poderão comandar a onda de violência na cidade. Pode ser que dê certo. (O GLOBO, idem p.13)

O editorial mostra a descrença no sistema de segurança máxima de Bangu I e no fato de que as tropas do Exército sejam solução para a questão da violência no Rio de Janeiro.

Mas essa hipótese confirmará outra, altamente preocupante: se só assim é possível calar os chefões do crime organizado, é preciso concluir que chamar Bangu I de penitenciária de segurança máxima é pretensão atrozmente ridícula. Infelizmente, não é conclusão surpreendentemente. Está no mesmo caso a renovação, pela governadora Rosinha Matheus, do perene pedido de ajuda a tropas do Exército. É como se apelos anteriores não tivessem recebido a óbvia resposta de que a Forças Armadas não servem para manter a segurança pública nas ruas de cidades. Como, inclusive, já se provou na prática, aqui mesmo no Estado do Rio (O Globo, idem, p.13)

A discussão em torno do papel do Exército no controle da violência no Rio de Janeiro, sempre retorna das mais diversas formas, e embora não seja o objetivo desse trabalho de aprofundar a discussão, a mesma deve ser pensada como tentativa “policial” de se solucionar a questão da segurança pública.

3.4.4.A cidade rachada – asfalto versus favela

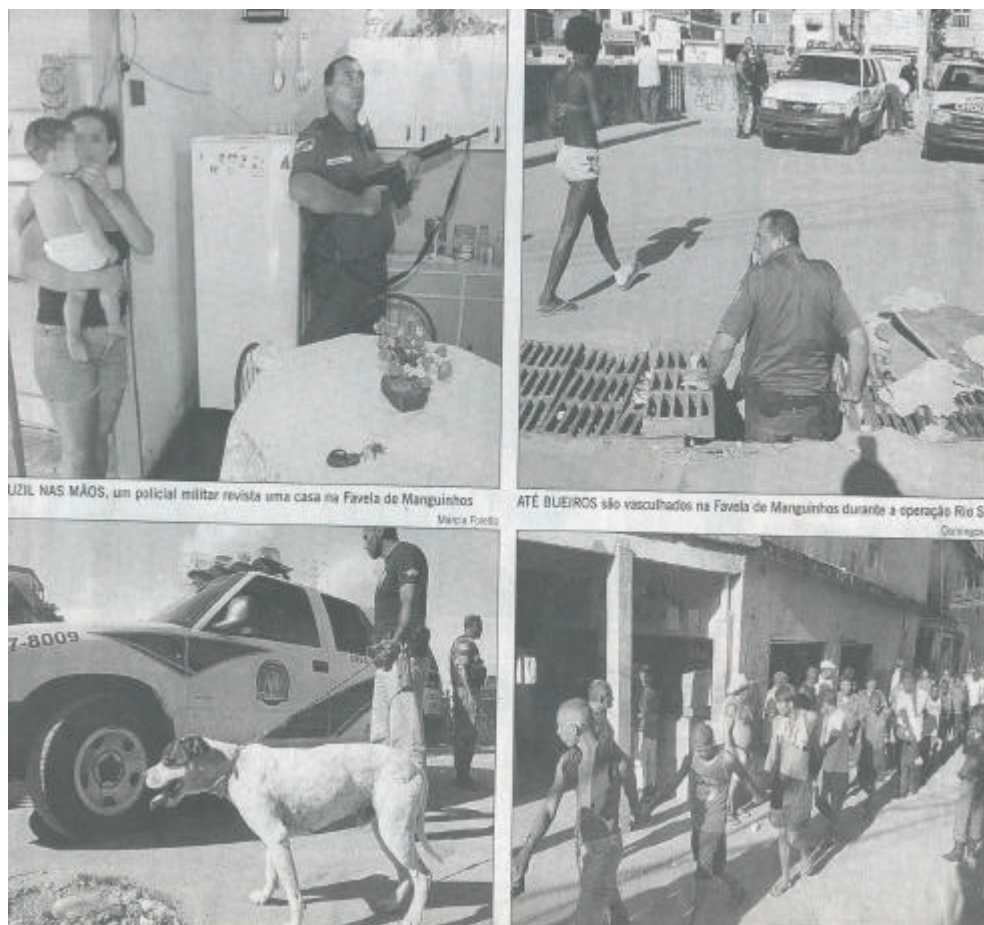
A cidade está rachada, o mundo do asfalto se confronta de forma inexorável com o mundo da favela. A favela associada ao medo, ao perigo e ao tráfico é alvo de ações sem controle por parte dos representantes do Estado. Os ataques de outubro tiveram como reação a invasão da polícia em favelas da cidade. A mídia mostra fotografias de ações da Polícia no complexo da Maré e outras favelas, através das quais o estado tenta dar uma resposta a opinião pública e principalmente procurando satisfazer a própria mídia.

A operação policial é descrita a partir de um conjunto de quatro fotografias do mesmo tamanho. A primeira mostra o interior de uma casa na favela de Manguinhos, na Zona Norte, onde um policial militar ostenta um fuzil durante uma revista residencial. Na cena encontra-se a moradora com uma criança no colo, diante da investida do policial. Atente-se ao fato, que devido a geografia da favela, a dificuldade de numeração e espaço de difícil acesso, a Polícia não se preocupa em conseguir mandados de busca nestas residências. Nestes casos, opera-se com a lógica de que os fins justificam os meios. Mas essa norma é somente para espaços pobres e miseráveis da cidade.

A segunda fotografia mostra um policial militar revistando um bueiro, numa espécie de operação “pente fino” na favela. A terceira fotografia mostra um cão pitbull, que segundo o relato, pertenceria aos traficantes. A quarta fotografia mostra um trecho da favela na qual homens caminham em fila indiana com as mãos dadas sob os olhares dos policiais e dos moradores. A frase explicativa da fotografia é ilustrativa: *Suspeitos detidos na favela são levados de mãos dadas, escoltados por policiais.* A imagem

lembra muito cenas policiais da década de 1960.

Foto 31



Fonte: O Globo, 27.02.2003.

Os comentários da matéria apontam para esse endurecimento do discurso governamental:

Dois dias depois de o crime organizado demonstrar seu poder ao deflagrar atentados no Rio, o governo do estado decidiu endurecer com os bandidos. A operação Rio Seguro, que tenta evitar novas ações do tráfico em 15 áreas do estado, começou ontem em quatro favelas: Manguinhos, Salgueiro(em São Gonçalo), Dique(em Duque de Caxias) e Beira-Mar, também em Duque de Caxias(...)Rosinha não deu entrevista e preferiu ler um resumo das ações que o governo decidiu adotar a parti de ontem: Decidi adotar medidas mais duras contra atitude desses criminosos que tentam afrontar o governo e amedrontar a sociedade. Sabemos que eles estão incomodados com as medidas que adotamos para acabar com os privilégios dentro das cadeias do estado. O momento é difícil, mas, se pensam que vão nos intimidar, estão enganados(O Globo, 27 de fevereiro, 2003, RIO, p. 14)

A retomada das rédeas da situação se tornou uma questão de honra para o governo de Rosinha Garotinho que procurou atender aos apelos de maior rigor contra os

traficantes. Passado o susto inicial, aquele tom mais humilde do primeiro dia de ataque, foi sendo substituído pela da arrogância habitual. As falas dirigidas à mídia e à sociedade, se deram em tom agressivo e com grande apelo emocional.

A frase já mencionada do Secretário de Segurança Josias Quintal, é um forte indicativo dessa situação: *Se alguém tiver que morrer, que morra*. Ela deve ser entendida dentro desse contexto em que a sociedade clama por medidas que resolvam de uma vez e de forma definitiva o caos e a insegurança causada pelos traficantes.

O secretário em tom bombástico tenta falar para a sociedade que a polícia não recuará diante do perigo.

Se tiver que ter conflito, que tenha. E, se alguém tiver que morrer que morra. Mas nós vamos partir para dentro. Não tem conversa. A polícia tem que ter cuidado com inocente, todo mundo sabe disso. Mas não é por conta de uma extrema preocupação que não vamos fazer a nossa parte. A polícia vai partir para dentro mesmo(O Globo, idem, p.15)

A fala se repete compulsivamente no sentido de validar seu conteúdo e a intenção de dizer à sociedade e aos traficantes que o jogo está mudando.

Um balanço do ataque de fevereiro, implica na indagação sobre o motivo de tal ataque, o que teria causado a sua deflagração? O primeiro passo seria pensar a data escolhida, ou seja, fevereiro e próximo do Carnaval.

Tentar responder a essa questão, implica partir de um pressuposto fundamental de que a ação dos traficantes não se estrutura sem objetivo, o que não se confunde necessariamente com um projeto político de longo prazo. Com certeza esse objetivo não é a barbárie pela barbárie. Assim sendo, pode-se imaginar que o ataque de fevereiro pressupõe uma negociação, certamente com o poder público, tendo como moeda a ameaça de parar o carnaval. Uma negociação subterrânea, com algum tipo de intermediário e com uma agenda definida. Outro sinal de que os ataques de fevereiro, eram uma tentativa de abrir um canal de negociação com o governo foi a fala do próprio Fernandinho Beira-Mar, por ocasião de sua transferência para o presídio de Presidente Bernardes. O traficante, declara a imprensa que bastava a governadora negociar.

No entanto, provavelmente o “tiro saiu pela culatra” com a transferência de Fernandinho Beira-Mar para São Paulo, quando ele menos esperava. O canal de negociação pretendido não foi aberto e os traficantes não obtiveram os ganhos desejados.

Olhando para a questão da violência cerca de seis meses o ataque de fevereiro,

pode-se afirmar que após a prisão do traficante, não houve nenhum outro grande ataque da magnitude dos aqui estudados, entretanto, não há garantia que de fato o governo conseguiu pôr sob controle a violência. Pode-se arriscar, no entanto, que a prisão de Fernandinho Beira-Mar representou um reordenamento entre as facções que dominam o tráfico no Rio de Janeiro, pois a transferência e o isolamento de uma das maiores lideranças, diminuiu o ímpeto do Comando Vermelho, que se mostrava nitidamente em expansão territorial. O isolamento de Fernandinho Beira-Mar e a prisão de um dos seus homens de confiança do lado de fora da prisão, no caso o Sombra da Rocinha⁷¹, pode ter enfraquecido o Comando Vermelho e causado uma certa paralisação da guerra territorial entre as facções.

Assim essa diminuição do ímpeto expansionista do Comando Vermelho, permitiu às facções rivais uma certa trégua e tempo para uma recomposição. O combate sistemático ao Comando Vermelho, o policiamento ostensivo nos termos que se tem presenciado na cidade, principalmente nas grandes vias de acesso, o isolamento de Beira-Mar, e o enfraquecimento das facções rivais, pode compor um cenário de paz entre guerras. O que estaria de acordo com a teoria da compressão da mola, pela qual o poder público diante da impotência de se combater as causas do tráfico, age de forma a comprimi-lo setorialmente desfechando ataques pontuais contra os traficantes através de operações de efeito como a mais recente, que foi batizada de “Pressão Máxima”.

Entretanto, essa visão de compressão setorializada da violência nem sempre está claramente visível à consciência daqueles envolvidos na implementação de políticas de combate à violência, existe a grande possibilidade de que os atores envolvidos, hegemonizados pela lógica do bom combate, acreditem na eficácia dessas operações, por outro lado, tal crença não invalida a possibilidade de que essas operações sejam apropriadas midiaticamente, tanto pelos agentes do poder público, como pelos agentes da própria mídia.

3.4.5.Cidade sob ataque - considerações finais

Pretende-se aqui, tecer algumas considerações referentes ao capítulo em questão. Pensando globalmente os quatro grandes ataques ou rebeliões promovidas pelos traficantes na cidade do Rio de Janeiro, pode-se indagar se em algum deles ficou claro a presença de um projeto político de longo prazo buscando por exemplo, derrubar algum

⁷¹ Conforme O GLOBO, primeira página, 29 de março de 2003.

governo, ou desestabilizá-lo o suficiente para facilitar a atividade comercial que controlam.

Pensando caso a caso, ataque a ataque, não conseguiu enxergar mais do que uma agenda de curto prazo. Com objetivos nem sempre claramente identificáveis. Cabe entretanto, tentar pensar uma distinção entre objetivo e finalidade. Os traficantes têm objetivos, considerando esses como metas de curto prazo e de curto alcance. Finalidade, pode ser entendida como metas de longo prazo com um ponto de chegada, marcado por um sentido teleológico, o que poderia incluir um projeto político de longo prazo. O tráfico, através das figuras dos traficantes, se condiciona a esse *eterno não há tempo*, uma busca pelo imediato e por uma visão hedonista de mundo.

Um informante policial que teria sido responsável certa vez, pela condução de um traficante importante em direção ao Fórum do Rio de Janeiro, teria ouvido dele exatamente uma declaração de caráter profundamente hedonista e imediatista: *Tenho dinheiro e gasto com o conforto, tenho mulheres, boa comida, roupas, o que quero mais?*

O tráfico traduz essa relação dialética, enquanto uma atividade econômica luta pela eternidade, no que tange aos seus membros, é pura transitoriedade. Os traficantes sabem que a duração de suas vidas é, via de regra, curta e sobressaltada. Nem sempre a prisão consegue mantê-los vivos.

Uma inscrição na parede de um estabelecimento comercial à beira da favela no Complexo do Alemão é sintomática para mostrar esse caráter do *aqui e agora* dos traficantes: *Meu destino aponta para onde Deus quer*. A visão de destino que se impõe aos traficantes explica em parte esse caráter de último guerreiro, aquele que não tem nada a perder. A rebelião de 11 de setembro, com forte apelo simbólico, tinha como grande objetivo tomar o cinto de campeão do tráfico de Uê. Beira-Mar não desejou negociar a liberdade dele ou de qualquer membro de sua quadrilha. Não apontou para qualquer horizonte ideologicamente mais distante.

A rebelião de 30 de setembro como se depreende, foi uma continuidade do movimento de 11 de setembro, uma espécie de correção de rumos, uma forma de obrigar o governo a cumprir os termos subentendidos no levante de 11 de setembro. Em outras palavras, uma tentativa de evitar represálias por parte do Estado, ou seja, nada de perseguição.

Esse levante tinha como moeda de troca, a proximidade do primeiro turno das eleições gerais que iriam se realizar no país. Essa perspectiva aponta o motivo da data

escolhida.” Não se poderia deixar passar a oportunidade.”

O movimento de outubro, pode ser resumido à tentativa de fuga em Bangu III, difícil acreditar que o fato tenha qualquer encadeamento com o ataque na Zona Sul, que bem pode ter sido um ato inconseqüente por parte de alguma quadrilha isolada, uma espécie de teste de virilidade, para aparecer no jornal. Em suma foi uma tentativa de fuga e nada mais.

Finalmente, o movimento de fevereiro, que possivelmente tinha uma agenda política e em razão dela, uma tentativa de abertura de negociação com o governo, que foi frustrada pela transferência de Beira-Mar para São Paulo, o que deu um novo fôlego político ao governo de Rosinha Garotinho.

É a partir dessas considerações que se pode pensar não haver um projeto político de longo prazo no tráfico, suas metas giram objetivamente em torno de uma luta por bandeiras pontuais, inclusive reivindicações antigas, como melhores condições carcerárias, alimentação e acomodação. A liberdade para o melhor gozo do mundo do lado de fora e o fim da violência contra os presos que estão no sistema prisional.

Mas não se poderia terminar esse trabalho sem uma incursão em um de seus aspectos fundamentais que o papel da mídia na sociedade contemporânea, mais precisamente a mídia como vetor fundamental na condução de uma política de segurança pública de combate ao tráfico de drogas e a violência gerada por esse. Nesse sentido, parte-se de um pressuposto de que a mídia se tornou uma instância fundamental na condução do espaço político nos limites do que se procurou entender aqui como sociedade midiática, ou seja, uma sociedade regida pelo estatuto da mídia como dispositivo técnico informacional a reboque do mercado (global) ancorada na tecnologia como uma forma de interação humana.

As novas tecnologias apóiam e coincidem, em termos econômicos, com a extraordinária aceleração da expansão do capital(o “turbocapitalismo”)esse processo tendencial de transnacionalização do sistema produtivo e de atualização do velho liberalismo de Adam Smith a que vem se chamar “globalização” e cuja autopropaganda, atravessada pela ideologia do pensamento único, lhe atribui poderes universais de uniformização(SODRÉ, 2002:11)

A mídia implica numa forma de cenarização das relações (políticas, culturais, simbólicas etc) em prol da construção de uma nova forma de relacionamento humano.

É largo, no entanto, o espectro das transformações epocais. Muda, por exemplo, a natureza do espaço público, tradicionalmente animado

pela política e pela imprensa escrito. Agora as formas tradicionais de representação da realidade e novíssimas(o virtual, o espaço simulativo ou telerreal da hipermídia)interagem, expandindo a dimensão tecnocultural, onde se constituem e se movimentam novos sujeitos sociais(idem:19)

Mas tenta-se entender então que a sociedade midiática que tem como fundamento o mercado, a tecnologia como forma de interação humana e a imagem como tentativa de substituição do real. Mas é importante que se diga que tanto a tecnologia(que também pode ser pensada enquanto imagem) quanto a imagem devem ser pensadas como princípios subordinados ao mercado.

As formas como as imagens são construídas, selecionadas, e apresentadas no âmbito de uma sociedade midiática em geral, e no limite de uma mídia em particular, devem ter como possibilidade e existência o mercado. Não se deseja dizer que tudo que acontece nos limites de uma sociedade midiática, pode ser entendida numa relação causal e linear com o mercado. Nem sempre isso é possível, mas pretende-se pensar que nada acontece fora de uma sociedade regida pelo mercado. Nem tudo é mercado , mas o mercado é tudo.

Para se exemplificar esse entendimento, pode-se utilizar a questão do tráfico de drogas, que de forma objetiva se apresenta como uma relação de mercado, mas nem tudo dentro do tráfico atende a uma subordinação direta do mercado. Inclusive como já foi discutido anteriormente. Mas quando se depara com a imagem de um secretário de segurança exibindo uma arma de grosso calibre,(foto 19) apresentando publicamente uma compra de armas para a polícia⁷², aí está o mercado(de armas).

Foto 32



Fonte: O Globo, 24.10.2000.

⁷² O GLOBO, RIO, 24 de outubro de 2000, p23

Quando a mídia mostra uma fotografia de pessoas abaixadas na plena Av Brasil em meio de um enfrentamento entre traficantes e policiais difundiu a cultura do medo e do desespero, com frases do tipo: Bandidos por todos os lados⁷³; mesmo que esse ato não esteja plenamente identificado pela consciência dos sujeitos, aí está o mercado. Quando a mídia narra assaltos acontecidos com frases como: *“Crime organizado volta afrontar a polícia, aí está o mercado”*⁷⁴.

Mas se insiste nesse trabalho que em momento algum se pretende elaborar uma teoria conspiratória da mídia, ou que os jornalistas se venderam todos ao mercado. Inclusive é importante se pensar o mercado não se reduz ao simples ato mercantil, pois implica em uma como uma forma de se pensar o mundo, uma espécie de consciência dos sujeitos na contemporaneidade capitaneada pela mídia.

A mídia é como a velha retórica, uma técnica polícia de linguagem, apenas potencializada ao modo de uma antropológica política- quer dizer, de uma técnica formadora ou interventora na consciência humana- para requalificar a vida social, desde costumes e atitudes até crenças religiosas, em função da tecnologia e do mercado(SODRE,2002:26)

Finalmente é cabível ressaltar que a mídia como aqui é entendida deve ser pensada como um processo moderno que remonta suas raízes no final do século XIX(SODRE:2002:22). Segundo o autor a mídia na configuração do bios midiático:

Por mais despolitizado que pretenda parecer, o bios midiático implica de fato na refiguração do mundo pela ideologia norte-americana(portanto, uma espécie de narrativa política), caucionada pelo fascínio da tecnologia e do mercado. Nele estão presentes as marcas essenciais de uma “universalidade” americana(2002:28).

Logo, a mídia deve ser entendida como o grande avatar do império americano. Nos limites de uma sociedade regida pela tecnologia e pela imagem ancorada no paradigma do mercado é que deve se pensar por exemplo a imposição de um ideal estético presente na organização do modelo policial brasileiro, na forma como as políticas públicas são encaminhadas, tanto operacionalmente quanto discursivamente, na vigência de um militarista de se fazer polícia etc. A mídia é a presença do Império.

⁷³ O GLOBO, RIO, 1º de março de 2003.

⁷⁴ O GLOBO, RIO, 20 de maio de 2003

CONCLUSÃO

Procurou-se, no decurso deste pesquisa, entender o olhar de uma mídia como O GLOBO, jornal de grande circulação, sobre a questão da violência oriunda do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro, por extensão, pretendeu-se analisar o mesmo olhar sobre a questão da segurança pública. Partiu-se aqui da idéia que a mídia quando torna visível a questão da segurança pública, não age apenas como uma terceira visão, independente se constrói uma crítica ou não, ela não funciona como um espaço neutro de visibilidade do acontecimento. Ela suscita do poder público uma forma de atuação, uma atitude determinada, um ritmo e uma velocidade, o que é determinante na forma de se conduzir a política de segurança no que diz respeito a questão do tráfico.

Como ficou evidente no episódio de ataque à estudante no interior da Universidade Estácio de Sá no bairro do Estácio, ocorrido no dia 05 de maio de 2003, imediatamente ao ocorrido a Polícia ocupou o Morro de onde supostamente teriam partido os tiros, enquanto a mídia anunciava um ataque do tráfico, nada se comprovou nos transcorrer dos dias, nem mesmo que os traficantes estavam envolvidos.

A mídia ao ser entendida no decurso deste trabalho, como algo além de um mero dispositivo técnico de informação, ou seja, como uma esfera de vida, uma ambiência se teve como referência fundamentalmente a obra de Muniz Sodré, e também Otávio Ianni, principalmente (no caso do último autor) seu texto denominado O Príncipe Eletrônico. Assim sendo, a mídia impôs à esfera política e, por extensão aos políticos, uma nova forma de se fazer política, como demonstrou Manuel Castells.

Entretanto, o pressuposto fundamental, a partir do qual se procurou nortear o trabalho aqui apresentado foi de que a sociedade contemporânea é regida pelo mercado, ou seja, a esfera econômica se sobrepõe de forma determinante às outras relações em sociedade, e mantém relações de reciprocidade com a esfera política. Logo, é no âmbito da esfera política, que se processam as relações de poder necessárias ao controle efetivo e duradouro da esfera econômica por uma classe dominante. Se faz necessário à classe dominante o controle da política como forma de manutenção de um status de caráter econômico, em outras palavras, é através de um agir político que se mantém a apropriação e controle da riqueza produzida.

Na medida que a relação entre classe dominante e controle da riqueza se altera, seja por mutações na própria classe dirigente, seja, por mutações na forma de se produzir a riqueza se altera a forma de se fazer política. Da mesma maneira, que a forma

de se fazer política, altera profundamente o estatuto de controle da riqueza.

Posto assim, um dos pilares fundamentais do trabalho aqui pretendido, foi o de apontar para a mídia como uma mediação fundamental da relação político econômica da sociedade contemporânea. Entende-se que essa funciona como dispositivo técnico informacional à reboque do mercado na direção da construção de relações humanas singulares regidas pelo imperativo da imagem

Verificou-se que a mídia ao pensar a questão da violência oriunda do tráfico de drogas utilizou algumas categorias como estado paralelo, guerra civil, poder paralelo, crime organizado ou propôs a discussão a respeito de alguns temas, tais como: prisão para traficantes, presídios, legislação penal, segurança nos presídios, que se procurou agrupar sob o título a lógica do encarceramento. Assim se percebeu que no caso de guerra civil, crime organizado, estado paralelo, não houve um compromisso com uma definição conceitual a respeito dos termos, embora se entenda que realmente a mídia, pela própria especificidade de seu papel não tenha de fato essa obrigação. Assim sendo buscou-se uma análise de cada termo tentando-se pensar a possibilidade de sua aplicabilidade, em outras palavras, há ou não uma guerra civil no Rio de Janeiro? há ou não crime organizado? há ou não um estado paralelo?

Uma outra preocupação deste trabalho, foi o de tentar estabelecer o limite conceitual entre tráfico e traficante, já que a mídia não estabelece com clareza essa distinção, sendo lugar comum a confusão entre os dois termos. Buscou-se assim pensar o tráfico como uma atividade econômica e os traficantes como os agentes diretos dessa atividade comercial. Com essa distinção procurou-se pensar o tráfico no Rio de Janeiro como uma relação de mercado com sentido local e marcado por uma poderosa subjetividade dos traficantes.

A mídia ao confundir traficante com tráfico, centra seu discurso na figura dos mesmos, em outras palavras ao pregar o combate ao tráfico, na verdade, propõe o combate aos traficantes, apontando os mesmos como os verdadeiros responsáveis pela violência urbana. Assim, através de um forte apelo imagístico a mídia sataniza a figura do traficante e prega o combate sem tréguas. Dentro dessa perspectiva comemora com manchetes operações policiais com sucesso questionável sob ponto de vista estrutural: **Polícia comemora o fim do reinado de Uê** (O GLOBO, RIO, 04.05.2002, p.25) ou **Desarticulado maior bando do tráfico no Rio** (O GLOBO, CAPA, 16.4.2002). Difícil se crer que o resultado da operação na qual foram presos apenas 14 homens de uma quadrilha tenha significado o fim do reinado de um traficante do porte de Uê, que

segundo a própria mídia é responsável pelo tráfico em dezenas de favelas. E mesmo que a operação tenha tido esse resultado, em nada altera o tráfico enquanto estrutura. Essa capacidade da mídia em intensificar o acontecimento por generalização leva à criação de manchetes como **Bandidos atacam o governo** (O GLOBO, RIO, 15.05.2002, p.14); **Quando até a polícia tem medo** (O GLOBO, 17.03.2002, RIO, p.17) ou até mesmo quando compara, na capa, a situação do tráfico com a guerra no Iraque(o ataque do Bush) apresentando imagens das duas áreas mencionadas com os títulos A Guerra do Rio e a Guerra de Bush. Foi o que se procurou demonstrar no desenvolvimento do trabalho.

Mas, ao entender o tráfico como uma relação de mercado, procurou-se escapar da armadilha da mídia em satanizar os traficantes, todavia, evitou-se a armadilha no sentido inverso, e assim enaltecer os traficantes. Acredita-se que o tráfico de fato é um dos grandes problemas da sociedade contemporânea, mas procurou-se uma análise voltada para seus aspectos mais estruturais.

Partiu-se da hipótese que o jornal O GLOBO passou a se interessar pela questão da violência quando essa atingiu de forma mais intensa territórios nobres da cidade do Rio de Janeiro. Pesquisando as capas do O GLOBO desde o ano de 1999 até 2003, percebeu-se que a Zona Sul foi a área privilegiada na capa do jornal em tela quando se falou de violência. No ano de 1999, por exemplo, em todos os meses do ano, exceto junho e julho, essa região foi mencionada. A Zona Norte praticamente foi esquecida e a Baixada Fluminense não figurou nas capas do ano.

Verificou-se também que a violência não apresentou um taxa tendencial de crescimento, as próprias estatísticas publicadas pela mídia em questão, entre 1999 e 2003 demonstram diversas quedas nos índices de criminalidade⁷⁵. Verificou-se por exemplo que no ano de 1999 a primeira menção ao tráfico se deu no segundo semestre de 1999. As favelas mencionadas preferencialmente nas capas foram Complexo da Maré, Complexo do Alemão, Morro da Mineira, o restante da cidade com mais de setecentas favelas praticamente não ocupou as capas do GLOBO nos anos descritos. O ano de 2001 pode ser considerado o ano da paz, pois alguns meses pouquíssimo se falou de violência do tráfico. O mês de outubro, por exemplo, teve somente uma capa falando tráfico no Rio de Janeiro, e o traficante Fernandinho Beira-Mar já constava no rol dos traficantes mencionado pela mídia. Interessante se demonstrar que a violência apontada

⁷⁵ Conforme, O GLOBO, RIO, 03 de novembro de 2000, 14, O GLOBO, RIO, 27 de junho de 2002, p.17; O GLOBO, CAPA, 19 de setembro de 2002 e O GLOBO, RIO, 17 de outubro de 2003, p.13

pela mídia como algo fora do controle apresentou nesses últimos cinco anos um caráter bastante aleatório e irregular. Não se pode falar em um estado de guerra civil no Rio de Janeiro, muito menos Estado paralelo, havendo no máximo um poder paralelo de caráter eminentemente local.

Procurou ainda demonstrar que a mídia serviu nesses últimos cinco anos como espaço de presentificação de diversas falas ou discursos a respeito da violência. Assim se tornaram presentes falas governamentais, intelectuais, e editorialistas, autoridades diversas, políticos que ganharam organicidade dentro do universo da narrativa do capitalismo, exercida hegemonicamente pela classe dominante. Assim, procurou-se demonstrar que a sociedade brasileira, resultante de um longo processo de segregação imposto pela classe dominante em favor dos interesses de uma grande família extensa, construiu diversas falas em torno de temas de interesse nacional, como por exemplo, a questão da segurança pública, mas simultaneamente buscou a construção de mecanismos em que as falas das camadas subalternas foram recalcadas historicamente. Setores intelectualizados se auto proclamaram como representantes dessas camadas, falando delas, por elas e principalmente acima delas, partindo de um viés racional-tecnista com forte apelo a um paradigma de neutralidade cientificista(positivista). Essas falas em nome de um ideal de modernização pregam a mudança e anunciam a construção de uma sociedade moderna e por conseguinte uma polícia moderna, mas no entanto, se remetem ao mesmo modelo interpretativo que entende a questão da segurança pública como uma questão de polícia. No limite, tanto as falas que apelam diretamente ao crescimento do aparato bélico-policial através do aumento de tropas e compra de novos armamento , como as que pregam maior treinamento, controle externo da polícia, investimento em inteligência etc, se equivalem pois entendem a questão da segurança pública pelo mesmo viés, partindo do mesmo ponto, ou seja, a questão da violência é uma questão de combate, seja, quantitativo, seja qualitativo. Assim sendo, a prisão continua sendo o limite para uma sociedade que se organiza em moldes tão desiguais. No final é a lógica da dupla punição que prevalece, a primeira por se ter cometido o crime , a segunda por se estar preso.

Finalmente é cabível se apontar que não foi objetivo desse trabalho apontar soluções para a área da segurança pública, não se ensejou discutir polícia do ponto de vista de sua organização, mas pensá-la a partir de um olhar da mídia. Procurou discutir como a organização policial vem se modificando nos limites de uma sociedade regida pela imagem. Enfim, procurou-se pensar como o tráfico é mostrado pela mídia e

elaborar uma crítica de conteúdo das categorias elaboradas pela mídia.

Não houve em nenhum momento a intenção de esgotar o tema, mas sim de adensar a discussão em torno de temática tão importante na cena contemporânea. Olhando-se para o tráfico cada vez mais fica a impressão de que a natureza entrópica e caótica do mesmo é da ordem do inapreensível e que o movimento que se faz é de tentar aprisioná-lo em parte. As previsões são cada vez mais difíceis. Quando o ataque de 11 de setembro de 2002 aconteceu em Bangu I, alguns analistas previram o avanço do Comando Vermelho, talvez por terem entendido os acontecimentos como uma relação direta decorrente do mercado enquanto controle territorial, mas o fato é que não houve um movimento de expansão naquele momento nem nos meses posteriores. Uma dificuldade que se apresenta ao se pensar o tráfico dentro de um contexto global, volta-se a insistir, é sua especificidade local, expressa principalmente no perfil dos líderes e nas relações internas do território da favela. A palavra sazonalidade talvez seja apropriada para se entender o tráfico e o caráter irregular de seus confrontos. Nesse caso a mídia tem grande contribuição, pois na medida que a polícia intervém em uma determinada favela leva em muitos casos ao deslocamento das quadrilhas ali alocadas, que se vêem obrigadas a procurarem outras áreas, assim o confronto vai se deslocando territorialmente e nas páginas dos jornais. Quando a mídia noticia ou foca uma determinada região ou conflito suscita a intervenção policial e aumenta o deslocamento, gerando paz ou guerra. Por isso persiste a sensação de que o confronto do tráfico encontra-se em todo lugar, mas o que de fato acontece é o deslocamento do confronto, gerando sempre novas áreas de violência e de paz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Edigar. Nosso Sinhô do samba. Rio de Janeiro, FUNARTE, 1981
- ARGOLO, José. Sobre a crônica policial no Rio (1968-1993). In. ECO/Publicações da Pós-Graduação da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Imago, V. 1, nº 1, 1992
- BARBOSA, Antonio. Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, EdUFF, 1998
- BAUDRILLARD, Jean. Simulacros e simulação. Lisboa, Relógio d'água, 1981
- BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1999
- BENJAMIN, Cid. Hélio Luz: um xerife de esquerda. Rio de Janeiro, Contraponto-Relume-Dumará, 1998
- BENJAMIN, Walter, O narrador.in:Sobre arte, técnica, linguagem e política.Lisboa: Relógio D'água, 1992.
- BERGSON, Henri. O riso.São Paulo, Martins Fontes, 2001
- BOBBIO, Noberto. Dicionário de Política. Brasília, Editora UNB, vol.I, 1997
- BORGES, Paulo C.. O crime organizado. São Paulo, UNESP, 2002
- BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1983
- BRETAS, Marcos L. & PONCIONI, Paula. A cultura policial e o policial civil carioca. In. PANDOLFI, Dulce (org.). Cidadania, justiça e violência. Rio de Janeiro, FGV, 1999
- BRODEUR, Jean-Paul (org.). Como reconhecer um bom policiamento: problemas e temas. São Paulo, EdUSP, 2002
- BUTTIGIEG, Joseph. Educação e hegemonia. In. COUTINHO, Carlos & TEIXEIRA, Andréa (orgs.). Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

- CAVALCANTI, Sandra. A escalada da insegurança. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 2002
- CHAMPAGNE, P. Formar a opinião: o novo jogo político. Rio de Janeiro, Vozes, 1996
- CODATO, Adriano & PERISSINOTTO, Renato. O Estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas” de Marx. In. JUNIOR, Armando & TOLEDO, Caio. Crítica Marxista, São Paulo, 2001, nº 13
- COIMBRA, Cecília. Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro, Intertexto, 2001
- _____. Produzindo o mito da “guerra civil”: naturalizando a violência. In. BAPTISTA, Marcos, CRUZ, Marcelo, MATIAS, Regina (Orgs.). Drogas e pós-modernidade. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2003
- DAMATTA, Roberto. Conta de mentiroso - ensaios de antropologia brasileira. Rio de Janeiro, Rocco, 1994
- DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997
- DIAS, Ana Rosa. O discurso da violência – as marcas da oralidade no jornalismo popular. São Paulo, EDUC/Cortez, 1996
- DOWDNEY, Luke. Crianças do tráfico: um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 7Letras, 2003
- ELHAJII, M. Da semiose hegemônica ocidental: globalização e convergência. Rio de Janeiro, Eco-Rizhoma, 2001
- ENZENBERGER, Hans. Guerra civil. São Paulo, Companhia das Letras, 1995
- FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília, EdUNB, 2001
- FOUCAULT, M. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Rio de Janeiro, Vozes, 1987
- FREITAS, Janio de. Prefácio. In. FILHO, Aziz & FILHO, Francisco. Paraíso armado: interpretações da violência no Rio de Janeiro, São Paulo, Editora Garçon, 2003
- FREITAS, Ricardo e Piza, Rafael. Sobre condomínios fechados: as fronteiras do lazer nos espaços contemporâneos. In. Villaça, Nízia & Goés, Fred. Nas fronteiras do contemporâneo: território, identidade, arte, moda, corpo e mídia. Rio de Janeiro: MAUAD: Fundação Universitária José Bonifácio. 2001.

- GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. São Paulo, Cortez, 2000
- HARVEY, David. A arte de lucrar: globalização, monopólio e exploração da cultura. In. MORAES, Denis. Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro, Record, 2003
- IANNI, Octávio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995
- KONDER, Leandro. O que é dialética. São Paulo, Brasiliense, 2003 (coleção primeiros passos, 23)
- KOSIK, Karel. Dialética do concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976
- LOWY, Michael. As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen- Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo, Cortez, 2000
- _____. Método dialético e teoria política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978
- MAGALHÃES, Mário. O narcotráfico. São Paulo, Publifolha, 2000
- MARX, Karl. O capital (livro primeiro). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.
- _____. Obras escolhidas. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977. (3vol.).
- _____. Contribuição à crítica da economia política. (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MENDONÇA, Kátia. A salvação pelo espetáculo: mito do herói e política no Brasil. Rio de Janeiro, Topbooks, 2002
- MÉSZÁROS, Istvan. Para além do Capital. São Paulo, Boitempo, 2002
- MISSE, Michel. O movimento: a constituição e reprodução das redes do mercado informal ilegal de drogas a varejo no Rio de Janeiro e seus efeitos de violência. In. BAPTISTA, Marcos, CRUZ, Marcelo, MATIAS, Regina (Orgs.). Drogas e pós-modernidade. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2003
- MONET, Jean-Claude. Polícias e sociedades na Europa. São Paulo, EdUSP, 2001
- MONJARDET, Dominique. O que faz a polícia: sociologia da força pública. São Paulo, EdUSP, 2003
- MORAES, Denis. O capital da mídia na lógica da globalização. In. MORAES, Denis. Por uma outra comunicação. Rio de Janeiro, Record, 2003
- MORIN, Edgar. O método 3. Rio Grande do Sul, Sulina, 1999

- PECHMAN, Robert. Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002
- PERLMAN, Janice. O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977
- REIS, João José. Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês (1835). São Paulo, Brasiliense, 1987
- RODRIGUES, Alberto. Sociologia da educação. Rio de Janeiro, DP&A, 2001
- RODRIGUES, José. A educação politécnica no Brasil. Rio de Janeiro, EdUFF, 1998
- RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico: uma guerra na guerra. São Paulo, Sesatino, 2003
- RONDELLI, Elizabeth. Linguagens da violência. Rio de Janeiro, Rocco, 2000
- SANCHEZ, Vazques. Convite a Estética. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, EdUSP, 2002
- SANTOS, Washington. Vocabulário de sociologia. Rio de Janeiro, Editora Rio, 1978
- SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo, Autores Associados, 2000
- _____. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. São Paulo, Autores Associados, 1997
- _____ et al.. Tendências e correntes da educação brasileira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1987
- _____
- SCHNITT, Carl. O conceito do político. Rio de Janeiro, Vozes, 1992
- SODRÉ, Muniz. O Brasil simulado e o real: ensaio sobre o cotidiano nacional. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1991
- _____. O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia. São Paulo, Cortez, 1992
- _____. Reinventando a cultura: A comunicação e seus produtos. Rio de Janeiro, Vozes, 1996

- _____. Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil. Rio de Janeiro, Vozes, 1999
- _____. O terreiro e a cidade: A forma social-negro brasileira. Rio de Janeiro, Imago/Vozes, 2002a
- _____. Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede. Rio de Janeiro, Vozes, 2002b
- _____. Sociedade, mídia e violência. Rio Grande do Sul, Sulina/Eipucrs, 2002
- _____. Conferência na Sociedade Psicanalítica - Bio-ética (Rio 3). 08/10/2002, mimeo
- _____. Ciência e método em Comunicação. In. LOPES, Maria Immacolata (org.). Epistemologia da Comunicação, São Paulo, Edições Loyola, 2003
- _____. A violência da manchete. In. FILHO, Aziz. Paraíso armado. São Paulo, Garçon, 2003
- SOUZA, Marcos Alvito. As cores de Acari: uma favela carioca. Rio de Janeiro, FGV, 2001
- THOMPSON, John. Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Rio de Janeiro, Vozes, 1995
- VASQUES, Adolfo. Convite à estética. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999
- VELHO, Gilberto & ALVITO, Marcos (orgs.). Cidadania e violência. Rio de Janeiro, UFRJ/FGV, 1996
- VERNANT, Jean-Pierre. Entre mito e política. São Paulo, EdUSP, 2001
- VILLAÇA, Nilza & GÓES, Fred (orgs.). Nas fronteiras do contemporâneo: território, identidade, arte, moda, corpo e mídia. Rio de Janeiro, Mauad, 2001
- ZALUAR, Alba. Condomínio do diabo. Rio de Janeiro, EdUFRJ, 1994
- _____. & ALVITO, Marcos. Um século de favela. Rio de Janeiro, FGV, 1998

JORNAIS

O GLOBO – 15/10/2000

O GLOBO – 24/10/2000

O GLOBO – 31/10/2000

O GLOBO - 16/02/2002

O GLOBO – 28/02/2002

O GLOBO - 17/03/2002

O GLOBO- -16/04/2002

O GLOBO – 04/05/2002

O GLOBO – 12/05/2002

O GLOBO – 15/05/2002

O GLOBO – 02/06/2002

O GLOBO – 04/07/2002

O GLOBO – 06/09/2002

O GLOBO – 12/09/2002

O GLOBO – 13/09/2002

O GLOBO - 14/09/2002

O GLOBO – 21/09/2002

O GLOBO – 01/10/2002

O GLOBO – 12/10/2002

O GLOBO – 13/10/2002

O GLOBO – 14/10/2002

O GLOBO – 17/10/2002

O GLOBO – 18/10/2002

O GLOBO - 21/10/2002

O GLOBO – 31/10/2002

O GLOBO – 03/11/2002

O GLOBO – 15/01/2003

O GLOBO – 25/02/2003

O GLOBO – 26/02/2003

O GLOBO – 27/02/2003

O GLOBO – 28/02/2003

O GLOBO – 01/03/2003

O GLOBO – 12/03/2003

O GLOBO – 16/03/2003

O GLOBO – 21/03/2003

O GLOBO – 23/03/2003

O GLOBO – 28/03/2003

O GLOBO – 31/03/2003

O GLOBO – 20/05/2003

O GLOBO – 28/06/2003

O GLOBO – 29/07/2003

O GLOBO – 02/08/2003

O GLOBO – 24/09/2003

O GLOBO – 16/10/2003

O GLOBO – 31/10/2003

O GLOBO – 10/11/2003

O GLOBO – 19/11/2003

JORNAL DO BRASIL - 08/05/2002

JORNAL DO BRASIL -15/05/2002

REVISTAS

Caros amigos – ano VII , número 76, Editora Casa Amarela:São Paulo. julho 2003

Veja ano 35 número 37 edição 1769–;Editora Abril; São Paulo. 18 de setembro de 2002

ANEXOS**TABELA I**

Ocorrência de Homicídio Doloso nas Capitais e no Distrito Federal

1999, 2000, 2001

Fonte: Ministério da Justiça, 2003

<http://www.mj.gov.br/Senasp/senasp/estat_homicidio_dolos.htm>.

Acesso em 08/04/2003

TABELA II

Ocorrência de Mortes Violentas nas Capitais e no Distrito Federal

1999, 2000, 2001

Fonte: Ministério da Justiça, 2003

<http://www.mj.gov.br/Senasp/senasp/estat_homicidio_dolos.htm>.

Acesso em 08/04/2003